

**CAMILA CAROLINA FLAUSINO**

**NEGÓCIOS DA ESCRAVIDÃO: TRÁFICO INTERNO DE  
ESCRAVOS EM MARIANA, 1850-1886**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Ribeiro de Oliveira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Juiz de Fora  
2006

Dissertação defendida e aprovada em 08 de dezembro de 2006, pela banca constituída por:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Ribeiro de Oliveira - UFJF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Maria de Carvalho Almeida - UFJF

---

Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino - UFRJ

A Dercy, Teresa e Gustavo, com amor.

## RESUMO

A prática do tráfico interno de escravos foi intensificada a partir da proibição do tráfico Atlântico, em 1850, e perdurou até às vésperas da abolição como uma das alternativas à reposição de mão-de-obra cativa. Quando praticado entre diferentes regiões de uma mesma província, era chamado de tráfico intraprovincial; e entre províncias diferentes, era chamado de interprovincial. Muitos estudos têm se dedicado ao tema no Brasil, mas privilegiando as regiões de *plantation* do século XIX, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, em detrimento das regiões voltadas para o abastecimento do mercado interno. Nesse sentido, nosso trabalho tem por objetivo investigar o tráfico interno de escravos em Mariana, sede e freguesias, na segunda metade do século XIX. Identificaremos o perfil do escravo negociado, bem como o destino dado a esses cativos para verificarmos se eles estavam sendo mantidos ou transferidos de Mariana para outras regiões e Minas ou para outras províncias. Para tanto utilizaremos, principalmente, os registros de compra e venda de escravos do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana entre os anos 1850-1886.

## ABSTRACT

The internal slave traffic practice was intensified since the prohibition of the Atlantic slave traffic in 1850 and lasted until the abolition occurred as one of the alternatives to relocate slave labor. The intraprovincial slave traffic was done between different regions of the same province and interprovincial slave traffic was done between different provinces. Many studies have been dedicated to this subject in Brazil, but favoring the plantation regions of the 19<sup>th</sup> century, mainly São Paulo e Rio de Janeiro, harming the regions that have an internal market subsistence. There fore, the objective on this work is to research the internal slave traffic in Mariana, county and districts, during the second half of the 19<sup>th</sup> century. We will identify the slave profile negotiated there as well as the destiny given to these slaves to check if they were being kept or transferred to Mariana from other regions of Minas or other provinces. For this research we will use, mainly the records of slave purchase and sale found in the Arquivo da Casa Setecentista de Mariana between 1850 and 1886.

## AGRADECIMENTOS

Ver este trabalho concluído é motivo de grande satisfação para mim e para muitos que me acompanharam nesta difícil tarefa. Foram tantas as pessoas que estiveram envolvidas, direta e indiretamente, neste trabalho que, por mais que me esforce, jamais conseguirei agradecer da forma que eles merecem, terei sempre uma dívida de gratidão enorme com todos eles! Alguns até sem o saber...

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF pela concessão de bolsa de pesquisa no primeiro ano do curso e ao ICAM -Instituto Cultural Amílcar Martins- que me auxiliou com bolsa de pesquisa na fase final desta dissertação.

A minha orientadora Mônica Ribeiro de Oliveira pelo carinho e atenção. Aos meus professores do mestrado pelas aulas sempre muito enriquecedoras.

Aos funcionários do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana e do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana que me atenderam prontamente. Em especial ao Cássio, da Casa Setecentista. Aos funcionários da biblioteca do ICHS/UFOP. Aos funcionários da UFJF.

Meu agradecimento especial à Heloísa Teixeira e ao André. Ao José Geraldo Begname. Ao Leandro do Jornal “O Espeto”.

Agradeço aos meus bons e velhos amigos do tempo da UFOP. Ao Enio e Alessander pela ajuda técnica. Aos que foram meus colegas na turma de mestrado em Juiz de Fora: Edna Mara, professora e amiga muito querida, companheira nas muitas idas e vindas de Mariana a Juiz de Fora, às vezes de carona com nossa amiga Marcelina. Nos divertimos muito! Ao Luis Henrique e Flávio Puff, sempre animados. Karla Cunha, que esteve presente desde a preparação para o processo seletivo da UFJF e com quem dividi bons momentos de República, festas e caronas até Juiz de Fora. De forma especial, agradeço ao Moacir Maia, estimado amigo que acompanhou esta pesquisa de maneira muito especial, fazendo inúmeras leituras das primeiras versões dos capítulos e contribuindo com sugestões e críticas que ajudaram a enriquecer o trabalho.

Aos colegas da turma de mestrado que tornaram os intervalos das aulas momentos agradáveis de descontração. Agradeço também os amigos que fiz em Juiz de Fora, de forma carinhosa a Bárbara Borges que sempre se colocou a disposição para nos hospedar em sua

casa nos dias de aula. Era bastante divertido! À Bárbara, assim como à Rosana Brandão e sua família, que cuidaram de mim quando em Juiz de Fora adoeci, minha eterna gratidão!

Heloisa de Meira Lopes merece todo meu agradecimento. Foram tantos momentos compartilhados (de caronas a procura de emprego) que sua presença é constante na minha vida. E assim espero ser sempre! À Patrícia, Karla, Gilza e Pezão: laços que transcendem a amizade. À Patrícia que mudou-se para Itanhaém e deixou saudade!

Agradeço a minha amada “República Miúdas” onde vivi os últimos anos. Meu agradecimento especial às novas Miúdas, amigas com quem muito aprendi nos últimos 2 anos e que deixarão saudades: Dani, Kelly, Carol, Roberta e de maneira carinhosa a Lídia, que pacientemente ouvia minhas descobertas e leu pacientemente as primeiras versões dos capítulos. Não poderia deixar de agradecer também a Lucimar!

Agradeço à Dona Conceição, Cláudia e Dona Geni pela calorosa acolhida. Dona Conceição especialmente, por ter cuidado de mim como a uma filha. Obrigada, muito obrigada!

Ao Rodrigo que foi tantas vezes meu anjo da guarda! Foi também companheiro, amigo, confidente de todos os momentos. Meu porto seguro. Seu apoio, compreensão e amor incondicional foram essenciais.

Agradeço de forma especial às pessoas mais importantes da minha vida: Tereza, Dercy (*sempre presente*) e Gustavo: minha família. Eles sempre estiveram ao meu lado, me apoiando nas horas difíceis que a saudade apertava, compreendendo minha ausência e torcendo para que este sonho se realizasse. É com muito orgulho que digo que eles são o que de melhor a vida poderia me oferecer!

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	08
LISTA DE GRÁFICOS .....	10
LISTA DE MAPAS .....	11
ABREVIATURAS .....	12
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1	
MINAS GERAIS E MARIANA NO CONTEXTO DA HISTORIOGRAFIA .....	19
1.1 – Minas Gerais: perspectivas de um debate .....	19
1.2 – Mariana no contexto da historiografia mineira do século XIX .....	29
1.3 – Breve histórico da cidade .....	41
CAPÍTULO 2	
O TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS EM MARIANA: 1850-1886 .....	53
2.1 – Do fim do tráfico Atlântico ao crescimento do tráfico interno .....	53
2.2 – O perfil do escravo negociado .....	76
2.3 – Manutenção e ruptura: laços familiares e o tráfico interno de escravos .....	93
CAPÍTULO 3	
O MERCADO DE ESCRAVOS .....	106
3.1 – O destino dos escravos negociados .....	106
3.2 – Os preços praticados no mercado de escravos .....	124
CAPÍTULO 4	
PRINCIPAIS NEGOCIANTES DE ESCRAVOS: REGISTROS E RELAÇÕES .....	149
4.1 – Principais negociantes de escravos: registros de compra e venda .....	149
4.2 – Principais negociantes de escravos: relações com seu tempo .....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	186
ANEXOS .....	191
FONTES .....	193
BIBLIOGRAFIA .....	196

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escravos e ingênuos hipotecados em Mariana: 1850-1886.....	34
Tabela 2: Distribuição etária dos escravos hipotecados segundo o sexo e o período: Mariana, 1850-1886.....	34
Tabela 3: Presença de outros bens, além dos escravos, nas escrituras de hipotecas: Mariana, 1850-1886.....	35
Tabela 4: Origem da população escrava e ingênua de Mariana: 1850-1888.....	39
Tabela 5: MINAS GERAIS: população escrava por regiões, 1873-1886 .....	68
Tabela 6: Crescimento da população escrava do Brasil. Principais províncias: 1819 e 1872...70	70
Tabela 7: Escravos na população total de regiões mineiras e na Província de Minas Gerais: 1831-1840, 1854-1857, 1872 (%).....	71
Tabela 8: Tráfico intra e interprovincial Juiz de Fora (1860-87) e Muriaé (1862-1887) .....	74
Tabela 9: Tráfico intra e interprovincial de escravos em Juiz de Fora, 1862-71 e 1880-84 ....	75
Tabela 10: Distribuição de escrituras e cativos a partir do número de escravos comercializados em cada escritura: Mariana, 1850-1886 .....	77
Tabela 11: Distribuição das escrituras segundo o tipo de transação e sexo dos escravos e ingênuos: Mariana, 1850-1886 .....	78
Tabela 12: Distribuição dos escravos negociados segundo a origem, década e sexo: Mariana, 1850-1886 .....	80
Tabela 13: Índice de Masculinidade da população escrava negociada segundo o sexo e a origem: Mariana, 1850-1886.....	82
Tabela 14: Distribuição dos escravos negociados segundo o sexo e a faixa etária: Mariana, 1850-1886 .....	82
Tabela 15: Naturalidade dos escravos crioulos negociados em Mariana: 1850-1886 .....	87
Tabela 16: Naturalidade dos escravos africanos negociados em Mariana: 1850-1886.....	88
Tabela 17: Distribuição dos escravos negociados segundo a atividade produtiva e o sexo: Mariana: 1850-1886 .....	89
Tabela 18: Distribuição ocupacional da força de trabalho escrava: Minas Gerais, Mariana, Rio de Janeiro, São Paulo e Mariana, século XIX .....	91
Tabela 19: Distribuição dos escravos negociados segundo a atividade produtiva, sexo e a origem: Mariana, 1850-1886Alforrias registradas no batismo de inocentes – Mariana (1715-1750) .....	92
Tabela 20: Distribuição da população negociada segundo a década e a presença de vínculos familiares: Mariana, 1850-1886 .....	95

Tabela 21: Distribuição dos escravos comercializados segundo o estado conjugal, sexo e o período da transação: Mariana, 1850-1886 .....	100
Tabela 22: Distribuição dos escravos negociados na companhia de familiares em relação aos tipos de famílias preservadas: Mariana, 1850-1886 .....	101
Tabela 23: Local de residência dos vendedores de acordo com o número de escrituras de compra e venda de escravos: Mariana, 1850-1886 .....	109
Tabela 24: Local de residência dos compradores de acordo com o número de escrituras de compra e venda de escravos: Mariana, 1850-1886 .....	111
Tabela 25: Origem dos escravos e ingênuos negociados segundo o número de escrituras: Mariana, 1850-1886 .....	113
Tabela 26: Destino dado aos escravos e ingênuos negociados segundo o número de registros: Mariana, 1850-1886 .....	115
Tabela 27: Saldo da população negociada de acordo com o número de escravos e ingênuos negociados segundo as regiões: Mariana, 1850-1886.....	117
Tabela 28: Origem dos escravos que entraram no município de Mariana (sede e freguesias): 1850-1886.....	120
Tabela 29: Destino dos escravos que migraram do município de Mariana (sede e freguesias): 1850-1886.....	122
Tabela 30: Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo: Mariana, 1850-1886 .....	127
Tabela 31: Origem dos escravos segundo o sexo e o período: Mariana, 1850-1886.....	143
Tabela 32: Preços médios dos escravos segundo a atividade produtiva, o sexo e o período: Mariana, 1850-1886.....	144
Tabela 33: Variação dos preços mínimos e máximos dos escravos negociados segundo o sexo: Mariana, 1850-1886 .....	146
Tabela 34: Maiores negociantes de escravos segundo o número de escrituras e de escravos comercializados: Mariana, 1850-1886 .....	151

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana segundo bens selecionados: 1850-1886.....	32
Gráfico 2: População escrava de Mariana (sede e freguesias) em anos selecionados .....	38
Gráfico 3: Importação de Escravos para o Brasil: 1842-1851 .....	60
Gráfico 4: Pirâmide etária da população escrava comercializada em Mariana: 1850-1886 ....	83
Gráfico 5: Participação de crianças escravas (0-14 anos) nas negociações: Mariana, 1850-1886 .....	84
Gráfico 6: Pirâmide etária dos escravos crioulos negociados em Mariana: 1850-1886 .....	85
Gráfico 7: Pirâmide etária dos escravos africanos negociados em Mariana: 1850-1886 .....	85
Gráfico 8: Preços médios (em libras) dos escravos segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.....	129
Gráfico 9: Variação dos preços individuais mínimos e máximos dos escravos negociados segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.....	130
Gráfico 10: Preços médios (em libras) dos escravos de 0-14 anos segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.....	131
Gráfico 11: Preços médios (em libras) dos escravos de 15-39 anos segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886 .....	133
Gráfico 12: Preços médios (em libras) dos escravos de 40 anos ou mais segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.....	134
Gráfico 13: Variação dos preços médios (em libras) dos escravos adultos jovens (15-29 anos) do sexo masculino segundo o período da negociação: Mariana, 1850-1886.....	136
Gráfico 14: Preços médios (em libras) dos escravos negociados segundo sexo e faixa etária: Mariana, 1850-1886.....	137
Gráfico 15: Preços médios (em libras) dos escravos do sexo masculino segundo a faixa etária e o período: Mariana, 1850-1886.....	139
Gráfico 16: Preços médios (em libras) dos escravos do sexo feminino segundo a faixa etária e o período: 1850-1886.....	140
Gráfico 17: Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo e faixa etária: Mariana, 1850-1886.....	141
Gráfico 18: Preço médio (em libras) e idade média (em anos) dos escravos negociados segundo local de origem: Mariana, 1850-1886 .....	142
Gráfico 19: Composição da riqueza do Capitão Vicente de Paula Bernardino: 1876 .....	174
Gráfico 20: Composição da riqueza do Coronel João José Alves: 1871.....	179

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Vila do Carmo: 1711-1745.....	43
Mapa 2: Área aproximada do Termo de Mariana no final do século XVIII.....	49
Mapa 3: Província de Minas Gerais: a região de Mariana na segunda metade do século XIX.....	52
Mapa 4: Mariana e principais municípios de origem e destino dos escravos negociados entre 1850-1886: limites territoriais atuais .....	108

## **ABREVIATURAS**

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

## INTRODUÇÃO

"... todas as transações de domínio sobre estes humanos [os escravos] são crimes que só diferem no grau de crueldade".

Joaquim Nabuco, *O abolicionista*.

A prática do tráfico interno de escravos foi intensificada a partir da proibição do tráfico Atlântico, em 1850, e perdurou até às vésperas da abolição como uma das alternativas à reposição de mão-de-obra cativa. O tráfico interno quando praticado entre diferentes regiões de uma mesma província, era chamada de tráfico intraprovincial; e entre províncias diferentes, era chamada de interprovincial. Muitos estudos têm se dedicado ao tema no Brasil, mas privilegiando as regiões de *plantation* do século XIX, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Nossa pesquisa pretende contribuir para a análise do tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX em Mariana, município que destinava sua produção para o abastecimento do mercado interno.

A perspectiva do término das relações baseadas na escravidão, iniciada efetivamente com a abolição do tráfico internacional, em 1850, colocou em questão a principal fonte de abastecimento de escravos ao Brasil: a África. Como o tráfico de escravos estava diretamente ligado à demanda por mão-de-obra, para que o regime escravista continuasse a existir como sustentáculo da sociedade brasileira — uma vez que permanecia a dependência tanto econômica quanto social do trabalho escravo — restavam aos proprietários duas medidas a partir de então: um maior investimento na reprodução natural de seus próprios cativos e/ou no tráfico interno de cativos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Como vimos no capítulo anterior, para o caso de Minas Gerais, a questão do crescimento da população escrava no século XIX, deu origem a um aquecido debate. Basicamente, duas opiniões sobressaem: de um lado, a tese de Roberto B. Martins, de que esse crescimento teria se originado no tráfico atlântico da primeira metade do século XIX. De outro, a tese de que o crescimento da população escrava teria origem na reprodução natural, defendida por Francisco Vidal Luna e Wilson Cano. No entanto, acreditamos que uma possibilidade não exclui a outra, de modo que tanto as importações quanto o crescimento natural positivo podem ter coexistido e contribuído para o aumento da população cativa mineira no século XIX. MARTINS (1982). LUNA & CANO (1983). Para o tema da reprodução natural na composição da força de trabalho escrava em outras localidades do Brasil ver: GUTIERREZ, Horácio. "Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná". *Estudos Econômicos*, v.17, n.2, p. 297-314, 1987; "Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830". *Revista Brasileira de História*, v.8, n. 16, p. 161-188, 1988; MOTTA, José Flávio. "A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829)". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.5, p. 71-101; COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. "A família escrava em Lorena". *Estudos Econômicos*, v.17, n. 2, p. 245-296, 1987, dentre outros.

O primeiro recurso utilizado foi a recorrência por parte dos fazendeiros com condições financeiras privilegiadas ao mercado interno de cativos, provocando uma rearticulação interna do escravismo. O tráfico interno tornou-se mais evidente quando as províncias do Norte, em crise devido ao declínio na produção açucareira e às secas prolongadas, começaram a enviar grande número de seus cativos para a região Centro-Sul, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, regiões que passaram a ter uma maior concentração de cativos. Como para a lavoura nordestina, não havia problema de escassez de oferta de mão-de-obra, o tráfico interprovincial de escravos “mostrou-se uma solução para as províncias do Norte”.<sup>2</sup> Era o começo da intensificação dessa nova fase de transferência de escravos, agora interna, praticado entre províncias diferentes e dentro dos limites das províncias, destinado a atender a demanda por braço escravo, principalmente nas lavouras de café do sudeste.

O tráfico interno, ao que consta, guardava muitas semelhanças ao tráfico Atlântico, principalmente no que se refere à preferência por escravos adultos do sexo masculino em idade produtiva e à sua realidade extremamente violenta, onde os cativos eram vistos a partir de custos e lucros, como muitas outras mercadorias que seus proprietários negociavam. Dessa forma, a lógica do lucro parece, então, não ter admitido qualquer sobreposição, revelando que o mercado interno de escravos, assim como o Atlântico, demandava de números e cifras, que era regido pela lei da oferta e da procura. Por outro lado, questões políticas e sociais, em determinados momentos, também foram importantes para definir os rumos da escravidão no Brasil. As questões políticas internas e externas tiveram importância essencial nos rumos da escravidão no Brasil, especialmente ao longo do século XIX, quando vários grupos sociais brasileiros se envolveram nos debates sobre a questão da abolição como os parlamentares, os traficantes, a população livre e pobre e até mesmo os escravos.<sup>3</sup>

Somente na década de 1880 é que esse tráfico interno de escravos sofreria queda considerável até desaparecer por completo, especialmente após o mês de dezembro, quando o governo mineiro estipulou um imposto no valor de Rs 2:000\$000 por escravo importado para a província. Essa medida foi tomada em resposta ao temor de que a “concentração de escravos

---

<sup>2</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. “Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX”. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Brasília, v.1, 1992, p. 342-343.

<sup>3</sup> Uma discussão mais detalhada sobre algumas questões que estavam sendo debatida na época pode ser encontrada em: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000. Para a possibilidade de variáveis não econômicas interferindo nos rumos da escravidão, conferir: FRAGOSO, João Luís R. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

na região centro-sul acabasse por alienar o apoio das outras províncias à instituição servil”.<sup>4</sup> Joaquim Nabuco, demonstrando a insegurança por parte dos senhores em relação a uma possível má influência que os escravos importados de outras províncias poderiam causar aos que aqui já estavam ambientados, foi um dos defensores da lei que proibiu o comércio interprovincial de escravos na Câmara de São Paulo, em 1880.<sup>5</sup> Somente em 1885 é que esse tráfico interno, tanto interprovincial quanto intraprovincial, seria proibido através da Lei Saraiva-Cotegipe.

Embora já existam alguns trabalhos revelando o contrário, por muito tempo, historiadores da corrente tradicionalista acreditavam que teriam ocorrido transferências de mão-de-obra escrava “subutilizada” ou “redundante” das antigas áreas mineradoras para as regiões vizinhas, onde o cultivo do café começava a se desenvolver. Isto porque, com o fim da atividade de mineração, não haveria outro setor capaz de aproveitar o grande número de escravos, a não ser o setor cafeeiro.<sup>6</sup>

O tema do tráfico interno de escravos no período oitocentista começou a ser melhor investigado somente a partir da década de 1980 na historiografia brasileira. Roberto Borges Martins, foi um dos pioneiros a questionar esta versão, dando início ao que se convencionou chamar de historiografia revisionista.<sup>7</sup> Reunindo algumas evidências empíricas, o autor comprovou que as antigas regiões mineradoras não teriam enviado seus escravos para o setor cafeeiro. A historiografia mineira revisionista, mesmo longe de um consenso, tem trazido importante contribuição ao debate sobre Minas Gerais do século XIX. Em que pesem essas contribuições, há um longo caminho a ser percorrido pelos historiadores em relação aos debates suscitados por esses importantes estudos pioneiros, especialmente os que se proponham um recorte regional. Percebendo essa necessidade é que começamos a nos

---

<sup>4</sup> MARTINS, Roberto B. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10), p. 33.

<sup>5</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990, p. 58-59.

<sup>6</sup> Nesta linha, ver, por exemplo: MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 59; GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1988, p. 325; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 63,95- 96, dentre outros.

<sup>7</sup> MARTINS (1982, p. 20-23); MARTINS, Roberto Borges. "Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez". In: SZMRECA'NYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996. Posteriormente, surgiram outros trabalhos que ajudaram a enriquecer ainda mais os debates propostos por Martins, como por exemplo: CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese". *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14, nov. 1982; SLENES, Robert W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX". *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.18(3): 449-495, set./dez. 1988. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

interessar pelo tema na província de Minas, especialmente na região de Mariana, sede e freguesias.

Elegemos a região de Mariana como espaço devido à sua privilegiada localização, uma vez que parte de seu território situava-se na região de antigo centro minerador, denominada Metalúrgica - Mantiqueira, e outra parte na Zona da Mata mineira, região conhecida pelo seu potencial agropastoril, como por exemplo, o cultivo do café. A região escolhida encaixa-se no debate historiográfico sobre a diversificada economia mineira, dado a inexistência de estudos sobre a questão do tráfico interno no Termo de Mariana. Sendo o município de Mariana o mais antigo e sede do arcebispado, os povoados formados ao longo do século XVIII se declaravam pertencer ao município, subordinavam-se à Câmara Municipal, constituindo assim uma grande circunscrição jurídica.

Buscaremos verificar, regionalmente, o alcance de uma questão geral presente na historiografia sobre a escravidão mineira: teriam ocorrido transferências significativas de escravos da região de Mariana para outras regiões mais dinamizadas da província e mesmo fora dela, como a região da Zona da Mata mineira? Diante dessa discussão, investigaremos se o município de Mariana teria registrado perdas ou ganhos na sua população escrava entre os anos de 1850 e 1886. Para tanto, optamos por trabalhar as freguesias que permaneceram ligadas à sede municipal ao longo dos anos em estudo, tendo como referência as obras consultadas, mas principalmente, respeitando as delimitações espaciais presentes em nossas fontes primárias. São elas:

- 1- Nossa Senhora da Assunção da Catedral ou a Sé de Mariana, sede do município incluindo o distrito de Passagem;
- 2- Nossa Senhora da Conceição de Camargos;
- 3- Nossa Senhora do Nazaré do Infeccionado;
- 4- Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro;
- 5- Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado;
- 6- São Caetano do Rio Abaixo;
- 7- Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim;
- 8- Paulo Moreira;
- 9- Nossa Senhora da Saúde e
- 10- Barra Longa.

Utilizamos como fonte principal os registros de compra e venda de escravos, presentes em dois tipos de registros notariais existentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM): 5 Livros de Registros de compra e venda de escravos e 30 Livros de Notas, ambos

do 1º e 2º officios, que cobrem o período de 1850 a 1886. Coletamos as informações que diziam respeito às transações registradas em Mariana, incluindo residentes ou não no município e em suas freguesias.

Encontramos um total de 353 escrituras envolvendo 701 escravos e 21 ingênuos comercializados na região, sem excluir os casos de repetição, ou seja, quando um mesmo indivíduo foi objeto de mais de uma transação. As escrituras foram cuidadosamente coletadas e preparadas para análise através de metodologias da história demográfica, bastante profícua a exploração do tipo de fonte a que nos propomos trabalhar, proporcionando um melhor tratamento quantitativo aos dados e, conseqüentemente, seu maior aproveitamento, uma vez que nos permite estabelecer séries homogêneas, diminuindo a margem de erros.

Como fontes auxiliares não menos importantes, utilizamos os registros de hipotecas de escravos presentes nos 30 Livros de Notas acima mencionados, com a finalidade de perceber o grau de permanência da escravidão em Mariana através do uso de cativos como capital de giro para garantir o pagamento de dívidas contraídas. Alguns processos cíveis, crime, justificações, inventários post-mortem e testamentos, além de registros paroquiais que se referiam a um grupo de 4 negociantes também foram utilizados com o objetivo de investigarmos a trajetória e as relações que esse grupo de negociantes estabeleceu com a sociedade marianense de seu tempo.

Fazem parte de nossas fontes auxiliares os Relatórios de Presidentes de Província seguintes: Falla... Pres. Sant'Anna, 1880, p. 25-26; Falla... Pres. Gonçalves Chaves, 1884, p. 63-64; Relatório 1887, 32,33; e o Recenseamento de 1872/1873, que nos forneceram dados estatísticos de base demográfica sobre a população cativa marianense da segunda metade do século XIX.

A partir dos dados produzidos, buscamos compará-los com estudos já realizados para outras regiões na tentativa de compreendermos os traços que permanecem comuns à temática do tráfico interno na historiografia brasileira. Antes de iniciarmos a busca de dados em arquivos, era necessário compreendermos o mundo dinâmico, diversificado e, sobretudo complexo das Minas no século XIX, para só então, passarmos às escolhas teórico-metodológicas e à análise da documentação. O suporte inicial, e mesmo em momentos subseqüentes, foi obtido através da leitura atenta dos autores que estão a estudar a sociedade mineira do século XIX, ressaltando os estudos para o Termo de Mariana, que trouxeram importante contribuição para a revisão historiográfica oitocentista mineira. Posteriormente, as leituras propriamente teóricas foram importantes para a melhor seleção de metodologias aplicáveis à nossa pesquisa.

Nossos resultados são apresentados em 4 capítulos. No primeiro capítulo procuramos apresentar, em linhas gerais, o debate historiográfico em torno de questões escravistas sobre a província de Minas Gerais no século XIX, especialmente os aspectos econômicos e demográficos. Partindo da historiografia revisionista produzida a partir da década de 1980 e 1990, procuramos destacar as principais contribuições e implicações desses estudos e seus desdobramentos. Do mesmo modo, apresentamos o perfil econômico e a demografia escrava de Mariana no período estudado, tendo como referência os estudos existentes. Por último traçamos um breve histórico da cidade de Mariana.

No segundo capítulo, apresentamos um histórico do fim do tráfico Atlântico e como o tráfico interno de escravos foi intensificado em seguida. Discutimos as leis de proibição ao tráfico internacional e apontamos as formas que muitos negociantes de escravos de Mariana utilizaram para burlar tais leis. Traçamos o perfil dos escravos negociados: origem, sexo, idade, naturalidade e atividade produtiva, bem como investigamos a manutenção e ruptura, no momento da venda, dos laços familiares estabelecidos pelos escravos.

No terceiro capítulo, núcleo de nossa dissertação, apresentamos o destino que tiveram os escravos negociados em Mariana com o intuito de identificarmos a ocorrência de transferências para outras regiões de Minas e mesmo para outras províncias. Por outro lado, apresentamos os preços médios em libras esterlinas dos cativos negociados e notamos que os preços praticados em Mariana seguiram de perto a tendência nacional apontada pela historiografia.

No quarto e último capítulo apresentamos a trajetória de um grupo de 4 grandes negociantes de escravos com o intuito de perceber não só o perfil econômico de cada um, como também suas relações com seu tempo, características que os ajudaram a tornarem-se uns dos “homens principais” da região no período estudado.

Por fim, temos as considerações finais, onde apresentamos de maneira resumida, os principais pontos abordados em nossa dissertação, enfatizando nossas principais descobertas que vem a ser nossa contribuição para a historiografia do tráfico interno na segunda metade do século XIX.

## CAPÍTULO 1: MINAS GERAIS E MARIANA NO CONTEXTO DA HISTORIOGRAFIA

### 1.1 – Minas Gerais: perspectivas de um debate

Grande parte da historiografia sobre a província de Minas Gerais produzida até fins da década de 1970 — chamada corrente tradicional — se às antigas áreas de mineração, defendendo a noção de que a “decadência da mineração” teria gerado uma involução econômica nas Minas. Assim, findo o período de exploração aurífera, Minas Gerais, em especial as áreas mineradoras, teria passado por uma geral e profunda crise econômica que se refletiu na dispersão da população dos núcleos urbanos em busca de outras áreas e atividades e no envio de seus escravos “redundantes” ou “subutilizados” para outras áreas mais dinâmicas.<sup>8</sup>

Por muitas décadas na visão clássica da historiografia tradicional, a escravidão oitocentista caminhava lado a lado com a *plantation*; eram termos até então, indissociáveis, tidos como modelo válido para toda sociedade brasileira. Os estudos privilegiavam as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto a província de Minas era relegada a outro plano, muitas vezes coadjuvante no cenário econômico. Muitos representantes dessa corrente tradicionalista acreditavam que, sobretudo após 1850, regiões que não estivessem voltadas para a grande produção e, portanto, mais envolvidas com o mercado externo, estariam, conseqüentemente, menos ligada ao regime escravista que as áreas de *plantation*.

A produção historiográfica sobre Minas Gerais durante o século XIX avançou muito nas últimas três décadas no que se refere à importância da economia e da sociedade mineira. Nesse contexto, estudos sobre o regime escravista foram imprescindíveis, uma vez que a escravidão continuou a ser a forma predominante de trabalho nas Minas Gerais até as vésperas de sua abolição, em fins da década de 1880.

---

<sup>8</sup> A passagem de uma economia de mercado no século XVIII para uma economia camponesa de subsistência no século XIX, causado pela crise na mineração, tem adeptos como FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1978. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo. Brasiliense, 1999. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1500-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1988. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Os autores aqui citados não serão objetos de uma análise pormenorizada, uma vez que optamos por deter-nos nas considerações dos autores da chamada corrente historiográfica revisionista, que passaram a influenciar os trabalhos mais recentes, pautados na concepção interpretativa que privilegia a lógica interna de funcionamento da sociedade mineira colonial e imperial, como veremos a seguir.

Com o surgimento da historiografia revisionista mineira, preocupando-se, sobretudo com a origem e a manutenção da escravaria nessas antigas regiões mineradoras, os estudos tomaram outros rumos. A grande inovação desta corrente foi rejeitar a tese da decadência e estagnação da economia mineira após o *boom* aurífero, apontando para uma substituição gradual da mineração pela agricultura, pecuária e as atividades artesanais.

Um dos estudos pioneiros a contestar a noção de involução econômica mineira após o auge do período minerador, foi do brasilianista Kenneth Maxwell<sup>9</sup>, ainda na década de 1970. O autor foi um dos primeiros a ressaltar a coexistência entre as atividades de mineração e as atividades agropastoris, pois era comum encontrar juntamente com a mineração engenhos de açúcar e de farinha atrelados à agricultura. Dessa forma, Maxwell encontrou indícios de certa diversidade nas unidades produtivas, especialmente nas maiores propriedades; atividades estas que cresceram e se desenvolveram, gerando uma economia regional interna de produtos variados que eram comercializados com as capitanias vizinhas e que foram capazes de absorver as transformações advindas após o declínio da mineração. Nesse mesmo período, de acordo com o autor, já havia a necessidade de se “substituir as importações por produtos locais” a fim de diminuir os gastos com a produção.<sup>10</sup>

Ainda na década de 1970, podemos citar os estudos de Alcir Lenharo<sup>11</sup>. Através de enfoque político, o autor procurou demonstrar que ao final do período minerador, a produção de subsistência de algumas regiões não se manteve fechada sobre si mesma, pelo contrário. Algumas dessas regiões, em especial o Sul de Minas, teriam despontado no cenário econômico mineiro através de uma produção mercantil de gêneros de subsistência, voltado para mercados externos. Para o autor, haveria na província mineira, ao menos na região sul, uma produção pecuária e de alimentos voltados para o abastecimento da cafeicultura fluminense e para a Corte do Rio de Janeiro, pois as

Condições de produção da pecuária sul-mineira denotavam um tipo de organização econômica preparada para a produção em escala mercantil, e foi esse caráter mercantil da produção que permitiu à economia do sul de Minas assimilar o fluxo migratório das áreas mineradoras em crise. Dessa forma, essa região recebeu um impacto positivo dos capitais deslocados da mineração.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência mineira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>10</sup> MAXWELL (1978, p. 111-118). Nesse contexto de comercialização de produtos com o interior da Capitania e com outras Capitanias, o autor destacou o papel do Sul de Minas, que viria a ser o principal produtor e abastecedor do mercado carioca como bem viria demonstrar estudos posteriores.

<sup>11</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo. Símbolo, 1979.

<sup>12</sup> LENHARO (1979, p. 74).

A contribuição de Alcir Lenharo foi de fundamental importância à historiografia brasileira, especialmente na discussão sobre o direcionamento do fluxo do excedente da produção de gêneros de subsistência do mercado interno mineiro para o mercado do Rio de Janeiro. Ademais, o autor também demonstrou que a integração promovida pelo comércio com a Corte teria originado um setor social regional novo, que teria se articulado politicamente e chegado até a influenciar os rumos da política nacional.

Por outro lado, a década de 1980 foi marcada pelo intenso debate promovido pela apresentação dos resultados inovadores sobre a história da escravidão mineira do século XIX nos trabalhos de Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins<sup>13</sup>. Os autores, sobretudo Roberto Martins, deram importante contribuição à historiografia mineira ao se colocaram na defesa da província de Minas, afirmando que se tratava de um caso especial dentro do escravismo do século XIX brasileiro. Em razão das peculiaridades do dinamismo de seu sistema escravista, os autores afirmaram que a província mereceria estudos mais detalhados, visto que o modelo então vigente, o da *plantation*, não se enquadrava ao caso mineiro.

Buscando comprovar que a província de Minas Gerais não teria sofrido um processo de “involução econômica” após os anos de auge da mineração, Roberto Martins deslocou as atenções — até então concentradas nos grandes centros das unidades *plantacionistas* voltadas para o mercado externo — para a província de Minas Gerais ao propor o predomínio de uma agricultura de subsistência com baixo grau de mercantilização, mas bastante diversificada sem, contudo, estar isolada das demais províncias, e que empregava grande número de escravos.<sup>14</sup> Para Martins, a grande diversidade de produtos teria resultado em uma auto-suficiência da economia mineira em relação às importações de produtos de outros mercados, pois a maioria dos gêneros de que os mineiros precisavam era produzida aqui<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> MARTINS FILHO, Amílcar e MARTINS, Roberto Borges. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited”. *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 537-568, 1983. MARTINS, Roberto B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado. Nashville, Vanderbilt University, 1980 (Não tivemos acesso a este texto, uma vez que nos baseamos nas publicações brasileiras); MARTINS, Roberto B. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Texto para Discussão*, 10. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. Ver também: MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 181-209, 1983. MARTINS, Roberto B. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECA'NYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

<sup>14</sup> O autor estima a partir do Censo de 1872 e dos Quadros paroquiais que a agricultura mineira empregava a maior porcentagem de escravos: 45,4%, enquanto que 32,5% dos escravos se dedicavam ao serviço doméstico. O grande percentual desta última atividade poderia sugerir que “a vida econômica era mais concentrada na unidade familiar e menos dirigida para a produção para o mercado”. Essas foram as duas atividades que mais empregaram escravos na Província, as demais foram de escravos ocupados como criados e jornaleiros, seguida pela de artesanato e manufatura, representando respectivamente 11,0% e 10,6%. MARTINS (1982, p. 49).

<sup>15</sup> Dentre os gêneros cultivados, os principais foram: milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz, cultivos típicos de uma economia de subsistência e com pouco excedente para ser comercializado, embora Minas Gerais negociasse

De acordo com Martins, durante grande parte do século XIX, enquanto o tráfico Atlântico não era proibido, a província de Minas ocupou posição de destaque no que tange à importação de cativos, mesmo não sendo uma das áreas onde a *plantation* imperava e que, teoricamente, seriam as regiões mais dinâmicas da província.<sup>16</sup> Segundo o autor, foi através das importações via tráfico Atlântico e, posteriormente, das transferências interprovinciais que Minas teria conseguido sua grande população escrava, chegando ao término do regime escravista com a maior população escrava do Império:

O sistema escravista de Minas Gerais no século XIX foi o maior que existiu em toda a história da instituição servil no Brasil. Durante todo o século a população escrava dessa província superou a de qualquer outra província brasileira e apresentou, além disso, um vigoroso crescimento: de aproximadamente 170 mil indivíduos, em 1819, ela passou a mais de 380 mil em 1873.<sup>17</sup>

Essa constatação deve ser analisada com cautela. Contudo, a afirmação de Martins demonstra que estamos falando de uma economia peculiar, onde ao longo do século XIX — período marcado pela lenta e irreversível desagregação do regime escravista — a escravidão além de sobreviver, se expande, atraindo e mantendo mão-de-obra cativa em proporções relevantes, mesmo sendo uma economia pouco mercantilizada.<sup>18</sup>

De fato, os historiadores reconhecem que a população escrava da província teria crescido e que esse crescimento pudesse ter sido também resultado de importações da África para Minas em diferentes momentos depois do *boom* da mineração. Mas por outro lado, o grande debate entre os críticos de Martins refere-se especificamente a uma questão: como teria

---

com as Províncias do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. PARREIRA, Nilce R. *Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPN, 1990, p. 54.

<sup>16</sup>Martins suspeita que "Minas importou, em termos líquidos, mais de 400 mil escravos nas sete primeiras décadas do século XIX" e que Minas recebeu "19% do tráfico Atlântico entre 1800-1852, sendo superada apenas pelo Rio de Janeiro, com 25% do total. Estima-se que a população de Minas, em 1872, era de cerca de um quinto da população total do Brasil, superando a população da província do Rio de Janeiro. MARTINS (1996, p. 99,103). Vale notar que esse suposto aumento nas importações de cativos se deu justamente no período em que as campanhas abolicionistas estavam a pleno vapor.

<sup>17</sup> MARTINS (1982, p.1). Segundo Martins, a grande demanda por mão-de-obra escrava, suprida pelo tráfico Atlântico, estava diretamente relacionada ao crescimento da economia agropecuária interna ligada aos mercados locais e regionais.

<sup>18</sup> Todavia, essas proposições devem ser tomadas com cautela, levando-se em conta outros fatores que nos ajudem a melhor entender o peso e o significado da afirmação de Martins no que se refere à província de Minas possuir a maior população escrava do Império, sobretudo na década de 1870. Talvez fosse o caso de estabelecermos uma relação entre a extensão territorial e o número de escravos pertencentes a esses territórios para termos uma dimensão do real significado e implicações dessa grande concentração da população cativa na província de Minas Gerais. Devemos considerar ainda que a província mineira compreendia uma vasta extensão territorial, diferentemente de outras províncias como, por exemplo, a do Rio de Janeiro que também possuía um grande número de cativos durante o século XIX. Sem contar o fato de que mesmo tendo ocorrido grande crescimento da população servil, o crescimento da população livre se deu num ritmo mais acelerado.

sido possível sustentar essas volumosas taxas de importações de escravos via tráfico Atlântico, sendo a economia voltada para a agricultura de subsistência e pouco mercantilizada? Ou seja, de onde teriam vindo os recursos para financiar essas importações?

De acordo com Martins, seria graças à produção e ao consumo de bens trocados nos mercados internos locais que Minas teria conseguido importar e manter esses cativos, ao invés de enviá-los para as áreas de expansão cafeeira. Para o autor, os escravos da província não foram herdados do período minerador, antes o contrário, teriam sido fruto de importações:

É fundamental compreender que a grande população servil de Minas no princípio do século XIX não era uma herança do rush do ouro. Esses escravos não eram os remanescentes daqueles importados para a mineração, nem os seus descendentes: eram, isso sim, resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineradora.<sup>19</sup>

Aliado a essa constatação, o autor segue explicando o apego mineiro à escravidão até as vésperas da abolição através de uma reformulação parcial do fator *Wakefield*<sup>20</sup>, onde a alta proporção de terras livres e a presença de um campesinato independente, com livre acesso a essas terras desocupadas, impediram a formação da categoria de trabalhadores livres.

Muitas das conclusões de Roberto Martins tiveram aceitação no meio acadêmico, como afirma Laird Bergad: “o principal valor desse trabalho foi sublinhar a boa transição, ocorrida em Minas, da economia mineradora para as estruturas econômicas mais complexas, além da permanência da escravatura no centro da vida da província”.<sup>21</sup> Entretanto, outras de natureza mais polêmicas foram profundamente rebatidas e criticadas, especialmente no que diz respeito à dinâmica do comércio de escravos para as Minas ao longo do século XIX, sendo a economia mineira pouco mercantilizada e, sobretudo, porque os preços dos cativos a partir de 1850 tenderam a ser crescentes. Essas críticas acabaram por fazer o autor rever alguns de seus argumentos e considerar a existência de um maior grau de mercantilização da economia mineira.<sup>22</sup>

Um exímio debatedor das teses de Martins foi Robert W. Slenes, que escreveu artigo contendo uma réplica e uma tréplica, criticando alguns pontos defendidos por Martins.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> MARTINS (1982, p. 11).

<sup>20</sup> Uma síntese da teoria de Wakefield é encontrada no trabalho de LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 20.

<sup>21</sup> BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 25.

<sup>22</sup> MARTINS (1996).

<sup>23</sup> SLENES Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.18: 449-495, set./dez. 1998.

Slenes suspeita que Martins não dê a devida importância ao setor exportador mineiro, afirmando existir setores mais dinâmicos e diversificados de atividades que, direta ou indiretamente, estavam ligados à economia de agroexportação e que, juntos, eram consideráveis economicamente e teriam permitido a geração de capital para que o grande número de cativos apresentados por Martins fosse importado.<sup>24</sup>

Esses setores de exportação mencionados por Slenes incluíam tanto as plantações de café da Zona da Mata, como também a produção de diamantes e mesmo a mineração — que não desapareceu imediatamente — além do crescente setor agrícola comercial que supria os mercados urbanos e algumas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo. Para Slenes, era esse setor exportador e seus “efeitos multiplicadores” que constituía o “centro dinâmico” da economia mineira, especialmente nas últimas décadas do Império<sup>25</sup>. Slenes chama a atenção ainda para o fato de que o restante do Brasil também dispunha de um fácil acesso à terra e à mão-de-obra, não tendo nenhuma relação especial o fator *Wakefield* proposto por Martins:

(...) os brasileiros antes de 1850 enfrentavam uma situação de terra “livre”, mas também de escravos abundantes, cujo preço era acessível a pessoas que não tinham o capital para montarem *plantation*. Vista neste contexto, Minas não representava uma exceção, mas a regra.<sup>26</sup>

Outra explicação para o aumento considerável da população escrava na província mineira no século XIX é encontrada nos argumentos de Francisco Vidal Luna e Wilson Cano<sup>27</sup>. Em artigo, os autores tecem uma série de críticas pertinentes aos estudos de Martins, principalmente no tocante aos fatos empíricos em que o autor se baseia para sustentar seus argumentos. Luna e Cano encontraram um grande número de escravos nascidos no Brasil em detrimento dos africanos, inferindo que o aumento da população cativa teria sido fruto de “causas naturais”, de um “balanço positivo entre nascimentos e mortes”.

<sup>24</sup> Laird Bergad acredita que Slenes comete um equívoco ao pressupor que estivessem corretas as afirmações de que as importações de escravos africanos tenham sido significativas. Partindo desse pressuposto, Slenes tentaria, então, explicar como essas importações seria economicamente possível. BERGAD (2004, p. 26).

<sup>25</sup> SLENES (1998, p. 453).

<sup>26</sup> SLENES (1998, p. 462).

<sup>27</sup> LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. “A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese”. In: *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14, nov. 1983. Outros autores que demonstraram a possível existência da capacidade de reprodução dos escravos na formação da força de trabalho da província de Minas Gerais foram: PAIVA, Clotilde A.; LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. *Estudos Econômicos*. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995. Essa hipótese foi amplamente reforçada por estudos sobre a escravidão em outras localidades no século XIX. Ver, por exemplo: GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná. *Estudos Econômicos*. 17 (2), p. 297-314, 1987; MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). *Revista de Estudos Populacionais*. V. 5, p. 71-101, 1988; COSTA, Iraci del Nero da; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*. 17 (2), p. 245-296, 1987.

Contudo, os autores concordam com Martins quanto à economia ser pouco mercantilizada.<sup>28</sup> Para Luna e Cano, a economia mercantil existente no período minerador se desdobrou para a de subsistência, favorecendo as alforrias e, naturalmente, oferecendo melhores condições de exploração do trabalho, o que elevou as taxas de sobrevivência dos cativos, gerando o crescimento natural positivo da população escrava mineira.<sup>29</sup>

Com estudos mais recentes, na mesma linha de Slenes e, portanto, propondo uma explicação para o fato de Minas ter conseguido importar tantos escravos ao longo do século XIX, está Douglas Colle Libby<sup>30</sup>. Com base em dados censitários e analisando as estruturas produtivas de transformação da economia mineira no pós-auge da mineração, o autor descreve a situação econômica de Minas no século XIX como sendo um período de “acomodação”<sup>31</sup> em que a “agricultura mercantil de subsistência” se tornaria o esteio da economia mineira. Dessa forma, teria ocorrido a passagem de uma economia predominantemente mineradora para uma economia agrícola mercantil de subsistência que permaneceu utilizando-se da mão-de-obra escrava.<sup>32</sup> Isto porque, mesmo com o crescimento da população livre, havia escassez de mão-de-obra para investir na expansão e diversificação da atividade agrícola. Esse período teria sido de suma importância para a província, uma vez que faltava um produto que fosse capaz de substituir as antigas exportações de ouro e diamantes.<sup>33</sup>

Não obstante, Libby acredita que essa agricultura de subsistência possuía certo grau de mercantilização, importante no conjunto da economia da província, com a produção de diferentes gêneros básicos, tais como: milho, feijão, farinha de mandioca, aguardente e derivados de porcos, que eram destinados tanto ao autoconsumo quanto ao mercado interno, dentro e fora da província.

Por outro lado, a grande contribuição de Libby foi ressaltar a importância do setor da indústria de transformação para a economia da província, pois os componentes desta indústria transformavam as matérias-primas em produtos manufaturados — tais como ferramentas, produtos têxteis e de luxo. Assim, a indústria teria desempenhado importante papel na

---

<sup>28</sup> MARTINS, R. B. In: SLENES (1998, p.453).

<sup>29</sup> LUNA & CANO (1983, p.9).

<sup>30</sup> LIBBY (1988).

<sup>31</sup> A idéia de que a província de Minas Gerais teria passado por um processo de “acomodação” no pós - auge da mineração foi originalmente formulada por Alcir Lenharo. LENHARO (1979, p. 73-75).

<sup>32</sup> Segundo o autor, a região Metalúrgica – Mantiqueira, onde se situava Mariana, chegou aos anos 1850 com uma porcentagem de 26,81% dos escravos da província. LIBBY (1988, p. 47).

<sup>33</sup> Em contrapartida, Douglas Libby afirma que Martins não dá a devida importância às atividades de extração mineral e de transformação enquanto absorvedoras de mão-de-obra. Libby critica ainda o fato de Martins negar veementemente que “o setor cafeeiro tivesse sido o grande aglutinador de trabalhos cativos”. LIBBY (1988, p. 19).

economia, uma vez que liberou a província das importações desses bens, o que significava uma maior possibilidade de importar escravos e outros bens ao longo do século XIX.

Libby acredita que o crescimento demográfico da população escrava de Minas no século XIX tenha sido constante e que o apego mineiro à escravidão não dependeu da abundância de terras livres e nem da independência econômica do campesinato como quer Martins, e sim de um “complexo histórico que é a evolução de um determinado regime escravista regional”.<sup>34</sup> O trabalho de Libby foi ainda de grande importância para a historiografia mineira sobre a primeira metade do século XIX, especialmente por ajudar a esclarecer os padrões de concentração da propriedade escrava mineira. Segundo o autor,

Mais de dois terços dessa camada [os proprietários] possuíam cinco escravos ou menos. Apesar das diminutas posses, a exploração do braço cativo proporciona aos pequenos proprietários uma produção ampliada, bem como o título de senhor de escravos, símbolo da plena participação no regime escravista. Os pequenos proprietários de escravos se encontram tanto no campo quanto nos núcleos urbanos. Eles se entregam a toda espécie de atividade econômica, desde o cultivo de alimentos básicos, passando pela indústria têxtil doméstica até os ofícios mecânicos e o comércio.<sup>35</sup>

João Luís Fragoso<sup>36</sup>, também defendendo que o declínio da mineração não teria originado “uma rápida e geral decadência” na economia mineira e nem representado o “retraimento dos seus complexos agropecuários mercantis de abastecimento”, propôs novas explicações para a forma de organização do trabalho em algumas áreas de produções não-capitalistas. E essa nova forma de organização do trabalho, a que Fragoso chamou de *modo camponês*<sup>37</sup>, estava presente tanto na estrutura econômica mineira quanto na de São Paulo e do Rio de Janeiro e estaria ligada ao mercado colonial. Dessa forma, nas unidades camponesas havia o recurso do trabalho escravo, mas de caráter complementar ao do trabalho familiar.

Para Fragoso, embora tenha ocorrido um crescimento no número de proprietários de escravos segundo o cruzamento dos censos demográficos de 1831-1840 com os inquéritos de 1846-1854, 66,7% dos 20 mil domicílios mineiros não possuíam cativos. Por outro lado,

<sup>34</sup> LIBBY (1988, p.21). Todavia, esta afirmação do autor não é nada esclarecedora no que se refere ao apego mineiro à escravidão.

<sup>35</sup> LIBBY (1988, p. 82-83). Em suas amostragens, o autor constatou que o maior número de proprietários possuía entre 3 e 5 cativos, representando 28,0% dos senhores de escravos da província. Em 6 das 9 regiões analisadas por Libby, inclusive a Metalúrgica – Mantiqueira, a maioria dos proprietários de escravos possuía apenas 1 cativo. (p. 98-109).

<sup>36</sup> FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>37</sup> Sobre a estrutura camponesa, Fragoso se baseia nos quatro traços básicos apontados por Ciro Cardoso: acesso estável à terra; trabalho predominantemente familiar; economia fundamental de subsistência e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas. FRAGOSO (1998, p. 132).

mesmo havendo maior concentração de escravos nas mãos dos senhores de seis a dez cativos, “mais de dois terços dos proprietários só possuíam de um a cinco escravos”.<sup>38</sup> Para o autor:

Os números não apenas sugerem que o senhor de escravos padrão de Minas Gerais era o pequeno proprietário, mas apontam também para o fato de que a base da economia mercantil mineira voltada para o mercado interno dificilmente poderia ser classificada apenas como escravista. Em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividade produtiva, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar dos detentores da unidade. E avançando um pouco mais, mesmo reconhecendo que não temos base empírica para isso, aquele padrão nos insinua que estamos diante de uma situação próxima à de unidades camponesas que complementam o trabalho familiar com o de outras categorias sociais, no caso o escravo.<sup>39</sup>

Por outro lado, Fragoso admite que “a presença do trabalho escravo na pequena produção de Minas não seria um elemento suficiente para caracterizá-lo como escravista, sendo necessário compará-lo com o peso do trabalho familiar”. Embora Fragoso não disponha de dados empíricos para tal, o autor acredita que “em Minas Gerais parte de sua produção enviada ao mercado interno era resultado de unidades camponesas”.<sup>40</sup> De qualquer forma, a importante contribuição do trabalho de Fragoso, em muitos pontos inovadores, certamente abrirá caminhos para novos questionamentos e para novas pesquisas, especialmente no que se refere à verificação regional do peso do trabalho familiar e do uso do trabalho escravo na produção da economia interna mineira.

Através da exposição das principais interpretações sobre a economia mineira ao longo do século XIX, podemos perceber que algumas características são marcantes na província de Minas Gerais. Primeiramente, notamos que a população escrava foi, sem dúvida, uma variável constante no estudo desses autores, o que viria a reafirmar a importância desse segmento da população para o desenvolvimento da economia e demografia da região estudada. Segundo, que a economia desse período foi marcada por uma diversidade de produtos destinados tanto ao autoconsumo quanto à comercialização com outras regiões. Terceiro que as atividades agropecuárias e manufatureiras, e alguma mineração, utilizavam primordialmente a mão-de-obra escrava como força de trabalho — ainda que como complemento ao trabalho familiar,

<sup>38</sup> FRAGOSO (1998, p. 130-131). Muitos dos dados de Fragoso para Minas Gerais estão baseados nos trabalhos de Robert B. Martins (1982) e em Douglas C. Libby (1988).

<sup>39</sup> FRAGOSO (1998, p. 131).

<sup>40</sup> FRAGOSO (1998, p.133-134). Essa desconfiança do autor basea-se nos dados apresentados por Douglas C. Libby, onde entre os anos 1831-1840, três regiões de Minas (o Sul, o Oeste e o Alto Paranaíba) aparecem contribuindo com 35,01% a 39,24% de mão-de-obra escrava na força de trabalho, ou seja, mais de 60% dessa força de trabalho era da população livre, dentre esta, apenas 7,8% era assalariada. LIBBY (1988, p.54).

como proposto por Fragoso — indicando que a economia mineira estava longe da decadência e se encontrava em ascensão ao longo de grande parte do século XIX, haja vista o crescimento populacional cativo da província neste período. Não obstante, há ainda um longo caminho a ser percorrido com o intuito de esclarecer pontos conflitantes dessa região um tanto quanto típica e peculiar durante o período em que vigorou o regime escravista, sobretudo o século XIX e o debate sobre a economia mercantil de subsistência,<sup>41</sup> bem como seu grau de envolvimento com o mercado interno e externo e sobre a dinâmica do crescimento da população escrava mineira nesse período.

Entretanto, mesmo que as explicações para o crescimento da população cativa não estejam plenamente determinadas, acreditamos que tanto as explicações de Martins quanto as de Luna e Cano não se excluem. Mas vale ressaltar a necessidade de estudos que se dediquem a revelar o peso de cada uma dessas alternativas — das importações de escravos da África para Minas Gerais e do crescimento natural positivo — que teriam resultado no aumento da população escrava da província mineira no século XIX.

A historiografia mineira revisionista, mesmo longe de um consenso, tem trazido importante contribuição ao debate sobre Minas Gerais do século XIX. Em que pesem essas contribuições, há um longo caminho a ser percorrido pelos historiadores em relação aos debates suscitados por esses importantes estudos pioneiros, especialmente os que se proponham um recorte regional, como afirma Andréa Lisly Gonçalves em artigo de revisão sobre a historiografia mineira:

Talvez o encaminhamento do debate daqui pra frente tenda à compatibilização entre as análises que pretendam explicar a dinâmica externa do sistema aliando-a aos trabalhos que buscam estabelecer a face interna da experiência colonial, com seus desdobramentos para o século XIX, período no qual se mantém praticamente inalterada a estrutura escravista.<sup>42</sup>

Dessa forma, será possível (re) visitar novas questões a luz de estudos mais pontuais, testando regionalmente as formulações gerais propostas para a província como um todo. É o que já temos observado, sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990, com o aumento no volume de produção, especialmente de caráter monográfico e de dissertações e teses, sendo produzidas dentro dos programas de pós-graduação de instituições de ensino superior,

---

<sup>41</sup> Talvez fosse mais adequado o uso do termo “economia de autoconsumo” ou “agricultura de abastecimento”.

<sup>42</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. “Algumas Perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais ns séculos XVIII e XIX”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 26.

especialmente nas instituições públicas, graças às descobertas e aos novos olhares dirigidos a documentação pelos historiadores, conferindo um caráter regional a essas últimas pesquisas.

## 1.2 – Mariana no contexto da historiografia mineira do século XIX

Dando prosseguimento às teses apontadas até aqui, temos os trabalhos de cunho regional que vem merecendo maior atenção nos últimos anos, uma vez que se propõem a testar regionalmente as formulações propostas pelos estudos de base revisionista que privilegiam a província mineira como um todo. Esses trabalhos tem sido enfáticos em demonstrar a não decadência e estagnação da economia mineira após o auge minerador em diferentes regiões.

Nesse sentido, encontramos alguns autores que se dedicaram ao estudo da região de Mariana, e que nos interessam sobremaneira, como é o caso dos estudos de Carla Almeida, bastante elucidativos sobre o funcionamento da economia marianense nos séculos XVIII e XIX.<sup>43</sup> Utilizando-se dos inventários *post-mortem* do termo de Mariana para o período de 1750 - 1850, a autora irá demonstrar a dinâmica da economia voltada para o abastecimento do mercado interno da região, bem como revelar sob quais bases essa estrutura produtiva estava apoiada.

Para Almeida, findo o período do ouro, as unidades produtivas se adaptaram às atividades mercantis de subsistência que tinham no escravo a principal mão-de-obra, transformando-se no núcleo da economia regional. Dessa forma, não seria correto, segundo a autora, aplicar os termos "decadente" e "estagnado" para caracterizar a economia pós-mineração, visto que as mudanças ocorridas não foram de caráter estrutural.

À medida que a mineração deixava de ser economicamente importante na região, as atividades agropecuárias cresciam gerando menor lucro, mas possibilitando uma diversificação significativa nas unidades produtivas. Com o passar do tempo, as unidades que possuíam maior diversificação foram as que concentraram a maior parte da riqueza, ao contrário das unidades especializadas.<sup>44</sup> Desse modo, a autora chegou à conclusão de que o sistema econômico que existiu na região de Mariana manteve as mesmas características, salvo pequenas modificações e ou/adaptações, após o período do auge da mineração.

---

<sup>43</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1994.

<sup>44</sup> ALMEIDA (1994, p. 193).

Os estudos de Almeida foram ainda de grande importância no que se refere à identificação da estrutura de posse de escravos em Mariana. Almeida constatou a mesma predominância de pequenos plantéis apontada por Douglas Libby quando este estudou a província de Minas. Assim, a maioria dos proprietários marianenses eram donos de poucos escravos: entre 1 e 5 cativos e representaram mais de 40% do total de proprietários ao longo de todos os subperíodos.<sup>45</sup> A autora também constatou uma grande oferta de cativos a baixos custos em Mariana, denotando que a possibilidade de aquisição de mão-de-obra escrava era razoavelmente difundida.

Em contrapartida, havia maior concentração de escravos nos grandes plantéis, o que poderia indicar que nas grandes unidades produtivas haveria tendência a um maior grau de mercantilização que nas menores, visto a maior diversificação de suas unidades produtivas. A autora constatou ainda, que houve certa desconcentração da posse de escravos com o declínio da mineração uma vez que ocorreu um aumento das faixas de pequenos plantéis e dos cativos que elas detinham.

Observando que o perfil econômico da região alterava a estrutura da posse de escravos, Almeida conclui que “até 1850 a base de sustentação do regime escravista em Mariana estava amplamente assegurada, visto o grande número de pequenos proprietários existentes, que no período de 1820 a 1850 chegou a alcançar 72,2% do total dos donos de escravos”.<sup>46</sup> A partir de 1850, o quadro parece ser outro, principalmente nas regiões cafeeiras, onde o desenvolvimento da cafeicultura teria provocado a redução da participação desses pequenos proprietários na posse de cativos, aumentando, por outro lado, a concentração de cativos nas mãos dos médios proprietários de escravos.<sup>47</sup>

Quanto à composição da população cativa marianense, Almeida encontrou um maior número de crioulos (58,9%) em relação aos africanos (41,1%)<sup>48</sup>, demonstrando que “a região de Mariana dependeu menos do comércio de africanos para repor sua mão-de-obra escrava do que aquelas outras duas [as províncias da Bahia e do Rio de Janeiro]”<sup>49</sup>. Estes dados podem indicar uma maior possibilidade de reprodução natural em Mariana, fato evidenciado por

---

<sup>45</sup> ALMEIDA (1994, p. 135-136). Os percentuais de proprietários de plantel de até 5 escravos são crescentes no período analisado pela autora. Assim, de 1750 a 1770, o percentual é de 41,4%; de 1780 a 1810, de 45,4%; e de 1820 a 1850 o percentual de proprietários de até 5 escravos sobe para 46,6%. Devemos lembrar que muitos dos distritos de Mariana possuíam características tipicamente urbanas, onde seria comum o predomínio de pequenos plantéis. Almeida trabalha com as seguintes faixas de tamanho de plantel: pequenos proprietários: 1-5 e 6-10 escravos; médios proprietários: 11-20 escravos; grandes proprietários: + 20 escravos.

<sup>46</sup> ALMEIDA (1994, p. 137).

<sup>47</sup> LIBBY (1988, p. 104-105). Todavia, Libby afirma que pelo menos até o fim da década de 1860, a participação de pequenos proprietários, que garantiam a sustentação do regime escravista, continuava bastante significativa.

<sup>48</sup> ALMEIDA (1994, p. 114).

<sup>49</sup> ALMEIDA (1994, p. 117).

diferentes constatações, tais como a tendência à valorização do preço das mulheres cativas, o aumento no número de crianças de 0 a 14 anos na população escrava e pelo aumento proporcional de mulheres em idades propícias à procriação na composição dessa população.<sup>50</sup>

Estudando a reprodução e a família escrava em Mariana na segunda metade do século XIX, através de inventários *post-mortem* e outras fontes complementares, Heloísa M. Teixeira<sup>51</sup> pôde constatar que as famílias escravas tiveram importante papel “no processo de formação e ampliação dos plantéis cativos de Mariana” no período estudado. A pesquisa de Teixeira se mostrou fecunda ao apresentar dados que nos possibilitaram visualizar a sociedade marianense da segunda metade do século XIX, tanto no que diz respeito aos aspectos econômicos (tais como a diversificação econômica, a produção de alimentos e a riqueza dos proprietários de escravos), quanto aos aspectos demográficos (como a composição, origem, atividades produtivas e estruturas de posse dos cativos). A autora revelou ainda o perfil da família escrava marianense e suas possibilidades de reprodução que garantiram certa “*estabilidade familiar*” dos mesmos.

Em linhas gerais, selecionamos alguns aspectos econômicos e demográficos apontados por Heloísa Teixeira, para retratar Mariana entre os anos de nossa pesquisa: 1850-1886. Dos 319 inventários analisados pela autora, os escravos foram os mais representativos dentre a composição das riquezas dos proprietários marianenses, como mostra o gráfico abaixo.<sup>52</sup>

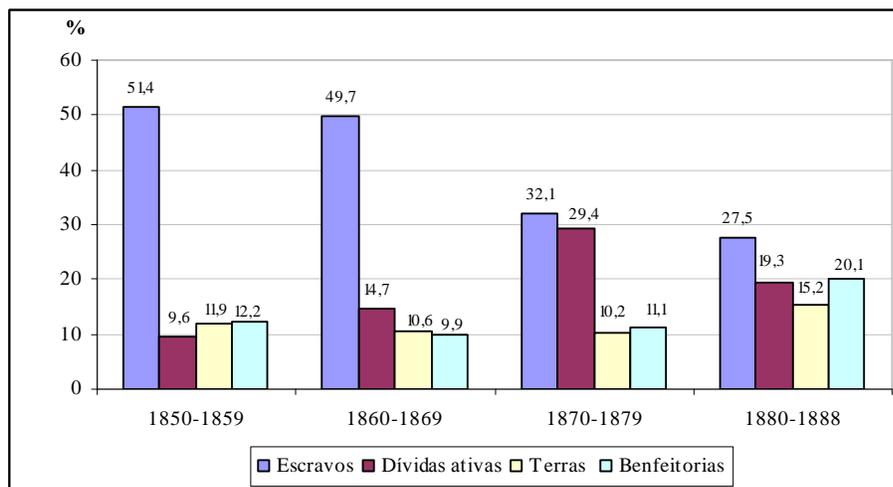
---

<sup>50</sup> ALMEIDA (1994, p. 128-129). Para os dados completos, ver tabelas XI, XVI e XVII e o gráfico VIII da autora. Entre 1820 e 1850, Almeida encontrou 440 crianças (quase um terço da população cativa por ela estudada) presente nos inventários. A autora chama atenção para o fato de que se levarmos em conta apenas os crioulos, a porcentagem de crianças variaria de 41 a 51%. Essa constatação da autora reforça a hipótese da substituição das importações pela auto-suficiência mineira, que se manifestaria também na forma de reposição da mão-de-obra cativa.

<sup>51</sup> TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana: 1850-1888*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 2001.

<sup>52</sup> Selecionamos somente os bens que tiveram maior representatividade dentre os que compuseram a riqueza dos proprietários de Mariana apresentados pela autora: escravos; dívidas ativas (valores a receber referente a empréstimos em dinheiro ou venda de bens e apólices da dívida pública); terras e benfeitorias (casas, engenhos, moinhos, senzalas, plantações, etc.). Os demais bens foram: bens móveis (trastes de casa, louças, roupas, ferramentas, carros de boi); semoventes (bovinos, suínos, eqüinos, muares e ovinos) e metais (jóias ou peças de ouro, prata ou pedras preciosas) e dinheiro. TEIXEIRA (2001, p. 29). Vale ressaltar a escassez de trabalhos que versem sobre Mariana na segunda metade do século XIX, daí a importância do trabalho de Teixeira e nossa justificativa pela escolha da autora para nos ajudar a compor o cenário e a contextualizar a região.

**Gráfico 1: Composição da riqueza dos proprietários de Mariana segundo bens selecionados: 1850-1888.**



Fonte: TEIXEIRA (2001, p. 30).

Pelos dados do gráfico 1, vimos que ao longo das décadas a participação dos escravos no monte mor sofreu queda, embora tenha sido o bem de maior representatividade em comparação aos demais. Da década de 1850 para a de 1880, a queda chegou a 46,5%. Certamente, o decréscimo da presença dos escravos nos bens inventariados esteja diretamente relacionado ao período analisado, ou seja, ao enfraquecimento da escravidão, especialmente após a década de 1870 quando foi promulgada a lei do Ventre Livre (1871), encerrando de vez a possibilidade de reposição da mão-de-obra cativa via reposição natural.<sup>53</sup> Teixeira constatou ainda que quanto maior as faixas de riqueza, maior era o número de escravos que esses proprietários mais abastados possuíam.<sup>54</sup>

Por outro lado, ocorreu aumento considerável da participação das dívidas ativas, aumento este que chegou a 206% quando comparamos os dados de 1850 e 1870. Teixeira observou que “quanto mais recursos financeiros possuíam os proprietários, maiores eram as médias de dívidas a receber. O interesse pelo fornecimento de créditos para terceiros dos grandes proprietários revela que tal investimento devia ser bastante lucrativo”.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> Há que se lembrar que desde 1850 a reposição de mão-de-obra escrava estava proibida via tráfico Atlântico, restando aos proprietários o investimento no tráfico interno (intra e interprovincial) e/ou na reprodução natural a partir de então. Todavia, em 1871, mais uma forma de repor os cativos tornava-se proibida, indicando que o fim da escravidão não tardaria chegar.

<sup>54</sup> TEIXEIRA (2001, p. 33-34).

<sup>55</sup> TEIXEIRA (2001, p. 36). Além desse dado, a autora constatou que “a maioria dos créditos concedidos era de valores bastante pequenos”. (p. 38).

As terras e benfeitorias não sofreram grandes variações nas três primeiras décadas, mas tiveram aumento considerável na década de 1880. Assim, as terras tiveram acréscimo de 49% na participação das riquezas dos proprietários inventariados da década de 1870 para 1880, enquanto que a participação das benfeitorias cresceu 81% em relação à década de 1870. A explicação encontrada por Teixeira para justificar o crescimento da participação das terras na riqueza dos proprietários está mais ligada à valorização do preço do alqueire.<sup>56</sup> De modo geral, os dados da autora apontam para a importância do escravo na composição da riqueza no monte mor dos proprietários da região de Mariana. Mesmo perdendo espaço para as dívidas ativas e terras nos inventários, a posse de cativos ainda era ostentada como sinal de riqueza, de *status*.

É o que também indicam as escrituras de hipotecas e penhor com escravos que pesquisamos.<sup>57</sup> De fato, para a sociedade da época, ao menos até o início da década de 1870, a posse de escravos não deixou de ser importante, tanto que os mesmos eram utilizados como “capital de giro”, garantindo o pagamento de dívidas contraídas por seus proprietários. Em Mariana, encontramos 158 escrituras de hipotecas e penhores com a presença de escravos nos Livros de Notas, 1º e 2º ofícios, entre os anos 1850-1883, que envolveram 1.002 escravos e 7 ingênuos, totalizando 1.009 indivíduos, como vemos abaixo<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> TEIXEIRA (2001, p. 38).

<sup>57</sup> Essas escrituras de hipotecas normalmente referiam-se a dívidas de pequenos empréstimos onde os devedores asseguravam o pagamento das mesmas, dentro de um prazo pré-estabelecido, utilizando-se de bens que possuíam. Optamos por coletar somente as escrituras de hipotecas e penhores que envolviam escravos como garantia, ainda que houvesse a presença de outros bens. De acordo com a Lei nº. 1.237 de 24 de setembro de 1864, o escravo passou a ser definido, sob o ponto de vista jurídico, como sendo um “bem móvel” que podia ser hipotecado juntamente com outros bens, como consta no § 1º que regulamenta as hipotecas: “os immoveis; os accessorios dos immoveis com os mesmos immoveis; os escravos e animaes pertencentes ás propriedades agricolas que forem especificados no contracto, sendo com as mesmas propriedades.” Collecção das leis do Império do Brasil. 1864, p. 69-70. In: CAMPOLINA, Alda Maria F. [et alii]. *Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e da Cultura – Arquivo Público Mineiro/Copasa, 1988, p. 113-114.

<sup>58</sup> Para as escrituras de hipotecas e penhor não estamos fazendo distinção entre escravos e ingênuos, visto que na prática havia pouca distinção entre os mesmos, pois os senhores podiam fazer uso dos ingênuos como mão-de-obra até que estes completassem 21 anos de idade, como observou Heloisa Teixeira. TEIXEIRA (2001, nota nº. 103, p.64).

**Tabela 1 - Escravos e ingênuos hipotecados em Mariana: 1850-1886.**

Década	Nº. de escrituras	Nº. de escravos		Total
		Homem	Mulher	
1850-1859	64	178	119	297
1860-1869	63	264	192	456
1870-1879	25	111	74	185
1880-1886	6	44	27	71
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>597</b>	<b>412</b>	<b>1009</b>

Fonte: Livro de Notas 1º e 2º officios, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1850-1883.

Pela tabela, notamos que o maior número de hipotecas de escravos e ingênuos ocorreu nas décadas de 1850 e 1860. Juntas, foram responsáveis por 80,4% das escrituras e por 74,6% dos indivíduos hipotecados, sendo a década de 1860 a que concentrou o maior número de escravos e ingênuos utilizados como garantia de pagamento de dívidas: 456 escravos ou 45,2%. A partir da década de 1870 nota-se queda tanto do número de escrituras quanto de escravos hipotecados, fato que, possivelmente, indica a perda gradual do valor do escravo nessa sociedade, especialmente no seu uso para garantir pagamento de dívidas. Assim, da década de 1860 para a de 1870, houve queda de 60,3% no número de escrituras e de 59,4% de escravos hipotecados. Já a década de 1880 registrou os menores índices, sofrendo queda de 90,5% de registro de escrituras e de 84,4% de escravos hipotecados em relação à década de 1860.

Quando realizamos a distribuição das escrituras de acordo com a idade e o sexo dos escravos hipotecados segundo a década, vemos que a maioria tratava-se de cativos adultos em idade produtiva: 415 ou 52,7% tinham idade entre 15 e 39 anos:

**Tabela 2 - Distribuição etária dos escravos hipotecados segundo o sexo e o período: Mariana, 1850-1886.**

Faixa Etária	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1886		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	Nº.	%
0-14 anos*	24	28	78	68	39	22	8	8	275	34,9
15-39 anos	47	21	126	89	56	39	21	16	415	52,7
40 anos ou +	9	1	29	14	16	13	13	2	97	12,3
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>50</b>	<b>233</b>	<b>171</b>	<b>111</b>	<b>74</b>	<b>42</b>	<b>26</b>	<b>787</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Notas 1º e 2º officios, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1850-1883.

H= homem; M= mulher; Nº. = números absolutos.

\* Incluem tanto escravos quanto ingênuos.

O número de crianças de 0-14 anos usadas para garantir as hipotecas foi bastante expressivo, além de indicar a reprodução natural como forma de reposição da escravaria: encontramos 275 crianças escravas, representando 35,0% dos cativos hipotecados. Já a utilização dos escravos com 40 anos ou mais para garantir o pagamento das hipotecas representou apenas 12,3%, envolvendo 97 cativos.

Quando investigamos se havia a presença de outros bens, além dos escravos, sendo utilizados para dar garantia do pagamento dessas hipotecas, os dados são surpreendentes:

**Tabela 3 - Presença de outros bens, além dos escravos, nas escrituras de hipotecas: Mariana, 1850-1886.**

Presença de outros bens	Nº. de escrituras				Total	Nº. de escravos	
	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1886		Nº.	%
Não	51	36	6	1	94	431	42,7
Somente bens de raiz	6	17	17	4	44	309	30,6
Bens de raiz e outros	5	6	2	1	14	229	22,7
Outros bens que não bens de raiz	2	4	-	-	6	40	4,0
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>63</b>	<b>25</b>	<b>6</b>	<b>158</b>	<b>1.009</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de Notas 1º e 2º ofícios, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1850-1883.

Pela tabela acima, notamos que a maioria das escrituras de hipotecas não envolvia outro bem, além do escravo. Assim, em 94 escrituras somente escravos foram utilizados como garantia do pagamento de dívidas, representando 42,7% dos cativos hipotecados, ou 431 indivíduos. Quando havia a presença de outro bem, além de escravos, dando garantia de pagamento, normalmente eram bens de raízes: foram 44 escrituras envolvendo 309 escravos hipotecados juntamente com esses bens. Escrituras de escravos hipotecados com bens de raízes associados a outros, tais como móveis, animais e jóias somaram 14, envolvendo 229 cativos, ou 22,7%. Já outros bens que não os de raízes hipotecados juntamente com escravos somaram apenas 6 escrituras que envolveram 40 cativos, ou 4%.

Do quadro apresentado, podemos apreender que na maioria das escrituras de hipotecas, o uso exclusivo do escravo era o bastante para assegurar o pagamento da dívida hipotecada, o que denota a importância da mão-de-obra cativa para esta sociedade. Todavia, quando outro bem se fazia necessário, juntamente ao escravo, os bens de raízes eram preferidos.

No que se refere à diversificação econômica, Teixeira observou que a agricultura e a pecuária foram as atividades mais desenvolvidas pelas propriedades de Mariana em todo o período: em 48,6% das unidades produtivas amostradas foi descrita alguma atividade agrícola ou pecuária e, quando se considera somente os inventários com escravos, o percentual sobe

para 54,6%.<sup>59</sup> Outro dado importante refere-se a presença de engenhos, o que denota a “importância do cultivo e do beneficiamento da cana de açúcar na região durante a segunda metade do século XIX”.<sup>60</sup>

Já a pecuária estava presente em 27% das unidades produtivas marianenses amostradas pela autora. Dentre os animais que eram criados na região de Mariana, os bovinos representaram a maior participação: 34,6%, seguidos pelos suínos: 32,8%, muares: 14,8% , eqüinos: 13,4%, ovinos: 4,2% e pelos caprinos: 0,2%. As maiores médias de cabeças por inventários foram de suínos: 29,31; enquanto que a de ovinos ficou em segundo lugar: 23,67 e os bovinos em terceiro: 14,55. Teixeira desconfia que os rebanhos bovinos e suínos “não estavam ligados apenas à alimentação dos residentes na unidade produtiva”, e sim destinados à comercialização. O mesmo se pode dizer da criação de muares, pois as tropas eram responsáveis pelo transporte de produtos de região para região.<sup>61</sup>

Quanto aos ofícios que eram desenvolvidos na região de Mariana na segunda metade do século XIX, Teixeira observou que os ofícios de siderurgia e tecelagem foram relatados com maior freqüência em sua amostragem. As pequenas fundições de ferro se tornaram responsáveis pela produção de instrumentos para a mineração local ou regional, bem como para a agricultura, além da fabricação de utensílios domésticos como talheres, panelas, canecas, etc. O desenvolvimento da siderurgia na província foi de grande importância, uma vez que possibilitou a produção de muitas ferramentas e produtos — antes importados, sobretudo da Europa — utilizados tanto pela mineração aurífera na sua última fase quanto pela agricultura mercantil de subsistência.<sup>62</sup> A mão-de-obra nessa siderurgia era majoritariamente escrava, como relatou Libby:

Como parte do ajustamento à decadência do setor aurífero, as pequenas forjas utilizaram majoritariamente a mão-de-obra escrava, assim treinando um considerável corpo de trabalhadores escravos especializados que, juntamente com seus menos numerosos companheiros livres, produziram ferro, o que ajudou a sustentar tanto o que restou da mineração como a agricultura mercantil de subsistência.<sup>63</sup>

<sup>59</sup> TEIXEIRA (2001, p. 46). Segundo a autora “o milho era o produto mais cultivado da região”, donde se explica o fato de o moinho ser a benfeitoria mais disseminada nas propriedades locais. (p. 46-47).

<sup>60</sup> TEIXEIRA (2001, p. 50-51). Segundo a autora: “mais da metade dos inventários descreve algum tipo de trabalho com a cana como matéria-prima”.

<sup>61</sup> TEIXEIRA (2001, p. 52-53). Metodologicamente, Teixeira está considerando apenas os inventários com mínimo 15 animais de uma mesma espécie. Dessa forma, a autora espera excluir os casos em que os animais eram usados apenas como força motriz ou meio de locomoção de pessoas e produtos. (p. 51).

<sup>62</sup> TEIXEIRA (2001, p. 54-56).

<sup>63</sup> LIBBY (1988, p. 178). Especialmente no capítulo 3, Libby desenvolve um importante trabalho sobre a siderurgia mineira na região Metalúrgica – Mantiqueira.

A atividade têxtil também foi muito difundida na província mineira, embora não dependesse tanto do trabalho escravo quanto a siderurgia.<sup>64</sup> Tanto na sua versão doméstica quanto fabril, a mão-de-obra era predominantemente feminina, sobretudo das mulheres livres. Para Mariana, Teixeira encontrou referência a “25 teares, 23 rodas de fiar e 16 descaroçadores de algodão”, embora apenas 4 plantações de algodão tenham sido relatadas em sua amostragem.<sup>65</sup>

Pela exposição até aqui, é possível perceber que em Mariana, durante a segunda metade do século XIX, havia o predomínio de uma economia bastante diversificada, onde se desenvolviam a agricultura, a pecuária, a siderurgia e a indústria têxtil, dentre outras. Certamente, foram estas atividades que asseguraram os níveis de subsistência e auto-suficiência da região.

Para compor o cenário da região de Mariana, passemos às características demográficas dos escravos da região na segunda metade do século XIX. A partir de dados estatísticos disponíveis<sup>66</sup>, vemos que a população cativa de Mariana decresce ao longo do século em questão, como mostra o gráfico abaixo:

### **Gráfico 2 – População escrava de Mariana (sede e freguesias) em anos selecionados.**

---

<sup>64</sup> LIBBY (1988, p. 178). O capítulo 4 de seu livro é inteiramente dedicado à indústria têxtil da província mineira.

<sup>65</sup> TEIXEIRA (2001, p. 58).

<sup>66</sup> Vale ressaltar que durante o século XIX não há uma fonte plenamente confiável a respeito da população cativa em Minas Gerais. O que temos são fontes, muitas vezes incompletas, que nos permitem uma aproximação dos números reais. Contudo, devem ser utilizadas com cautela por parte de pesquisadores.



Fonte: 1831: *Listas Nominativas de habitantes da provincia de Minas Gerais 1831/32*. [CD-ROM]. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG; 1872: PUNTONI, Pedro. (Coordenação). *Os Recenseamentos Gerais do Brasil no Século XIX: 1872 e 1890*. [CD-ROM]. CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento); 1880: *Falla...* Pres. Sant'Anna, 1880, p. 25-26; 1884: *Falla...* Pres. Gonçalves Chaves, 1884, p. 63-64; 1887: *Relatório 1887*, 32,33.

Pelo gráfico, temos uma idéia aproximada da população cativa que se encontrava em Mariana nos anos selecionados. Nota-se que a tendência é de constante queda até as vésperas da Abolição. De acordo com as listas nominativas para o ano de 1831/1832, Mariana possuía uma população cativa de 13.300 indivíduos. Já o Censo de 1872 registrou a presença de 8.422 cativos, uma queda de 36,7% em relação ao ano de referencia, 1831.<sup>67</sup> O Relatório de Presidente de Província do ano 1880 registrou uma população servil de 5.426, ou seja, queda de 59,2%. Já no ano de 1884, o Presidente da Província Antonio Gonçalves Chaves menciona uma população cativa de 4.733 escravos em Mariana, representando uma queda de 64,4% quando comparada ao ano de 1831. Finalmente, o Relatório de 1887, vésperas da Abolição, consta que em Mariana existiam 4.565 cativos, representando a maior queda registrada: 65,7% em relação ao ano de 1831. Todavia, para avaliarmos o peso dessa afirmação, seria necessário termos em mãos os números de óbitos e de alforrias para o período em foco —

<sup>67</sup> De acordo com as Listas Nominativas de 1832, dos 13.300 escravos existentes em Mariana, 8.307 eram homens e 4.993 mulheres. De acordo com a regionalização de Clotilde A. Paiva, a região mineradora central oeste, da qual Mariana fazia parte, apresentou os melhores níveis de riqueza na primeira metade do século, com a presença de grande número de casas de negócio, destacando o município de Mariana, um dos importantes centros da região e que alcançou os melhores índices econômicos quando comparado aos demais. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996. Já no Censo de 1872, do total de 8.422 escravos de Mariana, 4.644 eram homens e 3.778 mulheres. Somente para estes dois anos é que encontramos a distinção por sexo da população servil de Mariana.

considerando-se as transferências pelo tráfico interno. Ao que consta, não há nenhum estudo dessa natureza para a região.

Em amostragem a partir de inventários *post-mortem* para Mariana entre os anos 1850-1888, Heloísa Teixeira encontrou 3795 escravos (dos quais 2105 eram do sexo masculino e 1690 feminino) e 141 ingênuos (sendo 83 do sexo masculino e 58 do sexo feminino). Quanto à origem da população servil marianense,<sup>68</sup> os dados de Teixeira são decisivos: os crioulos somaram maioria absoluta em todos os subperíodos analisados, totalizando 2.722 indivíduos, ou seja, 69,1% da população escrava e ingênuo amostrada, enquanto que os africanos representaram apenas 11,1%.

**Tabela 4 - Origem da população escrava e ingênuo de Mariana: 1850-1888.**

Década	Origem						Total	
	Africanos		Crioulos		Origem não identificada		n	%
	n	%	n	%	n	%		
<b>1850-1859</b>	180	15,1	731	61,2	284	23,8	1195	100
<b>1860-1869</b>	167	14,6	711	62,2	265	23,2	1143	100
<b>1870-1879</b>	71	6,7	915	80	174	13,3	1160	100
<b>1880-1888</b>	18	4,1	365	82,7	55	13,2	438	100
<b>Total</b>	436	11,1	2722	69,1	778	19,8	3936	100

Fonte: TEIXEIRA (2001, p. 65).

Como esperado, devido à proibição da reposição escrava via tráfico Atlântico, a presença de africanos vai se tornando cada vez mais escassa à medida que avançamos no tempo. Consequentemente, os africanos que ainda restam nesse período tenderam a envelhecer. Quando comparados o número de africanos da década de 1850 e a de 1880, nota-se uma queda de 90% na presença de africanos nos inventários analisados pela autora. Já com os crioulos, embora tenha ocorrido queda na participação dos inventários na passagem da década de 1850 para 1860 (2,7%), na década de 1870 houve crescimento de 28,7% em relação à década anterior. Somente na década de 1880 é que a presença de crioulos sofre queda considerável, contudo esperada: 60,1%. *Grosso modo*, o maior número de crioulos entre a população mancipia, pode ser indicativo de que a reprodução natural teria sido responsável, em certa medida, pelo aumento da população cativa, fazendo com que o município de Mariana dependesse menos das importações de escravos. Entretanto faltam-nos dados para confirmar esta hipótese.

<sup>68</sup> A autora optou por manter juntos escravos e ingênuos, pois considera que de fato, não havia distinção entre eles. TEIXEIRA (2001, p. 64-65).

Analisando a idade dos escravos, Teixeira observa que a maioria dos escravos tinha entre 15 e 44 anos de idade em todo o período analisado (43,9%), predominando os crioulos do sexo masculino que obtinham preços mais elevados que as mulheres, fato recorrente na historiografia. Outro dado que nos chama atenção diz respeito à porcentagem expressiva de crianças de 0-14 anos de idade, tanto escravas quanto ingênuas, presentes nos inventários amostrados pela autora. Durante todo o período estudado, as crianças representaram 30,5%, sendo 26,9% de escravos e 3,6% de ingênuos. Já os indivíduos com mais de 44 anos somaram apenas 15,7%, dentre estes havia um grande número de africanos.<sup>69</sup>

Em Mariana, a autora também encontrou correlação entre o sexo e a ocupação dos escravos, bem como sua influência direta no preço dos cativos. As escravas foram mais descritas desempenhando atividades de cozinheiras (99 casos) e serviços domésticos (68 casos), enquanto que os cativos estavam mais dedicados ao serviço de roceiro (272 casos), onde a participação feminina também foi expressiva: 80 escravas foram encontradas desempenhando esta mesma atividade.<sup>70</sup>

Quanto ao tamanho do plantel marianense, assim como apresentado por Carla Almeida para o período de 1750-1850, Teixeira encontrou predomínio de plantéis com até cinco escravos, concentrando 13,7% dos cativos e apenas 2,8% dos ingênuos. Entretanto, os grandes plantéis (com mais de 20 cativos), em menor número, possuíam a maior concentração de escravos: 43,4% e 70,9% de ingênuos<sup>71</sup>. Deste modo, Heloísa Teixeira constatou que quanto menor o plantel “maior a participação de homens e mulheres entre 15 e 44 anos (48,7%) e menor a participação de crianças escravas e ingênuas (20,3%)”.<sup>72</sup> Na tentativa de encontrar explicações para este fato, a autora levantou três hipóteses que merecem consideração:

a) devido ao menor número de escravos (muitas vezes não ia além da unidade) e considerando a dificuldade de enlacs entre escravos de propriedades distintas, os pequenos plantéis eram menos propícios à formação de famílias e, conseqüentemente, menos propícios à reprodução; b) a conservação de escravos mais produtivos e venda das crias destes pequenos plantéis para outros maiores, ou seja, um pequeno escravista nem sempre tinha condições de manter crianças sem que estas dessem retorno à produção; e c) cada criança nascida e mantida no pequeno plantel aumenta a possibilidade de que este mesmo plantel tenha passado de pequeno a pequeno-médio (seis a dez escravos).<sup>73</sup>

<sup>69</sup> TEIXEIRA (2001, p.63).

<sup>70</sup> TEIXEIRA (2001, p.71-72). *Grosso modo*, Teixeira constatou que os escravos homens estavam mais ligados às atividades artesanais enquanto que as escravas às domésticas.

<sup>71</sup> TEIXEIRA (2001, p. 73).

<sup>72</sup> TEIXEIRA (2001, p.80.).

<sup>73</sup> TEIXEIRA (2001, p.80).

Através da exposição até aqui, podemos observar que a economia de Mariana durante a segunda metade do século XIX se encontrava bastante diversificada, com o desenvolvimento da agropecuária, da siderurgia e da indústria têxtil destinadas ao mercado interno local e também à comercialização com outras regiões e províncias, como a do Rio de Janeiro. Entretanto, para que esta economia pudesse crescer e se desenvolver, o escravismo foi de fundamental importância.

Dessa forma, vimos que em Mariana, nesse período de rearticulação do escravismo, predominaram os pequenos plantéis (com até cinco cativos), que a maioria dos escravos da região era de crioulos do sexo masculino, em idade produtiva (15-44 anos), solteiros e dedicados às atividades agrícolas. Entretanto, a presença significativa de crianças (de 0-14 anos) poderia indicar a reprodução natural como estratégia de manutenção da escravaria sem, contudo, excluir a reposição via tráfico interno.

### 1.3 - Breve histórico da cidade

Situada no centro da Província, na região conhecida como Metalúrgica - Mantiqueira<sup>74</sup> está o município de Mariana, famoso centro minerador da Capitania mineira no século XVIII. A descoberta do ouro na região, segundo a versão histórica oficial, data de 1696.<sup>75</sup> Teria sido quando Miguel Garcia e o coronel Salvador Furtado de Mendonça, com as primeiras bandeiras paulistas, aqui chegaram à procura de pedras preciosas, construindo o primeiro arraial que levou o nome original de Arraial do Carmo, situado às margens do Ribeirão de mesmo nome.

A febre do ouro prosperou e, já em 8 de abril de 1711, foi possível notar os reflexos dessa prosperidade na região. No mesmo ano, era o Arraial do Carmo elevado à categoria de

---

<sup>74</sup> Adotamos a mesma regionalização apresentado por Roberto B. Martins em sua tese de doutoramento e, em seguida, retomada por Douglas Libby. LIBBY (1988, p. 43-45).

<sup>75</sup> Esta versão é apresentada por Diogo de Vasconcelos. O autor nos informa que as primeiras descobertas se deram no dia 16 de julho de 1696, na “festa da virgem”. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p.132. Notamos que não há um consenso quanto à data precisa em que se deram as primeiras descobertas. O mesmo acontece em relação ao nome do primeiro descobridor. Dentre as muitas versões encontradas temos Richard Burton, para quem o primeiro explorador teria sido o paulista João Lopes de Lima. BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 393. Baseando-se em Augusto de Lima Júnior, Waldemar de A. Barbosa também nos indica que o mesmo João Lopes de Lima, em 1698, teria descoberto o Ribeirão do Carmo. BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968, p. 276. Para Mafalda Zemella teria sido Salvador Furtado de Mendonça. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1951, p. 32. Já para Cunha Matos, teria sido Manuel Garcia a descobrir o Ribeirão do Carmo, em 1699. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1998, p. 101. V.1.

Vila, a primeira de Minas Gerais, sob a designação de Vila Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, em homenagem ao então governador Antônio de Albuquerque. Posteriormente, por carta régia, mudou-se a designação para Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo. Outras duas vilas foram criadas neste mesmo ano: Vila Rica, hoje Ouro Preto, e a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, hoje Sabará. A criação dessas três Vilas foi responsável pela primeira divisão administrativa da Capitania, num período em que Minas Gerais ainda pertencia à Capitania de São Paulo, da qual só se separaria nove anos mais tarde, em 1721, quando D. João V criou a Capitania autônoma de Minas Gerais.

Não obstante, apenas três anos depois da criação da Vila do Carmo, em 1714, nova repartição do território seria feita, dividindo a Província em três Comarcas: a de Vila Rica, da qual Mariana fazia parte; a do Rio das Mortes e a de Sabará.<sup>76</sup> Motivos não só de ordem política, como também os ligados ao crescimento populacional e ao desenvolvimento econômico provocado pela extração do ouro, motivaram e contribuíram para que essas mudanças das fronteiras territoriais ocorressem.

Assim, não é difícil encontrarmos distritos, vilas, comarcas ou municípios que sofreram algum tipo de desmembramento ou reagrupamento ao longo de sua história. É o caso do município de Mariana. Situado a leste de uma barreira natural, a Serra da Mantiqueira/Espinhaço, na região hoje denominada Metalúrgica – Mantiqueira, o município guardou desde os primórdios de sua criação uma característica de fronteira aberta, fazendo limite natural com uma região de mata atlântica fechada. Essa característica teria favorecido o avanço das fronteiras do território ora estudado, garantindo a expansão das atividades agrícolas.<sup>77</sup> O avanço dessa fronteira fez com que pequenos arraiais, freguesias ou distritos que até o final do século XVIII pertenciam a Mariana, se emancipassem ao longo do século XIX, ou se desmembrassem para pertencer à outra sede, muitas delas situadas na região da Zona da Mata mineira. Todavia, pelo menos até meados do século XIX, a abrangência administrativa de Mariana ainda alcançava muitas localidades dessa região de fronteira.

Somente em 23 de abril de 1745, a Vila do Carmo seria elevada à categoria de cidade por carta régia de D. João V para tornar-se a sede do bispado da Capitania. Foi batizada com o

---

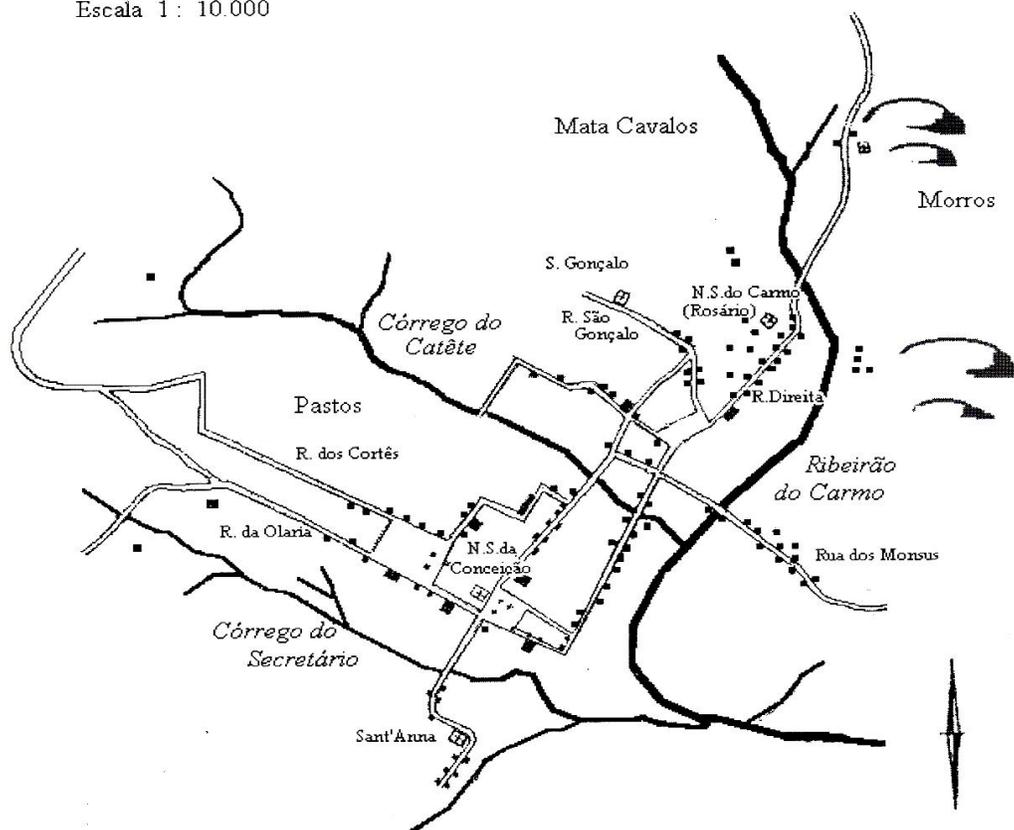
<sup>76</sup> O padre Manuel Aires de Casal cita, além destas 3 Comarcas, a do Serro do Frio, que teria sido criada no ano de 1714. CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. p. 166. Contudo, Alencastro Graça Filho nos informa que a Comarca do Serro do Frio só seria criada em 1720. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002, p.31.

<sup>77</sup> Para Francisco E. Andrade, era justamente essa divisão natural de Minas Gerais que definia a delimitação jurídica e administrativa da Província. ANDRADE, Francisco E. *A enxada complexa: Rocios e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. UFMG, 1994, p. 21.

nome de Mariana, homenagem à rainha D. Mariana de Áustria, esposa de D. João V, que acabara de subir ao trono em Portugal, tornando-se assim a primeira cidade da Capitania mineira, de onde “o bispo comandava as 56 freguesias das três comarcas, com grande número de funcionários”.<sup>78</sup>

### Mapa1 - Vila do Carmo: 1711-1745.

Escala 1 : 10.000



Fonte: VASCONCELLOS, S. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: BMC, 1947, p. 103. Mapa apresentado por LEWKOWICZ, Ida. Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX). In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 89.

A ocupação efetiva da região do Ribeirão do Carmo deu-se a partir de 1700 e, rapidamente, foi povoada com a vinda de milhares de imigrantes “numa extensão de duas léguas, pelas barrancas do mesmo, prosseguindo, depois, os descobrimentos rio abaixo, que de acordo com as esperanças, deu boas pintas”.<sup>79</sup> A notícia do descobrimento do ouro trouxe

<sup>78</sup> LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Usp, 1992, p.51.

<sup>79</sup> LIMA JR., Augusto de. *As primeiras vilas de ouro*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1962. p. 31.

para as minas um incontável número de pessoas vindas de todas as partes do Brasil e de Portugal, como relatou Antonil:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam umas em catar, e outros em mandar catar nos ribeiros do ouro (...) Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas (...).<sup>80</sup>

O rápido processo de povoamento da região, desencadeado pelas notícias do descobrimento do ouro das minas, fez com que a paisagem das montanhas e vales da região se transformasse. Foi necessário que o governo tomasse algumas medidas de segurança, garantindo o policiamento, o estabelecimento e a cobrança de impostos, além da criação de uma estrutura que regulasse e vigiasse a circulação do ouro na tentativa de evitar o contrabando. Coube ao governador Artur de Sá Menezes essa primeira árdua tarefa, já em 1701. Contudo, como afirmou Eschwege: difícil era disciplinar aventureiros de todas as classes sociais, oriundos de diversas províncias, espalhados num vasto território de quatro comarcas, quase tão grande como a França.<sup>81</sup>

Com o avanço das fronteiras promovido pelos novos descobrimentos de ouro, em abundância e qualidade, os limites geográficos da cidade de Mariana foram muito expandidos. Em 1711, a Vila do Carmo “abrangia os sertões dos Rios Pomba, Muriaé e Doce, chegando até as fronteiras do Rio de Janeiro”.<sup>82</sup> Boa parte desse território, ao qual Mariana pertencia, sobretudo a região Leste, como a do Vale do Rio Doce, era ocupado por ameríndios:

Eram os Kamakân, os Pataxó, os Maxacali, os Botocudos, os Puri-Coroados. Todos eram designados pelos brancos como Aimorés ou Botocudos, devido aos botoques que usavam nos lóbulos das orelhas e no lábio inferior. Também

<sup>80</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 167.

<sup>81</sup> ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. v.1, p. 33. O resultado foi o desencadeamento de um conflito que ficou conhecido na história como Guerra dos Emboabas, entre paulistas e portugueses, iniciada em 1708 e arrastando-se pelo ano seguinte.

<sup>82</sup> ALMEIDA (1994, p. 46). Neste mesmo ano foram criadas outras duas vilas: a de Vila Rica e a de Sabará. Segundo no informa Joaquim Ribeiro Costa, somente em 1831 é que o vasto território de Mariana começou a ser subdividido, com a criação do município do Rio Pomba. COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970, p. 17.

eram conhecidos como Coroados porque raspavam a cabeleira em círculo, com pequeno espaço acima das orelhas, formando uma coroa. Esses grupos não falavam o Tupi, eram chamados tapuyias, que significa inimigo da língua indígena descrita pelos colonos.<sup>83</sup>

Contudo, os índios que habitavam a região antes da chegada das primeiras bandeiras paulistas, dificilmente eram aproveitados como mão-de-obra escrava na região, em razão de serem bravios e por não falarem o Tupi.<sup>84</sup> Dessa forma, como observou Renato Pinto Venâncio, mesmo tendo os bandeirantes utilizado a mão-de-obra indígena na primeira fase da exploração aurífera de Mariana:

A rapidez com que os antigos povoadores, muitos deles egressos de São Paulo, trataram de substituir os índios por escravos africanos, também expressava a pujança do sistema econômico colonial implantado em Mariana. Graças ao ouro, os antigos paulistas puderam adotar o modelo escravista típico das áreas litorâneas, que tinham no braço escravo africano seu principal sustento.<sup>85</sup>

O abastecimento das minas era outra questão de suma importância, tanto que a falta de alimentos provocou verdadeiras catástrofes, pois a corrida do ouro atraiu milhares de pessoas para uma área inóspita, sem plantações e sem as mínimas condições de sobrevivência. Esses mineiros, seduzidos pela possibilidade de enriquecimento rápido, acabaram por descuidarem-se das provisões, o que ocasionou carestia e fome em dois momentos: a primeira durou de 1697 a 1698; a segunda entre 1700 e 1701, assolando a região e dispersando os mineiros para os matos em busca de alimentos que lhes garantissem o sustento e a sobrevivência<sup>86</sup>. Essa carência de alimentos elevou os preços dos gêneros, dificultando ainda mais a situação.

Contudo essa dispersão foi por um curto período e teve a vantagem de ser responsável pelo “desbravamento do território em torno do rio, pelo surgimento de novos povoados e pelo estabelecimento das primeiras atividades agrícolas na região”.<sup>87</sup> Passada a primeira crise de subsistência, sobreveio outra por volta dos anos 1701-1702 dispersando uma vez mais a

---

<sup>83</sup> LEWKOWICZ (1992, p. 35).

<sup>84</sup> LEWKOWICZ (1992, p. 36, 39). As localidades de Furquim e Barra Longa foram arrasadas por ataques de índios entre 1731 e 1733. Na tentativa de se conter os conflitos entre os homens brancos e os indígenas da região, foram utilizadas missões catequizadoras. Todavia, os conflitos se estenderam até a primeira década do século XIX.

<sup>85</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais (1711-1725). *Revista Brasileira de História*. 1997, vol. 17, n. 34, p. 165-181. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 25 de julho de 2006. Segundo o autor, vários fatores acabaram favorecendo a maior utilização do escravo africano em detrimento do indígena, tais como a baixa taxa de natalidade e a alta taxa de mortalidade entre esses últimos.

<sup>86</sup> ALMEIDA (1994, p. 43-44).

<sup>87</sup> ALMEIDA (1994, p. 44).

população, porém nem todos foram novamente surpreendidos, nos dizeres de Diogo de Vasconcelos:

Prevista a calamidade da fome, os novos exploradores, não se esqueciam de cultivar mantimentos em roças unidas às catas e assim o arraial de João Lopes de Lima (...) prevaleceu ileso; e em roda dele, como o de São Caetano, inúmeras foram as capelas e roças que se estabeleceram <sup>88</sup>.

Essas primeiras roças de plantações eram insuficientes para garantir o sustento dos mineiros, como demonstra a passagem acima. Isto porque “os morros dos arredores de Mariana são estéreis e incultos, e os gêneros que se consomem na cidade vem de grande distância.”<sup>89</sup> Desse modo, foram as cidades paulistas que se encarregaram de fornecer os gêneros de que as minas necessitavam, iniciando um comércio ativo e lucrativo. Contudo, nesse início da atividade mineradora nas Minas, as cidades paulistas ainda não dispunham de uma produção em “larga escala”, sequer possuíam braços para realizar essas tarefas. Foi preciso uma dose de improviso, o que acabou por colocar em risco a própria sobrevivência nessas localidades pelo fato das mesmas:

Sacrificarem seu próprio abastecimento, para mandar às minas boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas, almocrafes e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc.<sup>90</sup>

Do porto de Santos partiam as riquezas tiradas das minas e retornavam mercadorias européias proibidas de serem produzidas na colônia, tais como sedas, armas, ferros e os primeiros escravos africanos que seriam utilizados como mão-de-obra ao longo de todo o período de extração do ouro e que, posteriormente, seriam empregados nas atividades agropecuárias.

Mais tarde, o abastecimento das minas conheceu outro caminho, mais curto e mais barato: o chamado “caminho novo”, que ligava Minas ao Rio de Janeiro. Com isso, o porto de Santos perdeu o privilégio de negociar com os mineiros. O porto do Rio de Janeiro reinou absoluto, enviando para Minas uma variedade significativa de produtos lá produzidos ou importados da Europa, em especial da Inglaterra e levavam o ouro e, posteriormente, o

---

<sup>88</sup> ALMEIDA (1994, p. 45).

<sup>89</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 80.

<sup>90</sup> ZEMELLA (1951, p. 53).

diamante aqui extraído. No entanto, mesmo com o grande volume de importações de mercadorias destinadas às minas, nada se comparava ao lucrativo comércio e distribuição de escravos africanos, e os que vinham também do Nordeste do Brasil via porto fluminense. O Rio de Janeiro tornou-se tão importante na balança comercial e demográfica do país, que Portugal, para melhor controlar a dinâmica área que surgia, resolveu transferir a capital administrativa da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763.<sup>91</sup>

Já com os mercados da Bahia, o único produto permitido de ser negociado nas Minas Gerais era o gado bovino; o comércio de escravo só foi autorizado em 1711, mas na prática, muito se contrabandeou, especialmente escravos. A proibição existia porque o governo temia que os engenhos de cana-de-açúcar se esvaziassem com as transferências de seus escravos para a mineração.

Porém, mesmo diante de tantas limitações e adversidades enfrentados pelo mercado baiano, Mafalda Zemella garante que a Bahia teria levado mais vantagens no comércio com os mineiros do que as cidades paulistas, até porque os efeitos do “caminho novo” na Bahia só se fizeram sentir bem mais tarde que nas cidades paulistas, antes responsáveis pelo maior abastecimento de Minas.<sup>92</sup>

Embora o abastecimento tenha se processado através de produtos de várias naturezas destinados à sobrevivência — e incrementados pelos produtos e artigos de luxo que somente a população mais abastada podia pagar — a condição de vida nas Minas Gerais não deixou de ser precária. A fome amedrontou a população em outros períodos, como se vê no edital publicado na Vila do Carmo, em 1732: “No morro do Mata – Cavalos e em outras partes, há grande falta de mantimentos para o sustento dos negros e ainda dos brancos”.<sup>93</sup> De fato, referência à carestia de alimentos na Minas foi mencionada por outros autores, como Charles Boxer:

As provisões de boca em Minas Gerais nunca chegassem a ser superabundantes durante toda a primeira metade do século XVIII. Pequenas

---

<sup>91</sup>ZEMELLA (1951, p. 63-66, 81).

<sup>92</sup>ZEMELLA (1951, p. 66-79).

<sup>93</sup>MAGALHAES, Sonia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 1998, p. 45-46. A autora se baseia em VASCONCELLOS, Diogo. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1994.

granjas e fazenda depressa se foram instalando ao longo das estradas, e mais atenção mereceu o plantio de hortaliças, milho e a criação de rebanhos nas vizinhanças dos principais campos auríferos, que se iam, lentamente, transformando em vilas. (...) Os primeiros colonos plantavam principalmente milho, abóbora, feijões e de vez em quando, batatas.<sup>94</sup>

Somente após serem asseguradas as provisões de que os primeiros mineiros desbravadores precisavam seja pelo comércio com os paulistas, os fluminenses, os baianos ou com os europeus, é que foi possível proceder à exploração do metal com maior tranquilidade. O resultado teria sido a expansão do território através de novas buscas pelos sertões ainda inexplorados.

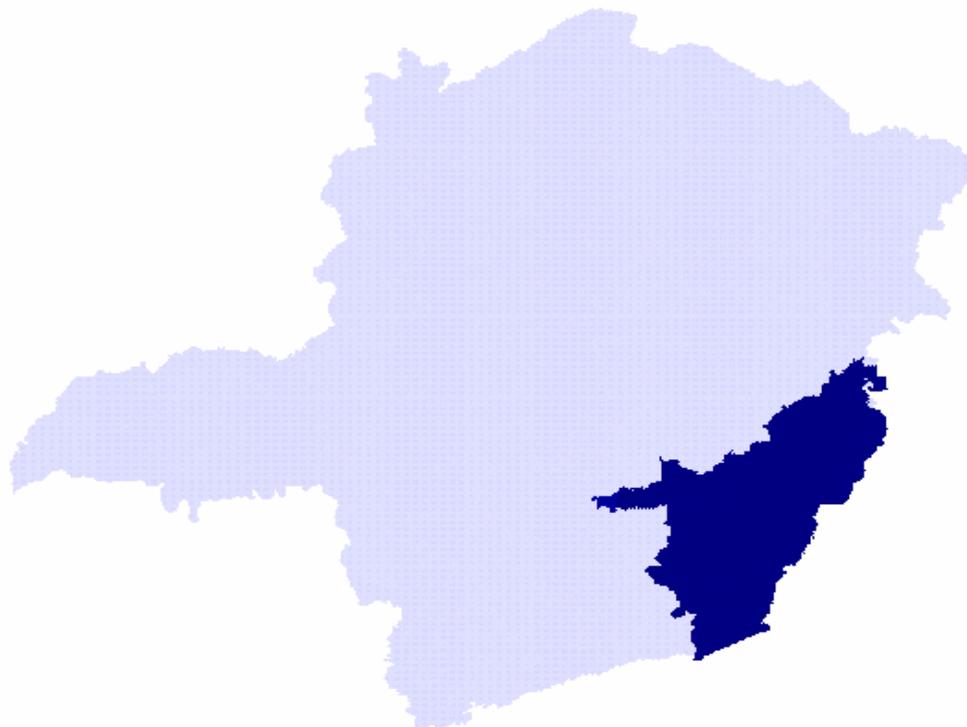
O governo, com a política de incentivar e facilitar o acesso às minas, viu florescer um elevado número de arraiais dependentes da sede administrativa do município, dando origem ao vasto território do termo de Mariana, como podemos notar no mapa a seguir que apresenta uma aproximação da abrangência geográfica do termo.

## **Mapa 2 - Área aproximada do Termo de Mariana no final do século XVIII.<sup>95</sup>**

---

<sup>94</sup> BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 71-72.

<sup>95</sup> Mapa confeccionado por Renata Romualdo a partir dos dados de, Theophilo Feu. *Comarcas e Termos - Criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922, p.71-96.



Fonte: DATASUS

Entretanto, essa intervenção do governo tinha outros propósitos, visto que a Coroa experimentou e estimulou diversas formas de cobrança de impostos, buscando obter o máximo de renda da exploração aurífera para os cofres reais. Este ‘incentivo’ à povoação das Minas por parte do governador objetivava, na verdade, “apenas aumentar a produção de ouro e, com isso, auferir mais quintos. Era uma política fiscal e não social”.<sup>96</sup>

Com o ouro, a cidade de Mariana prosperou ao longo da primeira metade do século XVIII, em termos de comércio e riquezas, transformando-se em uma das principais cidades da Capitania<sup>97</sup> e, posteriormente, da Província. Importante também do ponto de vista eclesiástico, pois Mariana foi elevada à categoria de cidade para sediar o bispado que aqui se instalou em 1748; e como centro educacional desde que ocorreu a instalação do Seminário da Boa Morte, em 1750, que:

Foi fundado por alguns mineiros ricos que desejavam educar bem seus filhos, sem precisar enviá-los à Europa. Tinham-se anexado ao patrimônio desse estabelecimento terras e escravos, e nada fora esquecido para fazê-lo digno do

<sup>96</sup> ZEMELLA (1951, p. 39).

<sup>97</sup> A Capitania de Minas Gerais foi criada em 1720, separando-se da Capitania de São Paulo devido às importantes necessidades administrativas das Gerais. ZEMELLA (1951, p. 47).

fim a que se destinava. Se entre os proprietários de certa idade que habitavam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica se encontram outros tantos homens polidos e com certa instrução, deve-se isso em grande parte à educação recebida no seminário de Mariana.<sup>98</sup>

Não obstante, a importância da cidade se estenderia pelo século seguinte:

Até meados do século XIX Mariana continuaria a acumular essas importantes funções de centro religioso, educacional e administrativo. Assim, embora tendo nascido e prosperado em função da exploração aurífera, mesmo com o declínio da produção deste metal a cidade continuaria a desempenhar um papel de destaque no contexto da capitania e mais tarde da província.<sup>99</sup>

O município de Mariana, assim como muitas outras cidades da região Metalúrgica – Mantiqueira, teve grande importância econômica, política e social para a história de Minas Gerais, tanto no período setecentista quanto oitocentista, com sua povoação tornando-se próspera ao longo dos anos de ocupação de seu território e da exploração de suas riquezas naturais. Não obstante, esse processo de ocupação e expansão do território do município, que se estendeu até o século XIX, torna nosso recorte espacial ainda mais fecundo, sobretudo quando levamos em conta as afirmações de Graça Filho:

A delimitação regional pela paisagem geográfica só pode responder em parte pelo recorte regional a ser adotado. Mesmo porque ela resulta da relação entre o homem e a natureza. Assim, o conceito de região é sempre uma construção histórica mutável, que abarca múltiplos fatores, tais como as características produtivas, a circulação econômica dos bens de capitais, a mobilidade do homem, as identidades culturais, a jurisdição do poder religioso, político e administrativo, em geral não coincidentes.<sup>100</sup>

No caso de Mariana, notamos a influência de vários aspectos que não somente jurídico-administrativos, mas também os de ordem econômica, política e social, ora separados, ora inter-relacionados que ajudavam a delimitar o limite espacial de nossa pesquisa. Nesse sentido, e buscando contornar as inúmeras separações que aconteceram no território do município, especialmente no século XIX, trabalharemos com as únicas freguesias que

<sup>98</sup> SAINT-HILAIRE (1975, p.79-80).

<sup>99</sup> ALMEIDA (1994, p. 48). Ao longo do século XIX, a região Metalúrgica – Mantiqueira, a qual incluía a cidade de Mariana, foi ainda a região mais populosa e urbanizada de toda a Província, compondo-se de localidades tais como a vizinha cidade de Ouro Preto, capital da Província desde 1721; São João Del Rei e Barbacena, maiores entrepostos do comércio mineiro. LIBBY (1988, p. 43).

<sup>100</sup> O autor se baseia no conceito de região encontrado em RONCAYOLO, Marcel. “Região”. *Enciclopédia Einaudi*, Porto, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986, v. 8, pp. 161-261; e também em MATTOSO, José. *A escrita da história: teorias e métodos*. Lisboa, Estampa, 1997, pp.169-80. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 22-23.

estiveram ligadas ao município de Mariana ao longo de todo o período de nossa pesquisa (1850-1886)<sup>101</sup>, tendo como referência as localidades presentes em nossas fontes primárias e com base na bibliografia consultada.

Os pequenos arraiais ou povoados mencionados nas escrituras de compra e venda de escravos foram agrupados às freguesias a que pertenciam. Assim, os dados coletados foram registrados nos cartórios de Mariana por vendedores e compradores residentes nos arraiais e freguesias pertencentes ao município, bem como pelos que residiam em outras regiões da província e mesmo fora dela, mas que registraram seus negócios com escravos nos cartórios de Mariana.

Desse modo, trabalhamos com as freguesias que compunham o município de Mariana na segunda metade do século XIX, visualizadas no mapa 3:

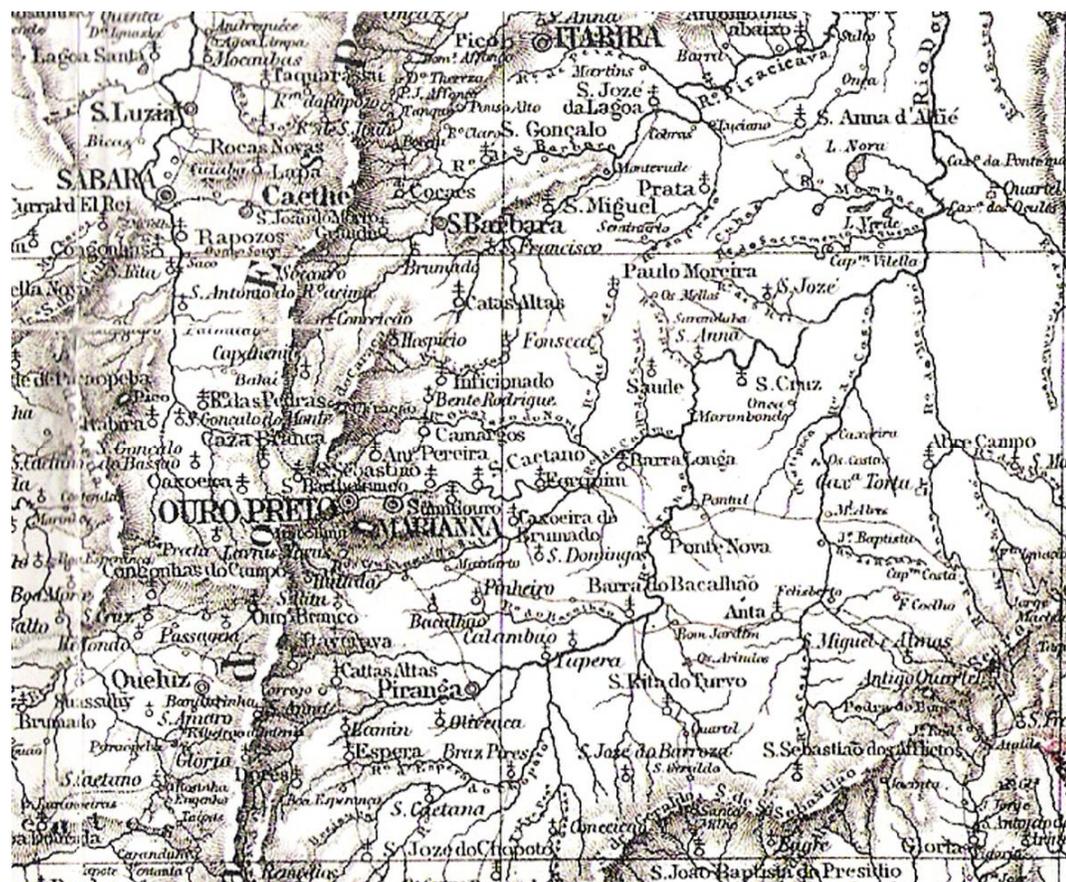
- 1- Nossa Senhora da Assunção da Catedral ou a Sé de Mariana, sede do município, incluindo o distrito de Passagem;
- 2- Nossa Senhora da Conceição de Camargos;
- 3- Nossa Senhora do Nazaré do Inficionado;
- 4- Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro;
- 5- Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado;
- 6- São Caetano do Rio Abaixo;
- 7- Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim;
- 8- Paulo Moreira;
- 9- Nossa Senhora da Saúde;
- 10- Barra Longa.

---

<sup>101</sup> CARVALHO (1922, p.71-96). BARBOSA (1968, p. 276). O autor faz um histórico de inúmeras localidades mineiras, dentre elas as freguesias que compõem o município de Mariana na segunda metade do século XIX, desde as origens até as emancipações ocorridas. Confrontamos estes dados ainda com os estudos de HALFELD, H.G.F. TSCHUDI, J.J.Von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 142-143. Essa mesma delimitação regional foi anteriormente utilizada por TEIXEIRA (2001, p.16).

Mapa 3 - Província de Minas Gerais: a região de Mariana na segunda metade do século

XIX.



Fonte: Karte der Brasilian Provinz. Minas Gerais. HALFELD, H.G.F. TSCHUDI, J.J.Von. *A provincia brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

## **CAPÍTULO 2: O TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS EM MARIANA: 1850-1886**

### **2.1 – Do fim do tráfico Atlântico ao crescimento do tráfico interno**

Desde meados do século XV, os portugueses exploraram a costa africana, utilizando os escravos negros africanos como mão-de-obra em suas ilhas no Atlântico. Desta forma, tinham estabelecido um comércio muito lucrativo com a venda desses escravos trazidos de diferentes regiões da África: Costa Ocidental e, posteriormente, de Angola e Moçambique. *Grosso modo*, a riqueza da América portuguesa foi produzida, sobretudo, pelas mãos desses escravos e o tráfico Atlântico foi uma das vias que promoveram a expansão marítima portuguesa.

No Brasil, os escravos africanos chegaram para substituir, maciça e continuamente, a mão-de-obra indígena nas lavouras de cana-de-açúcar do nordeste e posteriormente na mineração e agropecuária do sudeste.<sup>102</sup> Sua maior rentabilidade compensava o alto custo do investimento, de modo que o comércio de seres humanos africanos foi uma das atividades mais rentáveis para os europeus, tanto que os entrepostos comerciais na África foram duramente disputados pelas potências européias ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. O comércio de homens, os escravos, acabou se tornando o item de maior peso nas importações coloniais.

Em torno do tráfico negro, outras atividades econômicas foram estimuladas, multiplicando os lucros do “infame comércio”, tais como o crescimento da indústria naval, produção de manufaturas (aguardente, pólvora, tecidos), além do cultivo de tabaco, produtos estes usados no intercâmbio de escravos na África.

Uma vez escravos na América portuguesa, os negros foram, muitas vezes tratados como simples “mercadorias”, sendo comprados ou vendidos à vontade do seu senhor.<sup>103</sup> Por outro lado, como vem demonstrando os estudos mais recentes:

---

<sup>102</sup> Para maiores explicações a respeito das razões do emprego do escravo africano e não do indígena, a partir dos estudos pioneiros de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais e Jacob Gorender, ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 70-75.

<sup>103</sup> Nos últimos anos, temos visto uma série de estudos se dedicando ao tema da resistência dos escravos, principalmente no momento crucial da venda que significava muitas vezes a separação dos laços de parentesco e solidariedade pré-estabelecidos. Estes estudos têm ressaltado que muitas foram as estratégias de reação por parte do escravo diante das situações adversas, tais como no momento da venda ou partilhas em inventários *post-mortem*, demonstrando que eles não foram simples vítimas passivas. As formas de reações foram de diferentes naturezas, tais como a fuga, formação motins, de quilombos, recorrência às instâncias de poder para fazer valer seus direitos, dentre muitas outras. Ver, por exemplo: LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, 1988. CHALHOUB, Sidney. *Visões da*

Não podemos enxergá-lo [o escravo] apenas como “coisa” (como fazem tantos estudiosos da escravidão) e nem apenas como “pessoa”. Não basta simplesmente negar ou substituir a afirmação categórica da “reificação” do escravo pela sua “humanidade”. Ao contrário. Queremos deixar marcado que, assim como esteve presente no discurso oficial metropolitano, a contradição entre “coisa” e “pessoa” se manifesta na prática das relações entre senhores e seus cativos. Mais ainda: tais atributos e os limites desta contradição, deste ser coisa não o sendo, estavam determinados pelas relações (pelos embates, resistência e acomodatamentos) entre senhores e escravos, cotidianamente.<sup>104</sup>

O mercado de escravos possuía uma natureza seletiva por excelência: havia a preferência por escravos adultos do sexo masculino, na faixa etária de 10 a 39 anos de idade. Desse modo, quando os proprietários recorriam ao mercado de negros, havia preferência por homens adultos — mais resistentes e prontos para trabalhar — em detrimento das mulheres e crianças. Há pelo menos duas explicações para essa “preferência” por escravos do sexo masculino: uma diz respeito ao fato de que os homens eram mais aptos à lide diária a qual os escravos eram submetidos, além de serem mais baratos no mercado africano; por outro lado, na África, a venda de mulheres para os próprios africanos era uma prática comum, reduzindo a oferta de mulheres no comércio Atlântico, como destacou Herbert Klein:

Havia na África grande demanda local por mulheres tanto livres quanto escrava e é esta contra-demanda que explica porque menos mulheres entravam no tráfico negreiro do Atlântico. Em algumas sociedades africanas as mulheres eram altamente valorizadas, porque eram um meio de aquisição de *status*, parentesco e família. (...) Ainda mais importante era a difusão, na África ocidental, do uso das mulheres como principal mão-de-obra agrícola. Por todas essas razões as mulheres tinham o preço mais alto que os homens no mercado interno local africano.<sup>105</sup>

---

*liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Para outros tipos de resistência escrava, conferir, dentre outros: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988. Para estratégias de resistência escrava nos EUA, ver: GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

<sup>104</sup> LARA (1988, p. 163).

<sup>105</sup> KLEIN, Herbert S. “Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico”. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 120, jan./jul. 1989, p. 16. Acrescente-se o fato de que as mulheres escravas ao engravidarem, ficavam impossibilitadas de trabalhar durante parte da gestação e após o parto, com isto deixavam de ser interessantes para os proprietários, ao menos até o fim do tráfico internacional, quando se observa mudança significativa. A partir daí, a responsabilidade da reposição da mão-de-obra recai sobre os escravos através da reprodução natural, fazendo com que as cativas se tornassem mais valorizadas devido à demanda. As crianças também só passaram a interessar os senhores de escravos após a cessação do tráfico internacional, pois significavam investimento a médio e longo prazo, além de incerto, visto estarem mais sujeitos a mortalidade e requererem maiores cuidados.

Todo esse cenário acima descrito, acabou gerando um desequilíbrio entre os sexos, dificultando a reprodução desses cativos, ao menos nos primeiros tempos de escravidão no Brasil, isto porque a relação entre o número de homens e mulheres exercia influência direta no comportamento reprodutivo dos cativos. E esse desequilíbrio explica-se, principalmente, pelo movimento migratório dos cativos homens, uma vez que eram preferidos às escravas. Dessa forma, dada à necessidade da importação para renovar e ampliar sua escravaria até meados do século XIX: “a África tornou-se a única fonte capaz de oferecer ao Brasil a gente de que necessitava para ocupar seu vasto território, assegurar sua unidade e transformar-se numa grande nação”.<sup>106</sup> Somente com o fim do tráfico Atlântico, em 1850, é que se verificaria um maior equilíbrio entre os sexos, favorecendo o crescimento dos índices de reprodução natural entre os cativos.

Visto como uma transação comercial típica da escravidão moderna, o tráfico Atlântico de escravos estava presente no imaginário social da época. Era um comércio muito lucrativo e a África se constituía num reservatório de escravos baratos e abundantes. Por essa razão, os traficantes de cativos pressionaram para que se utilizasse cada vez mais a mão-de-obra africana no Brasil. Economicamente, era mais rentável para os traficantes e senhores de escravos capturarem e negociarem novos braços na África do que investir na reprodução natural.<sup>107</sup> Também não havia interesse no investimento de mão-de-obra livre assalariada, visto que elevaria o custo da produção e diminuiria a margem de lucro dos proprietários.

O tráfico negreiro enriqueceu muitas nações européias, sendo inclusive um dos responsáveis pelo crescimento do capitalismo britânico.<sup>108</sup> Não obstante, esse crescimento foi tão visível, que já nas primeiras décadas do século XIX, a Inglaterra passou a ser a nação mais interessada na abolição do tráfico e da escravidão nos trópicos, visto que objetivava expandir o consumo de seus produtos manufaturados desenvolvidos no pós Revolução Industrial, como destacou Alberto da Costa e Silva:

---

<sup>106</sup> COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003, p. 21. Segundo Paul Lovejoy, de 1450 a 1900, a África teria exportado cerca de 11.313.000 escravos para o Atlântico. LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.51. Por outro lado, não é possível identificar o volume exato de escravos que foram trazidos para o Brasil ao longo do período da escravidão, o que temos são estimativas, que por sinal, variam muito de autor para autor. O único consenso que parece existir é de que foi ao longo da primeira metade do século XIX que entraram mais africanos no Brasil. Ver: CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 43. MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*. V.13, n.1, jan./abr. 1983, p. 189.

<sup>107</sup> Devemos lembrar que houve participação africana no tráfico Atlântico de cativos, participação esta que denota um elemento estrutural em território africano.

<sup>108</sup> COSTA e SILVA (2003, p. 14).

De grande mercadora de escravos [a Inglaterra] transformara-se em advogada ardorosa e militante da abolição do tráfico. A própria existência da escravidão começava a contrariar seus novos objetivos políticos e econômicos, ditados pelo avanço da chamada Revolução Industrial.<sup>109</sup>

As pressões foram tantas que em 1831, o tráfico de escravos para o Brasil foi decretado ilegal, embora isso não significasse que as entradas de africanos tenham cessado; antes o contrário, estima-se que elas tenham aumentado justamente por causa desta lei, que, na prática, tinha pouco ou nenhum efeito. À medida que a fiscalização brasileira e, sobretudo, britânica crescia novas formas de burlar a lei também eram utilizadas por parte dos traficantes brasileiros, de modo que grandes quantidades de escravos continuaram a desembarcar ilegalmente no Rio de Janeiro.

Evidência do não cumprimento da lei de 1831, mesmo no interior do Império, é encontrada em Mariana na segunda metade do século XIX. Três ações cíveis apresentam escravos africanos requerendo liberdade, pois teriam sido traficados ilegalmente. No primeiro caso, a ação tem início no dia 5 de outubro de 1887, quando um promotor público da Comarca de Piranga, apresenta os dados da matrícula do escravo Francisco Africano como prova do não cumprimento da Lei acima citada. Na matrícula, consta que o referido escravo, Francisco Africano, teria sido matriculado no ano de 1887 com a idade de 45 anos, nos termos seguintes:

“(...) Francisco // Africano, que fora matriculado com // a idade de quarenta e cinco annos // não pode ser considerado escravo, vis- // to que tendo essa idade, foi necessária- // mente importado para o Brazil de- // pois da lei de 7 de Novembro de 1831 e // por isso, vem requerer a V. S. se digne man- // dar que seja o mesmo depozitado em po- // der de pessoa idônea por V. S. deznada, //a fim de feito o depozito, possa esta Pro- // motoria requerer o que for de direito e // justiça a bem da liberdade do mesmo // Francisco Africano que sofri injusto ca- // tiveiro (...)”<sup>110</sup>

Aos autos foi juntada a cópia da certidão da matrícula do escravo, feita por seu senhor Vicente Ferreira de Carvalho, que residia na Barra Longa, distrito de Mariana. Posteriormente, o escravo Francisco foi depositado e nomeou-se um curador para defender seus direitos. No desenrolar do processo, seu suposto senhor desiste da posse do escravo alegando não querer

<sup>109</sup> COSTA e SILVA (2003, p 13). Cabe ressaltar ainda o fato de que o tráfico de escravos já havia sido proibido desde 1807 nas colônias inglesas. A partir de então, a repressão ao tráfico tornou-se uma política de Estado do governo britânico.

<sup>110</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, a partir daqui AHCSM. Ação Cível de Liberdade, código 194, auto 4860, 2º ofício, [fl. 2]. Optamos pela transcrição diplomática, mantendo a fidelidade ao original na ortografia, pontuação e uso de maiúsculas e minúsculas, mas desdobrando algumas abreviaturas onde as letras acrescentadas aparecem sublinhadas (colocar essas informações em nota na introdução da dissertação). As demais transcrições seguem esta mesma regra. Agradecemos a Heloísa Maria Teixeira pela sugestão desta fonte.

entrar em discussão contra seu cativo, o que nos leva a crer que, de fato, Francisco Africano teria sido importado ilegalmente para o Brasil e que seu proprietário tinha conhecimento de tal fato e das penalidades que poderia recair sobre ele. Desta forma, seu “proprietário” acaba desistindo de seus supostos “direitos” sobre Francisco Africano, como mostra o trecho abaixo:

“Eu abaixo assinado, declaro que tendo chegado [corroído] // conhecimento que o meu escravo Francisco, requer // ser depositado para tratar de sua liberdade, allegando // ser Africano importado depois da lei de 1831; e não // querendo eu discutir direitos meus contra o escravo // desde já desisto de todo e qualquer direito meu // em benefício do mesmo escravo que poderá desde // já gozar como livre que fica sendo em virtude // desta minha declaração”.<sup>111</sup>

O título de liberdade do escravo Francisco Africano foi homologado em 21 de novembro de 1887.

Outra ação instaurada que denota o descumprimento da lei de 1831, teve início em 25 de novembro de 1886, quando o depositário do escravizado Francisco dos Santos Africano alegou estar o referido escravo sofrendo “*injusto cativo*” por ter sido importado depois da Lei de 1831. A ação foi movida contra Raimundo Dias Franco, o suposto senhor, e o curador do escravo, o advogado Torquato José de Oliveira Moraes requereu sua liberdade nos seguintes termos:

“O Suplicante é africano de nação Congo, entrou // no território ou Porto do Brazil, depois de 1831, // como prova a idade, que hoje tem 47 annos, // e se vê da certidão, que junta se offerece, da ma- // trícula do suplicante feita a 16 de Julho de 1872, // em que mostra que por esta ocasião tinha o // suplicante 32 annos (...)”.<sup>112</sup>

Apresentando a cópia da matrícula, o curador e advogado Torquato José de Oliveira conseguiu provar que o escravo Francisco teria sido, de fato, importado depois da lei de 1831, pois a matrícula data de 16 de julho de 1872 e foi realizada por seu então senhor José dos Santos Gomes, residente na freguesia de São Caetano. À época, Francisco tinha 32 anos. Posteriormente, ele foi vendido a Raimundo Dias Franco, réu da presente ação, em data de 24 de maio de 1873. Os autos foram analisados e ficou comprovada a importação ilegal:

<sup>111</sup>. Ação Cível de Liberdade, AHCSM, código 194, auto 4860, 2º ofício, [fl. 6].

<sup>112</sup> Ação Cível de Liberdade, AHCSM, código 316, auto 7561, 2º ofício, [fl. 4].

“Certifico que o autor é africano importado nos portos // e território Brasileiro depois de 7 de Novembro de // 1831 e não pode ser considerado escravo em // vista do que dispõe o art. 1º da lei de 7 de Novembro // de 1831 e que o Autor entrou no Brasil depois // de 1831 e está provado pela sua idade constante // da certidão de matrícula junta aos autos”.<sup>113</sup>

O Juiz Municipal mandou então que se cumprisse a sentença e que Francisco fosse libertado, em 15 de julho de 1887:

“para o // fim de ser o suplicante reconhecido livre e restituir // a sua liberdade, ficando-lhe salvo o direito de // haver os salarios do tempo que tem sido conser- // vado em injusta escravidão das pessoas a que // tem prestado seus serviços, sendo [ilegível] o réo com- // denado em tudo quanto ter determinado por V. S.”<sup>114</sup>

O último caso que encontramos, refere-se ao escravo Thomas Africano, que em 16 de março de 1887 entrou com uma ação contra seu suposto senhor Sebastião José da Silva, residente na freguesia da Cachoeira do Brumado. Thomas Africano também alegava ter sido importado ilegalmente para o Brasil após 1831, como ficaria provado com a cópia da certidão da matrícula juntada aos autos. Thomas alegava que:

“tendo sido importado // no paiz depois da Lei de 7 de Novembro de 1831, com- // forme mostra a certidão junta, e tendo de propor a seu // suposto senhor Sebastião José da Silva uma acção de liberda- // de por conservalo escravizado, quando é certo que // nasceu livre e só é captivo pelo direito da força // e da pirataria dos homens daquela epucha; // por isso vem requerer a V. S<sup>a</sup>. se sirva mandal-o // depositar e nomear-lhe um curador que defenda // seus direitos”.<sup>115</sup>

Na cópia da matrícula, constava que o escravo teria sido matriculado com 45 anos completos no ano do registro da mesma, em 1886. O Juiz Municipal determinou o depósito e elegeu como curador do escravo o advogado Joaquim da Silva Braga Breyner que, baseando-se numa ação ocorrida na Corte do Rio de Janeiro, pediu a liberdade de Thomas:

<sup>113</sup> Ação Cível de Liberdade, AHCSM, código 316, auto 7561, 2º ofício, [fl.6].

<sup>114</sup> Ação Cível de Liberdade, AHCSM, código 316, auto 7561, 2º ofício, [fl.6 e 6 v].

<sup>115</sup> Ação Cível de Liberdade, AHCSM, código 316, auto 7562, 2º ofício, [fl.2].

O curador de Thomáz Africano, em vista da certi- // dão da matrícula e da decisão do [ilegível] Tribunal // da Relação da Corte em conferencia de 17 de maio // deste corrente ano que, declarou não poder ser esca- // vo, nem mantido em captiveiro o individuo, cuja // filiação por declaração do proprio seu pretendido // Senhor na respectiva matrícula é desconhecida, // e em acordão declarou livre Delfina, por declarar // a certidão de matrícula ter ella filiação desco- // nhecida (Apelação Cível n° 5865) e isto pelo prin- // cipio de direito que sendo desconhecida a filiação // é por que descende de Africano livre; por esse mo- // do Thomáz Africano é claro que nunca foi escravo // por consiguiente vem requerer a V. S<sup>a</sup>. se sirva man- // dar subir os autos a conclusão e por seu // respeitavel despacho declarar a Thomáz livre.<sup>116</sup>

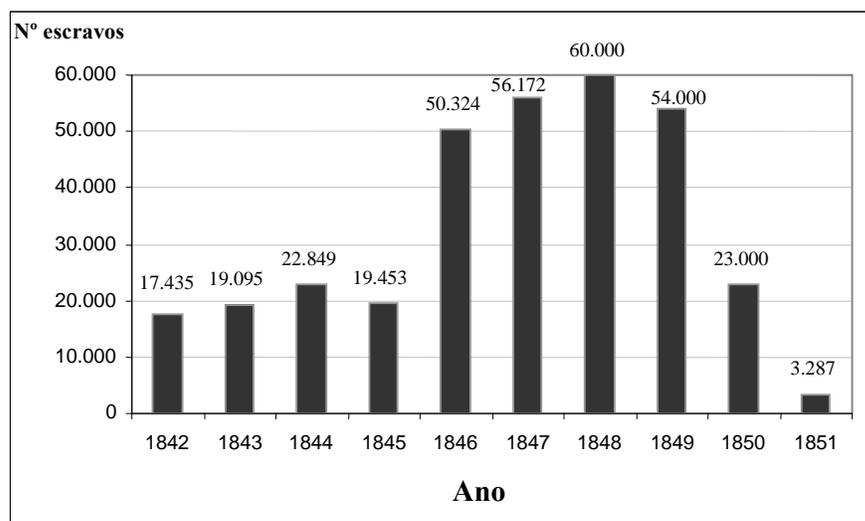
Contudo, como foi verificado que a matrícula estava incompleta, seu suposto senhor, Sebastião José da Silva, foi intimado a se apresentar para dar explicações quanto à nacionalidade e a filiação do mesmo escravo. A ação não foi terminada, de modo que não sabemos qual a sentença dada pelo Juiz.

Esses três casos apresentados são demonstrativos de que a lei de 1831 foi descumprida e a importação de africanos ilegalmente teria continuado a existir. Somente em 1850, depois de mais de 30 anos de acordos não cumpridos entre Brasil e Inglaterra, é que finalmente foi extinto o tráfico Atlântico de escravos africanos, com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz. Os efeitos desta lei logo se fizeram sentir, especialmente no aumento considerável do preço dos cativos, consequência da diminuição no volume de escravos que passaram a desembarcar na costa brasileira devido às constantes fiscalizações inglesa.

O gráfico abaixo demonstra o volume das importações de escravos para o Brasil nos anos que antecederam a proibição do tráfico Atlântico:

---

<sup>116</sup> Ação Cível de Liberdade, AHCSM, códice 316, auto 7562, 2º ofício, [fl.5].

**Gráfico 3 - Importação de Escravos para o Brasil: 1842-1851.**

Fonte: GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Martins, 1949, p. 249-263. O autor se baseia nos Relatórios da Repartição dos Negócios estrangeiros do Brasil, p. 13. Os mesmos dados são apresentados por COSTA e SILVA (2003, p. 27).

Observando o gráfico acima notamos que, após a Lei *Bill Aberdeen* (1845) — esta lei dava aos ingleses o direito de apresar e julgar, como embarcação pirata, qualquer navio brasileiro empregado no tráfico negreiro, mesmo que estes estivessem em águas brasileiras — os fazendeiros procuraram importar o máximo de escravos que podiam, pois sabiam que o fim do tráfico não tardaria chegar. Assim, as importações a partir de 1845 foram crescentes, chegando ao ponto máximo de 60.000 escravos no ano de 1848.

Tendo este ano como referência, percebemos que do ano de 1849 em diante, começou a ocorrer queda progressiva no volume de importações de escravos. No ano de 1849, o número de africanos importados caiu 10%. Em 1850, quando foi promulgada a Lei que extinguiu o tráfico Atlântico para o Brasil, houve queda considerável no número de importações: 61,67%, se comparado ao ano de 1848. Já em 1851, quando o tráfico passou a ser ilegal, apenas 3.287 escravos teriam entrado no Brasil, representando queda considerável de 94,52% em relação ao ano de 1848.

Segundo as estimativas referentes às entradas de africanos no Brasil, em todo o período escravista, ou seja, do século XVI ao XIX, “40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros”.<sup>117</sup> Para termos uma idéia da importância desta cifra, basta saber que:

<sup>117</sup> FLORENTINO (1997, p.23).

A segunda maior área receptora, as colônias britânicas no Caribe, conheceu pouco menos da metade desta cifra. Estes números sugerem uma organicidade ímpar entre o Brasil e a África, pois, entre nós, mais do que em qualquer outra parte, possuir escravos significava basicamente conviver com africanos.<sup>118</sup>

Contudo, o número exato de africanos que no Brasil desembarcou não é conhecido e talvez jamais o seja, isto porque os dados conhecidos são, muitas vezes, de natureza dedutiva ou baseados apenas em estimativas, resultado da carência e até mesmo da inexistência de fontes primárias que tenham guardado esses registros.

De qualquer forma, a queda nas importações de africanos foi notória e o último carregamento ilegal apreendido teria ocorrido no ano de 1856<sup>119</sup>. A respeito de importação ilegal de africanos após 1850, encontramos um único caso para Mariana. Foi em um registro de uma ação cível, ocorrido no dia 7 de outubro de 1875, quando o escravo João Africano requereu ser libertado sob alegação de importação ilegal depois de 1850. Ao dar entrada no pedido de ação de liberdade, sua suposta senhora, D. Antonia Carvalho, alegando ter sido informada de que havia um plano de fuga do referido escravo, mandou que o mesmo fosse recolhido à cadeia da cidade.

O curador do escravo, o advogado Egidio Antonio do Espírito Santo Saragoça, não concordando com a prisão, entrou com um pedido de *habeas corpus*, dando prosseguimento às investigações para saber se havia alguma queixa-crime registrada contra o escravo nos cartórios da cidade:

“Diz o Curador de João Africano, preso na cadeia desta cidade // desde o dia 24 de Setembro do corrente ano, que tratando o mesmo // Africano de sua liberdade, e não cometendo crime algum // acha-se ilegalmente preso, e tendo o Curador [ilegível] de requerer = // *habeas corpus* = para o mesmo requer que V. S<sup>a</sup>. ordene que os // Escrivas de crime certifiquem, si em seus cartórios existe algum // processo crime contra o mesmo Africano, e o mais que constar // de seus róis de culpados”.<sup>120</sup>

Não sendo encontrada nenhuma queixa contra o referido escravo, procedeu-se ao andamento do inquérito, sendo o mesmo escravo chamado a depor em juízo. O escravo João Africano alegou que não sabia sua filiação, que teria vindo para o Brasil ainda muito pequeno e por isso não sabia ao certo sua idade, calculando ter mais de 30 anos. Alegou ainda ser solteiro e jornaleiro, além de ter nascido na cidade do Congo.<sup>121</sup>

<sup>118</sup> FLORENTINO (1997, p.23). Autor basea-se em dados de CURTIN, Philip D. *The atlantic slave trade: a census*. Madison: Wisconsin University Press, 1969, p. 268.

<sup>119</sup> COSTA e SILVA (2003, p. 27).

<sup>120</sup> Pedido de Habeas Corpus, AHCSM, código 347, auto 7666, 1º ofício, [fl. 5].

<sup>121</sup> Pedido de Habeas Corpus, AHCSM, código 347, auto 7666, 1º ofício, [fl.9].

Em seguida, o detentor do escravo na cadeia da cidade, Joaquim Pedro Leite de Moraes, foi chamado a depor. Perguntado de quem seguia ordens e se sabia o motivo da prisão, Joaquim alegou que as ordens teriam vindo do Dr. Juiz Municipal e que o motivo teria sido pelo fato de o mesmo escravo querer libertar-se, sendo escravo, e fugir. Novamente foi chamado a depoimento o escravo, que alegou não ter cometido crime algum e que só estava tratando de sua liberdade por ter sido importado ilegalmente para o Brasil. Disse que o primeiro senhor que havia conhecido chamava-se Luis José de Carvalho, filho de D. Antonia Francisca de Andrade, já falecido, e que teria residido primeiramente no município de Mar de Espanha, de onde havia evadido e vindo procurar pela casa de D. Antonia. Perguntado se possuía alguma carta ou papel de liberdade, o escravo respondeu que não.<sup>122</sup>

No documento encontramos a indicação de que os autos dessa ação de liberdade estariam pendentes em Ouro Preto, e talvez por isso não tenha sido concluído, embora o Juiz tenha negado o pedido de *habeas corpus* pedido pelo escravo. Contudo, não foi possível conhecer o desfecho deste processo, se teria resultado na liberdade ou não do escravo por ter sido o mesmo importado ilegalmente depois de 1850.

Com a declaração do fim do tráfico Atlântico, em 1850, resolvia-se um problema, mas criava-se outro, afinal o fim do tráfico não significou o fim do regime escravista — embora tenha sido dado um importante passo nessa direção. Todavia, a demanda por mão-de-obra escrava continuava principalmente nas áreas de implantação e expansão da lavoura cafeeira do sudeste brasileiro. A diferença é que a partir de então, a mão-de-obra não poderia mais vir do outro lado do Atlântico como antes.

A perspectiva do término das relações baseadas na escravidão, iniciada efetivamente com a abolição do tráfico internacional, em 1850, colocou em questão a principal fonte de abastecimento de escravos ao Brasil: a África. Como o tráfico de escravos estava diretamente ligado à demanda por mão-de-obra, para que o regime escravista continuasse a existir como sustentáculo da sociedade brasileira — uma vez que permanecia a dependência tanto econômica quanto social do trabalho escravo — restavam aos proprietários duas medidas a partir de então: um maior investimento na reprodução natural e/ou no tráfico interno de cativos.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> Pedido de Habeas Corpus, AHCSM, código 347, auto 7666, 1º ofício, [fl. 10].

<sup>123</sup> Como vimos no capítulo anterior, para o caso de Minas Gerais, a questão do crescimento da população escrava no século XIX, deu origem a um aquecido debate. Basicamente, duas opiniões sobressaem: de um lado, a tese de Roberto B. Martins, de que esse crescimento teria se originado no tráfico Atlântico da primeira metade do século XIX. De outro, a tese de que o crescimento da população escrava teria origem na reprodução natural, defendida por Francisco Vidal Luna e Wilson Cano. No entanto, acreditamos que uma possibilidade não exclui a outra, de modo que tanto as importações quanto o crescimento natural positivo podem ter coexistido e

O primeiro recurso utilizado foi a recorrência, por parte dos fazendeiros com condições financeiras privilegiadas, ao mercado interno de cativos, provocando uma rearticulação interna do escravismo. O tráfico interno tornou-se mais evidente quando as províncias do Norte, em crise devido ao declínio na produção açucareira e às secas prolongadas, começaram a enviar grande número de seus cativos para a região Centro-Sul, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, regiões que passaram a ter uma maior concentração de cativos.

Como para a lavoura nordestina não havia problema de escassez de oferta de mão-de-obra, o tráfico interprovincial de escravos “mostrou-se uma solução para as províncias do Norte”.<sup>124</sup> Era o começo da intensificação dessa nova fase de transferência de escravos, agora interno, praticado entre províncias diferentes (interprovincial) e mesmo dentro dos limites das províncias (intraprovincial) ou local, destinado a atender a demanda por braço escravo, principalmente nas lavouras de café do sudeste.

Em certa medida, essas transferências internas contribuiriam também para prolongar o regime escravista na região Sudeste, uma vez que não era só força de trabalho que os proprietários estavam comprando. O contrário ocorria no Norte e Nordeste, que começavam, então, a aceitar e a implantar o trabalho livre denotando maior desapego ao regime escravista, representando para esses proprietários uma forma de “incorrerem na menor perda possível”, representando “uma emancipação com indenização”.<sup>125</sup>

O tráfico interno, ao que consta, guardava muitas semelhanças com o tráfico Atlântico, principalmente no que se refere à preferência por escravos adultos do sexo masculino em idade produtiva e à sua realidade extremamente violenta, onde os cativos eram vistos a partir de custos e lucros como muitas outras mercadorias negociadas. Dessa forma, a lógica do lucro parece, então, não admitir qualquer sobreposição, revelando que o mercado interno de escravos, assim como o Atlântico, demandava de números e cifras, que era regido pela lei da oferta e da procura. Por outro lado, questões políticas e sociais, e não só as de ordem

---

contribuído para o aumento da população cativa mineira no século XIX. MARTINS (1982). LUNA & CANO (1983). Para o tema da reprodução natural na composição da força de trabalho escrava em outras localidades do Brasil ver: GUTIERREZ, Horácio. “Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná”. *Estudos Econômicos*, v.17, n.2, p. 297-314, 1987; “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”. *Revista Brasileira de História*, v.8, n. 16, p. 161-188, 1988; MOTTA, José Flávio. “A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829)”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.5, p. 71-101; COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. “A família escrava em Lorena”. *Estudos Econômicos*, v.17, n. 2, p. 245-296, 1987, dentre outros.

<sup>124</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. “Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX”. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Brasília, v.1, 1992, p. 342-343.

<sup>125</sup> SILVA (1992, p. 348).

econômica, em determinados momentos, também foram importantes para definir os rumos da escravidão no Brasil.<sup>126</sup>

É recorrente na historiografia encontrarmos menções de que nas primeiras décadas após 1850, o tráfico interno de escravos interprovincial foi praticado em maior volume. Na década de 1860 manteve-se estável e a partir da década seguinte, a movimentação interna de cativos no Brasil ocorreu com maior intensidade, demonstrando o vigor do regime escravista. Somente na década de 1880 é que esse tráfico de escravos sofreria queda considerável até desaparecer por completo, especialmente após o mês de dezembro, quando o governo mineiro estipulou um imposto no valor de Rs 2:000\$000 por escravo importado para a província. Essa medida foi tomada em resposta ao temor de que a “concentração de escravos na região centro-sul acabasse por alienar o apoio das outras províncias à instituição servil”.<sup>127</sup> Joaquim Nabuco, demonstrando a insegurança por parte dos senhores em relação a uma possível má influência que os escravos importados de outras províncias poderiam causar aos que aqui já estavam ambientados, foi um dos defensores da lei que proibiu o comércio interprovincial de escravos na Câmara de São Paulo, em 1880.<sup>128</sup>

Com o aumento da taxa do tráfico interprovincial de escravos a partir de 1850, ocorreu também o aumento do tráfico intraprovincial, como demonstrou Roberto Martins para meados da década de 1880: “os registros de mudança de domicílio mostram que, entre 1881 e 1884, uma média anual de 12.636 escravos foram transferidos entre os municípios mineiros — um número pelo menos 56% mais alto que a média dos anos 1873 a 1881”.<sup>129</sup>

Entretanto, devemos levar em conta que nem todas as transações podem ter sido registradas ou que nem todas as documentações encontram-se devidamente preservadas, fazendo-nos crer que o tráfico interno de cativos pode ter sido maior que os dados conhecidos. Uma das explicações seria o fato de que os registros oficiais das negociações envolvendo escravos podiam nem chegar a acontecer, isto porque cada registro estava sujeito a um

<sup>126</sup> As questões políticas internas tiveram importância fundamental nos rumos da escravidão no Brasil, especialmente ao longo do século XIX, quando vários grupos sociais brasileiros se envolveram nos debates, como os parlamentares, os traficantes, a população livre e pobre e até mesmo os escravos. Dentre as questões sociais, podemos destacar o medo da haitianização do Brasil e a corrupção dos costumes promovida pelos africanos, dentre outras. Uma discussão mais detalhada sobre algumas destas questões, pode ser encontrada em: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000. Para a possibilidade de variáveis não econômicas interferindo nos rumos da escravidão, conferir: FRAGOSO, João Luís R. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>127</sup> MARTINS (1982, p. 33). Somente em 1885 é que esse tráfico interno, tanto interprovincial quanto intraprovincial, seria proibido através da Lei Saraiva-Cotegipe.

<sup>128</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990, p. 58-59.

<sup>129</sup> MARTINS (1982, p. 33).

imposto de transferência de propriedade.<sup>130</sup> Buscando sonegar esse imposto, compradores e vendedores de escravos lançavam mão de procurações no ato da transação, dando poderes legais ao titular para efetuarem vendas de cativos, sem registrarem a transação nas Coletorias municipais.

Muitas vezes, essas procurações podiam estar ornamentadas por um ou mais substabelecimento de procurações, quando o comprador pretendia revender o escravo em seguida a outro proprietário. Encontramos alguns casos onde, no registro da compra e venda do escravo, havia menção de que a venda teria ocorrido a tempos atrás e, ‘por esquecimento’ das partes envolvidas, o registro oficial ainda não tinha sido feito. Nestes casos, é lícito imaginar que o registro final teria sido postergado intencionalmente, evitando assim o pagamento do imposto da Meia Sisa em uma possível negociação anterior.

Outra questão importante e que merece ser mencionada refere-se à preservação do material arquivístico. Algumas das principais fontes primárias utilizadas neste trabalho, os registros de compra e venda de escravos, estavam incompletos ou em estado precário de conservação, dificultando e mesmo impossibilitando a leitura e a coleta dos dados. Em outros casos, infelizmente, constatamos que alguns dos livros se perderam de forma irremediável pelos arquivos... Mas de modo geral, o estado de conservação da maioria dos livros de registros de compra e venda de escravos que pesquisamos era bom, o que nos permitiu a composição de séries homogêneas que cobriam quase todo o período da pesquisa, à exceção dos anos 1850, 1855 e 1857.<sup>131</sup>

É o que acontece, por exemplo, com o tema do tráfico interno de escravos no período oitocentista, pois foi somente a partir da década de 1990 que esse tema começou a ganhar espaço, ainda que modesto na historiografia brasileira. Acreditamos que há ainda um longo caminho a ser percorrido em direção à descoberta do papel que as províncias desempenharam

---

<sup>130</sup> A *Meia sisa* era o imposto obrigatório pago nas Coletorias dos municípios no ato da transmissão da propriedade escrava. Em 1855, estabeleceu-se por Lei nº 840 de 15 de dezembro, que o valor pago deveria ser de 40\$000, e não mais de 5% sobre o valor do escravo como era antes. Em 1876, a Lei nº 2314 de 11 de julho, fez com que a taxa subisse para 50\$000. A Lei nº 2716, de 18 de dezembro de 1880, em seu artigo 10º, estabeleceu que a taxa fosse elevada para 2:000\$000 para escravos precedentes de outras províncias. Embora não houvesse um consenso quanto quem deveria fazer o pagamento desse imposto, geralmente o comprador era quem o fazia. PARREIRA (1990, p.213-218).

<sup>131</sup> Encontramos indícios de que os livros que continham os registros para estes anos foram perdidos, de modo que se pode afirmar que existiram, pois a própria fonte fazia referência a essa existência. Relatos sobre o mal estado de conservação ou da perda total das fontes devido às condições de higienização e armazenamento da documentação em muitos arquivos, dificultando a pesquisa histórica, são constantemente mencionados por historiadores do período escravista brasileiro. Merece maior atenção o século XIX, ao mesmo tempo um período tão fecundo e ainda tão pouco estudado. Em parte, esse é o resultado da menor quantidade de fontes preservadas e disponibilizadas nos arquivos brasileiros. Para a discussão de algumas fontes sobre a história da escravidão no século XIX, ver: SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, n. 13, v.1, jan./abr. 1983, p. 117-149.

nessa forma de tráfico, daí a importância de estudos de cunho regional, com bases empíricas sólidas.

Percebendo essa necessidade é que começamos a nos interessar pelo tema na província de Minas, especialmente na região de Mariana. Embora já existam alguns trabalhos revelando o contrário, por muito tempo, historiadores da corrente tradicionalista acreditaram que teriam ocorrido transferências de mão-de-obra escrava “subutilizada” ou “redundante” das antigas áreas mineradoras para as regiões vizinhas, onde o cultivo do café era desenvolvido.<sup>132</sup>

Roberto Borges Martins<sup>133</sup> foi um dos pioneiros a questionar esta versão, dando início ao que se convencionou chamar de historiografia revisionista. Reunindo algumas evidências empíricas, o autor buscou comprovar que as antigas regiões mineradoras não teriam enviado seus escravos para o setor cafeeiro:

(...) as idéias de que Minas Gerais tenha fornecido escravos para a decolagem do setor cafeeiro ou de quaisquer exportações consideráveis de cativos da província existem, apenas, na imaginação de alguns historiadores. (...) Ao contrário, queixas sobre o alto preço dos cativos e sua escassez e referências a importações de cativos são frequentemente encontradas.<sup>134</sup>

Na tentativa de comprovar seus argumentos, Martins realizou a distribuição da população escrava pela província a fim de comparar quais regiões teriam perdido e ganhado escravos. O autor chama atenção para a necessidade de se levar em conta as taxas de manumissões e de mortalidade, pois sem isso, “essa comparação tem um viés no sentido de exagerar as perdas das zonas exportadoras e de diminuir os ganhos das áreas importadoras. Foram exercícios apressados desse tipo que levaram alguns autores a concluir que a área cafeeira estava drenando toda a força de trabalho servil das regiões não cafeeiras”.<sup>135</sup>

<sup>132</sup> Isto porque com o fim da atividade de mineração não haveria outro setor capaz de aproveitar o grande número de escravos a não ser esse setor cafeeiro. Nesta linha, ver, por exemplo: MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 59; GORENDER (1988, p. 325); COSTA (1989, p. 63,95- 96), dentre outros.

<sup>133</sup> MARTINS (1982, p. 20-23). Como mencionamos anteriormente, tomaremos como ponto de partida os estudos revisionistas por se adequarem melhor aos propósitos de nossa pesquisa.

<sup>134</sup> MARTINS (1982, p. 23). Até porque estudos mais recentes demonstraram que não havia nenhuma produção de café nas primeiras décadas do século XIX naqueles municípios que seriam reconhecidos mais tarde como os pioneiros na produção cafeeira. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 189-190.

<sup>135</sup> MARTINS (1982, p. 30).

Na tabela que se segue, Martins utilizou taxas de manumissões de 7.700 para toda a província e distribuídas proporcionalmente para cada município de acordo com sua população, além da taxa de crescimento natural de – 23 por mil por ano.<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> MARTINS (1982, p. 30). De acordo com Martins, a taxa de crescimento natural foi calculada por Robert Slenes para a região central de São Paulo no mesmo período. Vale dizer que esses números refletem apenas a mortalidade dos escravos.

**Tabela 5 - MINAS GERAIS: população escrava por regiões, 1873-1886.**

Regiões	1873		1880		1884		1886		Porcentagem da população Livre em 1873
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	
Metalúrgica - Mantiqueira	95.401	24.9	63.160	19.5	51.820	17.3	49.436	17.3	24.7
Mata	100.776	26.3	100.248	30.9	106.939	35.8	104.360	36.4	16.8
Sul	81.511	21.3	71.682	22.1	63.982	21.4	61.270	21.4	19.0
Alto Paranaíba	18.493	4.8	11.616	3.6	10.443	3.5	9.998	3.5	5.2
Oeste	33.711	8.8	29.806	9.2	24.440	8.2	23.152	8.1	10.1
Triângulo	7.966	2.1	9.436	2.9	5.921	2.0	5.522	1.9	2.1
São Francisco - Montes Claros	7.983	2.1	8.325	2.6	7.574	2.5	7.411	2.6	4.9
Paracatu	2.639	0.7	1.714	0.5	1.587	0.5	1.548	0.5	1.9
Jequitinhonha - Mucuri - Doce	34.160	8.9	28.551	8.8	26.225	8.8	23.974	8.3	15.2
Minas Gerais	382.640	100.0	324.538	100.0	298.931	100.0	286.491	100.0	100.0

Fonte: Recenseamento 1872; Falla... Pres. Sant'Ana, 1880, pp. 25-26; Falla... Pres. Gonçalves Chaves, 1884, pp. 63-64; Relatório... Pres. Souza Magalhães, 1887, pp. 32-34.

Nota: O total dado pelo censo foi de 370.459, mais tarde ajustado para 381.893 para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas. Como a revisão não discriminou os dados por municípios, foi preciso estimar, usando outras fontes, a população dos municípios incompletamente cobertos. Nossa estimativa resultou em 382.640, que é 0,2 por cento maior que o total ajustado do censo. Em 1880, os dados para dez municípios não incluídos na fonte foram estimados por interpolação entre 1873 e o primeiro dado disponível após 1880. Todos esses ajustamentos estão em Martins, "Growing in Silence", apêndice B. In: MARTINS (1982, p. 31).

Pela tabela, notamos que a região da Zona da Mata mineira registrou o maior saldo positivo de crescimento da população escrava dentre as outras quatro regiões que também registraram crescimento (Sul, Oeste, Triângulo e São Francisco – Montes Claros).<sup>137</sup> A Mata mineira também teve a maior porcentagem de cativos, registrando crescimento ao longo dos anos analisados. O contrário ocorreu com a região Metalúrgica – Mantiqueira que registrou perda de sua população escrava, sobretudo a partir de 1880, quando passa a deter a terceira maior concentração de cativos da província, atrás da Mata e do Sul de Minas. Todavia, Martins insiste na afirmação de que os escravos da Zona da Mata mineira não eram originários da Metalúrgica – Mantiqueira e que as perdas de uma não teriam qualquer ligação com o crescimento da outra, como somos levados a concluir numa primeira análise dos dados acima.<sup>138</sup>

Ao que tudo indica, a província de Minas dependeu menos dos escravos nordestinos que migraram para o sudeste do que, por exemplo, as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>139</sup> A explicação talvez resida no fato da província mineira possuir uma maior quantidade de mão-de-obra cativa que as demais províncias, mão-de-obra essa acumulada ao longo dos anos de escravidão através de importações, como quer Martins, ou crescimento natural positivo, como querem Luna e Cano.<sup>140</sup> De fato, a província de Minas chegou ao término do regime escravista brasileiro com o maior plantel escravo do Império, denotando que mesmo após a cessação do tráfico negreiro internacional, a escravidão não perdeu sua importância no contexto sócio-econômico mineiro.

A tabela a seguir mostra a comparação entre algumas regiões importadoras de escravos ao longo do século XIX:

---

<sup>137</sup> MARTINS (1982, p. 30).

<sup>138</sup> Segundo Martins, os escravos empregados no setor cafeeiro da Zona da Mata mineira eram frutos de importações ocorridas na primeira metade do século XIX. O autor ainda argumenta que “a província teria sido um pesado importador líquido [de escravos], mesmo se a sua população tivesse um crescimento natural positivo”. MARTINS (1982, p. 24-25).

<sup>139</sup> COSTA (1989, p. 95).

<sup>140</sup> Ver: MARTINS (1982); LUNA & CANO (1983). Acreditamos que as duas hipóteses estejam relacionadas e contribuiu cada uma a sua maneira, para o crescimento da população escrava mineira no século XIX.

**Tabela 6 - Crescimento da população escrava do Brasil. Principais províncias:  
1819 e 1872.**

<b>Província</b>	<b>1819</b>	<b>1872</b>	<b>% de crescimento*</b>
<b>Bahia</b>	147.263	167.824	+ 14
<b>Corte</b>	55.090	48.939	+ 12
<b>Maranhão</b>	133.334	75.272	+ 43
<b>Minas Gerais</b>	168.543	367.443**	+ 118
<b>Rio de Janeiro</b>	91.070	306.425	+ 237
<b>São Paulo</b>	77.667	156.612	+ 102
<b>Brasil</b>	1.107.389	1.546.880	+ 40

Fonte: MARTINS (1982, p. 12).

\* A tabela original não contém esta coluna, que foi posteriormente acrescentada por nós para melhor visualização dos dados. As porcentagens são aproximadas.

\*\* Dados corrigidos para a província de Minas Gerais. LIBBY (1988, p. 46).

Pela tabela, observamos que o crescimento da população cativa de Minas Gerais foi de cerca de 118%, perdendo apenas para a província do Rio de Janeiro, que registrou o maior crescimento: cerca de 237%. A província de São Paulo ocupou o terceiro lugar, com um crescimento de cerca de 102%. Por outro lado, a Corte e a província do Maranhão registraram queda de 12% e 43%, respectivamente. A Bahia foi a província que registrou o menor crescimento da população escrava: cerca de 14%. Todavia, os dados apresentados por Martins colocam a província mineira em destaque como eixo dinâmico da economia e de Minas Gerais, sendo a principal detentora de escravos, tanto em 1819 quanto em 1872.

Posteriormente, Douglas C. Libby<sup>141</sup> analisou a distribuição dos escravos dentro da província mineira por amostragem ao longo do século XIX, confirmando a importância da permanência dos escravos na região Metalúrgica - Mantiqueira após o declínio da mineração. Os dados por ele apresentados (tabela 6) revelam que, para além do fato da diminuição da proporção de escravos em todas as regiões no decorrer do século XIX, as regiões da Metalúrgica – Mantiqueira, Zona da Mata e Sul de Minas tinham as maiores porcentagens de cativos, com médias superiores à da província durante todo o período por ele analisado.

---

<sup>141</sup> LIBBY (1988, p. 47).

**Tabela 7 - Escravos na população total de regiões mineiras e na Província de Minas Gerais: 1831-1840, 1854-1857, 1872 (%).**

Regiões	1831-1840	1854-1857	1872
<b>Metalúrgica - Mantiqueira</b>	36,48	26,81	19,03
<b>Mata</b>	36,77	38,75	25,30
<b>Sul</b>	31,99	31,44	20,52
<b>Oeste</b>	27,35	26,30	17,02
<b>Triângulo</b>	34,66	25,94	16,27
<b>Alto Paranaíba</b>	30,84	20,77	16,54
<b>São Francisco - Montes Claros</b>	24,05	7,63	8,39
<b>Paracatu</b>	23,31	19,21	7,69
<b>Jequitinhonha - Mucuri-Doce</b>	24,21	16,54	11,21
<b>Minas Gerais</b>	31,30	24,95	18,16

Fonte: LIBBY (1988, p. 47).

Para Libby, a grande quantidade de escravos encontrada na Metalúrgica – Mantiqueira na década de 1830 pode ser um indicativo de que a decadência da mineração, que teve seu início na segunda metade do século XVIII, não teria sido tão acentuada como a descrita pela historiografia tradicional. Antes o contrário, os dados sugerem que a retração causada pela decadência do setor minerador teria durado tempo suficiente para que a economia se reestruturasse. Desse modo, as novas atividades econômicas ligadas à agricultura mercantil de subsistência — sempre presentes na região e que passaram a predominar no pós - auge da mineração — já eram capazes de absorver e conservar a mão-de-obra cativa no decorrer do século XIX.<sup>142</sup>

Todavia, nesse estudo, o autor considera a possibilidade de ter ocorrido transferências de escravos entre as regiões mineiras devido às diminuições proporcionais dos escravos por regiões e, inevitavelmente, a Metalúrgica – Mantiqueira teria perdido escravos para outras regiões, como a Zona da Mata que se voltava cada vez mais para a economia de exportação.<sup>143</sup>

Outro dado que corrobora essa premissa é o fato de que muitos municípios e freguesias que antes constituíram as áreas dos grandes centros de mineração faziam fronteira com a Zona da Mata, principalmente com os municípios que começavam a desenvolver e a implantar a cafeicultura nessa última região. Dessa forma, muitos historiadores são levados a estabelecer uma possível ligação entre a diminuição da população escrava da Metalúrgica – Mantiqueira e

<sup>142</sup> LIBBY (1988, p. 48, 52). Segundo Libby, a região da Metalúrgica – Mantiqueira detinha, em números absolutos, a segunda maior população escrava da província em 1872: 94.313 indivíduos, enquanto que a Zona da Mata liderava com 95.569 cativos. Para o autor, seria as atividades ligadas à produção do café que explicaria o fato da população cativa ser de quase  $\frac{1}{4}$  na Zona da Mata, em 1872. Note-se que o número de escravos apresentados por Libby difere dos apresentados por Martins. (Vide tabela 1).

<sup>143</sup> LIBBY (1988, p. 51-52). Libby desconfia que as baixas proporções de escravos das três regiões do Norte de Minas Gerais (São Francisco - Montes Claros, Paracatu e Jequitinhonha – Mucuri – Doce) seja indício do pequeno envolvimento dessas regiões na rede de mercantilização da agricultura de subsistência de Minas Gerais.

o aumento na da Zona da Mata, devido à proximidade geográfica dos municípios que compunham estas duas regiões.<sup>144</sup>

Diante do quadro até aqui exposto, verificamos a necessidade de estudos empíricos com enfoque regional, sobretudo nas regiões não ligadas ao setor de exportação,<sup>145</sup> pois acreditamos estar aí a chave para o melhor esclarecimento do papel que Minas desempenhou no tráfico interno. Essa constatação é válida, sobretudo quando observamos os resultados obtidos pelos poucos estudos regionais existentes sobre essas migrações forçadas de escravos dentro da província mineira. Estes estudos têm delineado nova paisagem, revelando que o sentido desse tráfico era dominado pelas transferências locais, onde o envio de cativos para outras províncias teria sido pouco expressivo.

Nessa linha, um dos estudos pioneiros é encontrado em Nilce Rodrigues Parreira.<sup>146</sup> A autora estudou a estrutura da população escrava comercializada via tráfico interno em Ouro Preto durante o século XIX, um importante centro minerador no passado colonial e capital da província mineira. Dentre muitas descobertas, a autora constatou que os registros de compra e venda de escravos apontavam para o comércio local, pois a maioria absoluta de vendedores e compradores residiam na Comarca de Vila Rica (87,24%), predominando os moradores na própria freguesia de Ouro Preto (68,64%). A autora ressalta ainda que se acrescidas as localidades pertencentes à freguesia de Ouro Preto, esse número subiria para 77,94%.<sup>147</sup>

<sup>144</sup> Vale ressaltar que muitos dos municípios que integravam a região de antigo centro minerador, tinham seu território estendido até a Zona da Mata mineira, como era o caso do município de Mariana.

<sup>145</sup> Nota-se que a maioria dos estudos existentes sobre o tráfico interno de escravos se dedicou às áreas cafeeiras e, portanto, mais ligadas ao setor de exportação, sobretudo as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Nessas regiões, comumente o tráfico interprovincial predominava. Ver: SLENES, Robert W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.) *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986; SILVA (1992); MOTTA, José F. & MARCONDES, Renato L. “O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870”. *Estudos Econômicos*. V.30 (2), p. 267-299, abril/jun. 2000; MOTTA, José F. “O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca, 1861-1887”. Seminário das Sextas, *Texto para discussão* n°. 21. São Paulo: IPE/USP, 2001; SILVA, Célio A. Alcântara. “O comércio de escravos em Piracicaba, província de São Paulo (1861-1887)”. In: II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. Niterói, ABEPHE, 2004; MOTTA, José F. “Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá e Constituição, 1861-1869)”. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2005. Por outro lado, estudando a região de Itapemirim, no Espírito Santo, Vilma Almada concluiu que mais que o tráfico inter e intraprovincial, teriam sido as imigrações de fazendeiros fluminenses e mineiros, juntamente com seus escravos, que povoaram o sul do Espírito Santo. ALMADA, Vilma P. Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

<sup>146</sup> PARREIRA, Nilce Rodrigues. *O comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1990. Note-se que este é também o único estudo sobre o tráfico interno em um município que se dedicou no passado à atividade de mineração, daí sua importância como referência para o tema. A Autora utilizou como fonte os registros de compra e venda presentes nos Livros de Notas do cartório do 1º e 2º ofícios de Ouro Preto. Foram computadas 426 escrituras, mas o número de escravos não é mencionado, e pelos gráficos apresentados pela autora não é possível fazer a identificação.

<sup>147</sup> PARREIRA (1990, p 183).

Nilce Parreira não encontrou nenhum registro de moradores em outras províncias durante a primeira metade do século em estudo. Para a segunda metade (1860-1887), apenas onze compradores eram residentes em outras províncias: cinco no Rio de Janeiro, três em São Paulo e três no Espírito Santo, somando onze casos (1,64%). As transações referentes ao comércio local representaram 95,06% entre os anos 1860-1887, e nem mesmo as transferências para os municípios da região da Zona da Mata, onde se desenvolvia a cafeicultura, foram significativas: apenas 26 transferências foram registradas, segundo a autora.<sup>148</sup>

Nota-se, porém que, à luz de estudos regionais, a direção do tráfico interno de escravos é distinta da apresentada pelos autores representantes da historiografia tradicional. Aqui, de acordo com os dados apresentados por Parreira, o comércio de escravos em Ouro Preto tinha, definitivamente, características locais sem demonstrar qualquer ligação significativa no envio de seus escravos para os municípios cafeeiros, sobretudo da Zona da Mata mineira.

Por outro lado, estudando os municípios cafeeiros de Juiz de Fora e Muriaé, localizados na Zona da Mata mineira, durante a segunda metade do século XIX, temos o trabalho de Rômulo Andrade.<sup>149</sup> O autor constatou que os dois municípios eram importadores líquidos de escravos, onde as compras representavam 90% da movimentação ocorrida no período. Segundo Andrade, a maior parte das transações ocorreu dentro da própria província de Minas Gerais e, quando ocorriam transações interprovinciais, esse comércio era liderado pelas províncias do Rio de Janeiro, seguida pela da Bahia.<sup>150</sup>

O autor observou que “praticamente todas as regiões contribuíram para formação dos plantéis de Juiz de Fora, destacando-se a expressiva participação do Oeste de Minas Gerais e Alto Paranaíba”. Já em Muriaé, os escravos foram comercializados localmente, entre os limites do próprio município, e quando houve participação de outras regiões, a do

---

<sup>148</sup> PARREIRA (1990, p. 188-189). A autora fez a divisão dos locais de residência dos vendedores e compradores a partir da localização dos municípios nas Comarcas e em subperíodos de acordo com a criação destas mesmas Comarcas. A nosso ver, essa não seria a divisão mais indicada, porque dificulta a visualização dos dados, uma vez que ao longo de todo o período houve a criação de muitas comarcas, e conseqüentemente, a mudança de muitos municípios dentro das mesmas. De modo geral, a forma de apresentação dos dados utilizada pela autora ao longo de sua dissertação não são muito claros, e em alguns casos a autora só fornece os dados dos maiores valores encontrados.

<sup>149</sup> ANDRADE, Rômulo. “Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)”. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, 1998. O autor utiliza como fonte os registros de compra e venda de escravos presentes nos Livros de Notas dos municípios de Juiz de Fora e Muriaé. Foram computadas 1.211 escrituras envolvendo 2.255 escravos.

<sup>150</sup> ANDRADE (1998, p. 95).

Jequitinhonha – Mucuri – Doce foi a principal delas, seguida pelos escravos vindos da região da Metalúrgica – Mantiqueira e Oeste de Minas Gerais.<sup>151</sup>

**Tabela 8 - Tráfico intra e interprovincial Juiz de Fora (1860-87) e Muriaé (1862-1887).**

<b>Especificação</b>	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Muriaé</b>
Transações intra e interdistritais	37%	63%
Transações intermunicipais (Mata)	6%	5%
Transações intermunicipais (outras reg. de Minas)	40%	13%
Transações interprovinciais	17%	19%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos, Arquivo do Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora; Livros de Notas do Cartório do 1º ofício de Muriaé; Livros de Notas do Juízo de Paz do Arquivo da Prefeitura Municipal de Muriaé. In: ANDRADE (1998, p. 103).

Notamos que as migrações de escravos da região Metalúrgica – Mantiqueira teria contribuído para a reposição, através do tráfico interno, da escravaria de Muriaé. Contudo, essa participação não teria sido expressiva, pois a Metalúrgica ocupou o segundo lugar, em termos de volume, no fornecimento de escravos vindos de outras regiões para Muriaé. Já em Juiz de Fora, o autor não chegou sequer a mencionar a presença de escravos provenientes da Metalúrgica – Mantiqueira, o que não significa que não teriam ocorrido transferências de escravos da Metalúrgica para a Mata. Possivelmente, estas transferências não tivessem sido registradas no município de destino desses escravos, e sim no de origem, ou seja, na região Metalúrgica – Mantiqueira. Prova disso foram os registros encontrados em nossa pesquisa, onde escravos de proprietários marianenses foram vendidos a compradores residentes no município de Juiz de Fora, como veremos no capítulo 3 desta dissertação.

Corroborando com as informações de Rômulo Andrade, temos os estudos de Cláudio Heleno Machado para o município de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.<sup>152</sup> O autor encontrou um maior número de transações locais, voltados para os próprios limites do município: “80,18% dos negócios específicos com o elemento cativo, envolvendo 66,34% dos mesmos, foram concretizados no âmbito do próprio território do município ou da província”.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> ANDRADE (1998, p. 96).

<sup>152</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. “Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX”. In: *X Seminário Sobre a Economia Mineira. Diamantina*, 2002.

<sup>153</sup> MACHADO (2002, p. 4).

**Tabela 9 - Tráfico intra e interprovincial de escravos em Juiz de Fora, 1862-71 e 1880-84.**

<b>Especificação</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Transações intramunicipais	106	46,7
Transações intermunicipais (Zona da Mata)	28	12,33
Transações intermunicipais (outras reg. de Minas)	48	21,15
Transações interprovinciais	21	9,25
Outras transações *	24	10,57
Total	227	100

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora, Cartório do 1º ofício de Notas, série 01 e 03. In: MACHADO (2002, p.5).

\* Referem-se a situações variadas: transações que envolvem compradores e vendedores não residentes em Juiz de Fora, em que houve omissões no registro das residências dos mesmos ou que se caracterizavam por operações de permuta de escravos.

Conjugando estas informações com os dados de procedência dos escravos negociados, o autor desconfia que Juiz de Fora, e não a província do Rio de Janeiro, tenha sido um importante entreposto comercial de escravos durante a segunda metade do século XIX, de onde os mesmos seriam renegociados. O autor encontrou número significativo de escravos matriculados em outras regiões da província (41,01%), enquanto que da Zona da Mata foram apenas 9,62%, denotando a disponibilidade de escravos dentro da província mineira.

Pela análise de Cláudio Heleno, e das demais que apresentamos, não percebemos transferências significativas de escravos da região Metalúrgica – Mantiqueira em direção a Zona da Mata mineira, de modo que não é possível afirmar que os escravos empregados na cafeicultura tenham sido originários dos antigos centros mineradores, sobretudo da região de Mariana.

Esperamos, com isso, chamar a atenção para a importância dos estudos regionais, para testar as formulações gerais propostas pelos estudos pioneiros sobre as transferências de escravos durante a segunda metade do século XIX na província de Minas Gerais. Percebendo essa necessidade, nosso trabalho visa demonstrar que a ligação entre o envio de escravos dos antigos centros mineradores para as regiões de cafeicultura deve ser melhor investigada por parte dos historiadores, principalmente à luz de recortes regionais. Nesse sentido, nossa pesquisa espera contribuir para o melhor esclarecimento dessas questões ao analisar as migrações forçadas de escravos através do tráfico interno, seja inter ou intraprovincial, no município de Mariana e suas respectivas freguesias, durante o período de 1850 a 1886.

## 2.2 - O perfil do escravo negociado

Para a análise dos dados referentes ao tema do tráfico interno de escravos utilizamos as escrituras de compra e venda de escravos presentes em dois tipos de registros notariais existentes no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). São eles: cinco Livros de Registros de compra e venda de escravos e trinta Livros de Notas (1º e 2º ofícios) que cobrem o período de 1850 a 1886. Coletamos as informações de todos os registros que diziam respeito às transações registradas no município de Mariana, incluindo vendedores e compradores residentes ou não no município. Esse procedimento nos proporcionou verificar que a maioria das negociações envolvia de fato indivíduos residentes no próprio município, tanto compradores quanto vendedores. Por outro lado, vendedores e compradores que não tinham residência estabelecida no município também foram considerados, uma vez que podiam indicar alguma ligação importante com o comércio de escravos local.

Encontramos um total de 353 escrituras envolvendo 701<sup>154</sup> escravos e 21 ingênuos, totalizando 722 indivíduos.<sup>155</sup> Nessas escrituras, encontramos as seguintes informações, que posteriormente se transformaram em variáveis em nosso banco de dados composto no programa SPSS: data e local do registro da escritura; nomes do vendedor, do comprador e de seus respectivos procuradores, quando havia; sexo (a partir do nome); títulos ou patentes; local de residência dos mesmos; nome, sexo (a partir do nome), idade, estado conjugal, cor, atividade produtiva, origem, naturalidade, eventuais caracteres físicos e presença de filhos, além da forma prévia de aquisição do (s) escravo (s); preço do (s) cativo (s); observação quanto à forma de pagamento; valor recolhido pelo imposto de meia sisa; transcrição dos dados da matrícula do (s) escravo (s); cópias da procuração passada por vendedores e compradores a seus procuradores. Por fim, as devidas assinaturas das testemunhas, o fecho do Tabelião e assinaturas.

---

<sup>154</sup> Esses 701 escravos que foram negociados em Mariana representam cerca de 10% da população escrava total do município de acordo com o Recenseamento de 1872. Segundo os dados deste Censo, em Mariana haveria o total de 8.422 cativos, sendo 4.644 do sexo masculino e 3.778 do sexo feminino. PUNTONI, Pedro. (Coordenação). *Os Recenseamentos Gerais do Brasil no Século XIX: 1872 e 1890*. [Cd room]. CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Vale dizer que não estamos considerando a taxa de mortalidade nem de alforrias no período, o que significa que a porcentagem de 10% é bruta e, certamente, um pouco superestimada.

<sup>155</sup> Nesse total há casos de escravos que foram objeto de mais de uma transação ao longo dos anos estudados e que optamos por mantê-los em nossa análise. Ressaltamos que havia outros tipos de negociações com escravos, tais como doações e permutas, mas fizemos a opção metodológica de explorar apenas as que diziam respeito às compras e vendas de escravos. As escrituras foram cuidadosamente coletadas e preparadas para a análise através de metodologias da história demográfica, bastante profícua a exploração do tipo de fonte que nós trabalhamos, proporcionando um melhor tratamento quantitativo aos dados, e, conseqüentemente, seu maior aproveitamento, uma vez que foi possível estabelecer séries homogêneas, diminuindo a margem de erros.

O cruzamento das variáveis acima foi de suma importância para a obtenção dos resultados apresentados a seguir, tanto para o estabelecimento do perfil do escravo comercializado na região quanto para os preços praticados nesse mercado. Ajudaram-nos ainda a identificar a direção e o sentido dessas transferências internas de cativos, transferências estas que despontaram como uma das facetas dos negócios da escravidão praticados ao longo da segunda metade do século XIX.

**Tabela 10 - Distribuição de escrituras e cativos a partir do número de escravos comercializados em cada escritura: Mariana, 1850-1886.**

Escravos por escrituras	Escrituras		Escravos N
	N	%	
1	240	67,9	240
2	41	11,6	82
3	18	5,1	56
4	10	2,8	38
5	2	0,6	10
6	5	1,4	30
7	1	0,3	7
8	1	0,3	8
9	4	1,1	36
10	1	0,3	10
13	2	0,6	26
17	1	0,3	17
22	1	0,3	22
33	1	0,3	33
34	1	0,3	34
"Menos que 1" *	24	6,8	52
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>100</b>	<b>701</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

\* Transações envolvendo partes ideais de escravos como metade, terça parte, sexta parte, etc.

No conjunto das transações por escrituras, como mostra a tabela acima, a maioria envolvia a venda de um único escravo por escritura: 240 casos, ou 67,9% do total. Outras 41 escrituras (11,6%) eram relativas à venda de 2 escravos; 18 (5,1%) envolviam 3 escravos e 10 (2,8%) envolviam 4 escravos. Como podemos notar as porcentagens de escrituras com maior número de escravos sendo vendidos conjuntamente tendem a cair, uma vez que fica evidente o predomínio da venda de apenas um escravo. As escrituras com 6 e 9 escravos representavam respectivamente 1,4% e 1,1%. Transações envolvendo 5 e 13 escravos representavam 0,6% do total de transações, enquanto que cada uma das escrituras envolvendo 7, 8, 10, 17, 22, 33 e 34 escravos corresponde a 0,3% das vendas.

Temos ainda outras 24 escrituras, representando 6,8% do total, nas quais foram vendidas partes ideais dos escravos, tais como metade, terças partes, sextas partes, etc. No geral, observamos que a venda de partes de escravos era comum principalmente quando este escravo possuía mais de um dono: “... sendo senhor e possuidor conjuntamente com [nome do sócio] de vários escravos em sociedade, tendo cada um a metade [no valor dos escravos]...”<sup>156</sup> ou quando era fruto de herança: “...a parte [do escravo] que vende recebeu [ele vendedor] por herança em partilha de seu falecido pai...”<sup>157</sup>. Nestes casos, geralmente observamos que havia mais de um dono, de modo que havia sempre o fracionamento da parte e do valor do escravo, de acordo com o que cada um dos donos tinha direito.

**Tabela 11 - Distribuição das escrituras segundo o tipo de transação e sexo dos escravos e ingênuos: Mariana, 1850-1886.**

Tipo de transação	Sexo		Total
	masculino	feminino	
Escravo inteiro	365	283	648
Escravo em "Partes" *	36	16	52
<b>Subtotal</b>	<b>401</b>	<b>299</b>	<b>700**</b>
Ingênuo	9	10	19***
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>309</b>	<b>719</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1° e 2° ofícios.

\*Transações envolvendo partes ideais de escravos, tais como metade, terça parte, sexta parte, etc.

\*\*Excluímos 1 caso que não foi possível identificar o sexo do escravo.

\*\*\*Excluímos 2 casos que não foi possível identificar o sexo de 2 ingênuos.

Dos 719 indivíduos considerados na tabela 7, os escravos representavam 97,4% das negociações. Dos 648 escravos vendidos ‘por inteiro’, representando 92,6% do total, 365 cativos, ou 56,3%, eram do sexo masculino e 283 (43,7%) do sexo feminino. Em relação ao tipo de transação, encontramos 52 casos (7,4% do total) onde foram vendidas as ‘partes’ que os vendedores possuíam nos escravos negociados, sendo 36 (69,2%) de homens e 16 (30,8%) de mulheres. Do total de 700 escravos, pouco mais da metade, 401 (57,3%) dos cativos eram homens, enquanto que as 299 mulheres correspondiam a 42,7%. Esses dados revelam um equilíbrio entre os sexos bastante significativo para os padrões da época, mesmo quando levamos em conta a preferência histórica dos proprietários por escravos do sexo masculino.<sup>158</sup>

Para a categoria ‘ingênuo’, encontramos referência a apenas 19 casos (2,6 % da população negociada), sendo 9 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Desse total, 15

<sup>156</sup> AHCSM, livro 1, 1° ofício, [fl. 27].

<sup>157</sup> AHCSM, livro 2, 1° ofício, [fl. 30].

<sup>158</sup> Deve-se considerar que após a proibição do tráfico Atlântico, houve um aumento no investimento no número de mulheres cativas, pois os senhores passaram a depender, em certa medida, da reprodução natural dos mesmos.

casos (79,0 %) apareceram descritos na década de 1880, representando 21,1% dos 71 indivíduos negociados nessa década. Os outros 4 ingênuos (21,0 %) foram registrados na década de 1870 e representaram apenas 2,1% dos indivíduos negociados nesse período. Esta categoria ‘ingênuo’ foi criada após a lei do Ventre Livre, de 1871, e referia-se a todos os filhos de escravas nascidos após esta data. A partir de então, essas crianças, que não eram nem livres nem escravos, não poderiam ser vendidos, mas os senhores poderiam utilizar sua força de trabalho na produção até eles completarem 21 anos de idade, quando seriam declarados livres. Dessa forma, nota-se que os ingênuos eram comercializados na companhia de suas mães e não vendidos de fato, embora eles fossem, muitas vezes, o principal alvo da negociação e não os escravos a quem acompanhavam.<sup>159</sup>

Os anos compreendidos em nossa pesquisa foram marcados por uma nova fase da escravidão no Brasil. Foram anos de reestruturação e adaptação às novas realidades que foram impostas pelo fim do tráfico Atlântico — e o tráfico interno foi uma delas! — dentre outras diversas leis promulgadas posteriormente com o intuito de dar cabo à escravidão. O marco inicial de nossa pesquisa, o ano de 1850, foi um momento de grande importância na definição dos rumos da escravidão no país. A proibição do tráfico Atlântico serviu, dentre outras coisas, para promover o aumento considerável, e lógico, dos crioulos em meio à população escrava, favorecido pelo maior equilíbrio entre os sexos.

Findo o tráfico Atlântico e, conseqüentemente das maciças importações de africanos do sexo masculino, os senhores se viram preocupados com a demanda por mão-de-obra, que não cessou simplesmente com o fim do tráfico internacional, visto que o sistema ainda continuava a ser escravista. Se antes de 1850 não havia tanta preocupação por parte dos senhores e dos traficantes com a questão da reposição da mão-de-obra, uma vez que a África se encarregava de fornecê-los, agora a história era bem outra. Uma das saídas encontradas foi estimular e favorecer a reprodução natural entre os escravos, como vimos anteriormente, investindo inclusive na compra de mulheres, mas sem deixar de preferir os homens.

---

<sup>159</sup> Mesmo que se leve em conta a possibilidade de uso dos serviços prestados pelos ingênuos (a partir de 1872) por seu proprietário até que estes completassem 21 anos de idade, o investimento na criação dos mesmos era insuficiente para que estes começassem a dar retorno e lucro a seu proprietário. Por outro lado, mesmo podendo abrir mão do direito sobre esses ingênuos e receberem uma indenização do Estado, desconfiamos que poucos proprietários tenham entregado os ingênuos e preferido a indenização de Rs. 600\$000 em Mariana, sobretudo porque os preços dos escravos se elevaram a partir da década de 1870, o que pode ter “estimulado os senhores a descumprirem a lei que proibia a comercialização dos ingênuos”, como observou Heloísa Teixeira. TEIXEIRA (2001, p. 86, nota n.º 136). Contudo, apesar do pouco número de ingênuos que encontramos em nossa pesquisa, faltam-nos dados para confirmar nossa hipótese.

**Tabela 12 - Distribuição dos escravos negociados segundo a origem, década e sexo:  
Mariana, 1850-1886.**

Décadas	Origem									
	Crioulos				Africanos					
	H	M	Total		H	M	Total		TOTAL	
Nº	Nº	Nº	%	Nº	Nº	Nº	%	Nº	%	
<b>1850-1859</b>	12	2	14	3,5	6	1	8	13,2	22	4,6
<b>1860-1869</b>	99	89	188	46,5	17	6	23	45,3	211	46,5
<b>1870-1879</b>	87	87	174	43,1	16	2	18	35,8	192	42,1
<b>1880-1886</b>	18	10	28	6,9	2	1	3	5,7	31	6,8
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>188</b>	<b>404</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>11</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>456*</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

H= homem; M= mulher; Nº= números. As porcentagens foram calculadas tendo como denominador o total de escravos por origem.

\* Considerando apenas escravos com sexo e nacionalidade declarados.

Ao separarmos os escravos segundo a origem, década e sexo conforme tabela acima, notamos que a maioria das vendas ocorreu entre as décadas de 1860 e 1870: juntas, elas foram responsáveis pela concentração de 88,4% do total dos escravos negociados, com destaque para a década de 1860 que concentrou o maior número de negociações, 46,3% envolvendo tanto escravos crioulos quanto africanos.

De 1850-1859 foi negociado um percentual de 4,8% do total de escravos, o menor percentual por nós encontrado, menor até que o percentual da década de 1880, onde já é possível percebermos os efeitos da proximidade do fim da escravidão, dado o pequeno número de negociações registradas: apenas 6,8% de escravos foram comercializados via tráfico interno nesse período. A diminuição nas transações na década de 1880 certamente denota a influência da lei de 1880, quando foi criado um imposto de Rs 2:000\$000 por escravo que entrasse na província; e da lei de 1885, que proibia o comércio de escravos via tráfico interno, como mencionamos anteriormente.

Por outro lado, fica confirmado o maior número de escravos homens sendo comercializados no tráfico interno de Mariana, tanto crioulos quanto africanos, com exceção da década de 1870, em que o número de crioulas superou o de crioulos. Certamente, esse fato se explica pela menor oferta de africanos no mercado de escravos após 1850. Nos registros de compra e venda de escravos constatamos a presença crescente e absoluta de crioulos sendo comercializados. Nas décadas de 1870 e 1880 encontramos os maiores percentuais, respectivamente 46,5% e 43,1%. Já negociações envolvendo africanos tenderam a ser decrescente ao longo das décadas, reflexo do fim do tráfico internacional.

Acompanhando o desenrolar do tráfico interno em Mariana, percebemos uma enorme flutuação nas negociações ao longo do período estudado. Assim, da década de 1850 para a de

1860 temos o crescimento de cerca de 910% no volume das negociações, seguida de queda de 9,4% daí para a década de 1870 e de 85,4% para a década de 1880.

Quanto à distribuição das transações de acordo com a origem, vemos que os crioulos representaram maioria: 88,6%, enquanto que os africanos apenas 11,4%. Em termos percentuais, foi somente na década de 1850 que a porcentagem de africanos negociados superou a de crioulos: 15,4% para os primeiros e 3,5% para os últimos. Esta constatação já era esperada, pois findo o tráfico transatlântico — e com ele as maciças entradas de escravos africanos — era presumível que o número de crioulos dentre a população escrava crescesse através da reprodução natural e que a população de escravos africanos envelheceria com o tempo, afinal não poderia mais se renovar através de importações. Heloísa Teixeira também encontrou maioria absoluta de crioulos nos inventários *post-mortem* ao longo de todas as décadas da segunda metade do século XIX, com média geral de 69,1%, enquanto que os cativos africanos representavam apenas 11,1% da população total de sua amostragem<sup>160</sup>. Nilce Parreira também encontrou a mesma presença majoritária de escravos crioulos em relação ao número de africanos negociados em Ouro Preto ao longo do século XIX: 48,70% de crioulos e apenas 27,60%.<sup>161</sup>

Um exemplo desse envelhecimento da população cativa africana é encontrado numa transação ocorrida no ano de 1870, onde foram vendidas as ‘partes’ ideais de seis escravos de sexo masculino, sendo cinco africanos e um crioulo, pelo Alferes Antônio Emílio de Oliveira Buzelin ao Dr. João Bawden pelo preço total de um Rs 1:350\$000. A média de idade dentre esses seis escravos era de 54 anos, portanto, tratava-se de uma escravaria já bastante idosa e considerada improdutiva para os padrões servis da época. Ademais, não havia informação sobre a ocupação dos mesmos.<sup>162</sup> Assim, a tendência seria a do envelhecimento da população escrava africana, como de fato ocorreu, onde a média foi de 22,4 anos para os crioulos e de 41,1 anos para os africanos, como veremos no capítulo 3.

Os homens tiveram presença majoritária em todas as categorias, denotando que, ao recorrerem ao mercado interno de cativos na segunda metade do século XIX, os senhores escravistas compravam, preferencialmente, escravos adultos e do sexo masculino, fato semelhante ao ocorrido à época do tráfico internacional.

<sup>160</sup> TEIXEIRA (2001, p. 65). Os outros 19,8 que perfazem a soma de 100% são de indivíduos que não tiveram a origem identificada.

<sup>161</sup> PARREIRA (1990, p. 110).

<sup>162</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 1, 2º ofício, [fl. 31 v]. Os seis escravos eram: Joaquim, africano, 45 anos; José, africano, 50 anos; Paulo, africano 57 anos; Adão, africano, 60 anos; Camilo, africano, 63 anos e Luís, crioulo, 50 anos. Não havia especificação do preço individual que valia cada ‘parte’ ideal do cativo negociado, assim, se fizermos uma média, cada ‘parte’ que o vendedor possuía em cada cativo teria o preço de 225\$000.

**Tabela 13 - Índice de Masculinidade da população escrava negociada segundo o sexo e a origem: Mariana, 1850-1886.**

Décadas	Origem					
	Crioulos			Africanos		
	H Nº	M Nº	IM	H Nº	M Nº	IM
<b>1850-1859</b>	12	2	600	7	1	700
<b>1860-1869</b>	99	89	111	17	6	283
<b>1870-1879</b>	87	87	100	16	2	800
<b>1880-1886</b>	18	10	180	2	1	200
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>188</b>	<b>115</b>	<b>42</b>	<b>10</b>	<b>420</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

IM= índice de masculinidade.

Pelos dados da tabela 13, percebemos que os índices gerais de masculinidade foram maiores entre os escravos africanos que entre os crioulos: 420 para os primeiros e 115 para os segundos. Isso se deve ao maior desequilíbrio entre os sexos causado pelo tráfico Atlântico que importava, preferencialmente, homens. Dentre os crioulos, apenas nas décadas de 1850 e 1880 é que registramos maiores índices, se equiparando aos africanos. Nas demais décadas, nota-se maior equilíbrio entre os sexos, o que poderia, eventualmente, favorecer e estimular a reprodução natural desses cativos, ao menos até meados da década de 1870, quando uma série de leis foi, gradativamente, colocando fim à escravidão de homens, mulheres e crianças.

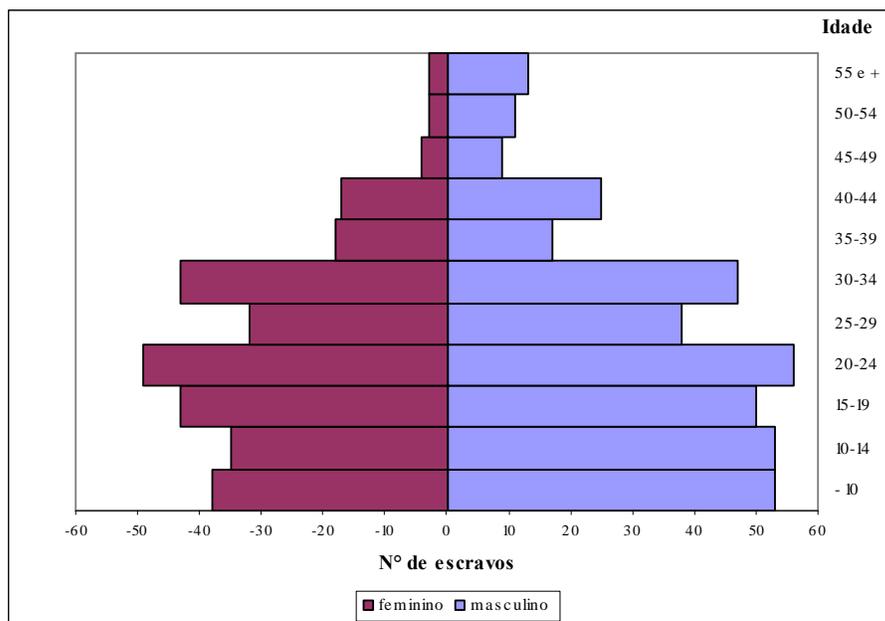
**Tabela 14 - Distribuição dos escravos negociados segundo o sexo e a faixa etária: Mariana, 1850-1886.**

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	feminino	
- 10	53	38	91
10-14	53	35	88
15-19	50	43	93
20-24	56	49	105
25-29	38	32	70
30-34	47	43	90
35-39	17	18	35
40-44	25	17	42
45-49	9	4	13
50-54	11	3	14
55 e +	13	3	16
<b>Total</b>	<b>372</b>	<b>285</b>	<b>657*</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

\* Considerando apenas escravos com idade e sexo declarado.

**Gráfico 4 - Pirâmide etária da população escrava comercializada em Mariana:  
1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Os números da tabela 14 indicam que entre a faixa etária considerada produtiva, 15 a 39 anos,<sup>163</sup> houve a maior concentração de escravos independente do sexo: 393 (59,8%) escravos, sendo 208 do sexo masculino e 185 do sexo feminino, representando respectivamente 31,6% e 28,2% do total de escravos negociados nessa faixa etária e 56,1% e 64,7% do total de escravos negociados por sexo. Os escravos entre 0 e 14 anos representou 27,3 % da população escrava negociada, número bastante significativo. Se acrescentarmos os ingênuos com idade e sexo declarado, o percentual sobe para 28,4 %<sup>164</sup>. Já os idosos (escravos de 40 anos ou mais) representaram 12,9% do total de escravos negociados.

Em números absolutos, as mulheres predominaram apenas na faixa etária de 35-39 anos. Ademais, observamos a maior concentração de escravos na faixa etária de 20-24 anos,

<sup>163</sup> Normalmente, a faixa etária dos escravos considerada produtiva varia de autor para autor. Contudo, as mais usadas são as faixas que vão de 15-44 anos, de 15-40 anos e de 15-39 anos, que utilizamos neste trabalho. A definição dessa faixa etária como produtiva foi anteriormente utilizada por Nilce Parreira ao estudar o tráfico interno de escravos para Ouro Preto ao longo do século XIX. PARREIRA (1990, p. 108). Para as demais delimitações, conferir: ALMEIDA (1994, p. 128-130); PAIVA (1996, p. 211); TEIXEIRA (2001, p. 63); VERSIANI & VERGOLINO (2002, p.7); NOGUEIRÓL (2003, p. 106); MOTTA (2005, p. 7).

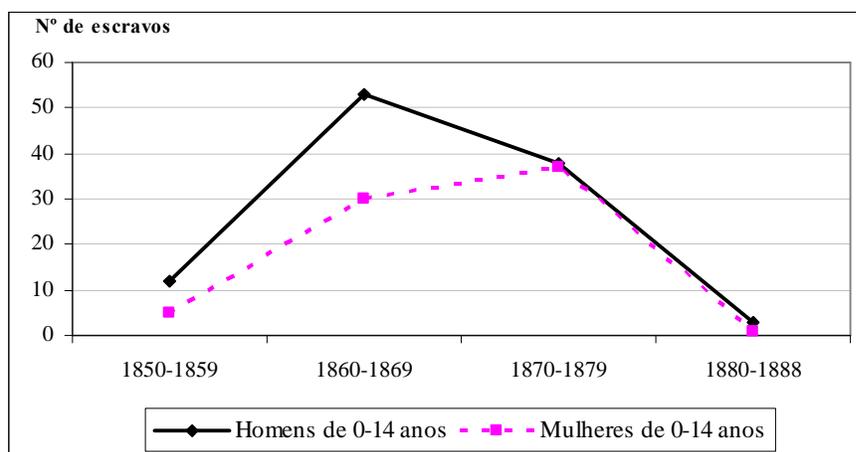
<sup>164</sup> Estudando a reprodução e as famílias escravas em Mariana na segunda metade do século XIX, Heloísa Teixeira encontrou uma porcentagem de 26,9% de escravos entre 0 e 14 anos presentes nos inventários *post mortem* amostrados em sua pesquisa. Quando se acrescentados os ingênuos, o percentual sobe para 30,5 %. Segundo a autora, “a porcentagem de crianças nos plantéis de Mariana era a maior comparada a outras localidades”. E para justificar esse dado, Teixeira os compara com os estudos existentes para Franca, Magé, Norte de Minas e Bananal, onde a presença de crianças escravas correspondeu a respectivamente 16,7%, 21,0%, 20,9% e 25,5%. TEIXEIRA (2001, p. 63, nota n°. 102).

seguida pela de 15-19 para ambos os sexos. O interesse na compra de mulheres nestas duas faixas etárias pode ser explicado pelo fato destas cativas estarem justamente em idade produtiva e em plena capacidade reprodutiva, o que seria um indicativo de interesse na reprodução do sistema escravista através do crescimento natural dos escravos.

Pela pirâmide etária (gráfico 4), notamos um maior alargamento em sua base, indicativo de que a escravaria estava sendo renovada pela via de nascimentos, corroborando com a hipótese da possibilidade de reposição pela reprodução natural dos cativos. Também o investimento em mão-de-obra escrava infantil significava a ‘garantia’ de acesso ao trabalho escravo a “longo” prazo, e ainda possibilitaria um maior equilíbrio entre os sexos. Notamos ainda relativo crescimento nas compras e vendas de cativos com idade entre 20-24 anos e, posteriormente, entre 30-34 anos, quando a pirâmide começa a afunilar-se. Por outro lado, o número de mulheres tendeu a diminuir significativamente à medida que chegamos ao topo da pirâmide.

Quando observamos separadamente os escravos negociados com idade entre 0 e 14 anos, vemos que a participação de crianças é crescente até por volta de 1875. As décadas de 1860 e 1870 concentraram os maiores índices. O investimento em crianças escravas até meados da década de 1870 denota, em certa medida, a esperança por parte dos escravistas de que a escravidão se prolongasse pelo século XX adentro.

**Gráfico 5 - Participação de crianças escravas (0-14 anos) nas negociações: Mariana, 1850-1886.**



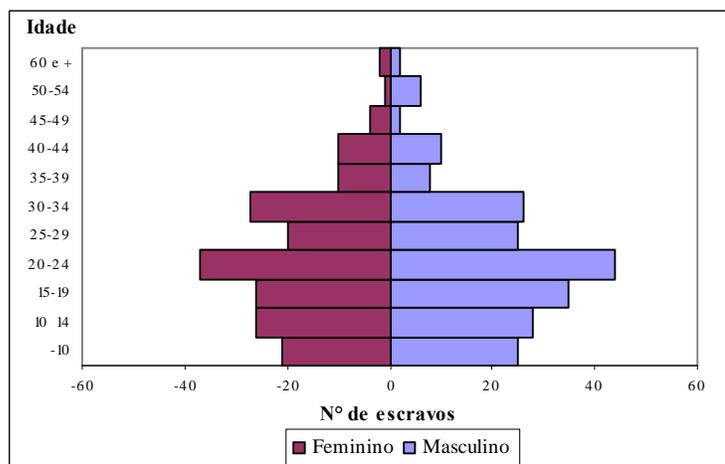
Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Por outro lado, a queda de negociações com crianças escravas observadas a partir de 1875 certamente sofria influência direta da Lei do Ventre Livre (1871), uma vez que a partir

daí a reprodução natural deixava de ser uma alternativa à reposição da mão-de-obra cativa e, conseqüentemente, os escravistas perderam o interesse no investimento em crianças escravas. Nesse momento, elas deixavam de significar a futura possibilidade de se estender a escravidão pelos anos seguintes.

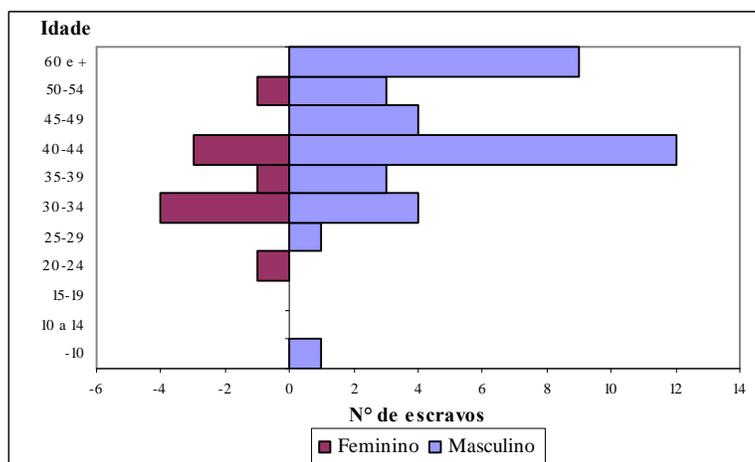
Analisando os gráficos das pirâmides etárias de acordo com o sexo e a origem dos escravos, percebemos que os gráficos tornam-se muito distintos um do outro:

**Gráfico 6 - Pirâmide etária dos escravos crioulos negociados em Mariana: 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

**Gráfico 7 - Pirâmide etária dos escravos africanos negociados em Mariana: 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Pelos gráficos acima, notamos a presença majoritária de escravos crioulos entre a faixa produtiva. O gráfico 6 revela um crescimento progressivo até a faixa dos 20-24 anos, onde houve maior concentração para ambos os sexos. A base alargada da pirâmide com presença significativa de crianças indicando, portanto, a existência de vínculos familiares, sugere a existência da reposição da escravaria através da reprodução natural entre os cativos. O contrário, porém, é observado no gráfico 7, onde a base da pirâmide dos africanos é praticamente inexistente.<sup>165</sup> Nota-se que a maior concentração de africanos se dá na faixa etária acima dos 40 anos, evidenciando o envelhecimento dos mesmos. De fato, a média de idade dos africanos foi de 41,7 anos, enquanto que a dos crioulos foi de 22,4 anos.<sup>166</sup>

Todavia, a presença de escravos africanos nas faixas etárias de <10 anos e de 20-24 anos nos chamou atenção. Realizando uma investigação em nosso banco de dados a fim de identificar o ano em que estes escravos teriam sido comercializados, verificamos, para nossa surpresa, que os casos se tratavam de escravos importados após a lei de 1850, quando o tráfico Atlântico de escravos estava proibido. O escravo africano com menos de 10 anos acima mencionado foi vendido no ano de 1870, portanto ele teria nascido nos primeiros anos da década de 1860 e importado ilegalmente para o Brasil. A escrava na faixa etária de 20-24 anos, da mesma forma, foi vendida no ano de 1882, tendo nascido entre 1858 e 1862.

De acordo com esses dados, é lícito imaginar que esses africanos foram de fato importados ilegalmente via tráfico Atlântico; ou a idade dos mesmos teria sido alterada para menos no registro, embora fosse mais comum o contrário, ou seja, o aumento das idades dos africanos importados ilegalmente para encobrir o desrespeito à lei de 1850; ou ainda a indicação da nacionalidade dos mesmos não seria a mencionada nos registros e eles seriam, na realidade, crioulos. Das três hipóteses consideradas, a primeira nos parece a mais atraente, haja vista as ações cíveis analisadas anteriormente que tratavam de importação ilegal de africanos após 1831. Contudo, a fonte por nós trabalhada não nos permite maiores conclusões.

A seguir, buscamos avançar um pouco mais no estudo da naturalidade dos escravos negociados, identificando o local de nascimento de acordo com as informações das escrituras de compra e venda. Vale notar que a maioria das informações ocorreu a partir de 1872 devido a Lei que regulamentava a matrícula dos escravos, obrigando os proprietários a indicarem, dentre outras coisas, o local de nascimento dos escravos que possuíam.

---

<sup>165</sup> Segundo Herbert Klein, poucas crianças africanas teriam desembarcado no Brasil. De acordo com suas estimativas, as crianças africanas teriam representado no máximo 10% do tráfico Atlântico de africanos para o Brasil. KLEIN (1989, p. 14).

<sup>166</sup> Para este cálculo, consideramos apenas a população escrava vendida com idade a partir de 1 ano e de origem declarada. Encontramos um total de 395 crioulos e 47 africanos.

**Tabela 15 - Naturalidade dos escravos crioulos negociados em Mariana: 1850-1886.**

<b>Naturalidade dos escravos crioulos</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
A própria localidade	32	36,8
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	10	11,5
Municípios da Zona da Mata mineira	10	11,5
Outras regiões de Minas Gerais	3	3,4
"Desta província de Minas"	17	19,5
Municípios de outras províncias	4	4,6
"Desconhecida" /Indeterminado	11	12,6
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.  
Considerando apenas os escravos crioulos com o local de nascimento mencionado.

Os escravos nascidos no Brasil eram identificados comumente como “crioulos”; em nossa pesquisa devido ao pequeno número de informação do local de nascimento desses crioulos que encontramos, somos levados a pensar que a maioria dos senhores ignorava a origem regional dos escravos brasileiros. Assim, pela tabela 15 nota-se que para os poucos crioulos com a indicação de seu local de nascimento, a maioria era natural do município de Mariana: 36,8% dos quais 15 (46,9%) haviam nascido na própria sede. De municípios da região Metalúrgica – Mantiqueira e da Zona da Mata mineira eram naturais outros 11,5% dos crioulos cada, enquanto que de outras regiões de Minas outros 3,4%. Dos crioulos negociados em Mariana, 4 (4,6%) teriam nascido em outras províncias, sendo 2 na Bahia e 2 no Rio de Janeiro. Outros 17 cativos, representando 19,5%, tiveram a origem declarada como “Desta província de Minas” sem, contudo, indicar exatamente o local de nascimento. Finalmente, outros 11 cativos tiveram a naturalidade descrita como “Desconhecida” /Indeterminada, representando 12,6%.

De acordo com a tabela, podemos concluir que a maioria dos cativos crioulos negociados em Mariana durante a segunda metade do século XIX havia nascido na própria província de Minas Gerais, representado 82,7%.

**Tabela 16 – Naturalidade dos escravos africanos negociados em Mariana: 1850-1886.**

<b>Naturalidade dos escravos africanos</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
"Africanos" / "de nação"	43	82,7
Benguela	2	3,8
Congo	3	5,8
Rebolo	1	1,9
Motumba	1	1,9
Mina	1	1,9
Moçambique	1	1,9
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Entre os africanos, identificamos 8 denominações diferentes, que foram mantidas como consta na documentação pesquisada. A maioria deles trazia os abrangentes termos “Africanos”/“de nação”: 82,7% sem, contudo, especificar o exato local de nascimento naquele vasto continente. Isto acontecia porque, muitas vezes, os senhores não conheciam o local exato de naturalidade do escravo e usavam termos gerais para indicar sua origem africana, sendo os mais comuns a expressão “de nação” ou simplesmente “africano”. Dentre as demais denominações, escravos identificados como sendo naturais do Congo (Centro – Oeste Africano) representavam 5,8% e de Benguela (Sul de Angola) outros 3,8%. As denominações Rebolo (Norte de Angola), Motumba (ou Motumbe, Centro – Oeste Africano), Mina (África Ocidental) e Moçambique (África Oriental) representaram 1,9% cada.

Devemos lembrar que muitas das denominações que aparecem nos documentos costumam encobrir os grupos étno-lingüísticos a que de fato pertenciam os escravos africanos devido aos inúmeros termos que se referiam às tribos africanas. Não pretendendo aprofundar o assunto, *grosso modo*, podemos classificar os africanos negociados em Mariana em: Sudaneses (Mina); Bantos (Benguela, Rebolo e Congo) e Motumba (não identificado) e os “Africanos e de nação”.<sup>167</sup> Não obstante, notamos que entre os escravos africanos negociados no tráfico interno de Mariana entre 1850-1886, predominaram os escravos com denominações gerais, tais como “Africanos” e “de nação”.

A partir da informação da atividade produtiva desempenhada pelos escravos vendidos em Mariana, montamos a seguinte tabela:

<sup>167</sup> Nossa classificação baseia-se em PARREIRA (1990, p. 139-140). Para estudos mais aprofundados sobre nações e grupos étno-lingüísticos dos escravos africanos no Brasil, ver: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Capítulo 1).

**Tabela 17 – Distribuição dos escravos negociados segundo a atividade produtiva e o sexo: Mariana: 1850-1886.**

Atividade Produtiva	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serv. Domést.	3	1,5	46	31,0	49	13,9
Roceiro (a)	76	37,3	20	13,4	96	27,2
Tropeiro	7	3,4	-	-	7	1,9
Carpinteiro	5	2,5	-	-	5	1,4
Ferreiro	2	1,0	-	-	2	0,6
Peão	1	0,5	-	-	1	0,3
Sapateiro	7	3,4	-	-	7	1,9
Mineiro (a)	2	1,0	-	-	2	0,6
Pajem	2	1,0	-	-	2	0,6
Cozinheiro (a)	4	2,0	37	24,8	41	11,6
Lavadeira	-	-	6	4,0	6	1,7
Fiandeira	-	-	2	1,3	2	0,6
Caseiro (a)	6	2,9	-	-	6	1,7
Costureiro (a)	1	0,5	18	12,1	19	5,4
Engomadeira	-	-	1	0,7	1	0,3
Carreiro (a)	5	2,5	-	-	5	1,4
Alfaiate	3	1,5	-	-	3	0,8
Capoteiro	1	0,5	-	-	1	0,3
Serrador	1	0,5	-	-	1	0,3
Jornaleiro (a)	4	2,0	2	1,3	6	1,7
Servente	-	-	1	0,7	1	0,3
Campeiro	1	0,5	-	-	1	0,3
Indeterminado	73	35,8	16	10,7	89	25,2
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>100,0</b>	<b>149</b>	<b>100,0</b>	<b>353</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

\*Só considerando os escravos com sexo e ocupação definidos. Excluímos 348 casos que não constava essas informações. Nos casos em que o escravo desempenhava mais de uma ocupação, optamos por considerar apenas a primeira menção. Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de escravos.

\*\*Fizemos a opção de agrupar as atividades que estivessem de alguma forma ligadas aos serviços de roceiro. Assim, dentro desta categoria, encontramos: roceiros, lavoura, lavrador, trabalhador de roça, ofício de roça e serviço de roça. Esse agrupamento permitiu perceber a importância das atividades no contexto demográfico, econômico e social, como ressaltou Nilce Parreira. (PARREIRA, 1990, p. 147).

Nota-se que dos 701 escravos registrados nas escrituras de compra e venda de escravos, obtivemos os dados de ocupação e sexo para 353 (50,4%), apresentados na tabela 15. Desses, a atividade que mais empregava os cativos estava diretamente relacionada ao ofício de roceiro: 27,2%; seguida pelos serviços domésticos (13,9%) e pela atividade de cozinheiro (a), com 11,6%. Dentre os roceiros, estão empregados preferencialmente homens (76 dos 96 escravos); já entre os serviços domésticos e de cozinheiro (a), as mulheres foram maioria: 46 e 37 dos escravos respectivamente.

O termo “indeterminado”, onde foram enquadrados 25,2% dos escravos, abrangia uma variedade de termos muito vagos e amplos, não permitindo a identificação do tipo de atividade exercida pelo escravo. Os termos foram os seguintes: sem ofício, sem prendas, trabalhador,

todos os serviços ou todos os serviços de uma casa, serviços leves, aptidão boa ou apto (a) para o trabalho. Estes dois últimos termos parecem estar diretamente relacionados à criação do Fundo de Emancipação<sup>168</sup>, instituído pela Lei Rio Branco, de 1871, visto que os escravos que receberam esta designação foram comercializados ao longo da década de 1870. Nilce Parreira encontrou semelhante caso para Ouro Preto:

As listas de classificação de escravos para emancipação, continham entre outros, o item “aptidão para o trabalho” o que nos leva a crer que o surgimento deste item em algumas escrituras posteriores à referida lei, pode estar relacionado com as exigências legais para preenchimento das listas de classificação de escravos para emancipação.<sup>169</sup>

De modo geral, mesmo encontrando ambos os sexos executando as mesmas atividades (roceiros, serviços domésticos, cozinheiros, costureiros e jornaleiros), havia certa divisão do trabalho, ou seja, o desempenho de determinadas atividades produtivas era próprio de cada sexo. Posteriormente, veremos que a variável atividade produtiva será importante na determinação do preço desses cativos, bem como a idade, o sexo e a origem.

A maioria das mulheres realizava algum tipo de serviço doméstico: 110 casos (ou 33,2%) se agrupamos serviços domésticos, cozinheira, lavadeira, fiandeira, costureira e engomadeira. Já as tarefas que requeriam um maior grau de especialização ou força física, tais como carpinteiro, ferreiro, sapateiro ou carreiro, tinham nos escravos homens a maior força de trabalho.<sup>170</sup> Vale notar ainda que a atividade de mineração, que décadas atrás absorvia a maior parte da população escrava da região, empregava agora um número bastante diminuto de cativos: apenas 2 escravos vendidos tiveram esta atividade declarada, representando 0,6% das atividades nas quais os escravos estavam empregados.

---

<sup>168</sup> Pelo Fundo de Emancipação seriam libertados os escravos na seguinte ordem: “casais que tivessem filhos nascidos e menores de oito anos; casais que tivessem filhos ingênuos menores de 21 anos; casais com filhos menores escravos; as mães com filhos menores escravos; os cônjuges sem filhos menores. Os demais cativos eram assim ordenados: mãe ou pai com filhos livres; os cativos entre 12 e 50 anos, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino”. GRAF (1974, cap. 1), citado por TEIXEIRA (2001, p. 62).

<sup>169</sup> PARREIRA (1990, p. 148). Para a distribuição do Fundo de Emancipação, a matrícula especial dos escravos serviria como base para o cálculo da distribuição da quota feita por cada município de acordo com o número de escravos ali existente. Um exemplo de utilização dessas cópias da classificação dos escravos matriculados na Classificação é o estudo para Batatais: MARCONDES, Renato L. & GARAVAZO, Juliana. “A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875)”. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2002.

<sup>170</sup> Heloísa Teixeira também encontrou maior número de escravos nas atividades de roceiro, entre os anos de 1871 e 1888, através das matrículas dos escravos que estavam anexados aos inventários *post-mortem* em Mariana: 352 escravos, representando 51,6% das atividades produtivas listadas, predominando os escravos homens. Já as mulheres desempenharam, majoritariamente, a atividade de cozinheira e serviço doméstico: 99 e 68 casos, representando respectivamente 14,5% e 10,0% das atividades. A autora também constatou divisão do trabalho a partir do sexo do escravo, fato recorrente na historiografia. TEIXEIRA (2001, p.71-72).

Roberto Martins, baseando-se nos dados do censo de 1872, procedeu à distribuição das ocupações dos escravos da província mineira, do Rio de Janeiro e São Paulo no século XIX, constatando que em Minas Gerais “os escravos eram menos concentrados na agricultura e as categorias artesanais e manufatureiras ocupavam uma parcela substancialmente maior em Minas que nas duas outras províncias”. Este dado sugere que a economia mineira, além de ser mais diversificada, era concentrada na unidade familiar e menos dirigida à produção para o mercado.<sup>171</sup> Para efeitos de comparação, reagrupamos as ocupações dos escravos negociados em Mariana e agregamos à tabela seguinte:

**Tabela 18 - Distribuição ocupacional da força de trabalho escrava: Minas Gerais, Mariana, Rio de Janeiro, São Paulo e Mariana, século XIX.**

	Porcentagem dos escravos com ocupação conhecida			
	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Mariana
Agricultura	45,4	69,9	68,9	36,4
Artesanato e Manufatura	10,6	3,7	6,4	0,8
Criados e jornaleiros	11	12,7	7,1	3,4
Serviço Doméstico	32,5	13,4	17,2	39,0
Outras ocupações	0,6	0,2	0,3	20,4
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento de 1872. Minas Gerais: Quadros paroquiais; São Paulo e Rio de Janeiro: Quadros provinciais. In: MARTINS (1982, p. 49); Mariana: Registros de compra e venda de escravos, 1º e 2º ofícios, AHCSM, 1850-1886.

Em Mariana, de acordo com os registros de compra e venda de escravos, os cativos negociados estavam ocupados mais com os serviços domésticos (39,0%) que com a agricultura (36,4%), diferentemente dos dados apresentados por Martins, embora fossem essas duas atividades que mais ocupassem escravos. Desse modo, vemos que em Mariana, a exemplo da Província de Minas Gerais e, diferentemente das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, havia menor concentração de escravos dedicados à agricultura. Em contrapartida, a porcentagem de escravos marianenses dedicados ao artesanato e à manufatura foi a menor encontrada, apenas 0,8%.

<sup>171</sup> MARTINS (1982, p. 49).

**Tabela 19 - Distribuição dos escravos negociados segundo a atividade produtiva, sexo e a origem: Mariana, 1850-1886.**

Atividade Produtiva	Crioulos				Africanos			
	H	M	Nº	%	H	M	Nº	%
Serv. Domést.	2	37	39	17,4	-	2	2	6,5
Cozinheiro (a)	2	28	30	13,4	1	1	2	6,5
Roceiro (a)	47	10	57	25,5	13	2	15	48,4
Tropeiro	5	-	5	2,2	2	-	2	6,5
Costureiro (a)	-	6	6	2,7	-	-	1	3,2
Carpinteiro	3	-	3	1,3	-	1	-	-
Ferreiro	2	-	2	0,9	-	-	-	-
Peão	1	-	1	0,4	-	-	-	-
Sapateiro	5	-	5	2,2	1	-	1	3,2
Lavadeira	-	3	3	1,3	-	-	-	-
Jornaleiro (a)	2	2	4	1,8	2	-	2	6,5
Mineiro	1	-	1	0,4	-	-	-	-
Pajem	2	-	2	0,9	-	-	-	-
Carreiro	3	-	3	1,3	-	-	-	-
Capoteiro	1	-	1	0,4	-	-	-	-
Serrador	1	-	1	0,4	-	-	-	-
Engomadeira	-	1	1	0,4	-	-	-	-
Indeterminado	48	12	60	26,8	5	1	6	19,4
<b>Total*</b>	<b>125</b>	<b>99</b>	<b>224</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

\* Só considerando escravos com sexo e origem declarados. Excluímos 245 escravos que não constava informação de sua origem, sendo 143 homens, 101 mulheres e um caso em que não foi possível identificar o sexo.

Quando distribuímos as atividades de acordo com o sexo e a origem dos escravos que foram negociados em Mariana, observamos a mesma predominância de escravos empregados em alguma atividade de roça e, em termos proporcionais, havia mais escravos africanos que crioulos nesta atividade: 48,4% e 25,5% respectivamente. Contudo, para a maioria dos casos, não foi possível identificar qual atividade era exercida pelo escravo, como se nota na variável “Indeterminado”: 26,8% para os crioulos e 19,4% de africanos.

Através da exposição acima, podemos concluir que o perfil dos escravos comercializados no mercado de Mariana na segunda metade do século XIX foi muito semelhante ao perfil do tráfico Atlântico. Vimos que o tráfico, tanto o internacional quanto o interno, tinha uma natureza bastante seletiva, sobretudo quanto à preferência por escravos do sexo masculino e adulto em idade produtiva (15-39 anos). Nesse momento, como era de se esperar, os cativos crioulos predominavam em relação aos africanos, estes últimos não podendo mais ser renovados pelo tráfico transatlântico, tenderam a envelhecer, como demonstra os dados comparativos das pirâmides etárias. Em Mariana, a maioria das negociações ocorreu entre as décadas de 1860 e 1870, concentrando majoritariamente

escravos com idade entre 15-39 anos, independente do sexo. Mas a grande presença de crianças escravas (0-14 anos) sendo comercializadas é indicativa de que a escravaria marianense estava se renovando através da reprodução natural, dado confirmado pela base mais alargada da pirâmide etária dos escravos crioulos. Via de regra, as variáveis “sexo, idade e nacionalidade” desempenharão influência direta sobre o preço do cativo, como veremos no capítulo 3.

Quando observamos as ocupações dos escravos negociados em Mariana, vemos que havia uma divisão do trabalho a partir do sexo, com escravos homens predominando nas atividades de roça e nos ofícios especializados, enquanto que as cativas dedicavam-se mais ao serviço doméstico e de cozinheira. Vimos também que, ao agruparmos as atividades segundo os setores produtivos, houve predomínio de escravos empregados no serviço doméstico seguido pela agricultura o que denota, segundo os argumentos de Martins, maior concentração na unidade familiar dedicada a produção para o mercado interno. De modo geral, eram estes os setores responsáveis pelo (re) direcionamento dos escravos via tráfico interno em Mariana.

### **2.3 – Manutenção e ruptura: os laços familiares e o tráfico interno de escravos**

Por muito tempo, a família escrava permaneceu longe dos debates da historiografia brasileira em razão da visão tradicionalista, então vigente, de “anomalia social” devido à natureza do tráfico e à inferioridade do próprio escravo que disseminava a promiscuidade entre os cativos que, aliada ao desestímulo dos senhores, praticamente impossibilitava a formação de famílias escravas.<sup>172</sup> Entretanto, os estudos brasileiros sob influência de trabalhos norte-americanos e da demografia histórica<sup>173</sup> tomaram novos rumos a partir da década de 1870 e a família escrava — que garantia, muitas vezes, melhores condições de sobrevivência no cativeiro — passou a suscitar profundos debates no que se refere a sua função social e política.<sup>174</sup>

---

<sup>172</sup> Para os argumentos de alguns representantes da historiografia tradicional ver: FREYRE (1980); FERNANDES (1965); MATTOSO (1982).

<sup>173</sup> GENOVESE (1988), dentre outros.

<sup>174</sup> No Brasil, uma vez identificada a existência de laços familiares entre os escravos e, sobretudo, da sua importância para a construção da comunidade cativa, os estudos passaram a investigar a estabilidade desses laços no tempo e suas implicações na relação senhor/escravo. Os primeiros estudos sobre a família escrava tenderam a privilegiar as regiões ligadas à exportação. Ver, dentre outros, os trabalhos de: MATTOS (1995); FLORENTINO & GOÊS (1997) e SLENES (1999). Posteriormente, começaram a surgir estudos ligados às áreas não-exportadoras. Ver, por exemplo: GUTIÉRREZ (1987); BOTELHO (1994); PAIVA & LIBBY (1995); TEIXEIRA (2001, especialmente os capítulos 4 e 5); MOTTA & VALENTIM (2002).

É sabido que a instabilidade e a incerteza da preservação dos laços familiares estabelecidos entre os cativos eram algumas das características da família escrava em cativo sujeito à venda, doações e partilhas nos inventários, sobretudo antes da lei que proibia a separação das famílias:

Até 1850, para os escravos crioulos ou para os africanos residentes, as execuções de hipotecas, as partilhas nos inventários ou a perda das boas graças do senhor tendiam a concentrar os momentos mais comuns de tensão, produzidos pela condição de mercadoria que lhes era imposta. A condição jurídica de coisa, ao se realizar na prática cotidiana da compra e venda de seres humanos, tornava-se um negócio *sui generis*, em que “a coisa” era frequentemente partícipe da transação. (...) Em termos gerais — as pesquisas mais recentes o têm demonstrado —, os senhores desenvolviam uma sofisticada economia política das decisões de venda, hipoteca ou partilha de escravos, buscando diminuir a oposição destes às decisões tomadas. A prática de respeitar os grupos familiares nas partilhas e vendas de cativos pode ser registrada com alguma frequência, mesmo antes que se transformasse em imposto legal, em 1869.<sup>175</sup>

Em contrapartida, estudos vêm demonstrando a manutenção de vínculos familiares, senão de todos, ao menos de parte da família comercializada ou partilhada em inventários, especialmente após a cessação do tráfico Atlântico e com ele as entradas de grande número de escravos estrangeiros, diminuindo o desequilíbrio entre os sexos.

Em nosso estudo, as fontes trabalhadas nos permitiram identificar alguns sinais tanto de manutenção quanto de ruptura em uma situação específica: a venda de escravos via tráfico interno em Mariana na segunda metade do século XIX. Se por um lado, após a vigência do tráfico Atlântico, havia maior esperança por parte de senhores e escravos de que os vínculos familiares dos cativos se solidificassem, garantindo o crescimento natural para expandir o sistema escravista, por outro o aumento do tráfico interno continuou a causar forte tensão entre as famílias cativas “devido ao seu potencial de separação familiar”.<sup>176</sup>

De fato, como mencionamos anteriormente, encontramos a maioria dos escravos sendo comercializados sozinhos, sem a companhia de outros escravos, denotando que o comércio de escravos em Mariana na segunda metade do século XIX significava, à primeira vista, a ruptura dos vínculos familiares entre os cativos.

---

<sup>175</sup>MATTOS, Hebe Maria. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V. 2, p. 345.

<sup>176</sup> TEIXEIRA (2001, p. 94).

**Tabela 20 - Distribuição da população negociada segundo a década e a presença de vínculos familiares: Mariana, 1850-1886.**

Décadas	Com vínculos*		Sem vínculos		Total	
	Nº	%**	Nº	%	Nº	%
<b>1850-1859</b>	3	4,2	69	95,8	<b>72</b>	<b>100</b>
<b>1860-1869</b>	34	11,8	254	88,2	<b>288</b>	<b>100</b>
<b>1870-1879</b>	85	29,2	206	70,8	<b>291</b>	<b>100</b>
<b>1880-1886</b>	33	46,5	38	53,5	<b>71</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>21,5</b>	<b>567</b>	<b>78,5</b>	<b>722</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

\*Escravos com vínculos significa o estabelecimento de parentesco consanguíneo, o único que foi possível identificarmos em nossas fontes.

\*\*Os percentuais foram calculados tendo como denominador o total de indivíduos, escravos e ingênuos, negociados em cada década. Vale notar que a categoria 'ingênuo' só surge na década de 1870, como vimos anteriormente. O percentual total foi calculado tendo como denominador o total de indivíduos encontrados nas escrituras de compra e venda de escravos.

Através da documentação por nós trabalhada foi possível perceber a porcentagem de cativos e ingênuos que tiveram algum laço familiar preservado no ato da compra e venda (tabela 18). À medida que a porcentagem de indivíduos na companhia de algum parente cresce, o inverso acontece com os indivíduos que foram vendidos desacompanhados de algum familiar. A década de 1880 foi a que atingiu os maiores índices: 46,5 % do total de indivíduos vendidos nesta década foram em companhia de algum membro da família. Em números absolutos, foi na década de 1870 que observamos o maior número de indivíduos vendidos em companhia de algum familiar: 85 casos.

Acreditamos que esse crescimento da preservação dos laços familiares dos escravos deveu-se muito ao respeito à Lei do Ventre Livre que proibia a separação dos cônjuges e os filhos menores de 12 anos do pai ou mãe, em caso de alienação ou transmissão de escravos. O não cumprimento da lei implicava a nulidade da transação. Por outro lado, essa preservação dos laços familiares poderia indicar algum tipo de interferência desses indivíduos no mercado de escravos, como de fato acontecia.

A década de 1850 apresentou os maiores índices de escravos sendo vendidos sozinhos: 95,8%, confirmando o potencial de separação familiar causado pelo tráfico interno. Em seguida, temos a década de 1860, onde 88,2 % dos escravos aparecem sendo vendidos sem a companhia de algum membro da família. A partir da década de 1870, passamos a encontrar os ingênuos sempre acompanhando suas mães nas transações, o que pode ter influenciado a diminuição dos indivíduos negociados sozinhos. De fato, nas décadas de 1870 e 1880 os índices de separação familiar foram menores, representando respectivamente 70,8 % e 53,5 %.

De modo geral, durante todo o período da pesquisa, percebemos que o número de indivíduos negociados sozinhos, ou seja, sem qualquer presença de vínculo familiar, foi sempre maior em todas as décadas: 567 indivíduos, ou 78,5% dos 722 escravos e ingênuos comercializados em Mariana na segunda metade do século XIX. Por outro lado, apenas 155 indivíduos, ou 21,5% do total de casos analisados, foram encontrados com algum laço familiar preservado no ato da transação, indicando que em Mariana não teria ocorrido um comércio de famílias escravas via tráfico interno. O próprio número de escravos que foram vendidos sozinhos, 67,9% do total de 701 escravos, como conferido na tabela 6, é mais um indício de que em Mariana o comércio interno de escravos significava, a maior parte do tempo, a ruptura dos laços familiares.<sup>177</sup> Heloísa Teixeira, utilizando-se dos inventários *post-mortem* para Mariana entre 1850 e 1888, constatou que dos 3.936 escravos e ingênuos analisados pela autora, 1.429 ou 36,3% do total da população amostrada, estavam inseridos em famílias, ou seja, a maioria sofreu com a separação dos membros familiares: 2.507 indivíduos (63,7%).<sup>178</sup>

Rômulo Andrade<sup>179</sup> chegou a conclusões parecidas para dois municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira (Juiz de Fora e Muriaé) na segunda metade do século XIX. Partindo dos estudos de Frago e Florentino<sup>180</sup>, que encontraram indícios de que havia um mercado de famílias escravas em Paraíba do Sul no século XIX, Andrade observou que do total de cativos negociados via tráfico interno nos dois municípios, 22% estavam juntos de seus familiares, enquanto que 78% sofreram algum ônus da separação, afastando a hipótese da existência de um comércio de famílias escravas.

Embora o comércio de escravos fosse um momento extremamente traumático e temido pelo cativo, pois significava, muitas vezes, a separação de seus familiares e de suas

---

<sup>177</sup> Devemos levar em conta que essas rupturas podiam ser, na realidade, apenas ideal. Talvez muitos dos escravos negociados sem vínculos estivessem na verdade retornando ao convívio familiar. Assim, quando partimos do pressuposto de que o comprador separava, na realidade ele estava unindo novamente famílias anteriormente separadas ou por venda, doação ou partilha. O próprio fato de terem ocorrido maioria das negociações dentro os limites do município de Mariana, como veremos no capítulo 3, é mais um indicativo dessa hipótese. É preciso mencionar também os óbitos como fator de separação das famílias escravas. Contudo, os registros de compra e venda de escravos não nos permitem maiores conclusões nesse sentido.

<sup>178</sup> A autora ressalta ainda que as crianças tiveram maiores porcentagem de inserção familiar quando comparados aos escravos homens e mulheres adultos. De acordo com Teixeira, “a alta porcentagem de vivência em família nos plantéis de Mariana sugere a existência de vínculos familiares estáveis entre os cativos”. TEIXEIRA (2001, p. 106-107, 126).

<sup>179</sup> ANDRADE (1998, p.98, 104).

<sup>180</sup> FRAGOSO, João L. R., FLORENTINO, Manolo G. “Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul, 1835-1872”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17(2), maio/ago. 1987, p. 164-166. Os autores alertam que mesmo havendo o indício de que havia a preservação das famílias escravas, inferido nesse comércio de famílias escravas, esse procedimento não era a regra geral observada na hora da venda ou na partilha em inventários. A preocupação inicial dos autores era apenas chamar a atenção para a questão da preservação das famílias escravas, tanto que eles utilizaram como fonte os inventários *post mortem* que, como eles mesmos alertam, não são as mais indicadas para tratar dessa questão, e sim os registros de compra e venda de escravos.

comunidades de origem, nem sempre encontramos a total inação ou passividade desses escravos. Nesse sentido, um dos trabalhos a lidar com essa questão das percepções e, principalmente, das atitudes dos próprios escravos diante das situações de transferência de sua propriedade pela venda, tem seu expoente em Sidney Chalhoub.<sup>181</sup> Especialmente no primeiro capítulo de seu livro, o autor relata que casos de agressões aos novos senhores e aos donos das casas de compra e venda de escravos, brigas ou desordens, e mesmo as fugas eram formas de reações comumente encontradas pelos cativos ao se depararem com a cruel realidade de sua venda no mercado de escravos.

Em Mariana, como exemplo da possibilidade de intervenção do escravo no ato da venda, encontramos uma Ação Cível de nulidade de venda de escravos no ano de 1888, onde o escravo Joaquim, através de seu curador, pede que sua venda seja anulada em razão da mesma resultar na separação dos cônjuges e de seus filhos, como se observa no relato do Curador:

“Diz o Advogado Joaquim da Silva Braga Breyner // curador de Joaquim escravizado de João Gomes de // Figueiredo, fazendeiro residente na freguesia de Paulo // Moreira, deste Termo, que seu primeiro senhor o // Major Antonio Felicissimo de Almeida Gomes, ca- // sou o referido Joaquim com a escravizada Josepha // pertencente a sua sobrinha D. Anna, e deste consorcio // existem filhos menores de 10 anos. // Acontece porem que, achando-se o dito Major Anto- // nio Felicissimo oberado de dividas, à dois annos mais // ou menos, convocou seus credores e com elles entrou // em composição para pagar-lhes com os bens exis- // tentes, cabendo ao credor João Gomes de Figueiredo o // escravizado Joaquim, casado como Josepha e ainda // mais dois escravizados. // A venda feita a João Gomes, do escravizado Joaquim // é uma flagrante violação da Lei n° 2040 de 28 de // Setembro de 1871 art. 4° § 7° “Em qualquer // caso de alienação ou transmissão de escravos é pro- // hibido, sob pena de nullidade, separar os conju- // ges, e os filhos menores de 12 annos, de pai ou mãe.” // Decreto n° 5135 de 13 de Novembro de 1872 art. 9° § 1°. // Tudo quanto a lei prohibe fazer e se faz constitui // nullidade absoluta; portanto a separação de Joaquim, // sua mulher Josepha e seus quatro filhinhos constitui // um attentado aos direitos da família e da Lei evan- // gélica.”<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> CHALHOUB (1990). Neste livro dedicado ao processo de abolição da escravidão na Corte, o autor encontrou diferentes definições de liberdade e cativo por parte dos escravos utilizando-se, principalmente, de processos criminais e ações cíveis. Existem ainda poucos estudos que analisam essas e outros tipos de reações dos escravos na tentativa de validarem seus ‘direitos’ e vontades no momento da venda. Ver: LARA (1988); WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

<sup>182</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Ação Cível de Nulidade de venda de escravo (separação de família), código 310, auto 7430, 2° ofício [fl. 1]. Agradecemos a Heloísa M. Teixeira pela indicação desta fonte.

Por esse processo, evidencia-se a possibilidade de “interferência da família escrava em um setor tão estratégico como o mercado” de escravos.<sup>183</sup> Embora não tenhamos encontrado outro processo semelhante, e levando-se em conta que essas intervenções poderiam não ocorrer com maiores frequências ou mesmo nem chegarem a serem registradas, constatamos que o escravo Joaquim fez valer seus direitos interferindo, direta e positivamente, na negociação que separaria sua família. Desse modo, como afirma Sílvia Lara:

Não só é preciso darmos-nos conta de que os escravos eram sujeitos atuantes, como também de que os próprios senhores aceitavam esta sua condição, ao efetuarem seus tratos. Ao mesmo tempo, aceitando sua condição de cativos (aceitando a venda, ou fugindo, escondendo-se e trabalhando para outro senhor) e resistindo ao poder senhorial (negando-se a ser vendidos a qualquer um, fugindo, apadrinhando-se ou conseguindo sua liberdade), estes escravos negam a possibilidade de tomá-los apenas como “coisas”.<sup>184</sup>

Quando procedemos à leitura do restante da ação, vemos que outro crime foi apontado pelo Curador. Alegando o fato de Joaquim ter sido matriculado por João Gomes de Figueiredo, este cometeria outro crime, uma vez que não era pessoa competente para fazer tal matrícula, posto que já houvesse cometido crime anterior separando a família de Joaquim e, portanto, não teria a posse nem o domínio sobre o escravo matriculado:

“Joaquim foi matriculado por João Gomes de Figuei- // redo, este praticou um acto proibitivo da lei se- // parando os conjugues; portanto fallece-lhe compe- // tencia para matricular um escravizado que a lei // prohibiu- lhe a posse e domínio. Ora sendo João Gomes // pessoa incompetente para fazer a matricula, é claro // que a matricula de Joaquim é nenhuma e por // conseguinte dever ser manutido no gozo de liberdade. // A lei de 28 de Setembro só permite que // seja matriculado o escravo, por pessoa competente // portanto, João Gomes nenhuma competencia tinha // para isso porque o escravizado Joaquim em face // da lei não lhe pertencia.”<sup>185</sup>

De modo geral, ao analisarmos o impacto do comércio de escravos sobre as relações familiares estabelecidas entre os cativos negociados em Mariana, fica evidente, a princípio, a fragilidade e instabilidade desses vínculos familiares no contexto do mercado de escravos. Um exemplo dessa fragilidade, característica entre as famílias escravas, encontra-se o caso da

<sup>183</sup> FRAGOSO & FLORENTINO (1987, p.172). De acordo com Sílvia Lara “o escravo era ao mesmo tempo um inimigo doméstico e público (...) porque as ações de resistência escrava eram empreendidas nesses dois níveis: tanto podia, na relação direta com seu senhor, recusar-se ao trabalho, fugir ou conseguir sua alforria, **quanto apelar para a instância** judicial ou pública para questionar o poder de seu senhor ou conseguir sua liberdade (...)”. [Grifo nosso] LARA (1988, p. 340).

<sup>184</sup> LARA (1988, p. 162-163).

<sup>185</sup> Ação Cível de Nulidade de venda de escravo (separação de família), AHCSM, código 310, auto 7430, 2º ofício, [fl. 1 v].

cativa Paula, casada e vendida sozinha, sem a companhia do cônjuge.<sup>186</sup> Em 17 de dezembro de 1881, Thomas Bawden, residente em Mariana, vendeu a escrava Paula, cabra, 55 anos, casada, cozinheira, natural da cidade do Pomba, filha de Francisca ao comprador Augusto César de Oliveira Gomes, residente na freguesia da Barra Longa. Na escritura não há qualquer menção sobre o destino do marido de Paula. Talvez o comprador estivesse de posse do mesmo, e ao comprar Paula estaria, na verdade, unindo o casal novamente, ou ainda o marido já estivesse alforriado. De qualquer forma, não encontramos maiores informações, o que nos leva a crer, em princípio, que houve a separação do casal.<sup>187</sup>

Aparentemente, outra precoce e cruel dissolução de laços familiares aconteceu com o escravo Vitor, crioulo de apenas 6 anos de idade, natural de Itabira do Campo vendido sozinho por seu proprietário Luis José Malaquias do Vale, residente em Ouro Preto, ao comprador Dr. João Victor de Magalhães Gomes, também residente em Ouro Preto em 3 de outubro de 1866, por Rs 600\$000.<sup>188</sup> Contudo, apenas com base nas escrituras não podemos afirmar que a separação tenha de fato acontecido; talvez Vitor estivesse sendo vendido para os proprietários dos escravos que o apadrinharam em seu batizado.<sup>189</sup>

Entendemos que há um longo caminho a ser percorrido pelos pesquisadores quanto ao uso desses processos criminais e das ações cíveis, que trazem uma riqueza de detalhes qualitativos sobre esse outro lado da história, a história das possíveis formas de interferência dos escravos no momento de sua venda. Ao que consta, não existe maiores estudos dessa natureza para a região de Mariana, sobretudo para a segunda metade do século XIX, embora haja uma infinidade dessas fontes disponíveis nos arquivos da região. Sua exploração certamente traria um novo olhar sobre essa temática ainda pouco explorada.

---

<sup>186</sup> Livro de Notas, AHCSM, livro 123, 1º ofício, [f. 23].

<sup>187</sup> Estudando quatro localidades dedicadas a cafeicultura na província de São Paulo, José F. Motta encontrou o rompimento das relações familiares dos escravos, especialmente em negociações envolvendo crianças desacompanhadas e adultos casados, mas sem a presença do outro cônjuge. MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca, 1861-1887. In: Seminário das Sextas, *Texto para Discussão n.º 21/2001*. São Paulo: IPE/USP, 2001, p. 14.

<sup>188</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 2, 1º ofício, [f. 44].

<sup>189</sup> Para a hipótese do apadrinhamento e outras, ver MOTTA (2001, p. 16).

**Tabela 21 - Distribuição dos escravos comercializados segundo o estado conjugal, sexo e o período da transação: Mariana, 1850-1886.**

Estado conjugal	Décadas/Sexo															
	Masculino								Feminino							
	1860		1870		1880		Total		1860		1870		1880		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Casados</b>	3	15,0	17	30,9	4	14,3	24	23,3	3	17,6	16	24,3	5	26,3	24	23,5
<b>Viúvos</b>	-	-	1	1,8	-	-	1	1,0	-	-	2	3,0	-	-	2	2,0
<b>Solteiros</b>	17	85,0	37	67,3	24	85,7	78	75,7	14	82,4	48	72,7	14	73,7	76	74,5
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>103</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>66</b>	<b>100</b>	<b>19</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Procedendo à distribuição dos escravos a partir do estado conjugal, sexo e período da negociação compomos a tabela 21. Dos 701 escravos negociados em Mariana entre 1850-1886, para uma parcela considerável de 496 casos (70,8%) não havia a informação do estado conjugal, dentre esses, 1 caso em que não foi possível identificar o sexo do escravo. Dos 205 escravos para os quais foi possível obter as informações completas, a maioria (75,1%, ou 154 casos) tratava-se de escravos solteiros de ambos os sexos, enquanto que o percentual de casados foi de 23,4 % (48 casos).

Proporcionalmente, havia um escravo casado para cada escrava casada. Desses 48 cativos casados, 44 eram de fato casais que foram vendidos juntos. Desses, encontramos 14 casais sendo vendidos com algum filho e 8 casais comercializados juntos, porém sem a presença de filhos.<sup>190</sup> Outros 4 indivíduos foram declarados casados, mas 3 estavam desacompanhados tanto de seus cônjuges quanto de filhos, e apenas 1 caso em que o filho acompanhava um dos cônjuges.<sup>191</sup> Os viúvos somaram apenas 1,5% do total.

Notamos que a ausência de informação sobre o estado conjugal foi mais constante nas décadas de 1850 e 1860. Em contrapartida, a década de 1870 foi onde esta e outras informações mais apareceram. Acreditamos que esse fato esteja diretamente relacionado à obrigatoriedade do registro da matrícula dos escravos por parte de seus senhores nas Coletorias municipais. A partir do momento em que foi sancionada a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, os senhores foram obrigados, de acordo com o Art. 8º desta lei, a preencher um registro com informações sobre o cativo e a pagar uma pequena taxa de Rs

<sup>190</sup> Vale notar que não é possível sabermos se eram todos os filhos que o casal possuía que estavam sendo vendidos na companhia dos pais declarados casados. O mesmo vale para o caso de cônjuge vendido sem a presença de filhos, uma vez que poderia indicar tanto que ocorrera separação de algum membro da família anteriormente, quanto indicar que o escravo declarado casado, de fato, não possuía filho (s). Contudo, a fonte por nós trabalhada não se trata da mais adequada para abordar esse tema.

<sup>191</sup> Quando verificamos a origem dos escravos casados, a porcentagem dos crioulos dentre esses foi sempre maior que a de africanos: 24 crioulos e apenas 3 africanos, para outros 21 casos não foi identificada a nacionalidade. Em tese, a possibilidade de uniões entre escravos crioulos seria mais possível que entre os africanos.

500\$000 para cada escravo registrado, sob pena de perderem a posse do mesmo. Segundo Robert Slenes: “A lei que regulava a matrícula considerava livre qualquer escravo não registrado no prazo estipulado”,<sup>192</sup>. De modo que o comprovante de matrícula do cativo passou a ser a única prova e garantia da posse de escravos a partir de então.

A obrigatoriedade da matrícula foi uma forma encontrada pelo governo para fiscalizar o uso e a transmissão da propriedade escrava. Assim, após 1872, não é difícil encontrarmos cópias dessas matrículas em inventários *post-mortem* e mesmo em registros de compra e venda de escravos, confirmando a posse do cativo em questão. Em nossa pesquisa, procuramos incorporar os dados encontrados nas cópias das matrículas, presentes em muitos registros de compra e venda após 1872, com o intuito de complementar os dados disponíveis em nossa fonte principal. Isto porque havia uma maior precisão em se preencher os campos desse registro do que, por exemplo, os dos registros de compra e venda de escravos por nós pesquisados. Nestes últimos observamos, muitas vezes, a falta de informações elementares sobre o cativo vendido, dificultando, por vezes, nossa análise.

Buscando recuperar os vínculos familiares preservados no momento da venda e registrados nas escrituras de compra e venda de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX, montamos a tabela que se segue:

**Tabela 22 - Distribuição dos escravos negociados na companhia de familiares em relação aos tipos de famílias preservadas: Mariana, 1850-1886.**

<b>Tipos de famílias</b>	<b>Famílias</b>	<b>Escravos</b>	<b>Ingênuos</b>
Casal com filhos escravos	6	21	8
Casal sem filhos escravos	12	24	-
Casal com filhos e netos escravos	1	11	1
Casal com filhos e cunhados escravos	2	8	-
Casado (a) com filhos	1	1	1
Viúva com filhos escravos	1	2	-
Mãe/pai (ECNI) com filhos e netos escravos	2	5	1
Mãe/ pai (ECNI) com filhos escravos	19	40	2
Solteiro (a) com filhos escravos	10	16	7
Irmãos	2	4	-
Tio, irmã e sobrinho (a)	1	2	1
<b>Totais</b>	<b>57</b>	<b>134*</b>	<b>21</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

ECNI= estado conjugal não identificado.

\*Dos 701 escravos que encontramos sendo negociados em Mariana durante a segunda metade do século XIX, apenas 134 tiveram algum laço familiar preservado no momento da venda. Todos os ingênuos foram negociados na companhia de um familiar, normalmente, a mãe solteira.

<sup>192</sup> SLENES (1983, p. 127).

Encontramos 57 famílias preservadas no ato da venda, totalizando 155 indivíduos. Dos 701 escravos negociados em Mariana, apenas 134, ou seja, cerca de um quinto (19,1 %) foram vendidos na companhia de algum membro da família. Já todos os 22 ingênuos encontrados nas escrituras estavam em companhia de familiares, na maioria casais com filhos escravos (38,1%), e solteiros com filhos escravos (33,3 %), especialmente mães solteiras.

Chamaram-nos atenção os casos em que, numa única transação, várias famílias foram negociadas. Assim, em 28 de janeiro de 1873, José Valentin Vieira Leite, residente no município de Caeté, vendeu a D. Maria Martins Bawden, residente em Passagem, distrito de Mariana, dez escravos, dentre os quais três casais sem filhos (Inácio, crioulo, 35 anos, casado e sua mulher Inês, cabra, 27 anos; Primo, crioulo, 32 anos, casado e sua mulher Carolina, cabra, 26 anos; Primo, crioulo, 32 anos, casado e sua mulher Lourença, crioula, 20 anos). Nesta mesma escritura foi vendida ainda uma mulher viúva de nome Emília, crioula, 32 anos com uma filha de nome Maria, crioula, 8 anos de idade.<sup>193</sup>

Em outra escritura, famílias foram vendidas para pagamento de dívida pelo Tenente Coronel Manoel Joaquim Gomes de Figueiredo, por si e como procurador de seus filhos e genros ausentes, morador em Mariana, ao comprador e credor Dr. João Bawden que residia na cidade de Juiz de Fora, representado por seu pai Capitão Thomas Bawden, residente em Passagem, distrito de Mariana. Desta forma, em 20 de março de 1876, para saudar uma dívida de Rs 30:000\$000, o vendedor e devedor, vendeu bens de raiz no valor de Rs 14:000\$000, dentre os quais sua Fazenda do Monte Alegre, mais bens móveis no valor de R\$ 2:000\$000 e, completando a quantia, vendeu outros 22 escravos acompanhados de 2 ingênuos.<sup>194</sup>

Dentre esses escravos, encontramos três famílias. Tratava-se de um casal com filho: Sebastião, africano, 42 anos, casado, serviço de roça e sua mulher Maria Rosa, preta, 38 anos, lavadeira com um ingênuo; um casal sem filhos: Luis, preto, 38 anos, casado, filho de Maria, carreiro e sua mulher Jacinta, preta, 39 anos e costureira; e uma família de três gerações (pais, filhos e netos): Joaquim Dutra, preto, 54 anos, casado, cozinheiro e sua mulher Joaquina Dutra, sem idade ou outra informação declarada, com mais quatro filhos: Maria da Piedade (10), Agostinho (14), João Dutra (23) e Felisbina (32), além de seis netos que eram filhos de Felisbina: uma criança ingênua sem o nome ou idade, Cesário (7), Patrício (11), Serafim (13),

---

<sup>193</sup> AHCSM, livro 121, 1º ofício, [f. 59].

<sup>194</sup> AHCSM, livro 20, 2º ofício, [f. 94 v].

Custodio (15), Raimundo (16) totalizando uma família de 12 membros, a mais numerosa encontrada nos registros de compra e venda de escravos que analisamos.<sup>195</sup>

Posteriormente, em 24 de março de 1876, o mesmo Dr. João Bawden, representado por seu pai, o capitão Thomas Bawden, vendeu ao negociante José Caetano da Silva Campolina, residente em Passagem de Mariana, alguns membros da família de Joaquim e Joaquina Dutra. Foram os escravos Felisbina, 32 anos, por Rs. 1: 100\$000, e seus dois filhos: Patrício, 11 anos, por Rs. 1: 250\$000 e Cesário, 7 anos, por Rs. 800\$000.<sup>196</sup>

Novamente, em 5 de julho de 1882, ou seja, seis anos depois da primeira venda, encontramos a mesma família de Joaquim e Joaquina Dutra sendo negociada com mais outras duas famílias numa mesma transação. Contudo, agora já encontramos indício de que a numerosa família de Joaquim e Joaquina Dutra teria sido separada uma segunda vez, pois eles aparecem apenas com a filha mais nova, Maria da Piedade, que teria então 16 anos de idade. Dos outros 3 filhos e dos 6 netos mencionados na escritura do ano de 1876 não tivemos notícia. Desta vez o vendedor Dr. João Bawden, residente em Mariana, vende os referidos escravos ao comprador Pantaleão José da Silva Ramos Filho, residente na freguesia de Barra Longa.<sup>197</sup>

Pelos exemplos selecionados acima, dentre os muitos encontrados, é possível perceber a complexa relação que se estabelecia entre a família escrava e o cotidiano do tráfico interno de cativos, rodeado pelo medo da separação. Se, por um lado, vemos a possibilidade da manutenção da família escrava apesar do tráfico, por outro, vemos a dissolução desses laços, provocando o rompimento dessas relações familiares. O caso da família de Joaquim e Joaquina Dutra é representativo dessa instabilidade e insegurança que rondava a família escrava, pois os cativos não tinham garantia de que permaneceriam unidos aos familiares por muito tempo. Entretanto, como bem observou Motta e Marcondes:

---

<sup>195</sup> AHCSM, livro 20, 2º ofício, [f. 94 v]. Não podemos afirmar, contudo, que tal venda tenha envolvido todos os membros que compunham a família de Joaquim e Joaquina Dutra.

<sup>196</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 2, 2º ofício, [f. 33].

<sup>197</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 3, 2º ofício, [f. 35 v]. Curioso notar que Maria da Piedade já possuía idade suficiente para ser vendida sem os pais, então por que ela teria permanecido unida a eles enquanto os demais irmãos e sobrinhos haviam sido separados?

Também é óbvio que, se sairmos do âmbito estrito da família nuclear ou matrifocal, e pensarmos no elenco dos tios, avós, sogros, cunhados etc., e mesmo, indo mais além, nas relações de compadrio, a ‘preservação’ observada da família não significava a manutenção da decerto complexa rede de relacionamentos firmada pelos escravos. Vale dizer, indiscutivelmente o tráfico representou um dos elementos da violência inerente ao sistema escravista. Todavia, apesar desta violência sempre presente, para [vários cativos] o dramático momento da venda não significou o completo esfacelamento da vida familiar.<sup>198</sup>

Nesse sentido, quando consideramos o total da população negociada, vemos que pouco mais de um quinto, ou 21,5 % dos 722 indivíduos negociados em Mariana na segunda metade do século XIX tiveram algum laço familiar preservado no momento da venda. Embora a separação tenha sido mais comum, visto que 567 escravos (representando 78,5 %) foram vendidos sem a presença de algum familiar, a preservação de laços consangüíneos também aconteceu, como atestam outras 4 escrituras.<sup>199</sup> Duas referem-se a um mesmo casal de escravos, sem filhos, Pedro e Maria. Eles foram vendidos pela primeira vez pelo Tenente Antonio Augusto da Silva Ramos, residente em Mariana, ao comprador João Moreira Pinto, residente em Ouro Preto, em 5 de abril de 1878. Pouco mais de um ano depois, em 19 de maio de 1879, João Moreira Pinto vendeu-os ao comprador Marciano José Alves, residente em Diamantina.<sup>200</sup>

Os outros dois casos se referem a um casal com uma filha e uma cunhada que foram vendidos juntos em dois momentos. A primeira, em 16 de março de 1876, quando D. Carolina Cândida de São José, residente em Mariana vendeu o casal de escravos Pedro, 30 anos, tropeiro e Francisca, 25 anos, cozinheira, com uma filha de nome Quirina, 10 anos e a irmã de Francisca, de nome Ângela, 14 anos aos compradores José Mendes de Abreu e Arcelino de Arantes Fortunato, residentes na freguesia de São José do Chopotó. Seis meses depois, em 26 de setembro de 1876, eles foram vendidos novamente a Emegídio José de Barros, residente na freguesia do Rio Pardo, município de Leopoldina.<sup>201</sup>

<sup>198</sup> MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*, 30 (2): 267-299, abr./jun. 2000, p. 293. Através das escrituras de compra e venda de escravos para Mariana (1850-1886), os limites verticais máximos da família escrava iam dos avós aos netos, ou seja, até três gerações consangüíneas. Horizontalmente, os limites não passaram dos irmãos.

<sup>199</sup> Vale dizer que mesmo havendo a preservação de laços familiares, não é possível saber se essas negociações envolviam todos os escravos pertencentes a estas famílias. Do mesmo modo, não é possível inferir exatamente qual o peso da família escrava no cálculo econômico dos senhores no momento da venda.

<sup>200</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 3, 2º ofício, [f. 4 e 15]. Não sabemos se o casal tinha filhos e estes foram separados anteriormente dos pais, pois não havia qualquer menção nas escrituras.

<sup>201</sup> Livro Notas, AHCSM, livro 122, 1º ofício, [f. 130 e 146 v].

Esses dois casos, dentre outros de igual significado, vêm confirmar, de certa forma, as observações de Motta e Marcondes de que ruptura e manutenção sempre caminharam lado a lado quando o assunto era a família escrava. Não obstante, o medo da separação de seus familiares por seu proprietário ou pelo mercado de escravos não impediu a criação e o estreitamento dos laços de parentesco (e de compadrio) entre os escravos, como demonstramos em alguns exemplos acima. Desse modo, pode-se dizer que muitas famílias escravas — mesmo sob o julgo e a ameaça do enfraquecimento e, por vezes, esfacelamento da vivência em família imposta, sobretudo pelo tráfico interno — conseguiram sobreviver ao longo do tempo e apesar das adversidades, mantiveram-se unidas, senão na totalidade dos membros que a compunham, ao menos de parte deles.

## CAPÍTULO 3: O MERCADO DE ESCRAVOS

### 3.1 - O destino dos escravos negociados

Para os objetivos de nossa pesquisa, a identificação do local de residência dos vendedores e compradores que movimentaram o comércio de escravos na segunda metade do século XIX em Mariana foi de fundamental importância, pois nos permitiu verificar qual o destino dado aos escravos ali negociados e que tiveram suas escrituras registradas nos cartórios do 1º e 2º ofícios do município.

Encontramos alguns casos em que mais de um vendedor e/ou comprador eram responsáveis pela mesma transação, sendo que muitos deles eram parentes consanguíneos e residentes na mesma localidade, como consta nas escrituras. Raros foram os casos que não identificavam tal situação quando se tratava de mais de um vendedor/comprador<sup>202</sup> Quando um mesmo vendedor/comprador aparecia com diferentes indicações de residência, evidenciando possível mudança de domicílio, optamos por considerar aquele município que por último foi mencionado. Do mesmo modo, quando a escritura mencionava haver mais de um vendedor e/ou comprador para uma única transação, fizemos a opção de considerar apenas o primeiro vendedor/comprador mencionado.

Assim, a soma do número de vendedores e compradores diz respeito ao total de escrituras coletadas nesta pesquisa: 353.<sup>203</sup> Pela análise do sexo dos vendedores e compradores, constatamos que o mercado de escravos de Mariana era dominado pelos homens, havia poucas mulheres inseridas nesse mundo essencialmente masculino. Dos 353 vendedores, 285 (80,7%) eram homens e 68 (19,3%) eram mulheres, enquanto que entre os 353 compradores, 337 (95,5%) eram homens e apenas 16 (4,5%) mulheres. Para algumas destas mulheres, talvez as viúvas com espólios de seus maridos, a venda podia representar a busca de liquidez, uma vez que a compra era indicativo de investimento e de dinâmica.

---

<sup>202</sup> Na maioria desses casos, os escravos foram negociados em “partes ideais” e eram frutos de partilha de inventários. Desse modo, o produto da venda era normalmente dividido entre os proprietários obedecendo ao que cada um tinha direito.

<sup>203</sup> Para o cômputo das tabelas 23 e 24 estamos partindo do pressuposto de que havia 1 vendedor para cada comprador de escravos, daí a soma de um e de outro ser referente ao número de escrituras que coletamos entre os anos 1850 e 1886.

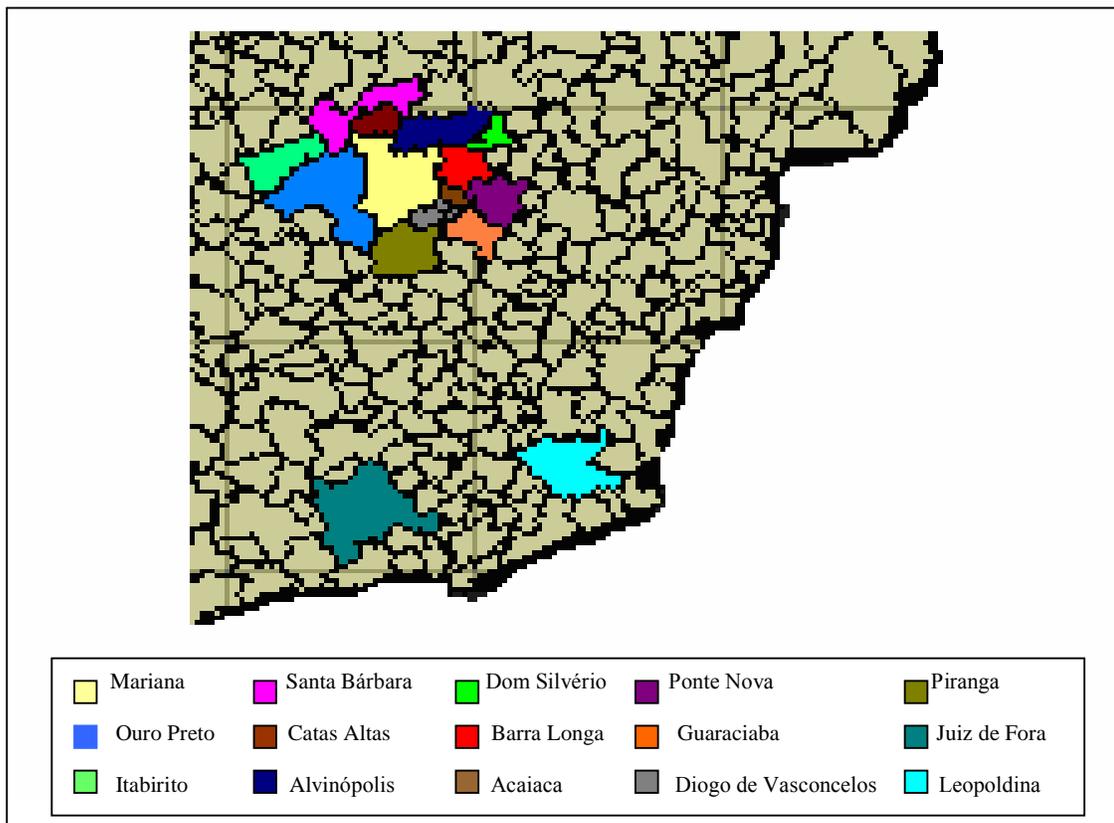
Feitos os primeiros ajustes metodológicos, passamos finalmente a análise do local de residência dos vendedores e compradores, objetivando identificar de onde vinham e para onde estavam sendo enviados os escravos comercializados em Mariana. Baseando-nos na bibliografia, nos mapas cartográficos existentes para o período e, sobretudo, levando em consideração as informações contidas em nossa principal fonte de pesquisa, os registros de compra e venda de escravos, selecionamos as únicas freguesias que permaneceram ligadas à sede do município de Mariana, sendo que destas freguesias dependiam pequenos subdistritos ou arraiais. As inúmeras localidades citadas — tais como roças, fazendas, subúrbios, subdistritos, arraiais, etc. — onde residiam os vendedores e os compradores dos escravos comercializados em Mariana, foram agrupadas de acordo com as freguesias ou aos municípios a que pertenciam.

Posteriormente, realizamos o agrupamento desses municípios às regiões que pertenciam, onde foi possível detectarmos que a maioria dos compradores e vendedores residia em municípios da região Metalúrgica – Mantiqueira e da Zona da Mata mineira.<sup>204</sup> Esse fato já era esperado uma vez que as escrituras de compra e venda foram registradas no município de Mariana e este se estendia da região Metalúrgica – Mantiqueira à Zona da Mata mineira.

---

<sup>204</sup> Vale salientar que a regionalização do Brasil atual é diferente da percepção que se tinha no século XIX. Para uma regionalização de Minas Gerais no século XIX, conferir: PAIVA (1996).

**Mapa 4 – Mariana e principais municípios de origem e destino dos escravos negociados entre 1850-1886: limites territoriais atual.**



Fonte: IBGE <<http://www.ibge.org.br/cidadesat/default.php>> [Acesso em 27-10-2006].

Obs.: Mapa original retrata os 853 municípios do Estado de Minas Gerais. Seleccionamos a região do município de Mariana e os principais municípios pertencentes à região Metalúrgica - Mantiqueira, além de 2 municípios da Zona da Mata Mineira.

Por outro lado, este dado sinaliza que a maioria das transações ocorreu dentro dos limites do próprio município, como veremos a seguir. Já Mariana sofreu uma série de desmembramentos em seu território. Todavia, algumas de suas freguesias foram mantidas por todo o período estudado. Assim, de 1850 a 1886, Mariana compreendia:

- 1- Nossa Senhora da Assunção da Catedral ou a Sé de Mariana, sede do município, incluindo o distrito de Passagem;
- 2- Nossa Senhora da Conceição de Camargos;
- 3- Nossa Senhora do Nazaré do Infeccionado;
- 4- Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro;

- 5- Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado;
- 6- São Caetano do Rio Abaixo;
- 7- Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim;
- 8- Paulo Moreira;
- 9- Nossa Senhora da Saúde;
- 10- Barra Longa.

Esse agrupamento facilitou a identificação final do destino dado aos escravos, como veremos a seguir.

**Tabela 23: Local de residência dos vendedores de acordo com o número de escrituras de compra e venda de escravos: Mariana, 1850-1886.**

Residência dos vendedores	1850	1860	1870	1880	Nº	%
A própria localidade	3	73	91	13	180	51,0
Freguesias de Mariana	4	38	25	9	76	21,5
Municípios da região Metalúrgica - Mantiqueira	1	12	17	1	31	8,8
Municípios da Zona da Mata mineira	2	18	7	3	30	8,5
Municípios de outras regiões de Minas Gerais	-	8	3	-	11	3,1
Municípios de outras províncias	-	3	-	-	3	0,8
NC/Indeterminada	1	9	9	3	22	6,2
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>161</b>	<b>152</b>	<b>29</b>	<b>353</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Obs.: “**A própria localidade**” = sede do município (Mariana e o distrito de Passagem); “**Freguesias de Mariana**” = todas as freguesias da localidade, exceto a sede do município; “**Municípios da região Metalúrgica – Mantiqueira**” = todos os demais municípios pertencentes à região, exceto a própria localidade e suas freguesias; “**Municípios da Zona da Mata mineira**” = todos os municípios descritos nas escrituras de compra e venda de escravos pertencentes a esta região; “**Municípios de outras regiões de Minas Gerais**” = todos os municípios listados nas escrituras e que não pertenciam nem a região Metalúrgica – Mantiqueira e nem a Zona da Mata Mineira; “**Municípios de outras províncias**” = todas as demais províncias listadas nas escrituras, exceto a de Minas Gerais; “**NC/Indeterminada**” = não consta informação e todas as localidades que não foi possível identificarmos a localização a partir dos agrupamentos da tabela acima.

Das 353 escrituras coletadas, 180 (51,0%) referia-se a vendedores residentes na própria localidade, ou seja, a sede do município. Outros 76 (21,5%) residiam nas freguesias pertencentes a Mariana, dentre as quais destacaram-se os vendedores residentes em São Caetano (14 casos), Sumidouro (11 casos) e Infeccionado (10 casos). Agrupando os vendedores da própria localidade aos das freguesias de Mariana, juntos somavam maioria: 72,5% dos casos, fato que se verifica ao longo de todas as décadas em estudo. Vendedores residentes em cidades da Metalúrgica - Mantiqueira ocupavam o terceiro lugar, representando

8,8%. Nessa região, os municípios que mais aparecem são os de Ouro Preto (12 casos), Caeté, Catas Altas e Santa Bárbara<sup>205</sup> (5 casos cada). Vale notar que estas localidades não ficavam muito distantes de Mariana, o que talvez justifique a presença de vendedores destas localidades negociando escravos neste último município. Em seguida, temos os vendedores residentes na Zona da Mata mineira: 8,5%, onde se destaca os residentes nos municípios de Piranga (12 casos) e Ponte Nova (10 casos). Vendedores residentes em outras regiões de Minas, tais como Minas Novas (3 casos), Bom Despacho, Montes Claros e Curvelo (2 casos cada) representaram 3,1%, enquanto que vendedores residentes em outras províncias, como a do Rio de Janeiro (2 casos) apenas 0,8%. As porcentagens de “NC” informações e de localidades “Indeterminadas” somaram 6,2%.

Pelos dados da tabela 23, percebemos que a maioria dos vendedores tinha domicílio estabelecido na própria sede do município e em suas freguesias ao longo de todas as décadas de estudo, sobretudo na década de 1860 e 1870. Além disso, os vendedores que residiam fora destes limites, possivelmente, tinham outras ligações com a região de Mariana, uma vez que a venda dos referidos escravos foram registradas em cartórios deste município. Devemos ressaltar o fato de que muitos destes municípios estavam relativamente próximos à Mariana, o que por si só já justificaria os registros nesta última localidade.

Deste modo, somos levados a pensar que esses vendedores pudessem ter vindo até Mariana para realizarem outros tipos de atividades — tais como resolverem problemas jurídicos ou administrativos, devido à importante posição ocupada pelo município nestes setores também ao longo da segunda metade do século XIX — e acabaram realizando a venda de escravos ocasionalmente; ou ainda esses vendedores estavam apenas de passagem pelo município quando surgiram oportunidades de se negociar escravos. Ou ainda que esses vendedores tivessem interesses de fato no mercado de escravos do município, seja pelos melhores preços, melhores condições físicas dos escravos, ou porque simplesmente havia demanda por braço escravo em seus municípios de origem e que não podiam ser atendidas por lá. Contudo, nossas hipóteses são difíceis de serem comprovadas devido às limitações impostas pelas fontes manuscritas.

---

<sup>205</sup> Santa Bárbara foi elevada à categoria de cidade em 1858 e Catas Altas permaneceu seu distrito. BARBOSA (1968).

Certo é que o fato de termos encontrado o maior número de vendedores residentes no município de Mariana é indício de que transferências de cativos deste município para outras regiões tenham ocorrido, como veremos adiante, visto que era comum que a escritura fosse registrada no local de residência do vendedor.

**Tabela 24: Local de residência dos compradores de acordo com o número de escrituras de compra e venda de escravos: Mariana, 1850-1886.**

<b>Residência dos compradores</b>	<b>1850</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>1880</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
A própria localidade	4	70	57	11	142	40,2
Freguesias de Mariana	2	42	22	8	74	21,0
Municípios da região Metalúrgica - Mantiqueira	2	12	24	3	41	11,6
Municípios da Zona da Mata mineira	1	11	33	2	47	13,3
Municípios de outras regiões de Minas Gerais	-	5	5	-	10	2,8
Municípios de outras províncias	-	8	4	-	12	3,4
NC/Indeterminada	2	13	7	5	27	7,6
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>161</b>	<b>152</b>	<b>29</b>	<b>353</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Obs.: As mesmas da tabela 23.

Visualizando a tabela 24, notamos que 142 compradores (40,2%) residiam na sede do município. Se somarmos aos 74 casos de compradores que residiam nas freguesias de Mariana (21,0%), o percentual sobe para 61,2%, ou seja, a maioria dos compradores (216 no total) residia no município de Mariana, local onde foram registradas as transações. Nota-se que esta era a tendência confirmada em todas as décadas em estudo, sobretudo nas de 1860 e 1870. Dentre as freguesias de Mariana, aquelas que mais compradores registraram foram as de Saúde (14 casos), São Caetano (11 casos) e Paulo Moreira (10 casos). Já os compradores que residiam em municípios da Zona da Mata somaram 13,3%, dentre os quais podemos destacar os de Leopoldina (12 casos), Juiz de Fora e Piranga (6 casos cada). Compradores que residiam em municípios da região Metalúrgica – Mantiqueira representaram 11,6%, sendo os municípios de Ouro Preto (32 casos), Itabira e Santa Bárbara (3 casos cada) os mais representativos. Compradores de cidades de outras províncias, tais como Rio de Janeiro (9 casos), Espírito Santo (2 casos) e Paraíba (1 caso) e de outras regiões de Minas, tais como Diamantina, Melo do Desterro (Barbacena) e Curvelo com 2 casos cada, fizeram pouco comércio de escravos na região, visto que eles representavam, respectivamente, apenas 3,4% e 2,8%. Outros 7,6% referiam-se a compradores de localidades que não foram identificadas ou que não constava informação.

O exame da tabela acima indica que a maior parte das transferências de cativos se processou dentro do próprio município de Mariana, uma vez que se somados o número de compradores que residiam em Mariana aos que residiam em suas freguesias, obtemos maioria absoluta nos resultados: 216 casos, o que caracteriza o tráfico intramunicipal. Esses números podem indicar que o município de Mariana estaria passando por um reajuste interno no que se refere à redistribuição da mão-de-obra cativa e que estas transferências internas estariam sendo financiadas pela dinâmica de seu mercado interno que, certamente variava de freguesia para freguesia. Em outras palavras, teria sido este dinâmico mercado interno que teria propiciado o investimento para a compra de cativos na região, favorecendo as transferências internas.

A tendência de predomínio de transferências de cativos dentro do próprio município de origem dos dados também foi percebida para outras regiões, como no estudo de Rômulo Andrade para Juiz de Fora e Muriaé entre os anos 1860 e 1887, sobretudo em Muriaé onde a maioria das transações ocorreu dentro dos limites do município: 63%. Já em Juiz de Fora as transações dentro do próprio município foi responsável pela segunda maior movimentação de cativos: 37%, perdendo apenas para as transações intermunicipais com outras regiões de Minas Gerais, com participação destacada para o Oeste de Minas e Alto Paranaíba, como vimos na tabela 8.

Agrupando os compradores que residiam nos municípios da província de Minas Gerais, vemos delinear-se um quadro que aponta para o fato de que o tráfico interno intraprovincial foi responsável por 317 registros, representando 89,8% das compras de escravos registradas no município de Mariana, enquanto que o tráfico interprovincial foi pouco praticado, representando apenas 3,4% dos casos. Por outro lado, o fato de encontrarmos compradores de outras regiões e províncias pode indicar não só que em Mariana havia oferta de escravos, mas que nos locais de origem dos compradores havia procura por mão-de-obra cativa o que explica, em parte, o fato de termos encontrado compradores de outros municípios e províncias negociando escravos em Mariana.

Analisados somente o local de residência dos compradores, separadamente do número de escravos que estavam envolvidos nessas transações, as conclusões seriam de que não estaria ocorrendo transferências significativas de cativos de Mariana, município situado na região Metalúrgica – Mantiqueira, para nenhum outro município, em especial os cafeeiros da Zona da Mata mineira. Esta conclusão, ainda que parcial, contraria o argumento da historiografia tradicional de que a crise do ouro teria provocado grande oferta de cativos e que

as regiões que começavam a ser exploradas utilizaram, basicamente, a mão-de-obra cativa “disponível” nas antigas áreas de mineração.

Todavia, para obtermos resultados mais concisos, torna-se necessário o cruzamento do número de escravos envolvidos nessas escrituras e o local de residência dos vendedores e compradores, pois nos ajuda a identificar o sentido do tráfico interno de escravos em Mariana. Assim, analisando o número de escravos (e ingênuos) negociados a partir do local de residência dos vendedores, temos a origem, ou seja, de onde provinha o fluxo das migrações forçada dos cativos comercializados através do tráfico interno em Mariana:

**Tabela 25 - Origem dos escravos e ingênuos negociados segundo o número de escrituras: Mariana, 1850-1886.**

Tipo de Tráfico	Número de escrituras	Número de Escravos	Número de Ingênuos	Total	
				Nº	%
<b>Origem/Venda</b>					
A própria localidade	180	335	16	351	48,6
Freguesias de Mariana	76	164	4	168	23,3
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	31	66	-	66	9,1
Municípios da Zona da Mata mineira	30	83	-	83	11,5
Municípios de outras regiões de Minas Gerais	11	16	-	16	2,2
Municípios de outras províncias	3	5	-	5	0,7
NC/Indeterminada	22	32	1	33	4,6
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>701</b>	<b>21</b>	<b>722</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Obs.: As mesmas da tabela 23.

Os dados da tabela acima revelam que a maioria dos escravos migrou do próprio município de Mariana (sede e freguesias): foi registrada a venda/saída de 499 escravos, representando 71,2% das migrações dos escravos. Quando acrescidas dos 20 ingênuos, os números sobem para 519 indivíduos, ou 71,9%. Dentre o município de Mariana, as freguesias que registraram maiores migrações/vendas de escravos foram de proprietários residentes em Sumidouro (25 escravos), Paulo Moreira (24 escravos), São Caetano (23 cativos), Barra Longa e Camargos (22 cativos cada), freguesias estas que se situavam ao sul do termo, registrando-se apenas Camargos na direção oposta. A maioria dessas freguesias já se dedicava a outras atividades, tais como agricultura e pecuária, e não mais a mineração, como antes.<sup>206</sup>

<sup>206</sup> A freguesia de Sumidouro, hoje distrito de Padre Viegas, situa-se ao sul de Mariana e no século XIX ainda dedicava-se a alguma mineração, mas voltava-se para a agropecuária; Paulo Moreira, hoje município de Alvinópolis, situa-se a norte e dedicava-se a agricultura. Juntamente com a freguesia da Saúde (hoje município de Dom Silvério) eram as freguesias mais distantes do município. São Caetano, hoje distrito de Monsenhor Horta, fica ao sul de Mariana e no século XIX registrava uma economia voltada para a agropecuária, visto que as

Vendedores residentes na Zona da Mata mineira foram responsáveis pela oferta de 83 cativos em Mariana e nenhum ingênuo, representando 11,5% das migrações. Dentre os municípios dessa região, destacam-se os proprietários residentes em Ponte Nova, de onde vieram 52 escravos e Piranga (18 cativos), que não eram regiões cafeeiras.

De vendedores residentes na região da Metalúrgica – Mantiqueira vieram outros 66 escravos, representando 9,1%, dentre os quais podemos destacar os municípios da vizinha Ouro Preto, de onde vieram 29 escravos, Caeté (17 cativos) e Santa Bárbara (7 escravos). Escravos trazidos por vendedores de outras regiões de Minas — como, por exemplo, de Montes Claros, de onde vieram 4 escravos — para serem vendidos em Mariana representavam 2,2%, enquanto que os cativos trazidos de outras províncias representaram apenas 0,7%, em destaque para os proprietários do Rio de Janeiro que trouxeram 4 escravos para serem vendidos em Mariana. Os cativos vindos de localidades não identificadas ou que não constava a informação da procedência do local de residência do vendedor somaram o percentual de 4,6%, sendo 32 escravos e um ingênuo.

Quando agruparmos os proprietários residentes em toda região Metalúrgica – Mantiqueira<sup>207</sup>, juntamente com o número de escravos que negociaram, observa-se que o total de escravos que saíram da região em questão foi de 565, representando 80,6%. Quando acrescentamos os ingênuos, os números sobem para 585 indivíduos, representando 81,0% dos indivíduos negociados no mercado de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX.

---

minas já estavam esgotadas; a freguesia de Barra Longa, hoje emancipada, também fica a sul do município e dedicava-se a agricultura e pecuária; a freguesia de Camargos, a mais antiga do município, fica a norte e dedicava-se antigamente à mineração, no século XIX direcionava-se para a agricultura e fabricação de ferro. Para maiores informações, conferir: BARBOSA (1968); HALFELD & TSCHUDI (1998).

<sup>207</sup> Estamos considerando os proprietários que residiam em Mariana (sede e freguesias) e os que residiam em outros municípios da Metalúrgica – Mantiqueira.

**Tabela 26 - Destino dado aos escravos e ingênuos negociados segundo o número de registros: Mariana, 1850-1886.**

Tipo de Tráfico	Número de escrituras	Número de Escravos	Número de Ingênuos	Total	
				Nº	%
<b>Destino/ Compra</b>					
A própria localidade	142	259	10	269	37,3
Freguesias de Mariana	74	138	7	145	20,1
Municípios da Metalúrgica – Mantiqueira	41	79	-	79	10,9
Municípios da Zona da Mata mineira	47	131	3	134	18,6
Municípios de outras regiões de Minas Gerais	10	12	-	12	1,7
Municípios de outras províncias	12	16	-	16	2,2
NC/Indeterminada	27	66	1	67	9,3
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>701</b>	<b>21</b>	<b>722</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Obs.: As mesmas da tabela 23.

Pelos dados da tabela 26, percebemos que o município de Mariana (sede e distritos) recebeu a maior quantidade de cativos através do tráfico interno ao longo de toda a segunda metade do século XIX, sendo o destino de 397 escravos (56,6% dos cativos) e outros 17 ingênuos, representando um percentual de 57,4% do total da população escrava deslocada. Dentre as freguesias de Mariana para onde mais escravos foram enviados, temos as seguintes: Barra Longa (35 escravos), Paulo Moreira (25), Cachoeira do Brumado (14 cativos), São Caetano (14) e Camargos, destino de 13 escravos.<sup>208</sup> Esses números indicam que houve o predomínio das transferências locais de escravos, ou seja, os escravos migraram dentro dos limites do próprio município, como se estivesse se processando uma redistribuição interna da mão-de-obra cativa. Vale mencionar que as transferências locais ocorridas em Mariana podem estar associadas às migrações de pequenos proprietários de escravos, como alerta Roberto Martins. Contudo, não dispomos de dados para comprovar nossa hipótese.<sup>209</sup>

Compradores de municípios da região da Zona da Mata mineira foram responsáveis pelo segundo maior destino de escravos: 131 (18,7% dos escravos), além de 3 ingênuos, totalizando 134 indivíduos, ou 18,6%. Nessa região, os escravos foram destinados majoritariamente a compradores que residiam nos municípios de Ponte Nova (41 escravos), Juiz de Fora (29), Leopoldina (21) e Piranga, para onde foram enviados 16 cativos. Nota-se que 2 desses municípios estavam diretamente envolvidos com a cafeicultura no período estudado: Juiz de Fora e Leopoldina e juntos, estes 2 municípios foi o destino de 50

<sup>208</sup> As observações para estas freguesias são as mesmas da nota 5. Acrescenta-se somente a freguesia de Cachoeira do Brumado, situada ao sul do município e dedicada à atividade agropecuária.

<sup>209</sup> MARTINS (1982, p. 28).

indivíduos, representando 6,9% do total de indivíduos negociados ao longo do período estudado. Já os municípios de Ponte Nova e Piranga estavam envolvidos em menor medida com a produção do café e juntos foram responsáveis pela compra de 59 cativos, ou seja, 7,9% do total de indivíduos negociados em Mariana. Em seguida, temos os compradores residentes nos municípios da região da Metalúrgica – Mantiqueira, para onde foram destinados 79 cativos, ou 10,9% da população negociada. Dentre os municípios desta região destaca-se o de Ouro Preto, vizinho a Mariana, para onde foram enviados 63 escravos.

Agrupando os municípios que pertenciam à região Metalúrgica – Mantiqueira<sup>210</sup>, na qual o município de Mariana estava inserido, vemos que para esta região foi destinada a maioria dos escravos: 476, representando 67,9% da população cativa negociada no mercado de escravos em Mariana. Se somarmos os ingênuos, os números sobem para 493, ou 68,3% da população total negociada, corroborando para o fato de que houve predomínio de transações intramunicipais mais que interprovinciais.

Compradores que residiam em cidades de outras províncias — Rio de Janeiro, Espírito Santo e da Paraíba, para onde foram destinados respectivamente 12, 3 e 1 escravos — foram responsáveis pela compra de 16 cativos, ou 2,2%. De acordo com estes dados, notamos que o tráfico interprovincial era pouco expressivo na região de Mariana, movimentando poucos cativos. As outras regiões da província de Minas Gerais receberam 12 cativos, representando 1,7% dos escravos comercializados e registrados no município de Mariana ao longo do período estudado. Nessa região, não encontramos nenhum município que se destacasse na compra de cativos. Outras 27 escrituras em que não foi possível identificarmos ou que não constavam informação do local de residência do comprador, envolveram a compra de 66 cativos e um ingênuo, representando 9,3% da população negociada.<sup>211</sup>

Desse modo, pelo exposto até aqui, pode-se apreender que em Mariana predominou o tráfico intra e intermunicipal, onde a maioria das transferências de escravos ocorreu internamente entre Mariana e suas freguesias e, por conseguinte, entre a região Metalúrgica – Mantiqueira como um todo, embora tenha sido registrado transferências para outras regiões e até outras províncias, mas em números bastante reduzidos. Notamos ainda que os proprietários residentes nos municípios de Mariana, Ponte Nova e Ouro Preto foram os responsáveis pelos maiores índices de migrações de escravos, de onde originaram, respectivamente, 47,8%, 7,4% e 4,1% dos escravos comercializados e registrados através do

<sup>210</sup> Mesmas observações da nota n.º. 5.

<sup>211</sup> Acreditamos que mesmo tendo ocorrido transferências de escravos entre diferentes municípios, haveria uma pequena associação entre a direção do tráfico e as características econômicas dos municípios envolvidos. Para maiores informações, ver: MARTINS (1932, p. 33).

tráfico interno no primeiro município. Coincidentemente, foram para estes mesmos municípios que a maioria dos escravos foram destinados: Mariana ocupou o primeiro lugar, seguido por Ouro Preto e Ponte Nova correspondendo, respectivamente, a 36,9%, 9,0% e 5,8%.

Analisando os dados por este ângulo, notamos que o município de Mariana permanece com saldo negativo, ou seja, Mariana vendeu mais cativos do que comprou como mostra a tabela abaixo. Isto mesmo quando consideramos que o maior número de compras e vendas se concentrou no município (vide tabelas 23 e 24).

**Tabela 27 - Saldo da população negociada de acordo com o número de escravos e ingênuos negociados segundo as regiões: Mariana, 1850-1886.**

Regiões	Saldo	Saldo
	(C-V)	(C-V)
	Escravos	Escravos + ingênuos
A própria localidade	-76	-82
Freguesias de Mariana	-26	-23
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	+13	+13
Municípios da Zona da Mata mineira	+48	+51
Municípios de outras regiões de Minas Gerais	-4	-4
Municípios de outras províncias	+11	+11
NC/Indeterminada	+34	+34

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

(C-V) = compras menos vendas.

Obs.: As mesmas da tabela 23.

De acordo com os dados da tabela acima, quando descontamos o número de escravos que foram vendidos (de onde saíram) do número de escravos que foram comprados (para onde foram enviados) em cada uma das variáveis analisadas, notamos que o município de Mariana (sede e freguesias) foi o que teve o maior saldo negativo: -102 escravos no total, que, acrescidos dos ingênuos, o saldo negativo chega a -105 indivíduos.<sup>212</sup> Não obstante, notamos que dentre as freguesias de Mariana, quase todas registraram saldo negativo do número de escravos, as únicas exceções foram as freguesias de Barra Longa, Saúde, Cachoeira do Brumado e de Paulo Moreira, que registraram saldo positivo de respectivamente +13, +4, +3 e +1 escravos. Todavia, as perdas de cativos superaram os ganhos nestas freguesias como um todo. Em síntese, de acordo com as evidências de que dispomos o município de Mariana,

<sup>212</sup> O número de escravos de proprietários residentes no município de Mariana (sede e freguesias) que foram vendidos foi de 499, enquanto que o número de escravos comprados pelos proprietários residentes no mesmo município foi de apenas 397, como vimos anteriormente nas tabelas 22 e 23.

mesmo tendo sido o destino da maioria dos cativos negociados, perdeu mais escravos do que ganhou ao longo da segunda metade do século XIX através do tráfico interno de cativos.<sup>213</sup>

Os municípios de outras regiões da província de Minas Gerais também registraram saldo negativo: -4 escravos e ingênuos. Por outro lado, todas as demais regiões registraram saldo positivo de escravos, ou seja, compraram mais cativos do que venderam, sobretudo os municípios da região da Zona da Mata mineira, que registrou um saldo positivo de +48 escravos, com destaque para os municípios cafeeiros de Juiz de Fora e Leopoldina, que tiveram saldo positivo de +26 e +21 escravos, respectivamente. Entretanto, isto não significa dizer que estes municípios tenham efetivamente perdido ou ganhado escravos, uma vez que estamos considerando apenas as escrituras de compra e venda de escravos registrados em cartórios do município de Mariana, como ressaltamos anteriormente. Neste caso, para identificarmos se outros municípios da província de Minas Gerais teriam registrado saldos negativos ou positivos de escravos, é necessária a realização de investigação das escrituras de compra e venda de escravos nos cartórios dos respectivos locais. As mesmas observações valem também para municípios de outras províncias. Todavia, a historiografia brasileira sobre o tema tem demonstrado não haver qualquer ligação entre as perdas de escravos registrados nos antigos municípios mineradores e os ganhos ocorridos nos municípios dedicados a “grande lavoura”, sobretudo os produtores de café.<sup>214</sup>

Quando agrupamos os municípios de toda região Metalúrgica – Mantiqueira, incluindo Mariana, vemos que o saldo de escravos permanece negativo: -89 cativos, que se acrescidos os ingênuos, o saldo negativo chega a -92 indivíduos. Dentre os muitos municípios listados nessa região, o único que registrou saldo positivo foi o de Ouro Preto: + 34 cativos. Visto por este ângulo, somos levados a concluir que o número de escravos vendidos, ou seja, que migraram desta região, superou o número de escravos que tiveram essa região como destino. Em outras palavras, tanto o município de Mariana (sede e freguesias) isoladamente, ou agrupada a região Metalúrgica – Mantiqueira registrou perdas de escravos se comparados às demais regiões. Isto mesmo quando levamos em conta o fato de que o maior número de escravos foi comercializado no próprio município e na região Metalúrgica – Mantiqueira como um todo.

---

<sup>213</sup> Note-se que estamos considerando apenas os negócios de compra e venda de cativos na região de Mariana. Para uma investigação mais profunda a respeito do saldo de cativos do município estudado, seria ideal levarmos em consideração os índices de reprodução natural, de manumissões e de mortalidade dos cativos, o que foge aos objetivos de nossa pesquisa.

<sup>214</sup> MARTINS (1982, p. 20-37).

Mesmo se considerássemos que muitas das localidades que permaneceram sem identificação poderiam pertencer ao município de Mariana ou à região da Metalúrgica - Mantiqueira, o que é, certamente, pouco provável, os resultados gerais não seriam alterados, de modo que a região da Metalúrgica – Mantiqueira continuaria a ter um saldo negativo de escravos e ingênuos. Essa constatação só foi possível a partir do momento que nos atentamos para a análise do local de residência dos compradores e vendedores, conjugando-as ao número de escravos que envolviam. Tomados isoladamente, os dados poderiam apresentar-se um pouco dispare da realidade. Em seguida, realizamos o cruzamento das informações referentes ao número de escravos que estavam sendo transferidos em cada um destes registros e, principalmente, qual o destino estes cativos tomaram.

Acabamos encontrando evidências apontando para a perda de escravos do município de Mariana, quer analisado isoladamente ou agrupado à região da Metalúrgica - Mantiqueira. Essas conclusões reforçam ainda mais a importância e a necessidade de estudos regionais, que se proponham testar as considerações gerais da historiografia mineira sobre o tema do tráfico interno, sobretudo na segunda metade do século XIX e nos municípios que, no passado, tiveram a mineração como principal atividade econômica. Assim, nossos resultados refutam a tese da historiografia tradicional de que com o fim da atividade de mineração os escravos “subutilizados” teriam sido maciçamente transferidos para regiões mais dinâmicas, como as de cafeicultura.

Por outro lado, nossas descobertas confirmam a tese da historiografia revisionista de que não teriam ocorrido transferências significativas de cativos das antigas regiões de mineração para as áreas mais dinâmicas. Essas transferências chegaram a ocorrer, como de fato demonstramos em nossa pesquisa, contudo não foi maioria. Não detectamos perdas maciças, mas sim traços de uma reorganização/redistribuição interna dos cativos no município de Mariana, o que corrobora a idéia de que a região possuía um dinâmico mercado interno que foi capaz de absorver e (re) direcionar os cativos antes empregados na mineração de acordo com a demanda local através do tráfico interno. Vale rememorar que a maioria das transações envolveu apenas 1 único cativo, como vimos na tabela 10, fato que referenda nossa afirmação.

Prosseguindo com nossas análises, procuramos verificar de onde vinham os escravos que tiveram como destino o município de Mariana: 259 para a sede e 138 para as freguesias, totalizando 397 cativos.

**Tabela 28 - Origem dos escravos que entraram no município de Mariana (sede e freguesias): 1850-1886.**

<b>Origem dos escravos</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
A própria localidade	179	45,1
Outras freguesias de Mariana	119	30,0
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	38	9,6
Municípios da Zona da Mata mineira	35	8,8
Outras regiões de Minas Gerais	13	3,3
Cidades de outras províncias	5	1,2
NC/Indeterminada	8	2,0
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Pela tabela 28 nota-se que a maior parte dos cativos que migraram para Mariana (sede e freguesias) veio do próprio município: 298, sendo 179 da sede e 119 das freguesias, representando o total de 75,1%. Reforçando ainda mais a afirmação feita anteriormente de que, em Mariana, havia o predomínio do tráfico intramunicipal, com cativos sendo negociados por proprietários residentes dentro dos limites do município, está o fato de que a maioria dos cativos crioulos havia nascido no próprio município de Mariana e, por sua vez na província de Minas Gerais, como vimos no capítulo 2. Esse fato corrobora nossa afirmação anterior de que o tráfico de escravos na segunda metade do século XIX em Mariana tinha a função de realocar a mão-de-obra cativa internamente, sobretudo porque tinha na transação de apenas 1 único escravo por escritura uma característica.

Outros 38 escravos (9,6%) vieram de municípios pertencentes à região da Metalúrgica – Mantiqueira, que somados aos que saíram do município de Mariana, totalizam 336 cativos, representando 84,7% da região de origem. Os escravos trazidos da Zona da Mata mineira para Mariana somaram 35, ou 8,8%, enquanto que outros 13 cativos (3,3%) foram trazidos de outras regiões de Minas. Outros 5 escravos vieram de outras províncias, representando 1,2% da população transferida para Mariana, enquanto que outros 8 cativos (2,0%) vieram de localidades que não foi possível identificarmos ou que não constava informação.

Visto por este ângulo, percebemos que Mariana recebeu escravos de várias regiões e até mesmo de outras províncias, denotando a existência do tráfico interprovincial de cativos, embora em números bastante modestos se comparados, por exemplo, a outras regiões envolvidas com a “grande lavoura”, onde a presença do tráfico interprovincial foi predominante. É o caso dos municípios cafeeiros de Casa Branca e Guaratinguetá, na província de São Paulo, entre os anos de 1861 a 1887, onde José Flávio Motta encontrou maior participação dessas duas localidades no tráfico interprovincial de escravos

comparativamente as duas outras regiões analisadas: Areias e Silveiras, que registraram maior participação no tráfico intraprovincial e intramunicipal.<sup>215</sup>

Desse modo, a partir das evidências de que dispomos, observa-se que em Mariana, município voltado para a economia de abastecimento e o mercado interno, prevaleceu a prática majoritária do tráfico intramunicipal, seguida pelo intermunicipal ao longo da segunda metade do século XIX. Portanto, teria partido dessa economia o incentivo da negociação com cativos, corroborando a idéia de dinâmica do mercado interno vista sob a ótica do tráfico interno. Essa mesma tendência foi encontrada por Nilce Parreira ao estudar o tráfico interno no município de Ouro Preto durante o século XIX. A autora constatou o maior envolvimento do município com o tráfico intra e intermunicipal, a exemplo do que encontramos para Mariana.<sup>216</sup>

Por outro lado, quando analisamos o destino que tiveram os cativos vendidos por proprietários residentes em Mariana, temos o seguinte quadro:

---

<sup>215</sup> MOTTA (2001, p. 4-8). O tráfico interprovincial de escravos tendeu ser mais representativo nos municípios mais envolvidos com o mercado externo, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo, ao contrário do que ocorria com as áreas mais voltadas para o abastecimento e o mercado interno, como o município de Mariana. Provavelmente, este fato esteja relacionado ao número de escravos disponíveis internamente em cada província e a demanda pelos mesmos. Outros estudos que apontam para o maior envolvimento no tráfico interprovincial por parte de municípios ligados a “grande lavoura”, sobretudo a cafeicultura, ver: MOTTA & MARCONDES (2000); SILVA (1992); SILVA (2004); MOTTA (2005), dentre outros.

<sup>216</sup> PARREIRA (1990, p. 188-203). De modo geral, nota-se que os estudos sobre o tema do tráfico interno a partir de 1850 existentes para municípios mineiros, apontam para esta mesma tendência. Assim ocorreu em Juiz de Fora e Muriaé entre 1860 e 1887, como revelou Rômulo Andrade. Segundo o autor, o tráfico intramunicipal foi responsável por 37% das transações e o tráfico intramunicipal por 83%, enquanto que em Muriaé o intramunicipal foi de 63% e o intermunicipal por 81%. ANDRADE (1998, p. 95-103). Ver também: MACHADO (2002).

**Tabela 29 – Destino dos escravos que migraram do município de Mariana (sede e freguesias): 1850-1886.**

<b>Destino dos escravos</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
A própria localidade	198	39,7
Outras freguesias de Mariana	100	20,0
Municípios da Metalúrgica - Mantiqueira	49	9,8
Municípios da Zona da Mata mineira	82	6,4
Outras regiões de Minas Gerais	7	1,4
Cidades de outras províncias	10	2,0
NC/Indeterminada	53	10,6
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Dos 499 escravos que saíram de Mariana, 298 (39,7%) permaneceram no próprio município, não alterando, em termos estruturais, o quadro de redistribuição da mão-de-obra cativa marianense. Para municípios da Metalúrgica – Mantiqueira foram enviados 49 cativos (9,8%), que agrupados aos dados de Mariana, somaram 347 cativos enviados de Mariana para esta região, correspondendo a 69,5% do total de escravos vendidos por proprietários marianenses.

Para municípios da Zona da Mata mineira outros 82 escravos foram enviados de Mariana, representando 16,4% das transferências. Esse número encobre outra constatação. Vimos anteriormente que os proprietários que residiam na região da Zona da Mata mineira foram responsáveis por 131 aquisições de escravos que tiveram suas escrituras registradas nos cartórios de Mariana. Investigando a origem desses escravos comprados por proprietários da Zona da Mata mineira, surpreendemos-nos com o fato de que 82 deles, representando 62,6% do total das aquisições desta região, vieram do município de Mariana (sede e freguesias). Se acrescentarmos os 5 cativos vindos dos municípios da região Metalúrgica – Mantiqueira, os percentuais alcançam 66,4%. Em outras palavras, fica comprovado que, além de registrar saldo negativo de escravos, o município de Mariana, isoladamente, ou agrupado a região da Metalúrgica – Mantiqueira, enviou cativos à proprietários que residiam em municípios da Zona da Mata mineira. Contudo apenas 2 destes municípios eram de fato cafeeiros: Juiz de Fora e Leopoldina que adquiriram juntos 42 cativos de Mariana, sendo 29 por Juiz de Fora e 13 por Leopoldina, números pouco significativos se pensarmos na enorme quantidade de escravos necessários em uma lavoura de café.<sup>217</sup>

<sup>217</sup> Outros 41 escravos (31,3%) destinados a Zona da Mata mineira vieram da própria região e 3 cativos (2,3%) de lugares que não foi possível identificarmos ou que não constava informação, totalizando as 131 aquisições. Esses números são ainda mais representativos quando levamos em conta o número de escravos que cada um destes municípios adquiriu. Dentre os municípios que mais escravos receberam de Mariana estão: Juiz de Fora, que comprou ao todo 29 escravos, sendo que todos vieram de Mariana; Piranga, que adquiriu 14 cativos de Mariana

Desta forma, nossas conclusões se aproximam ainda mais das constatações dos representantes da historiografia revisionista sobre o tema do tráfico interno. Apesar de não negarem a transferência de cativos da Metalúrgica – Mantiqueira para regiões da Zona da Mata mineira, esses autores afirmam que elas não teriam sido significativas, como também constatamos, pelo menos não a ponto de despovoar as antigas áreas de mineração em favor do crescimento das regiões “mais dinâmicas”. Basta lembrar que dos 565 cativos vendidos por proprietários da região da Metalúrgica – Mantiqueira, 476 foram comprados por proprietários dessa mesma região, ou seja, 84,2% dos 565 cativos aí mesmo permaneceram, indicando que a Metalúrgica – Mantiqueira também demandava por mão-de-obra cativa, ainda que não nas mesmas proporções de outras regiões, como devia ocorrer, por exemplo, na Mata mineira devido ao cultivo do café e ao grande número de braços que essa cultura necessitava. E se a região de Mariana estava mantendo o comércio de cativos em torno de seus limites territoriais, isto significa que havia uma dinâmica do mercado interno capaz de favorecer tal característica.

Já para outras regiões de Minas, foram enviados 7 cativos (1,4%) de Mariana e para outras províncias, 10 escravos (2,0%). De Mariana com destino a municípios que não identificamos ou que não constava informação foram enviados 53 cativos, ou 10,6%.

Em síntese, através das exposições até aqui podemos apreender que em Mariana predominou o tráfico interno de escravos intramunicipal, sem registrar envios significativos para outras regiões, sobretudo para os municípios cafeeiros da região da Zona da Mata mineira. Por outro lado, Mariana recebeu escravos de várias regiões de Minas e mesmo de outras províncias, sendo também responsável pelo envio de escravos adquiridos por proprietários residentes na Mata mineira. De todo modo, esperamos que nossos resultados não encerrem as discussões sobre o tema na região de Mariana, antes o contrário, que incentivem novas pesquisas a partir do uso de outras fontes complementares, tais como registros de óbitos, nascimentos, alforrias, registros de aluguéis de escravos e cópias das matrículas dos escravos presentes nos inventários *post-mortem*, dentre outras.

---

dos 16 cativos adquiridos no total por este município, e Leopoldina, para onde foram enviados 13 escravos de Mariana, do total de 21.

### 3.2 - Os preços praticados no mercado de escravos

Até aqui, com as informações sobre os cativos e do local de residência dos negociantes de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX, conseguimos traçar o perfil demográfico do tráfico interno e estimar o destino desses cativos, comprovando que os escravos estavam sendo mantidos dentro do próprio município de Mariana. Ao passarmos à análise dos preços dos cativos, devemos ter em mente que muitas variáveis influenciavam o preço do escravo no mercado, tais como o período, a inflação, a oferta e a demanda, distâncias percorridas, idade, sexo, atividade produtiva, condições físicas e de saúde do cativo, dentre outras.<sup>218</sup>

Para nossa análise de preços consideraremos os mesmos registros de compra e venda de escravos registrados em cartórios do município de Mariana. Os dados nos parecem bastante confiáveis, a julgar pelo imposto obrigatório que era pago nas transações de compra e venda com escravos e que se constituíam em importante fonte de renda para os orçamentos provinciais. A Meia-Sisa era o imposto mais importante dentre os demais e foi criado em 1809. Nele cobrava-se inicialmente 5% do preço das compras, vendas e trocas de cativos e seu não pagamento implicava anulação da transação. Como havia muitas fraudes por parte dos negociantes que costumavam diminuir o valor pago pelo cativo com o intuito de diminuir automaticamente o imposto pago, em 1855 foi criado o imposto geral, fixando o valor da Meia-Sisa em Rs. 40\$000 para eliminar o problema.<sup>219</sup> A fixação do valor do imposto viria dar respaldo a confiabilidade dos preços indicados nos registros de compra e venda de escravos no período estudado.

Ao longo da análise sobre os preços dos escravos negociados em Mariana na segunda metade do século XIX, notamos alguns indícios do processo de lenta transição para o capitalismo, onde o interesse pelo dinheiro, pelo lucro e pelas formas capitalistas de comércio muitas vezes se sobrepunha. Assim, não é possível perceber as relações sociais sobrepondo-se às de ordem econômica. Antes o contrário, houve a percepção do lucro denotando que no mercado de escravos as leis da oferta e da procura predominavam. Contudo, não descartamos que a lógica do lucro possa ter sido modificada pelas relações sociais em alguns casos, mas a

---

<sup>218</sup> MATTOSO (1990, p. 77-93). Em estudo para a Bahia, a autora constatou que variáveis ligadas direta ou indiretamente ao escravo tinha o poder de influenciar seu preço final, sobretudo a partir de 1850 quando o fim do tráfico Atlântico teria ocasionado a alta dos preços dos cativos devido a grande demanda e a pouca oferta dos mesmos nos mercados brasileiros. Acreditamos que a alta no preço dos cativos, possivelmente, teria sido acompanhada pelo aumento dos preços de outras mercadorias, embora não haja maiores estudos sobre esta hipótese.

<sup>219</sup> PARREIRA (1990, p. 213-218).

verificação desta possibilidade demandaria outra metodologia, como cruzar os dados e levantar possíveis relações de consangüinidade ou prestígio, por exemplo, entre compradores e vendedores, o que foge aos objetivos de nossa pesquisa.<sup>220</sup>

Nas escrituras, era comum encontrarmos escravos sendo vendidos tanto sozinhos quanto em grupos, sendo que muitos dos vendidos em grupo não receberam preços individuais e foram, portanto, excluídos de nossa análise de médias de preços. No período estudado, os preços eram comumente registrados em “mil réis” e o pagamento feito à vista, à prazo e condicionalmente (ou à “retro”), sendo indicado no momento do registro da escritura de compra e venda do escravo a condição do mesmo. Os casos dos escravos vendidos “em partes” foram considerados tal qual apareceram nas escrituras, sem o cálculo do seu preço total a partir da parcela vendida. Ademais, os cativos que foram objeto de mais de uma transação em diferentes períodos também foram considerados em nossa análise.<sup>221</sup>

Dentre estes escravos objeto de mais de uma transação, encontramos alguns casos de cativos comprados e, posteriormente, revendidos pelos mesmos preços, sem ocorrência de margem de lucro para seu proprietário. Foi o caso do cativo Adão, 30 anos, casado à época da matrícula, cabra, lavrador, de filiação desconhecida, vendido em 14 de junho de 1878 pelo Tenente Donato Gonçalves Martins, residente na freguesia de Sumidouro, pelo preço de Rs. 1:400\$000 a Domingos Ferreira Pessoa, residente em Mariana. Apenas 1 mês depois, em 19 de julho do mesmo ano, Domingos vendeu ao Tenente Donato o mesmo escravo Adão pela mesma quantia: Rs 1:400\$00, sem maiores explicações.<sup>222</sup>

Outro caso ocorreu em 26 de outubro de 1871, quando Manoel Mendes de Magalhães Junior, morador do Gama deste município, vendeu ao Coronel João José Alves, residente em Mariana, o escravo Justino, crioulo, de 10 a 12 anos mais ou menos, sem ofício por Rs. 1:000\$000. Posteriormente, em 18 de janeiro de 1872, o Coronel João José Alves vendeu o

---

<sup>220</sup> Na visão de Karl Polanyi, a economia e seus derivados, como a troca e o escambo, nunca foram os determinantes da vida social. Na sua concepção, teria sido a necessidade de manter a sociedade enquanto tal que levou os homens a se organizarem, também, economicamente. Para o autor, independentemente da forma de organização de uma sociedade, o sistema econômico será sempre dirigido por motivações não econômicas, embora a conjugação das duas — instituições econômicas e não econômicas — sejam igualmente vitais na estruturação e funcionamento de uma sociedade. Assim, a economia, por estar socialmente enraizada e submersa nas relações sociais, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado, pois “sem as condições sociais que determinam as motivações dos indivíduos, não haveria nada, praticamente, que sustentaria a interdependência dos movimentos e sua recorrência, necessárias para a unidade e a estabilidade da atividade econômica”. POLANYI, Karl. *Economia primitiva arcaica e moderna*. Torino: Einaudi, 1980, p. 294-295.

<sup>221</sup> A venda à vista era a mais freqüente. Na venda à prazo, normalmente se especificava as condições e prazos para pagamento. Já a venda condicional, ou à “retro”, funcionavam como uma espécie de hipoteca, onde os vendedores objetivavam quitar dívidas de empréstimos de dinheiro em um determinado prazo que, quando não cumprido, a venda do mesmo bem era efetuada automaticamente. Os cativos objetos de mais de uma transação (venda e re-venda) também foram todos considerados como sendo uma nova escritura, visto que se tratava de uma nova negociação e, portanto, de um novo registro.

<sup>222</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 3, 2º ofício, [f. 6].

mesmo escravo Justino a Fulgêncio Carvalho de Oliveira Junior, morador no município do Pomba, por Rs. 1:050\$000. Entretanto, os Rs. 50\$000 a mais pelo qual foi vendido Justino pela segunda vez, não caracteriza nenhuma margem de lucro.

Por outro lado, encontramos alguns casos de compradores que revenderam os escravos comprados a preços maiores que os adquiridos, dentre os quais selecionamos o da crioula Generosa, 14 anos mais ou menos, solteira, natural da Lapa, serviços domésticos, vendida em 29 de março de 1873 por Dona Julia Emilia Viana de Mascarenhas, moradora em Curvelo, pela quantia de Rs. 500\$000 ao Tenente Coronel João Paulo de Faria, residente em Passagem de Mariana. A vendedora informou no registro que a dita escrava se encontrava engajada na Companhia Dom Pedro North del Rey pelo tempo de um ano e que o comprador seria obrigado a deixá-la na Companhia até que vencesse o prazo do contrato.

Menos de um mês depois, o Tenente Coronel João Paulo de Faria vendeu a mesma escrava Generosa a Joaquim José de Oliveira, residente na freguesia da Barra Longa por Rs. 900\$000, ou seja, o preço da escrava havia quase dobrado. A única diferença que notamos foi a indicação de que Generosa empregada no serviço de roça e não mais nos serviços domésticos da venda anterior, o que explica, ao menos em parte, a valorização de seu preço em 80% em tão pouco tempo.

Prosseguindo com nossa análise, calculamos os preços médios em libras dos escravos negociados em Mariana. Optamos pela conversão de “mil réis” para libra como método de deflação, na tentativa de diminuir o impacto da flutuação dos preços no período, que atingia níveis bastante altos.<sup>223</sup> Assim, para o período em estudo, os preços médios dos escravos negociados em Mariana segundo o sexo foram:

---

<sup>223</sup> Para a conversão, utilizamos a taxa de câmbio implícita na tabela 11.1 do terceiro volume das *Séries Estatísticas Retrospectivas*. Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1500 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 522-523. (Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3). Heloísa M. Teixeira também optou pela conversão de “mil réis” para libras ao estudar a reprodução e a família escrava em Mariana na segunda metade do século XIX. TEIXEIRA (2001, p. 26-27).

**Tabela 30 - Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo: Mariana, 1850-1886.**

Sexo	Nº abs.	Preço médio (£)
<b>Homens</b>	322	114
<b>Mulheres</b>	235	84
<b>Total</b>	557	101

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Nº abs. = número absoluto

Exclui 1 caso de sexo indeterminado e 143 casos que não constava o preço do cativo, sendo 79 homens e 64 mulheres.

Como mostra a tabela, a variável sexo influenciou sobremaneira o preço dos escravos comercializados em Mariana. Como existe certa correlação entre os preços dos cativos e os rendimentos que deles se espera<sup>224</sup>, é de se supor que os preços médios dos escravos do sexo masculino fossem mais elevados que os alcançados pelas mulheres cativas, como de fato observamos para Mariana.

Os homens sempre registraram preços muito acima da média total, enquanto que o inverso ocorreu com as mulheres escravas, onde o valor médio foi de aproximadamente 25% inferior se comparados aos dos homens. Este foi o mesmo resultado encontrado por Juliana Garavazo ao analisar os preços dos cativos do município de Batatais, São Paulo, entre os anos de 1850 e 1888 através de inventários *post - mortem*.<sup>225</sup> De modo geral, os dados apresentados confirmam os trabalhos existentes para todo o país.

Procurando identificar os preços mínimos e máximos individuais pelos quais os cativos homens e mulheres foram vendidos em Mariana, o quadro é surpreendente. Entre os homens o preço mínimo que encontramos foi de apenas 5 libras, enquanto que o máximo foi

<sup>224</sup> NOGUEIRÓL (2003, p. 88).

<sup>225</sup> De acordo com os dados apresentados pela autora, o preço real médio (em libras) dos homens foi de 80,0£ e das mulheres de 64,2£, sendo que estes últimos foram, aproximadamente, cerca de 25 % menor que os preços médios dos homens. GARAVAZO, Juliana. "Os preços dos escravos inventariados em Batatais (SP): 1850-1888". *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2005, p. 8.

de 233 libras, uma variação de 4.560%.<sup>226</sup> Entre as mulheres, o preço mínimo foi de 9 libras e máximo de 213 libras, representando uma variação de 2.267%.<sup>227</sup> Assim, vemos que o preço individual dos homens tendeu a variar cerca de duas vezes mais que entre as mulheres cativas.

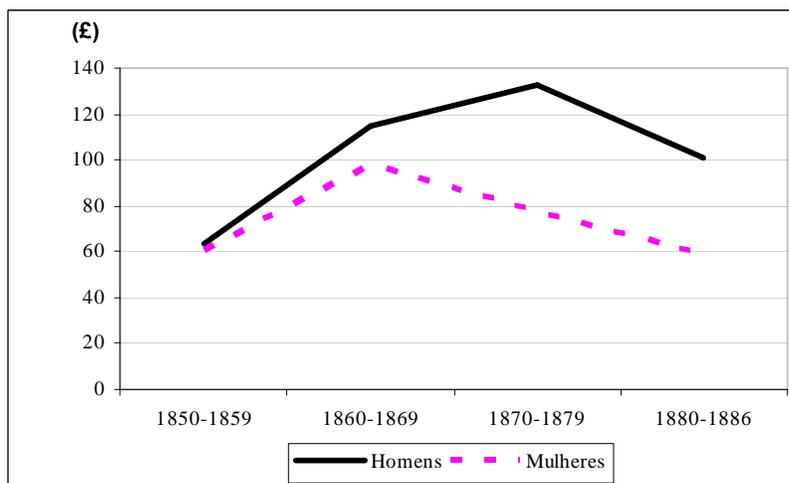
Ao dividirmos os preços médios dos cativos negociados em Mariana, segundo o sexo e a década de negociação, observamos que, mesmo levando-se em conta que as médias de preços femininos foram menores que a masculina, a tendência da curva pontilhada (mulheres) é relativamente parecida à contínua (homens) como mostra o gráfico abaixo:

---

<sup>226</sup> O preço mínimo individual identificado para cativo homem (9 libras), é referente a Joaquim, africano Rebollo, sem idade informada, vendido em 1858, por João Mendes Campelo, residente em Paraibuna, município de Juiz de Fora, a Dona Flora Cândida Loureiro, residente na freguesia de Paulo Moreira, pela quantia de Rs. 50\$000. Livro de Notas, AHCSM, livro 114, 1º ofício, [fl. 21]. Já o preço máximo (233 libras) foi pago por [Emegídio] José de Barros, residente na freguesia de Rio Pardo, município de Leopoldina ao vendedor José Mendes de Abreu, residente na freguesia de São José do Chopotó, município de Piranga, que lhe vendeu Pedro, crioulo, 30 anos, casado, tropeiro, por Rs. 2:200\$000 e o escravo João, crioulo, 25 anos, solteiro, carreiro, por Rs. 2:200\$000. Livro de Notas, AHCSM, livro 122, 1º ofício, [fl. 146]. Seria interessante que, além do estabelecimento dos preços médios dos escravos negociados em Mariana no período estudado, avaliássemos o significado desses preços na vida dos proprietários marianenses que eram, majoritariamente, pequenos proprietários, ou seja, que quantidade deveria produzir um pequeno proprietário para conseguir comprar um escravo em Mariana na segunda metade do século XIX? Todavia, faltam-nos dados para realizarmos esta comparação e desconhecemos estudos sobre valores de produtos e gêneros para o município no período estudado.

<sup>227</sup> Entre as mulheres, o preço mínimo individual encontrado (9 libras) foi atribuído à escrava Sebastiana, crioula, 15 anos, vendida por Rs. 100\$000 em 1870 por Candido José Gomes, morador na freguesia da Barra Longa ao Coronel João José Alves, morador em Mariana. Sebastiana foi vendida com seus pais e outras três irmãs com idade menor, porém a preços maiores que o dela. Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 1, 2º ofício, [fl. 20]. Já o preço máximo individual correspondeu à venda da escrava Maria, africana, 30 anos. Serviços domésticos, por Rs. 2:000\$000 em 1861, por Francisco Luis de Carvalho, residente em Mariana, ao comprador Tenente João Batista Monteiro de Carvalho, também morador de Mariana. Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 1, 1º ofício, [fl. 1]. Encontramos outro caso onde a escrava foi vendida por Rs. 2:000\$000, tratava-se de Emerenciana, crioula, 25 anos, cozinheira, vendida em 1861 pelo Alferes Vicente Ferreira de Andrade, residente em Mariana a Manuel Vicente de Souza, morador na freguesia de Furquim. Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 1, 1º ofício, [fl. 3].

**Gráfico 8 – Preços médios (em libras) dos escravos segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.**

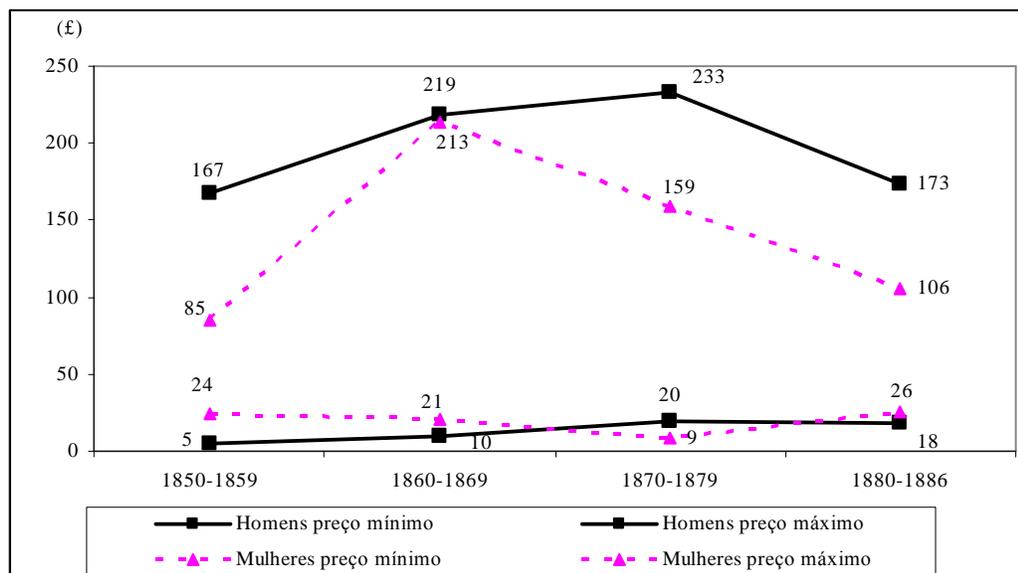


Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

De modo geral, a década de 1850 foi a que registrou preços médios mais equiparados de homens e mulheres: 63,8 libras e 60,5 libras, respectivamente. Nos demais períodos considerados, a tendência foi de preços médios mais elevados para os homens em relação às mulheres, como se observa no gráfico 8. Assim, o preço das mulheres representou entre 58,2% (1880) e 94,8% do preço dos homens (1850), sendo que os preços médios das mulheres variaram entre 60,5 e 97,5 libras, enquanto que o dos homens variou entre 63,8 e 132,7 libras.

Procedendo a uma investigação dos preços médios mínimos e máximos pagos, é possível perceber o quão determinante é a variável sexo no preço dos cativos no mercado. Entre os homens, o preço mínimo registrado foi de 63,3 libras (década de 1850) e o máximo de 132,7 libras (década de 1870). Entre as mulheres, o preço médio mínimo foi de 58,9 libras (década de 1880) e máximo de 97,5 libras (1860). Assim, o preço médio mínimo entre as mulheres foi 7% menor que o mínimo dos homens, já o preço médio máximo das mulheres foi cerca de 26% menor que o preço médio máximo dos homens.

**Gráfico 9 – Variação dos preços individuais mínimos e máximos dos escravos negociados segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

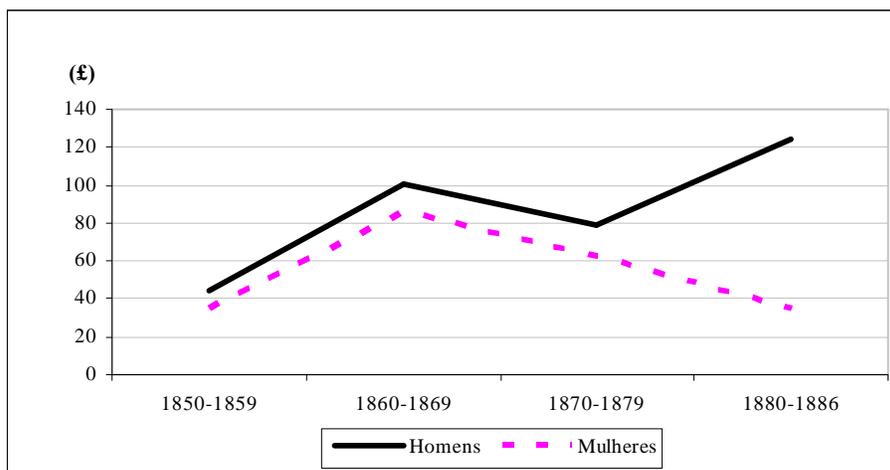
De acordo com o gráfico acima, podemos ter uma melhor visualização dos reflexos do fim do tráfico internacional e da Lei do Ventre Livre sobre os preços dos cativos comercializados em Mariana. É nítido o aumento nos preços que se procedeu logo após a proibição do tráfico Atlântico: entre os homens, o crescimento dos preços dos cativos da década de 1850 para a de 1860 foi de cerca de 31%; da década de 1860 para a de 1870 foi de cerca de 6% e daí para a década de 1880, caiu cerca de 25,7%; já entre as mulheres é que os dados são mais surpreendentes: da década de 1850 para a de 1860, registramos um crescimento de cerca de 151%, denotando maior expectativa por parte dos proprietários na reprodução natural, sobretudo quando notamos a tendência de aproximação dos preços da mulheres aos dos homens nos anos que se seguiram a proibição do tráfico internacional.

O preço médio do cativo homem esteve em ascensão até meados da década de 1870, registrando um crescimento de cerca de 6% em comparação a década anterior. De meados de 1870 até os anos finais de nossa pesquisa, os preços médios declinaram 25,7%. A variação do preço médio entre as mulheres se acentuou mais a partir de meados da década de 1860, quando registramos a tendência de declínio desses preços. Assim, da década de 1860 para a seguinte, já foi possível observar queda de 25,3%, e da década de 1870 até 1886, o percentual de queda do preço médio do preço de cativos homens no mercado de Mariana foi de 33,3%.

Essa variação negativa que registramos estava diretamente ligada aos “rendimentos positivos e negativos que os filhos das mesmas gerariam”, como afirma Luiz Paulo Nogueiról.<sup>228</sup>

Em síntese, análise da variação dos preços mínimos e máximos dos escravos revela que os homens tiveram médias mais elevadas que as mulheres em todos os períodos, com raras exceções, denotando que os cativos do sexo masculino eram mais valorizados do que as cativas no mercado de escravos marianense da segunda metade do século XIX.

**Gráfico 10 - Preços médios (em libras) dos escravos de 0-14 anos segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Quando passamos à análise dos preços médios segundo as diferentes faixas etárias e o sexo, nota-se que os preços médios das crianças cativas, tanto homens quanto mulheres, tenderam a se aproximar pelo menos até meados da década de 1870, quando se observa situação inversa: o preço dos homens tendeu a crescer enquanto que o das mulheres a decair significativamente. O preço médio mínimo das crianças do sexo masculino foi de 44 libras (década de 1850) e o máximo de 124 libras (década de 1880). Já as crianças do sexo feminino foram menos valorizadas, pois o preço médio mínimo foi 20% menor que entre o sexo masculino: 35 libras (décadas de 1850 e 1880) e o máximo foi cerca de 30% menor que entre o sexo masculino: 86 libras (década de 1860).

Dentre as crianças cativas que foram vendidas, encontramos alguns indícios de flagrante violação da lei que proibia a separação de filhos menores de 12 anos de pai e mãe. O primeiro caso ocorreu em 1875, com a venda de duas crianças e de um adulto em uma mesma

<sup>228</sup> NOGUEIRÓL (2003, p. 108).

transação, por João Pedro Cota, residente em Camargos ao Tenente Antonio Augusto da Silva Ramos, residente em Ouro Preto: Ângelo, crioulo, 6 anos, preto fula, vendido por Rs. 700\$000 e Libério, crioulo, 4 anos, preto fula, vendido por Rs. 500\$000.<sup>229</sup> No registro da escritura não há informação sobre a filiação dos mesmos, mencionando apenas que foram matriculados em Mariana no dia 10 de setembro de 1872. Do mesmo modo, não havia qualquer indicação de que a escrava adulta vendida com as crianças seria a mãe dos mesmos, o que conforma mais um indício da violação da Lei.

Outro caso que merece destaque, data de 1874, quando Joaquim Pereira Bernardino, negociante e residente na cidade de Mariana, vendeu a Fulgêncio Carvalho de Oliveira Junior, fazendeiro e tropeiro residente no município do Pomba, o escravo de nome Dorneleo, pardo, 6 anos, pelo valor de Rs. 800\$000. Segundo a cópia da matrícula datada de 13 de março de 1873 e anexada ao registro, ignorava-se a filiação de Dorneleo.<sup>230</sup> A indicação de que o proprietário não sabia quem eram os pais do dito cativo reforça ainda mais nossa desconfiança de que a venda seria ilegal, pois ao não mencionar a filiação de Dorneleo, Joaquim Pereira Bernardino não poderia ser acusado de separar filho menor de pai ou mãe.<sup>231</sup> A julgar pela pouca idade de Dorneleo, acreditamos que dificilmente ele tenha sido separado de seus pais em uma transação anterior, restando-nos ainda a hipótese de que ele seja órfão que, se confirmada, daria direito ao seu proprietário de vendê-lo legalmente.

Um último caso, dentre os muitos encontrados, merece destaque. Trata-se da venda da cativa Lucinda, crioula, 10 anos, pelo valor de Rs. 632\$196 pertencente ao Dr. João Bawden, morador em Passagem de Mariana, e que foi vendida ao Dr. Manuel de Aragão Gesteira, residente em Ouro Preto em 23 de novembro de 1874.<sup>232</sup> Neste caso também não havia indicação da filiação da escrava. Embora nos faltem dados para comprovar, os indícios de que dispomos levam-nos a crer que esta negociação, como outras que encontramos, desrespeitava a lei que proibia a separação de filhos menores de 12 anos de pai ou mãe.<sup>233</sup>

<sup>229</sup> Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, livro 2, 2º ofício, [fl. 27 v].

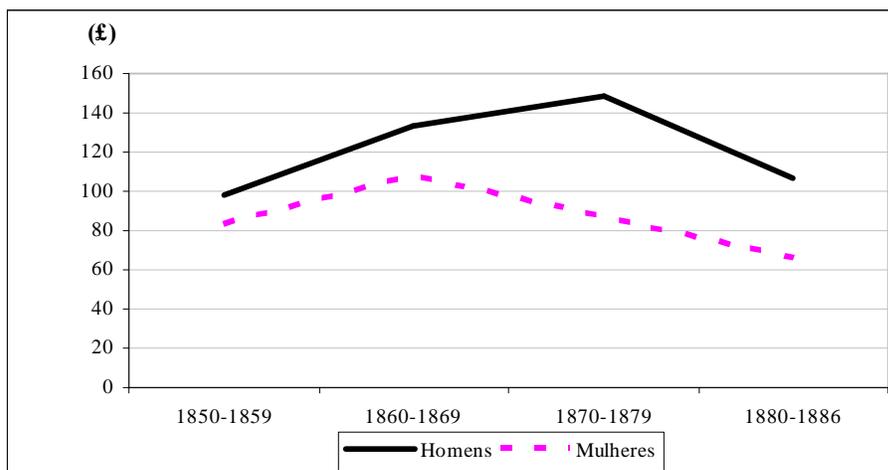
<sup>230</sup> Livro de Notas, AHCSM, livro 122, 1º ofício, [fl. 50 v].

<sup>231</sup> É sabido que os negociantes de escravos eram hábeis em burlar as leis e a indicação de que se tratava de um escravo de “filiação desconhecida”, certamente era um dos artifícios que esses negociantes utilizavam. Sobre este assunto, Rômulo Andrade nos informa que mesmo após a Lei do Ventre Livre, o comércio de crianças menores de 12 anos continuou existindo. ANDRADE (1998, p. 95).

<sup>232</sup> Livro de Notas, AHCSM, livro 122, 1º ofício, [fl. 71]. O mesmo caso foi anteriormente citado por Heloísa Teixeira ao mencionar a existência de comercialização de crianças em Mariana entre 1871 e 1888. TEIXEIRA (2001, p. 134).

<sup>233</sup> Para o município de Mariana não dispomos de estudos que tratem do tema sobre a separação de filhos menores de 12 anos de seus pais. Para outras localidades, conferir: FRAGOSO & FLORENTINO (1987); FLORENTINO & GOÉS (1997), ANDRADE (1998); MATTOS (1997), dentre outros.

**Gráfico 11 - Preços médios (em libras) dos escravos de 15-39 anos segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.**



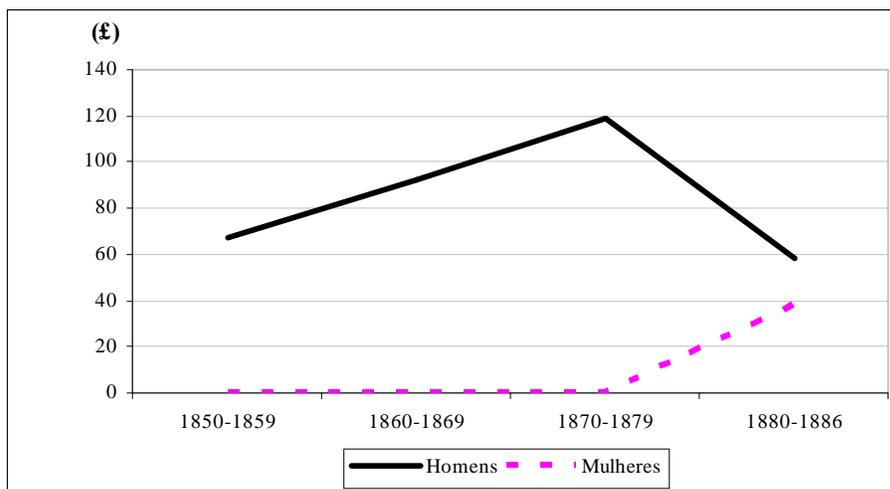
Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

No gráfico 11 estamos considerando os escravos em idade adulta e em plena capacidade produtiva. Nota-se que até meados da década de 1860, os preços médios de homens e mulheres tenderam a se aproximar, o que pode ser indicativo de que os proprietários tenham passado a valorizar um importante componente adicional na formação dos preços das escravas, ou seja, a capacidade de gerar novos cativos, uma vez que havia cessado a reposição de mão-de-obra pelo tráfico Atlântico.

Por outro lado, a partir de início da década de 1870 com a criação da Lei do Ventre Livre, observa-se o inverso: os preços das mulheres decaem período a período, enquanto que o preço médio dos homens foi crescente até meados da década de 1870, quando começa a declinar. Contudo, os preços médios das mulheres escravas foram mais baixos que os atingidos pelos cativos do sexo masculino, como podemos notar quando separamos os preços médios mínimos e máximos de cada sexo.

Os homens tiveram o preço médio mínimo registrado em 98 libras (década de 1850) e máximo de 150 libras (década de 1870); as mulheres tiveram preço médio mínimo de 66 libras (década de 1880), ou seja, cerca de 32% menor que o mínimo dos homens e máximo de 108 libras (década de 1860), ou, 27% inferior ao máximo dos homens.

**Gráfico 12 - Preços médios (em libras) dos escravos de 40 anos ou mais segundo o sexo e o período da negociação: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Pelo gráfico 12, observamos que além do sexo, a idade era uma variável fundamental na determinação do preço médio dos cativos. Curioso notar que enquanto o preço médio dos escravos idosos do sexo masculino foi crescente até meados da década de 1870, decaindo a partir de então, não tivemos nenhum registro de preço entre das cativas idosas — que só aparecem a partir de meados da década de 1870, justamente quando o preço dos idosos do sexo masculino decaí.

Assim, o preço médio mínimo entre os idosos do sexo masculino foi de 58 libras (década de 1880) e o máximo de 119 libras (década de 1870). Entre as idosas, o preço médio mínimo igualou-se a zero e o máximo foi de 38 libras (1880), ou seja, 68% menor que entre o preço médio máximo dos idosos.<sup>234</sup>

Certamente, a desvalorização dos preços médios entre as crianças cativas e os idosos, fosse maior que entre os cativos adultos em idade produtiva. Isto porque crianças e idosos tinham rendimentos e retornos menores devido a sua menor força física, portanto, recebiam valores proporcionais aos ganhos que deles se esperavam. Em nossa pesquisa, os preços médios das crianças cativas foram maiores que os observados para os idosos, contudo, essas duas categorias sempre registraram médias inferiores quando comparadas aos cativos com idade entre 15 e 39 anos, confirmando que a idade era de fato uma variável determinante no preço do escravo.

<sup>234</sup> O número de escravos idosos que apresentaram preços individuais durante o período analisado foi de 63, sendo 42 do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

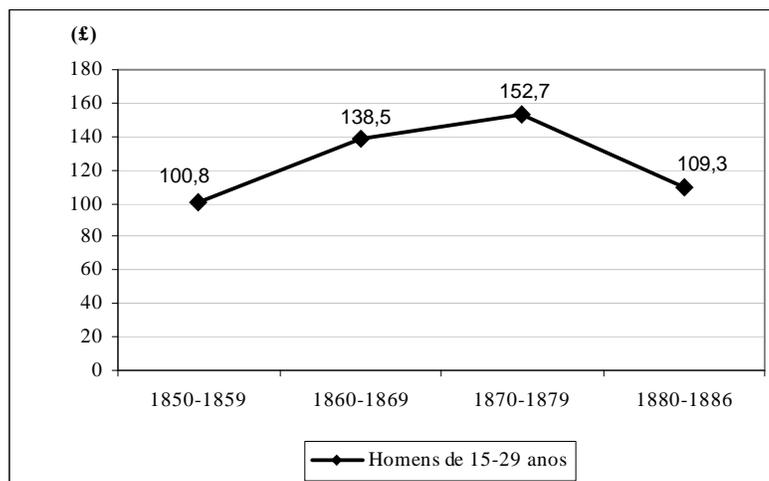
Buscando identificar possíveis alterações ocorridas no período de nossa pesquisa, caracterizado por profundas transformações sócio-econômicas no sistema escravista brasileiro, tais como as promulgações da Lei Euzébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários dentre outras, elaboramos o gráfico abaixo. Por ele se observa qual o impacto dessas modificações no mercado de escravos de Mariana com uma parcela muito significativa da população negociada: os escravos adultos jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos, ou seja, escravos com grande força física e em plena capacidade produtiva. Analisados assim, separadamente dos demais escravos e das diferentes proporções entre homens, mulheres e crianças adultos e idosos, podemos nos aproximar da realidade do mercado de escravos marianense.

Pelo gráfico abaixo, notamos que os preços médios dos escravos com idade entre 15 e 29 anos cresceram continuamente a partir do fim do tráfico internacional até início da década de 1870. É recorrente na historiografia brasileira sobre a escravidão encontrarmos menção sobre a alta no preço dos cativos a partir de 1850, pois a Lei Euzébio de Queiroz eliminava uma das formas de alimentação da escravidão no país: o comércio de homens com a África.<sup>235</sup> Como a demanda por mão-de-obra escrava continuava, é de se supor o aumento nos preços dos cativos, como ocorrido também em Mariana.

---

<sup>235</sup> Ver, por exemplo, COSTA (1989, p. 91) e CONRAD (1978, p. 63-64), dentre outros.

**Gráfico 13 – Variação dos preços médios (em libras) dos escravos adultos jovens (15-29 anos) do sexo masculino segundo o período da negociação: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Em contrapartida, em princípios da década de 1870 os preços tendem a cair. Certamente essa queda está diretamente relacionada à Lei do Ventre Livre, que deixava os filhos das escravas nascidos a partir de 1871 livres do cativeiro. Esta lei não só passava a desestimular a aquisição de crianças como também de mulheres, uma vez que elas não poderiam mais contribuir para o crescimento e a manutenção da escravaria. De meados da década de 1870 até fins da década de 1880, os preços declinam vertiginosamente, influenciados tanto pelas leis que impunham severas limitações ao regime escravista quanto pelos movimentos sociais abolicionistas que se espalhavam por todo o país, diminuindo a demanda pelos mesmos.<sup>236</sup> Esse contexto desfavorável que se criara a partir de então, tinha conseqüências diretas no tempo de utilização da mão-de-obra cativa e nos rendimentos que os proprietários podiam esperar deles, tornando-os cada vez menos lucrativos, impossibilitando o retorno do investimento feito pelos proprietários. Por sua vez, o que ocorreu a partir de meados da década de 1870 foi o desestímulo a novas aquisições de cativos no mercado, seja de homens, mulheres e crianças.

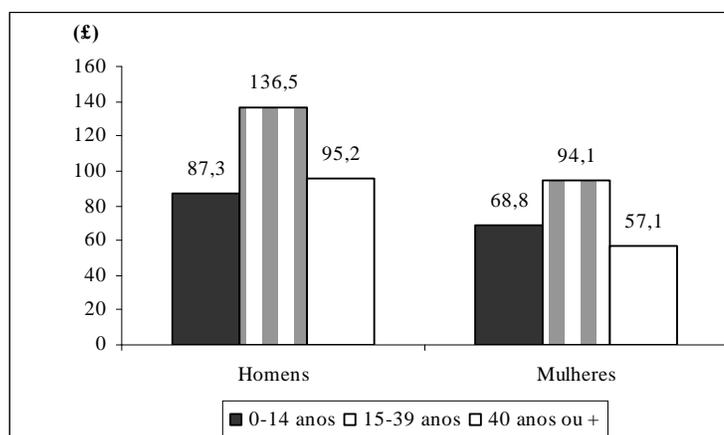
Desse modo, podemos concluir que os preços médios dos escravos do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos acompanharam a tendência de queda provocada pela oferta e demanda do mercado de escravos, conforme apresentamos nos Gráficos 8, 10 e 11. Por estes

<sup>236</sup> Em nossa análise de preços dos cativos identificamos alguns reflexos da Lei dos Sexagenários (1885) no mercado de escravos de Mariana, sobretudo quando verificamos os poucos registros ocorridos a partir de então. De acordo com esta Lei, ficava proibida a transferência de escravos de uma província para outra, o que acabou desestimulando o tráfico interprovincial.

dados, nota-se dois momentos distintos no mercado de escravos marianense: por um lado, o fim do tráfico internacional e o aumento do tráfico interno (intra e interprovincial) fizeram também aumentar a demanda interna e, conseqüentemente, os preços se elevaram devido a pouca oferta de cativos.

Por outro lado, a Lei do Ventre Livre (1871) acelerou a queda dos preços dos escravos, uma vez que passara a impedir a renovação da escravaria através da reprodução natural. Já no início da década de 1880 é possível observamos o quão moribunda havia se tornado a escravidão em Mariana, onde os preços caíram cerca de 30% da década de 1870 para a de 1880. Desse modo, entre os escravos do sexo masculino de 15 a 29 anos, o preço médio mínimo encontrado foi de 100,8 libras (década de 1850) e o máximo de 152,7 libras (década de 1870).

**Gráfico 14 - Preços médios (em libras) dos escravos negociados segundo sexo e faixa etária: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

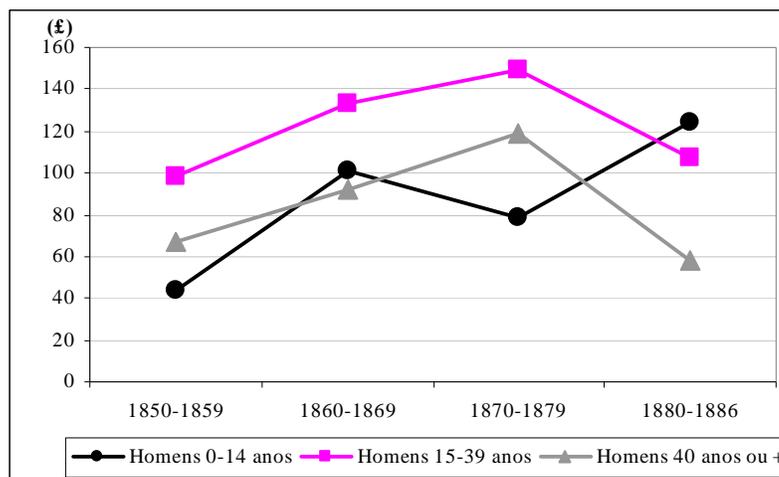
Quando procuramos relacionar a idade e os preços dos cativos, como mostra o gráfico 14, observamos claramente que os escravos do sexo masculino alcançaram preços superiores aos das mulheres em todas as faixas etárias, sobretudo na faixa etária de escravos adultos (15-39 anos), quando o preço médio das mulheres representou 68,9% do preço dos homens. Em comparação aos escravos adultos, o preço das crianças e dos idosos foi menor tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo que entre os homens, os idosos tiveram médias de preço mais elevadas que as crianças, ao contrário do que ocorreu entre as mulheres. De modo geral, os preços médios em Mariana entre as crianças escravas de até 14 anos de idade foi de 79,9 libras, o que representava 70,9% do preço dos escravos adultos com idade

entre 15 e 39 anos (112,7 libras). Assim, as crianças do sexo masculino tiveram preço médio acima da média geral: cerca de 9%, enquanto que o preço médio das crianças do sexo feminino foram cerca de 14% menor. Já o preço médio dos escravos idosos, com idade de 40 anos ou mais, foi de 83,0 libras e mostrou-se mais elevado que entre as crianças, representando 73,6% do preço dos adultos. Esta constatação é contrária à tendência apontada na historiografia sobre a escravidão na segunda metade do século XIX, onde normalmente encontramos que os preços médios das crianças superam os dos idosos, pois havia maior expectativa de ganhos com as crianças que com os idosos ao longo de sua vida produtiva.

Entre os idosos, os preços médios dos homens foi cerca de 15% superior à média geral (83,0 libras), enquanto que o preço médio entre as cativas idosas sofreu desvalorização de cerca de 31% em relação à média geral.

Quando separamos os preços médios de acordo com o sexo, a faixa etária e o período das negociações dos escravos, temos os seguintes quadros (Gráficos 15 e 16):

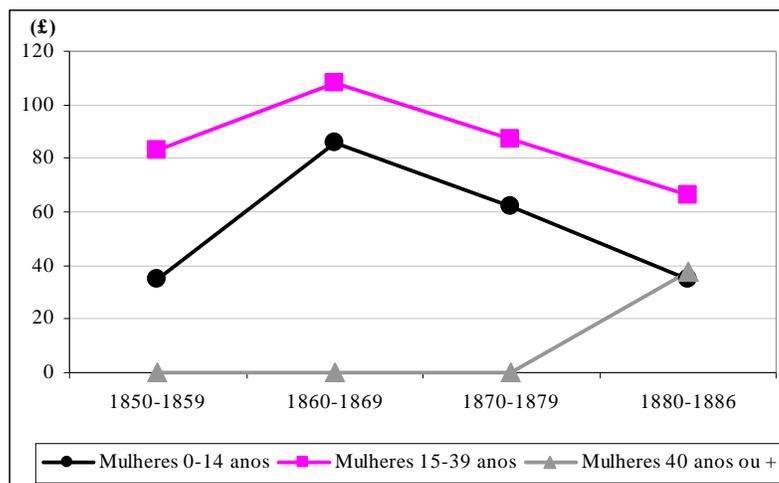
**Gráfico 15 – Preços médios (em libras) dos escravos do sexo masculino segundo a faixa etária e o período: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Entre os homens, os escravos jovens e os idosos seguem a mesma tendência de alta de preços até meados da década de 1870, quando começa a declinar. Já entre as crianças, nota-se um crescimento dos preços médios até meados da década de 1860, quando sofre queda, mas retoma o crescimento justamente no período após a promulgação da Lei do Ventre Livre quando a tendência é o contrário, ou seja, que os preços das crianças diminuam. Só encontramos uma explicação para este fato: a desproporção entre os sexos, uma vez que encontramos 3 crianças do sexo masculino e apenas 1 criança do sexo feminino, o que influenciaria as curvas dos gráficos 15 e 16, à exemplo do que ocorreu no gráfico 10.

**Gráfico 16 - Preços médios (em libras) dos escravos do sexo feminino segundo a faixa etária e o período: 1850-1886.**

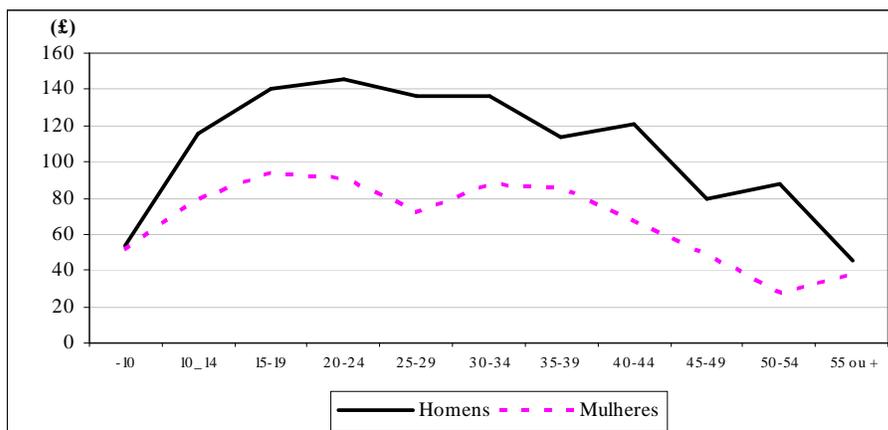


Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Entre as mulheres notamos a mesma aproximação entre os preços médios das crianças e das escravas adultas, com crescimento até meados da década de 1860, seguido de queda a partir de então, sobretudo após 1871. Já entre as mulheres idosas, o aumento na curva de preços médios está mais ligado ao fato de que somente a partir de meados da década de 1870 é que encontramos registros de preços individuais para essas cativas do que a qualquer outro fator. Basta notar que o preço médio alcançado pelas cativas idosas representou apenas 60,0% do preço médio dos cativos idosos (Gráfico 12).

A disparidade dos preços médios entre homens e mulheres, seja de crianças, adultos ou idosos, fica mais bem visualizada a partir dos dados inseridos no gráfico 17 a seguir:

**Gráfico 17 - Preços médios (em libras) dos escravos segundo sexo e faixa etária:  
Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Observa-se que dos escravos negociados em Mariana na segunda metade do século XIX, os cativos com idade entre 15 e 34 anos foram os mais valorizados, tanto homens quanto mulheres. Do mesmo modo, para ambos os sexos o momento dessa maior valorização ocorreu entre as faixas etárias de 15 a 24 anos, sendo os preços médios dos homens de 143,3 libras e o das mulheres de 92,6 libras, representando 64,6% do preço dos homens.

Pela exposição até aqui, podemos concluir que entre os escravos negociados em Mariana entre 1850 e 1886, o sexo e a idade eram variáveis que influenciavam sobremaneira o preço médio dos cativos, como apontado na historiografia sobre a escravidão no Brasil. Assim, escravos do sexo masculino e adulto eram os mais valorizados, enquanto que as mulheres, crianças e os idosos tinham preços inferiores em comparação aos homens adultos, representando entre 41,0% e 69,7% do preço desses últimos.

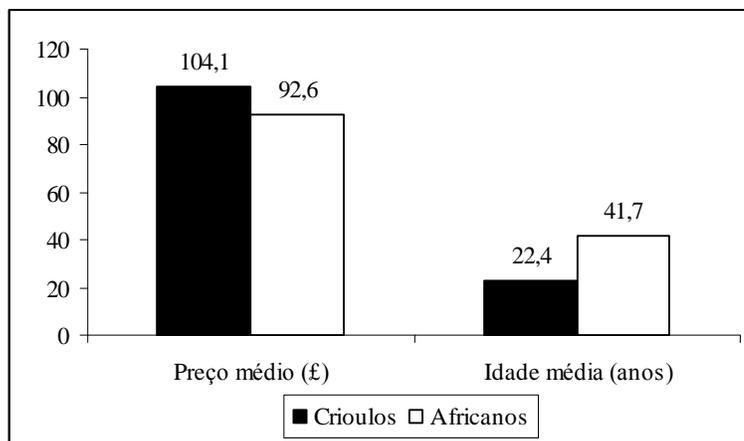
Vimos também que duas leis influenciaram a tendência de preços no mercado de escravos, alterando a demanda e a oferta dos mesmos. A primeira foi a Lei Euzébio de Queiroz (1850), proibindo o tráfico Atlântico e fazendo aumentar o preço e o tráfico interno de cativos. A segunda foi a Lei do Ventre Livre (1871), acabando com a possibilidade de reprodução natural dos cativos ao libertar os filhos das escravas e fazendo despencar os preços dos cativos no mercado, uma vez que reduziu a demanda.

Nas décadas de 1860 e 1870 registramos as maiores médias de preços dos cativos (Gráfico 8): 114,5 e 132,7 libras para os homens respectivamente, e 97,5 e 77,7 libras para as mulheres respectivamente. Por outro lado, a faixa etária que vai de 15 a 24 anos foi a que

registrou os maiores preços médios dentre os escravos (Gráfico 16): 143,3 libras para os homens e 92,6 libras para as mulheres.

Tendo comprovado que sexo e idade eram importantes na determinação do preço dos escravos negociados em Mariana, passemos a análise da relação entre a origem e os preços dos cativos.

**Gráfico 18 - Preço médio (em libras) e idade média (em anos) dos escravos negociados segundo local de origem: Mariana, 1850-1886.**



Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

Os crioulos tiveram preços médios de 104,1 libras enquanto que os dos africanos chegaram a 92,6 libras, correspondendo a 88,9% do preço médio dos primeiros, número que deve ser levado em consideração quando observamos a média de idade de crioulos e africanos: 22,4 anos para os primeiros e 41,7 anos para os últimos. Assim, ao compararmos os preços médios dos escravos do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos (como no Gráfico 12), surpreendemo-nos com o fato de que os africanos foram mais valorizados que os crioulos: o preço médio dos africanos do sexo masculino com idade entre 15-29 anos foi de 164 libras enquanto que o preço médio dos crioulos foi de 140,8 libras. Entre esses escravos homens com idade entre 15 e 29 anos, a média de idade dos crioulos foi de 21,1 anos e dos africanos de 25 anos, diferença bastante pequena.

Desse modo, através das evidências apontadas, parece-nos mais provável que o sexo e a idade seriam mais capazes de influenciarem os preços dos cativos no mercado de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX do que a origem dos cativos, mesmo quando levamos em conta que os crioulos tiveram preços médios mais elevados do que os africanos.

Além disso, quando comparamos nossos resultados com aqueles apurados para outras localidades, verificamos tendências bastante diferentes, sobretudo no que se refere aos preços

médios. É o caso, por exemplo, dos estudos para Batatais (São Paulo) na segunda metade do século XIX, em que Juliana Garavazo encontrou preços médios dos cativos, segundo a origem, bem inferiores aos de Mariana: o preço médio dos crioulos de Batatais foi de 82,3 libras, ou seja, 20,9% inferior ao preço médio dos crioulos marianenses, enquanto que o preço médio dos africanos batataenses foi de 46,8 libras, ou seja, 49,5% menor que os preços médios dos africanos negociados em Mariana. Já a idade média dos crioulos de Batatais e de Mariana foram idênticas (22,4), sendo os africanos de Batatais mais velhos que os de Mariana: média de 49,6 anos para os africanos batataenses e de 41,7 anos para os marianenses.<sup>237</sup>

**Tabela 31 – Origem dos escravos segundo o sexo e o período: Mariana, 1850-1886.**

Ano	Crioulo		Total	Africano		Total
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
	Preços médios (£)			Preços médios (£)		
<b>1850-1859</b>	77	53	74	37	-	<b>37</b>
<b>1860-1869</b>	118	92	106	101	128	<b>108</b>
<b>1870-1879</b>	137	76	108	96	49	<b>87</b>
<b>1880-1886</b>	119	69	101	53	106	<b>80</b>

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Pela tabela acima, temos a distribuição dos preços médios dos cativos segundo a origem e a década em que foram negociados. Mais uma vez vemos os preços mais elevados entre os homens que entre as mulheres, sobretudo quando os comparamos as médias totais por década de acordo com cada categoria. As únicas exceções ocorrem entre os africanos nas décadas de 1860 e 1880, quando os preços médios das mulheres ficam acima das médias dos homens e das totais. Entretanto, acreditamos que essa diferença esteja relacionada à desproporção entre os sexos do que qualquer outra coisa.

Entre os crioulos, os preços das mulheres representavam no mínimo 38,7% e no máximo 67,2% do preço médio mais alto dos crioulos do sexo masculino: 137 libras. Quando comparados à média total mais alta (108 libras), o preço médio das crioulas variou entre o mínimo de 49,1% e no máximo 85,2%. Já entre os africanos, observamos que os preços médios dos homens, quando comparados ao preço médio mais alto (128 libras para as africanas na década de 1860) nota-se que a variação mínima e máxima foi de 28,9% e de 78,9%. Todavia, devemos ressaltar a existência de oscilação considerável entre as médias de

<sup>237</sup> GARAVAZO (2005, p. 17).

preços dos africanos que, como já dissemos antes, estaria mais ligado à desproporção entre os sexos que a qualquer outro fator.

**Tabela 32 – Preços médios dos escravos segundo a atividade produtiva, o sexo e o período: Mariana, 1850-1886.**

Atividade Produtiva	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1886		Preço Médio Geral (£)*
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
	Preço médio (£)		Preço médio (£)		Preço médio (£)		Preço médio (£)		
Serv. Domést.	-	-	112	90	125	82	-	-	88
Lavoura	-	-	135	141	135	81	102	63	125
Tropeiro	-	-	85	-	188	-	-	-	136
Carpinteiro	-	-	166	-	157	-	-	-	161
Ferreiro	-	-	174	-	-	-	-	-	174
Peão	-	-	-	-	92	-	-	-	92
Sapateiro	-	-	103	-	109	-	84	-	101
Mineiro (a)	-	-	-	-	133	-	-	-	133
Pajem	-	-	-	-	-	-	125	-	125
Cozinheiro (a)	55	-	57	93	90	80	-	63	80
Lavadeira	-	-	-	-	-	76	-	35	70
Fiandeira	-	-	-	-	-	112	-	-	116
Caseiro (a)	-	-	-	-	152	-	102	-	110
Costureiro (a)	-	-	-	111	86	109	-	75	104
Engom. /Serv. Domést.	-	-	-	-	-	76	-	-	76
Mineiro (a)/Lavoura	-	-	-	-	-	-	112	-	112
Lavoura/Caseiro (a)	-	-	-	-	-	-	69	-	69
Lavoura/Cozinheiro (a)	-	-	-	-	-	-	-	53	53
Carreiro (a)	-	-	110	-	209	-	-	-	184
Alfaiate	-	-	63	-	122	-	-	-	102
Capoteiro	-	-	110	-	-	-	-	-	110
Cozinha/Lavadeira	-	-	-	116	-	-	-	-	116
Cozinha/Engom.	-	-	-	-	-	104	-	-	104
Serrador	-	-	-	-	230	-	-	-	230
Jornaleiro (a)	-	-	-	-	183	115	-	-	156
Servente	-	-	-	-	-	53	-	-	53
Campeiro	-	-	-	-	180	-	-	-	180

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Engom.= engomadeira.

\* Para o cálculo do preço médio geral, somamos todos os preços individuais (homens e mulheres) em cada atividade e dividimos pelo número de cativos empregados na mesma atividade.

Analisando os preços médios segundo o sexo e a atividade produtiva na qual estavam empregados os escravos, é possível apreender que quanto mais especializado era o ofício, maiores eram os preços médios. Assim, os cativos do sexo masculino empregados como serrador, carreiro, tropeiro, campeiro, ferreiro e carpinteiro foram os mais valorizados em comparação às demais ocupações, registrando preços médios de 230 libras, 209 libras, 188 libras, 180 libras, 174 libras e 166 libras, respectivamente, corroborando a tendência nacional dos estudos a respeito dos ofícios desenvolvidos por escravos.

Dentre as ocupações que mais escravos empregaram, ou seja, a lavoura e serviços domésticos, (cf. tabela 17), nota-se que nas décadas de 1870 e 1880, o preço médio dos homens empregados na lavoura foi superior ao das mulheres, sendo que estas últimas só superaram as médias masculinas na década de 1860. Já os escravos masculinos empregados no serviço doméstico também foram mais valorizados que as mulheres empregadas nesta mesma ocupação em todos os períodos analisados, sobretudo quando levamos em conta que havia mais mulheres empregadas nesta atividade que homens (cf. tabela 17). José Flávio Motta e Renato Marcondes estudando 4 localidades do Vale do Paraíba (Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá e Silveiras) nos anos 1872 e 1874, observaram que os escravos do sexo masculino obtiveram médias de preços superiores aos das mulheres, mesmo quando havia o predomínio de mulheres empregadas nessas atividades.<sup>238</sup>

Merece destaque os cativos empregados como “jornaleiros”, uma das atividades mais valorizados em nossa análise para ambos os sexos, sendo, contudo os do sexo masculino os que registraram médias mais elevadas: cerca de 59% superior em relação ao preço médio das mulheres empregadas nesta mesma atividade.

Em síntese, o tipo de atividade desempenhada pelo cativo exercia influência direta na determinação dos preços no mercado de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX. Essa influência torna-se ainda maior quando agregamos a variável “sexo”. Assim, mais que qualquer outra, eram essas duas qualidades que mais eram levadas em consideração no estabelecimento dos preços dos cativos marianense, como comprova os dados abaixo:

---

<sup>238</sup> MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. “Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no vale do Paraíba paulista (Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá e Silveiras, 1872/1874)”. *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*. Belém: ANPEC, vol. 1, p. 533-544, 1999, p. 539.

**Tabela 33 – Variação dos preços mínimos e máximos dos escravos negociados segundo o sexo: Mariana, 1850-1886.**

Atividade	Homem		Mulher		Preço Médio Geral (£)*
	Preço	Preço	Preço	Preço	
Produtiva	Mínimo (£)	Máximo (£)	Mínimo (£)	Máximo (£)	
Serv. Domést.	112	125	31	135	88
Lavoura	18	219	46	175	125
Tropeiro	52	233	-	-	136
Carpinteiro	138	184	-	-	161
Ferreiro	167	181	-	-	174
Peão	92	92	-	-	92
Sapateiro	45	160	-	-	101
Mineiro (a)	112	133	-	-	123
Pajem	125	125	-	-	152
Cozinheiro (a)	53	127	24	213	84
Lavadeira	-	-	27	103	70
Fiandeira	-	-	106	117	112
Caseiro (a)	88	152	-	-	110
Costureiro (a)	86	86	44	197	104
Engomadeira	-	-	76	76	76
Carreiro (a)	110	233	-	-	184
Alfaiate	63	138	-	-	102
Capoteiro	110	110	-	-	110
Serrador	230	230	-	-	230
Jornaleiro (a)	115	191	115	115	115
Servente	-	-	53	53	53
Campeiro	180	180	-	-	180

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º officios.

\*Para o cálculo do preço médio geral, somamos todos os preços individuais (homens e mulheres) em cada atividade e dividimos pelo número de cativos empregados na mesma atividade.

Obs.: Os preços que se repetem nas colunas “mínimo” e “máximo” significam que só encontramos apenas 1 cativo, o que nos fez considerar que o preço dele não variou, ou seja, preços mínimos e máximos são iguais.

Nota-se que houve grande variação de preços entre os cativos de ambos os sexos, sendo que entre os ofícios mais especializados, onde predominavam os cativos homens, a variação de preços individuais mínimos e máximos tendeu, em alguns casos, ser maior. Como exemplo, temos os tropeiros, os sapateiros, carreiros e alfaiates, onde a variação entre preços mínimos e máximos foi de, respectivamente, 348%, 256%, 112% e 119%. Contudo, a maior variação de preços entre os cativos homens se deu na atividade de lavoura: 1.118%, número bastante considerável.

Entretanto, foi entre as mulheres que encontramos os mais altos índices de variação entre preços mínimos e máximos quando excluimos os homens empregados na lavoura, de modo que, foi entre as cativas empregadas também na lavoura, no serviço doméstico, costureira e cozinheira que encontramos as maiores variações: respectivamente, 281%, 336%, 348% e 789%. Vale ressaltar a discrepância entre o preço mínimo e máximo das cativas empregadas nos serviços domésticos e lavoura, justamente aquelas que mais cativos empregaram (cf. tabela 17).

Assim, esperamos ter demonstrado que o sexo teve maior influência na determinação do preço dos cativos, seguida pela atividade na qual o escravo estava empregado e da idade do mesmo, sendo que os homens adultos alcançaram os melhores preços, tanto individuais quanto médios, no mercado de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX. Vimos também que o período da negociação influenciou sobremaneira os preços médios dos cativos, pois alteravam a oferta e a procura dos mesmos, sobretudo nos períodos que se seguiram à proibição do tráfico Atlântico — onde registramos alta dos preços — e após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), onde evidenciamos declínio considerável e irreversível dos preços dos cativos. Desse modo, concordamos com Luiz Paulo Nogueiról ao afirmar que:

Os mecanismos de mercado envolvendo escravos possuíam uma determinada racionalidade a qual pode ser apreendida por meio dos preços dos cativos, os quais dependiam dos atributos individuais das pessoas comercializadas e do momento econômico vivido, e pelos movimentos demográficos esperados a partir da produtividade média alcançada pelas unidades produtivas de cada região.<sup>239</sup>

A partir dos preços dos cativos, foi possível apreender que o mercado de escravos de Mariana regulava-se mais pelas leis de oferta e procura e, portanto por variáveis estritamente econômicas do que qualquer outra, configurando a presença de certa racionalidade econômica. No período estudado, detectamos indícios do processo de lenta transição para o capitalismo em Mariana, onde o interesse pelo dinheiro, lucro e pelas formas capitalistas passaram a se sobrepor às variáveis não-econômicas. No mercado de escravos marianense não foi possível percebermos relações sociais modificando o preço dos cativos; houve sim a percepção do lucro. Embora não descartemos a possibilidade do lucro ter sido modificado pelas relações sociais, tal comprovação demandaria o uso de outra metodologia que envolveria o cruzamento dos nomes de compradores e vendedores e um levantamento das possíveis relações de parentesco e prestígio, o que foge aos objetivos de nossa pesquisa. Assim, em Mariana

---

<sup>239</sup> NOGUEIRÓL (2003, p. 133).

encontramos a influência majoritária de fatores econômicos na determinação dos preços dos cativos negociados via tráfico interno entre os anos 1850 e 1886.

## CAPÍTULO 4: PRINCIPAIS NEGOCIANTES DE ESCRAVOS: REGISTROS E RELAÇÕES

### 4.1 – Principais negociantes de escravos: registros de compra e venda

Ao longo de nossa pesquisa observamos que alguns nomes foram recorrentes nos registros de compra e venda de escravos; eles apareciam ora no papel de compradores, vendedores e ora como procuradores. A partir dessa constatação, fizemos o cruzamento em nosso banco de dados do nome desses indivíduos com o número de cativos que negociaram e selecionamos os 4 nomes que mais apareceram nos registros. O objetivo desse capítulo é investigar, sobretudo o perfil econômico destes 4 indivíduos, mas também perceber de que modo estavam inseridos na sociedade marianense da segunda metade do século XIX, ou seja, quais eram as interações deles com o seu tempo. Para tanto, optamos por analisar os quatro negociantes de escravos que mais aparecem nos registros de compra e venda de escravos, em números de escrituras e escravos negociados, em Mariana entre os anos 1850 e 1886 a partir da conjugação dos métodos da história econômica com os métodos da prosopografia e da micro-história, conformando uma *história econômica social*.<sup>240</sup>

Hebe Maria Mattos, em ensaio, faz um importante retrospecto do surgimento da história social ressaltando que a presença da Escola dos Annales foi experiência essencial. Segundo a autora, a partir de então, “a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam.”<sup>241</sup> Preocupando-se cada vez mais com o estudo do micro e de temas como o privado, o pessoal e o vivido, enfatizando os tempos mais curtos da história, a história econômica cresceu muito ao se aproximar dessa nova história social, utilizando-se de seus conceitos antropológicos como estratégia interdisciplinar. Novas metodologias surgiram, especialmente após as décadas de 1960 e 1970 com as crises dos paradigmas marxistas e estruturalistas então vigentes. O objetivo era promover melhores análises das fontes históricas introduzidas numa perspectiva qualitativa, e não mais exclusivamente quantitativa. A aproximação com a antropologia, dentre outras disciplinas, foi

---

<sup>240</sup> Sobre os métodos da prosopografia e micro-história, ver: STONE, Lawrence. *Prosopography*. Daedalus, v. 100, n.1, inverno de 1971, p. 46-79; GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>241</sup> Mattos, Hebe Maria. História social. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.46.

de fundamental importância no sentido de permitir a transformação dos objetos desses campos do saber em fontes históricas. Foi o que ocorreu com a micro-história, que tem por objetivo enriquecer a análise social através do estudo das condutas individuais e coletivas.<sup>242</sup>

Buscando incorporar alguns destes aspectos ao nosso trabalho, um dos suportes teórico-metodológicos foi encontrado em Carlo Ginzburg.<sup>243</sup> Na tentativa de vencer os obstáculos que possibilitariam o melhor uso da história pela antropologia, e vive-versa, como forma de sobrepor as séries documentais no tempo e no espaço, o autor propôs uma investigação através do nome do indivíduo. O nome, segundo o autor, seria o fio condutor para se chegar à imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido, permitindo-nos encontrá-lo em diversos contextos sociais, o que abriria novos campos à investigação histórica.<sup>244</sup>

No mesmo sentido, temos o estudo sobre um exorcista no Piemonte italiano do século XVII, onde Giovanni Levi abre novas perspectivas para a história econômica<sup>245</sup>. O autor reconstrói o meio social e cultural, no qual os habitantes daquela região estavam inseridos através de indícios deixados nos cadernos de curas onde o padre exorcista anotava os nomes e as doenças dos pacientes por ele atendidos. De posse desses nomes, Levi parte para uma exaustiva investigação das estratégias familiares e individuais estabelecidas por estes indivíduos, em seus comportamentos econômicos e, especialmente, no mercado de terras, visto que parte das vendas tinha função de sancionar as relações sociais ao mesmo tempo em que eram subordinadas por elas.<sup>246</sup>

Tendo esses estudos acima como pontos norteadores, nossa proposta é investigar de que maneira os quatro negociantes que mais apareceram nos registros de compra e venda de escravos estavam inseridos no mercado de cativos e na sociedade marianense da segunda metade do século XIX. De posse dos nomes, realizamos uma busca por esses indivíduos em outros tipos de fontes como inventários, testamentos, registros paroquiais, dentre outros documentos não menos importantes, para tentarmos estabelecer possíveis relações entre esses vendedores e compradores. Enfim, esforçamo-nos para analisar as relações que esses homens estabeleceram com o seu tempo e as relações que mantinham com o sistema civil e religioso de onde se originam tais documentações. Esperamos encontrar indícios que nos permita

---

<sup>242</sup> REVEL, Jacques. Prefácio de *Herança imaterial*. LEVI (2000, p.19-20).

<sup>243</sup> GINZBURG (1991).

<sup>244</sup> GINZBURG (1991, p. 174-175).

<sup>245</sup> LEVI (2000).

<sup>246</sup> Levi descobriu que o preço das terras era determinado segundo as condições sociais e não somente da demanda e da oferta. Assim, ele constatou que havia uma complexa realidade social que estava por trás deste mercado de terras e que envolvia a parentela, vizinhança, clientela e a caridade que influenciavam e modificavam os preços das terras no mercado. LEVI (2000, p. 148-155)

identificar possíveis redes de atuação que pudesse ter assegurado a hegemonia desses homens sobre os demais através de suas condutas individuais e coletivas, sobretudo no mercado de escravos de Mariana.

Na tabela que se segue selecionamos aqueles indivíduos que mais negociaram escravos ao longo dos anos de nossa pesquisa, tendo como referência o número de escrituras e de escravos comercializados por eles durante a segunda metade do século XIX:

**Tabela 34 – Maiores negociantes de escravos segundo o número de escrituras e de escravos comercializados: Mariana, 1850-1886.**

Nome	Título	Venda		Compra		Total	
		escrituras	escravos	escrituras	escravos	escrituras	escravos
João Bawden	-	5	31	12	46	17	77
João José Alves	Coronel	15	16	9	15	24	31
Thomas Bawden	Capitão	5	24	5	12	10	36
Vicente de Paula Bernardino	Capitão	5	8	6	9	11	17
Total	-	30	79	32	82	62	161

Fonte: Registros de compra e venda de escravos, AHCSM, 1º e 2º ofícios.

Pela tabela, podemos notar que os quatro negociantes de escravos que estamos considerando nesta análise, foram responsáveis pela movimentação de 161 indivíduos, entre cativos e ingênuos, sendo 79 compras e 82 vendas através de 62 escrituras registradas em Mariana ao longo da segunda metade do século XIX. Isto significa dizer que, juntos, eles foram responsáveis pela comercialização de 22,3% dos 722 indivíduos negociados, ou seja, de cada 10 indivíduos negociados em Mariana no período estudado, 2,2 o foram por esses 4 indivíduos.

Dentre os quatro indivíduos selecionados, o Coronel João José Alves, importante comerciante e residente em Mariana, foi quem mais registrou escrituras de compra e venda de escravos: 24 registros no total, envolvendo 31 escravos entre 1862 e 1872, ou seja, média de 3,1 escravos por ano. Investigando essas escrituras mais detalhadamente, observamos que via de regra ele negociava um e no máximo dois escravos por vez, fato que o caracteriza como um pequeno negociante escravista. A única exceção em relação ao número de escravos negociados por escritura foi uma família cativa de 6 membros que ele comprou de Candido José Gomes, residente na Barra Longa, em 1870: Antonio (40 anos), casado, de nação, e sua mulher Silvana (28), crioula, com os filhos Margarida (7), Cecília (5), Maria (3) e Sebastiana (15), que foram libertados em 1873, 1 ano após a morte do Coronel João José Alves por sua

esposa Dona Dometila Angélica Alvim.<sup>247</sup> Desse modo, somos levados a crer que o Coronel Alves tinha nos negócios de compra e venda de escravos um investimento, ou seja, ele não era um negociante de escravos que visava lucro, haja visto o fato dele negociar apenas uma média de 1,3 escravos por escritura e o equilíbrio entre o número de escravos comprados e vendidos por ele.

O Coronel João José Alves realizou apenas uma transação com os demais homens da tabela 34: o Doutor João Bawden, advogado, filho do Capitão inglês Thomas Bawden e residente em Passagem de Mariana, que lhe comprou em sociedade com o Tenente Coronel João Paulo de Faria 1 escrava no ano de 1870.<sup>248</sup> Curiosamente, foi o Dr. João Bawden o maior negociante de escravos, em números de cativos negociados, dentre os 4 indivíduos selecionados: 77 cativos através de 17 escrituras (5 vendas e 12 compras), entre os anos 1868 e 1882, o que dá uma média de 5,5 escravos por ano.

Pela tabela, vemos que o Dr. João Bawden realizou mais compras (46) que vendas (31) de cativos, registrando um saldo positivo de 15 cativos. Diferentemente do Coronel João José Alves, o Dr. Bawden raramente negociava um único escravo por vez, sendo que a média foi de 4,5 escravos por escritura. Eventualmente, o Dr. Bawden obtinha lucros com algumas dessas transações. A título de ilustração, podemos citar uma compra que ele fez do Tenente Coronel Manoel Joaquim Gomes de Figueiredo, residente em Mariana, de 22 escravos e 2 ingênuos, sendo muitos desses indivíduos acompanhados de seus familiares, em 20 de março de 1876. O Tenente Coronel Gomes de Figueiredo vendeu os referidos escravos para pagar uma dívida que sua família possuía com o mesmo Dr. Bawden no valor de Rs. 30:000\$000.<sup>249</sup> Apenas 4 dias após esta compra, o Dr. João Bawden vendeu 4 dos 22 escravos a José Caetano da Silva Campolina, negociante e residente em Passagem, auferindo com a venda lucro de Rs. 700\$000.<sup>250</sup> Esta foi a única transação em que encontramos indícios de lucros através de negócios com escravos feitos pelo Dr. João Bawden, dados que sinalizam que ele tinha na

<sup>247</sup> AHCSM, Livro 1, 2º ofício, [f. 20 v].

<sup>248</sup> AHCSM, livro 120, 1º ofício, [f. 49].

<sup>249</sup> AHCSM, livro 20, 2º ofício, [f. 94]. A maioria desses escravos foi vendida novamente em 1882, a Pantaleão José da Silva Ramos Filho, como analisado no capítulo 2, sessão 2.3. Juntamente com estes 22 escravos e 2 ingênuos, os vendedores/devedores ofereceram umas terras e uma casa de morada na freguesia de Barra Longa para quitação da dívida com o Dr. João Bawden.

<sup>250</sup> AHCSM, livro 2, 2º ofício, [f. 33]. A soma o valor dos 4 escravos quando o Dr. João Bawden os comprou do Tenente Coronel Manoel Joaquim Gomes de Figueiredo foi de Rs. 3:650\$000 e quando os vendeu a José Caetano da Silva Campolina foi de Rs. 4:350\$000, ou seja, em apenas 4 dias ele havia lucrado Rs. 700\$000 negociando os mesmos escravos: Felicidade, 18 anos, Felisbina, 32 anos e seus dois filhos de nome Patrício, 11 anos e Cesário, 7 anos. A família de Felisbina foi objeto de análise no capítulo 2 quando nos referimos a manutenção e separação de laços familiares entre os escravos no momento da venda.

compra e venda de cativos um investimento e não uma fonte de renda, a exemplo do Coronel João José Alves.

Nas escrituras de compra e venda de escravos que o Dr. Bawden participou, ficou registrada a realização de negócios com o Capitão e Advogado Vicente de Paula Bernardino em dois momentos quando este último foi procurador de dois vendedores de quem o Dr. João Bawden comprou escravos: a primeira ocorreu em 1874, quando o vendedor Caetano José Gomes de Carvalho, residente em São Sebastião da freguesia de Sumidouro, vendeu 1 escravo ao Dr. Bawden e a Dona Carolina Rodrigues de Faria<sup>251</sup>; a outra venda ocorreu em 1875, quando o vendedor José Valentino Oliveira, residente em Caeté, vendeu 2 escravos ao Dr. João Bawden.<sup>252</sup> Nestas duas transações, o Capitão Bernardino foi procurador dos vendedores.

Por sua vez, o Capitão e advogado Vicente de Paula Bernardino, residente em Mariana, negociou 17 escravos através de 11 registros entre os anos 1862 e 1876, o que representa média de 1,2 escravos por ano. À exemplo do Coronel João José Alves, o Capitão Bernardino negociava poucos escravos por escritura, em média apenas 1,5 cativos. E a julgar pelo equilíbrio existente entre a compra e venda de escravos de sua parte, podemos concluir que ele também tinha nas negociações com escravos um investimento e não uma fonte de renda onde auferisse lucros com tais negociações.

Negociando escravos, ele teve contato com o pai do Dr. João Bawden, o inglês Thomas Bawden que, como o filho, também residia em Passagem de Mariana. O primeiro negócio ocorreu em 25 de outubro de 1875, quando o Capitão Bernardino vendeu 4 escravos ao Capitão Thomas Bawden: José (24 anos), crioulo, roceiro, por Rs. 1:500\$000, Maria da Cruz (30), crioula, cozinheira, por Rs. 650\$000, Rosa (12), crioula, roceira, por Rs. 800\$000 e Isabel (11), por Rs. 650\$000.<sup>253</sup>

Um ano depois, em 17 de junho de 1876, o Capitão Thomas Bawden vendeu os mesmos 4 escravos de volta ao Capitão Bernardino pelo mesmo preço pelo qual havia comprado os ditos escravos anteriormente, sem nenhuma razão aparente.<sup>254</sup> Esse fato pode ser indício de alguma espécie de favorecimento entre as partes em razão de ligações de amizade ou sociedade em negócios; até porque, passados 4 dias, em 21 de junho de 1876, o Capitão Vicente de Paula Bernardino vendeu a escrava de nome Maria da Cruz ao Tenente Antônio Augusto de Oliveira, residente em Ouro Preto, por Rs. 800\$000, ou seja, por Rs. 150\$000 a

<sup>251</sup> AHCSM, livro 122, 1º ofício, [f. 63 v].

<sup>252</sup> AHCSM, livro 2, 2º ofício, [f. 20 v].

<sup>253</sup> AHCSM, 122, 1º. Ofício, [f. 116].

<sup>254</sup> AHCSM, 122, 1º. Ofício, [f. 139]. Dentre todos os registros de penhor e hipoteca com escravos que investigamos, não encontramos nenhum registro que remetesse a esta transação.

mais que o preço pelo qual ele havia negociado com o Capitão Thomas Bawden a escrava Maria da Cruz e outros 3 cativos.<sup>255</sup>

A única diferença é que nesta transação com o Tenente Antonio Augusto de Oliveira, o Capitão Bernardino alegava que a escrava Maria da Cruz tinha 35 anos de idade e não 30 anos como apareceu na transação com o Capitão Bawden. Todavia, esse fato por si só não explica a valorização do seu preço em 23% em tão pouco tempo. Diante de tal quadro, que é apenas ilustrativo, somos levados a pensar que de fato tenha ocorrido alguma espécie de favorecimento entre o Capitão Bernardino e o Capitão Bawden impedindo que o preço da escrava sofresse elevação nas duas negociações e que o mesmo não teria ocorrido com a venda ao Tenente Oliveira.

O Capitão Thomas Bawden, como negociante de escravos, chegou a comercializar 36 cativos em 10 registros entre os anos 1859 e 1875, o que corresponde a uma média de 1,6 escravos por ano. Excetuando-se as negociações com o Capitão Vicente de Paula Bernardino, o Capitão Bawden não realizou negócios com escravos com nenhum outro negociante apresentado na tabela 34, mas foi diversas vezes procurador de seu filho, o Dr. João Bawden, em negociações com cativos, sobretudo quando este último esteve residindo em Juiz de Fora, no ano de 1876. Diferentemente do Coronel João José Alves e do Capitão Vicente de Paula Bernardino, e semelhante a seu filho, o Dr. João Bawden, costumava negociar maiores quantidades de escravos por escritura e, raramente, negociava apenas 1 cativo por escritura, especialmente quando era ele o vendedor: a média foi de 3,6 cativos por escritura.

Dentre os 4 indivíduos considerados nesta análise, o Capitão Bawden foi quem mais escravos vendeu em relação ao número de cativos que comprou, o que pode sinalizar tanto que ele obtinha algum ganho com a venda de escravos — ao contrário do que ocorria com os outros 3 indivíduos analisados que tinham na compra de cativos um investimento e não uma fonte de renda — como que ele estava dispendo da escravaria que possuía. Esta última hipótese parece mais atraente, sobretudo quando levamos em consideração que o Capitão Thomas Bawden foi um importante minerador na segunda década do século XIX, como veremos a seguir.

De modo geral, a família Bawden foi a que mais realizou negócios no mercado de escravos de Mariana na segunda metade do século XIX. Não só o pai Thomas Bawden e seu filho João Bawden, como também a mulher de Thomas, Dona Maria Martins Bawden, que realizou a compra de 14 escravos entre os anos 1871 e 1873, sendo seu filho, o Dr. João

---

<sup>255</sup> AHCSM, 122, 1º. Ofício, [f. 142].

Bawden, seu procurador em algumas dessas negociações. Ao todo, constatamos que a família Bawden negociou 127 indivíduos, entre cativos e ingênuos, o que significa dizer que 17,6% do total de 722 indivíduos negociados o foram pela família Bawden.

A importância dos Bawden no mercado de escravos marianense também pode ser medida pelo número de indivíduos negociados, entre escravos e ingênuos, pelo Capitão Thomas Bawden e seu filho João Bawden: juntos, os dois foram responsáveis pela negociação de 113 indivíduos, ou seja, pai e filho foram responsáveis pela transação de 70,2% dos 161 indivíduos negociados, entre escravos e ingênuos, na segunda metade do século XIX pelos 4 maiores negociantes de escravos de Mariana.

#### **4.2 – Principais negociantes de escravos: relações com seu tempo**

Os 4 negociantes de escravos acima mencionados, não só foram os que mais comercializaram escravos como também fizeram parte do seleto grupo dos principais representantes da sociedade marianense, acumulando fortuna, diversificando os investimentos e ocupando importantes cargos públicos no período estudado como forma de reforçar ou alcançar as relações entre os principais da terra. Foram muitas as características que ajudaram a distingui-los dos demais negociantes de escravos e da população menos abastada da cidade, fatores estes que iam desde o estabelecimento de laços de amizade até a criação de articulações sócio-econômicas, como bem destacou Sheila de Castro Faria:

Para caracterizar o grupo que se reconhecia e era reconhecido como “principal”, é necessário levar em conta condições fundamentais: brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou no presente, senão dos envolvidos, pelo menos de parentes próximos, principalmente no caso de serem herdeiros. Combinando-se algumas ou todas estas condições, os membros recebiam títulos honoríficos e eram nominados com senhoria, resultando no reconhecimento da comunidade ao seu lugar social.<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. “Fortuna e família em Bananal no século XIX”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 82.

Inicialmente, citamos o caso exemplar do inglês Thomas Bawden, importante minerador e capitalista que se estabeleceu no distrito de Passagem de Mariana.<sup>257</sup> O início da intensificação das migrações de ingleses para o Brasil é datado de 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil. Muitos desses ingleses chegaram a Minas Gerais com o objetivo de fazerem fortuna nos trópicos e de introduzirem novas técnicas de mineração, aumentando a produtividade das minas. Como nos informa Gilberto Freyre:

Os ingleses estão ligados como nenhum outro povo aos começos de modernização das condições materiais da vida do brasileiro: das condições de produção, habitação, transporte, recreação, comunicação, iluminação, alimentação e repouso entre nós.<sup>258</sup>

Segundo alguns relatos, os primeiros ingleses teriam começado a chegar ao distrito de Passagem de Mariana por volta de 1800. Após a instalação desses primeiros ingleses em Passagem, algumas construções foram erigidas para melhor atender-lhes tais como um hospital modelo, que segundo consta teria sido o primeiro da América Latina a possuir raio x, um cemitério e uma capela anglicana. Embora não tenhamos encontrado a data exata de sua chegada ao Brasil, sabemos pelo inventário de seu sogro, o minerador José Martins Coelho<sup>259</sup>, que em 1842 ele residia em Passagem e estava casado com a mulata D. Maria Martins, filha do dito José Martins Coelho, provavelmente branco, em segundas núpcias D. Maria Machado da Silva, uma negra, como consta de seu inventário.<sup>260</sup>

Sabemos que os britânicos eram protestantes, mas encontramos a indicação de que o Capitão Thomas Bawden teria se casado com D. Maria Martins “à face da Igreja Católica

---

<sup>257</sup> O início da intensificação das migrações de ingleses para o Brasil é datado de 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil. Muitos desses ingleses chegaram a Minas Gerais com o objetivo de fazerem fortuna nos trópicos e de introduzirem novas técnicas de mineração, aumentando a produtividade das minas. Segundo alguns relatos, os primeiros ingleses teriam começado a chegar a Passagem por volta de 1800. Após a instalação desses primeiros ingleses em Passagem, algumas construções foram erigidas para melhor atender-lhes tais como um hospital modelo, que segundo consta teria sido o primeiro da América Latina a possuir raio x, um cemitério e uma capela anglicana.

<sup>258</sup> FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 101.

<sup>259</sup> AHCSM, códice 99, auto 2069, 1º ofício, [f. 3].

<sup>260</sup> A informação de que D. Maria Martins, casada com Thomas Bawden, seria mulata é inferida pelo inventário de sua mãe, D. Maria Machado da Silva falecida em 1864, de quem foi inventariante o mesmo Thomas Bawden. Na abertura do Inventário, Thomas Bawden, seu inventariante, declara que havia falecido “*sua negra D. Maria Machado da Silva*”, dando a entender não só que sua sogra era negra como também havia sido sua escrava. Contudo, no restante do documento o termo “negra” não mais apareceu, do mesmo modo que não encontramos outra documentação que referendasse tal informação de seu inventariante, de modo que a dúvida permanece. AHCSM, códice 111, auto 2286, 1º ofício, [f. 2].

Romana conforme as Leis Brasileiras<sup>261</sup>, o que indica que ele teria se convertido ao catolicismo, talvez não só para se casar, mas para melhor se inserir na sociedade marianense que era, oficialmente, católica. A respeito da conversão de protestantes ao catolicismo, Gilberto Freyre nos informa que essa atitude era comum dentre os ingleses que chegavam ao Brasil. Mesmo tendo a liberdade de praticar livremente os cultos anglicanos nas muitas capelas que construíram em suas comunidades, alguns optavam pela conversão.<sup>262</sup>

Outro indício de que o Capitão Thomas Bawden teria se convertido ao catolicismo, é encontrado em um registro de casamento do ano de 1864, onde ele e sua esposa foram testemunhas de casamento de Antonio de Sales Couto, morador em Ouro Preto e de D. Maria Luiza Martins, moradora na freguesia de Passagem, onde o casamento foi realizado, na capela de Nossa Senhora da Glória.<sup>263</sup> Reforçando esta hipótese, o Capitão Bawden batizou seu filho João Bawden na mesma capela de Nossa Senhora da Glória em Passagem, em 1843<sup>264</sup>. Assim como ele havia batizado João, certamente ele batizou os outros 3 filhos que teve com D. Maria Martins Bawden, sendo que 2 faleceram, ficando Maria Bawden. De sua filha Maria Bawden não encontramos nenhum vestígio na documentação pesquisada, apenas a indicação no testamento de seu pai que ela era casada com o Dr. Antonio Teixeira de Sousa Magalhães.

Possivelmente, o Capitão Thomas Bawden tenha chegado ao Brasil em fins da década de 1830 e sem muitas posses, mas com o desejo de fazer fortuna como seus compatriotas, de modo que seu casamento tenha possibilitado sua inclusão na sociedade marianense ainda na primeira metade do século XIX. Seu sogro tinha como principal atividade a mineração, tendo sido dono de inúmeras minas e datas minerais localizadas nas cercanias da sede de Mariana. Após sua morte, em 10 de julho de 1842, as minas e os demais bens deixados em seu espólio<sup>265</sup>, foram divididos entre seus 4 filhos e 4 netos que teve no primeiro casamento com a falecida D. Ana Joaquina Fernandes; e com seus 5 filhos e 1 neto do segundo matrimônio com D. Maria Machado da Silva.<sup>266</sup>

<sup>261</sup> AHCSM, livro de testamento n.º. 8, 1º ofício, [f.12 v]. O registro de seu casamento não pode ser localizado para verificarmos tal informação, isto porque os 2 únicos livros de Registros de Casamento do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) que cobrem o período de 1807-1857, período em que ele teria se casado, infelizmente não estão disponíveis para pesquisa.

<sup>262</sup> FREYRE (2000, p. 124).

<sup>263</sup> AEAM, prateleira P, n.º. 02, [f.18 v]. Para ser testemunhas de casamento em igrejas católicas, era desejável que também se fosse católico.

<sup>264</sup> AEAM, Registros de Batismos, prateleira O, n.º. 19, [f.62].

<sup>265</sup> A soma do seu monte mor foi de Rs. 7:966\$442, distribuídos da seguinte forma: Rs. 3:967\$880 em Dinheiro; Rs. 261\$015 em Metais; Rs. 481\$600 em Bens de Raiz; Rs. 58\$000 em Animais; Rs. 146\$275 em Bens Móveis; Rs. 2:100\$000 em 5 Escravos adultos jovens, sendo 1 doente; Rs. 304\$837 em Dívidas Ativas e Rs. 675\$135 referente aos Meios Dotes de suas 2 filhas. AHCSM, códice 99, auto 2069, 1º ofício, [f. 26-27 v].

<sup>266</sup> Traslado do Testamento. AHCSM, códice 99, auto 2069, 1º ofício, [f. 9].

Duas das filhas de José Coelho Martins, D. Maria Martins, casada com o Capitão Bawden, e D. Matildes Martins Coelho, casada com Antonio dos Santos Ferreira, receberam dote de seu pai para se casarem: a primeira recebeu Rs. 700\$270 e a segunda 1 escrava avaliada em Rs. 400\$000 e Rs. 250\$000<sup>267</sup> em dinheiro, totalizando Rs. 650\$000. No Auto de Partilha dos bens deixados por José Martins, as duas filhas dotadas, “por cabeça” de seus respectivos maridos, declararam quantia equivalente à metade do valor dos dotes que haviam recebido para se casar, mencionando que estavam satisfeitas com o dote recebido<sup>268</sup>. Com essa decisão, as duas filhas abriam mão da herança que teriam direito pela “legítima”, o que certamente se explica pelo fato de que o valor do dote que cada uma havia recebido era superior ao valor da herança: Rs. 351\$876 e 2/1 avos.

O mesmo não aconteceu no inventário de sua mãe, Dona Maria Machado da Silva, falecida em 1864, onde Maria Martins e Matildes Martins Coelho fizeram a declaração, através de seus maridos, da outra metade dos dotes recebidos e entraram na partilha dos bens, visto que a herança era bem maior que o meio dote que declaravam: Rs. 1:390\$175.<sup>269</sup> Quando os pais faleciam os genros, que representavam as “cabeças de casal”, eram obrigados a declarar o que haviam recebido em dote no momento do casamento. Normalmente, a metade do valor é que entrava no cômputo do monte-mor do primeiro falecido e era descontado há herança que a filha dotada teria direito. Por ser uma antecipação da herança, era comum que as filhas que recebiam o dote abrissem mão da herança no caso dela ser de valor inferior ao dote, como nos informa Sheila de Castro Faria:

Quando a estimativa era de que o dote fosse maior do que a “legítima”, optavam-se por se dizerem satisfeitos com o que haviam recebido. Caso aceitassem e sua parte fosse menor o que o dote, ficariam devendo aos demais herdeiros, risco que, geralmente, não queriam correr.<sup>270</sup>

O dote era uma importante estratégia no arranjo matrimonial, favorecendo a construção de redes de sociabilidade e de solidariedade entre os mais abastados e tanto José Coelho Martins quanto seu genro Thomas Bawden souberam usar deste artifício, pois “os

<sup>267</sup> A descrição detalhada dos dotes recebidos pelas duas filhas de José Martins Coelho aparece no inventário de sua mulher, D. Maria Machado da Silva, falecida em 1864. AHCSM, código 111, auto 2286, 1º ofício, [f. 9-9 v].

<sup>268</sup> AHCSM, código 99, auto 2069, 1º ofício, [f. 13 v-14].

<sup>269</sup> AHCSM, código 111, auto 2286, 1º ofício, [f. 16-22 v]. O monte mor deixado por D. Maria Machado da Silva foi de Rs. 6:275\$740 que somados aos meios dotes totalizavam líquido Rs. 6:950\$875, distribuídos da seguinte forma: Rs. 1:757\$140 em Dinheiro; Rs. 42\$000 em Metais; Rs. 130\$600 em Móveis; Rs. 2:000\$000 em 4 escravos, sendo uma muito doente e que não recebeu valor; Rs. 1:150\$000 em Bens de Raiz; Rs. 1:200\$000 em Dívidas Ativas e Rs. 675\$135 referente aos meios dotes recebidos pelas duas filhas.

<sup>270</sup> FARIA (1995, p. 83).

casamentos realizados fora da parentela representavam alianças precisas e calculadas”.<sup>271</sup> Ao dotar sua filha mulata D. Maria Martins para se casar com um inglês, talvez ele estivesse visando à ascensão social da mesma casando-a com um branco. Por outro lado, o próprio Thomas Bawden, recém chegado da Inglaterra, se favorecia da união com a filha de um importante minerador da região, pois através de seu sogro, ele poderia ter o acesso facilitado não só aos bens materiais como, em consequência, estabelecer ligações com os “homens principais” de Mariana naquele período.

Thomas Bawden foi proprietário de 2 das 4 lavras que compunham a Mina de Passagem: a do Fundão e a Mineralógica. A primeira ele adquiriu em sociedade com Antonio Buzelin, em 12 de abril de 1850, mas a revenderam mais tarde à Companhia Inglesa *Anglo-Brazilian Gold Mining Company Limited*. A lavra da Mineralógica, a mais importante da Mina, com 49 datas, Thomas adquiriu sozinho, em 1º de junho de 1859, do Barão Von Eschwege “pelo preço de 12 contos de réis (cerca de 1.200 libras esterlinas)” quando os trabalhos de exploração da Mina já haviam sido interrompidos por não estarem gerando lucros compensatórios.<sup>272</sup> Segundo Richard Burton, uma mina de ouro no Brasil, podia operar com poucos investimentos e era comum a venda das minas consideradas esgotadas por um preço bem acessível, sendo que muitos dos compradores “se contentarão com uma satisfatória porcentagem nos lucros”.<sup>273</sup>

Thomas Bawden ainda tentou por 4 anos obter rendimentos com a exploração da lavra Mineralógica, mas como não obteve êxito, a revendeu 4 anos depois, em 1863, à mesma Companhia Inglesa *Anglo-Brazilian Gold Mining Company Limited*, representada pelo diretor inglês Thomas Treloar. O mesmo Thomas Bawden negociou ainda a venda da lavra do Paredão que pertencia, desde 1843, à família Martins Coelho (seus sogros), com a mesma Companhia Inglesa, em 1863.<sup>274</sup> Apesar das atividades de mineração terem diminuído significativamente nesse período e ter deixado de ser a principal atividade econômica da região, ela ainda continuou a atrair alguns investimentos por parte de alguns indivíduos como Thomas Bawden. Sua permanência no tempo indica que, mesmo tendo se tornado pouco lucrativa, ela não deixou de coexistir atrelada a outras atividades que geravam mais lucros e riquezas.

---

<sup>271</sup> FARIA (1995, p. 88).

<sup>272</sup> FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 194.

<sup>273</sup> BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 261.

<sup>274</sup> FERRAND (1998, p. 194-195). Em 1865, a Companhia Inglesa adquiriu a 4ª lavra, a de Mata-Cavalos, tornando-se assim a única proprietária da Mina de Passagem.

Apesar de sua origem britânica — a escravidão começava ser banida das colônias inglesas desde 1807, com a proibição do tráfico de escravos — Thomas Bawden foi um grande escravista em terras brasileiras, negociando diversos cativos através de compras e vendas, como visto na primeira parte deste capítulo. Segundo Gilberto Freyre, embora fosse comum encontrarmos ingleses proprietários de escravos, havia uma lei chamada *Lord Brougham Act*, de 1843, que tornava “ilegal” a compra ou a venda de escravos em qualquer país por qualquer súdito britânico.<sup>275</sup> Mas como se vê muitos ingleses ignoravam a lei, prosseguindo com o comércio de almas, como o próprio Thomas Bawden.

Como proprietário escravista, podemos citar os 40 cativos que possuiu em sociedade com o francês Antonio Buzelin e que foram alugados, em 1850, à Companhia Inglesa denominada São João del Rey estabelecida no Morro Velho, em Sabará, pelo prazo de 3 anos, pelos quais receberiam anualmente Rs. 5:200\$000, ou seja, cada um dos sócios teria direito a um lucro anual de Rs. 2:600\$000.<sup>276</sup> De acordo com Gilberto Freyre, havia muitos ingleses no Brasil que foram donos de escravos, inclusive a companhia inglesa de mineração São João del Rei para a qual os escravos de Thomas Bawden e Antonio Buzelin haviam sido alugados:

Só a companhia inglesa de mineração no Brasil, cujo principal campo de operação era São João del-Rei e cujos acionistas eram ingleses, continuou a possuir, depois da lei de 1843 [que tornou “ilegal” a compra ou venda de escravos em qualquer país por súditos britânicos], cerca de oitocentos escravos, além dos mil de aluguel por ela empregados no rude trabalho.<sup>277</sup>

Investigando os registros de cartas de alforrias concedidas e registradas em Mariana no período estudado, encontramos o Capitão Thomas Bawden registrando a liberdade de apenas 6 cativos entre os anos 1853 e 1886. O primeiro escravo liberto pelo Capitão Bawden foi Domingos Rebolo, escravo este que o Capitão possuía em sociedade com Antonio Buzelin, que também concedia tal alforria ao cativo, em 20 de julho de 1853.<sup>278</sup> Dos 6 cativos que alforriou, 2 libertações foram onerosas: a de Joaquina, carioca, 60 anos mais ou menos, pelo preço de Rs. 250\$000, em 25 de maio de 1864,<sup>279</sup> e a de Inês de Sousa, de quem o Capitão Thomas Bawden havia recebido Rs. 600\$000.<sup>280</sup> Por outro lado, a escrava Rita ganhou sua

<sup>275</sup> FREYRE (2000, p. 237).

<sup>276</sup> AHCSM, códice 64, auto 1390, 1º ofício, [f. 13 v].

<sup>277</sup> FREYRE (2000, p. 238).

<sup>278</sup> AHCSM, Livro 113, 1º ofício, [f. 77 v].

<sup>279</sup> AHCSM, Livro 118, 1º ofício, [f. 62].

<sup>280</sup> AHCSM, Livro 27, 2º ofício, [f. 32 v].

liberdade em comemoração dos 43 anos de idade do filho do Capitão Bawden, o Dr. João Bawden, em 20 de janeiro de 1886.<sup>281</sup>

Outro caso que merece destaque é o da escrava “pardinha” Maria de Nazaré de 10 anos, filha de Felisberta Augusta do Carmo, pertencente a Antonio Agostinho do Carmo por herança de sua mãe. Antonio a libertou em 19 de janeiro de 1865 alegando que ele e sua falecida mãe tinham muito amor pela escravinha, resolvendo dar-lhe a liberdade. Para tal liberdade, ele declarou ter recebido a quantia de Rs. 400\$000 dada “generosamente” pelo Capitão Thomas Bawden.<sup>282</sup> Mesmo demonstrando aparente generosidade com a “pardinha” Maria de Nazaré, o Capitão Thomas Bawden, não concedeu muitas alforrias ao longo de sua vida, o que é indício de que ele tenha sido muito mais um escravista, preferindo esperar que a Abolição libertasse seus escravos, sobretudo quando levamos em consideração o fato de ele ter negociado escravos até o ano de 1885.

Não obstante, além do investimento na mineração e em escravos, notamos a diversificação de atividades por parte do Capitão Thomas Bawden, o que certamente contribuiu para seu enriquecimento através da acumulação de capitais. Encontramos a informação de que além de terras e escravos, o Capitão Thomas Bawden teria investido também em apólices da dívida pública. Com base nos escassos dados de seu testamento, de 9 de julho de 1884, aparecem listadas 8 apólices da dívida pública no valor nominal de Rs. 1:000\$000 cada uma e a juros de 6% ao ano.<sup>283</sup>

De todos os seus investimentos, era no fornecimento de crédito que o Capitão Thomas Bawden deveria ter a principal fonte de renda, fato que o tornou um capitalista<sup>284</sup> importante da região, chegando a atingir um saldo de dívida ativa de 163:969\$000 (ou 16.804 libras!)<sup>285</sup> nos 23 anos em que se dedicou ao fornecimento de créditos formalizados, recebendo, principalmente, escravos como garantia do pagamento.<sup>286</sup> Isto significa dizer que o Capitão Thomas Bawden teve, em média, Rs. 7:129\$087 por ano a receber pelos créditos que fornecia, além dos juros. Nas 22 escrituras de hipotecas e penhor com escravos formalmente registradas pelo Capitão Bawden na segunda metade do século XIX, ele teria recebido 225 escravos como

<sup>281</sup> AHCSM, Livro 25, 2º ofício, [f. 32 v].

<sup>282</sup> AHCSM, Livro 17, 2º ofício, [f. 118].

<sup>283</sup> AHCSM, livro de testamento nº. 8, 1º ofício, [f. 12 v]. Nenhum outro bem foi listado em seu testamento.

<sup>284</sup> Segundo Sheila de Castro Faria, “o termo “capitalista”, no século passado [séc. XIX], referia-se ao exercício de diversas atividades, mas entre elas sobressaíam a de usurário”. CASTRO (1995, p. 78).

<sup>285</sup> Registros de hipotecas e penhor com escravos. AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios.

<sup>286</sup> Em termos metodológicos, estamos considerando apenas aquelas hipotecas em que foram utilizados escravos como caução, ainda que juntamente a outros bens, visto que nosso principal objetivo é medir a movimentação de cativos por parte dos credores e devedores ao longo dos anos em estudo através de hipotecas, onde os mesmos eram utilizados como capital de giro entre os proprietários escravistas da época.

garantia do pagamento de créditos cedidos a seus devedores.<sup>287</sup> Ao analisar a distribuição das dívidas ativas dos inventários de proprietários marianenses na segunda metade do século XIX, Heloísa Teixeira encontrou indícios de que a acumulação de capital tenha sido o principal meio dos proprietários mais ricos participarem do fornecimento de crédito.<sup>288</sup>

Houve casos em que, juntamente com os escravos, os devedores ofereciam outros bens, como de raiz, móveis e animais, em garantia do pagamento do valor da dívida, especialmente quando as dívidas somavam altas quantias. Foi o que ocorreu com o Tenente Manoel Justiniano Gomes de Queiroz, residente em São Sebastião da freguesia do Sumidouro, que devia Rs. 20:000\$000 (2.008 libras) ao Capitão Thomas Bawden e a sua mulher no ano de 1866 e hipotecou além de 25 escravos, mais uma tropa de 20 bestas criadas, 12 juntas de baias arreadas, 3 carros ferrados, móveis e outros semoventes pertencentes ao seu estabelecimento agrícola, tudo somando Rs. 20:000\$000.<sup>289</sup> Outro caso semelhante aconteceu no ano de 1881, onde o Major Antonio Gentil Gomes Candido e sua mulher, Dona Francisca Elisa Horta Candido, moradores de Mariana, tinham uma dívida de Rs. 50:000\$000 (4.560 libras) com o Capitão Thomas Bawden, a qual garantiram pagamento com o registro de hipoteca de 23 escravos, mais bens de raiz e benfeitorias que possuíam para completar o valor do empréstimo.<sup>290</sup>

Dentre as hipotecas registradas em Mariana na segunda metade do século XIX, não encontramos nenhum dos outros 3 maiores negociantes de escravos como devedores do Capitão Bawden. Do mesmo modo que não encontramos nenhum de seus parentes como seu devedor, características consideradas de caráter estritamente econômicas e usurárias, uma vez que não detectamos nenhum tipo de favorecimento vinculado ao prestígio ou a relações parentais, o que por si não exclui tal possibilidade. Tal investigação, no entanto, demandaria o desenvolvimento de outras metodologias que fogem aos objetivos de nosso trabalho. Sobre as dívidas, Mônica Oliveira informa que:

Seja ela de origem familiar, ou fruto de atitudes com características, estritamente, econômicas, usurárias, instaurava um conjunto de direitos e deveres entre credores e devedores. Criava-se uma relação interpessoal antes da relação econômica, um laço de dependência, no qual, em muitas situações, o credor passava a ter poder sobre a sobrevivência do devedor e de sua família. Diga-se sobrevivência não só econômica, mas, prioritariamente, do status.<sup>291</sup>

<sup>287</sup> Registros de hipotecas e penhor com escravos. AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios.

<sup>288</sup> TEIXEIRA (2001, p. 36-38).

<sup>289</sup> AHCSM, livro 118, 1º ofício, [fls. 145 v e 146].

<sup>290</sup> AHCSM, livro 22, 2º ofício, [fls. 7 e 7 v]. Contudo não foi especificado o valor dos escravos nem dos demais bens dados em hipoteca.

<sup>291</sup> OLIVEIRA (1999, p. 283).

O certo é que o fornecimento de créditos formalizados fez do Capitão Bawden um importante capitalista, realizando empréstimos a qualquer indivíduo, sem distinção, com quantias que variaram de Rs. 700\$000, como a cedida a Dona Graciana Amância de Barcelos,<sup>292</sup> à Rs. 50:000\$000, como a cedida ao Major Antonio Gentil Comes Candido<sup>293</sup>, mencionado anteriormente. Desse modo, vemos que o inglês Thomas Bawden conseguiu diversificar seus investimentos em escravos, terras minerais, apólices da dívida pública e dívidas ativas, o que possibilitou sua ascensão, prestígio e reconhecimento social como importante minerador, escravista e capitalista da região na segunda metade do século XIX.

Em viagem pelo Brasil durante a década de 1860, Richard Burton visitou Passagem de Mariana, lugar onde residiam vários mineiros ingleses. Em seus relatos, ele nos deixou algumas impressões que, acreditamos, referia-se ao Capitão Thomas Bawden, denotando a trajetória do Capitão que, de minerador, havia passado a importante capitalista na região de Mariana:

Achamos Passagem, onde moram diversos mineiros ingleses, uma pequena aldeia de bom aspecto. **Um compatriota, que, de trabalhador, tornou-se capitalista**, tem aqui uma grande casa. Vivemos a pequena distância dele, durante três dias. Quando o conhecemos, ele nos convidou para nos hospedar em sua casa, mas não teve energia suficiente para sustentar o convite. Em três semanas, talvez fosse bem sucedido. Dizem que as primeiras palavras que o estrangeiro aprende no Brasil são: “paciência”, “espere um pouco” e “amanhã”. Devo acrescentar que alguns estrangeiros aprendem a lição melhor que os mestres.<sup>294</sup> [Grifo nosso].

Sua trajetória individual o levou a adquirir o título de Capitão e a ser eleito para o Senado da Câmara de Mariana,<sup>295</sup> mesmo sendo um estrangeiro, confirmando o reconhecimento da posição que alcançara na sociedade marianense. Segundo relatos de atuais moradores do distrito de Passagem, antes de morrer, em 1886, o Capitão Thomas Bawden teria voltado à Inglaterra para ser condecorado com o título de *Sir* pela Rainha da Inglaterra

<sup>292</sup> AHCSM, livro 119, 1º ofício, [f.39].

<sup>293</sup> AHCSM, livro 22, 2º ofício, [f. 7].

<sup>294</sup> BURTON, Richard F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 409.

<sup>295</sup> De acordo com a fotografia de Thomas Bawden, na sala dos ex-presidentes da Câmara Municipal de Mariana, ele havia sido vereador da Câmara entre os anos 1890 e 1891. Mas segundo seu testamento, o Capitão Thomas Bawden havia falecido em 29 de março de 1886, fato que o impossibilita de ter sido senador da Câmara em 1890-1891. Corroborando tal hipótese, notamos que após o ano de 1886 ele desapareceu das documentações, o que nos leva a crer que ele tenha realmente falecido na data apontada em seu testamento, embora não tenhamos encontrado o registro de seu óbito. Talvez ele tenha sido senador entre 1880 e 1881, e não na década de 1890 como consta na legenda de sua fotografia, mas não foi possível confirmarmos tal hipótese uma vez que o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) encontra-se em processo de digitalização e sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte.

em recompensa por ter sido um fiel súdito de Sua Majestade em terras brasileiras. No entanto, não encontramos nenhuma documentação que referendasse tal afirmação, o que por si não exclui tal possibilidade, sobretudo se levarmos em conta a escassa documentação a que tivemos acesso.

Os mesmos moradores afirmam que o então *Sir* Thomas Bawden, um dos mais ilustres moradores do distrito de Passagem, senão o mais ilustre, teria sido enterrado no Cemitério dos Ingleses localizado no mesmo distrito.<sup>296</sup> De fato, em visita ao local constatamos a existência das ruínas do Cemitério construído pela comunidade inglesa de Passagem no século XIX para enterrarem seus mortos de acordo com os costumes Anglicanos. Juntamente a este Cemitério, encontram-se as ruínas de uma Capela Anglicana, possivelmente onde eram realizados os cultos e demais cerimônias protestantes. Mas dentre as muitas sepulturas violadas e depredadas pelo vandalismo, não localizamos a lápide de Thomas Bawden.<sup>297</sup> Contudo, se Thomas Bawden tiver realmente enterrado no Cemitério dos Ingleses de Passagem, que era por definição um cemitério protestante, estaríamos diante de uma contradição, pois encontramos indícios de sua conversão ao catolicismo: ele havia se casado com D. Maria Martins de acordo com as leis católicas, sido testemunha de casamento na Capela de Passagem e batizado seu filho João Bawden na mesma capela.<sup>298</sup>

Todos esses dados, em conjuntos, ajudam a explicar a trajetória de sucesso obtida pelo inglês Thomas Bawden desde sua chegada a região de Mariana, ainda na primeira metade do século XIX. Seu casamento com uma mulata, filha de um importante minerador em Passagem talvez tenha sido o passo inicial para sua inserção na sociedade marianense da época que, posteriormente foi confirmada através de seus investimentos na mineração, nos negócios com escravos e, sobretudo no fornecimento de crédito formalizado, o que fizeram dele um importante capitalista na região. Vale lembrar que ele também chegou a ocupar cargos públicos na Câmara de Mariana, indicativo de reconhecimento do prestígio social que havia

---

<sup>296</sup> Segundo Gilberto Freyre, depois da abertura dos portos, os ingleses teriam estabelecido pelo menos 6 cemitérios no Brasil: em Belém, São Luís, Recife, Bahia, Rio de Janeiro e nas minas de Gongo Soco (em Barão de Cocais - MG). Desses 6 cemitérios, hoje só existiriam 3: em Recife, na Bahia e no Rio de Janeiro. FREYRE (2000). Dos demais, só restaram as ruínas, muitas localizadas em locais isolados ou de difícil acesso, como é o caso do Cemitério dos Ingleses de Passagem de Mariana.

<sup>297</sup> O estado do Cemitério dos Ingleses de Passagem e das ruínas da Capela Anglicana, ao lado do Cemitério, são lastimáveis. O vandalismo da sociedade e o descaso das autoridades competentes em relação a este Patrimônio Histórico só fazem piorar a situação. Localizado dentro do terreno da Mina de Passagem, Cemitério e Capela Anglicana estão completamente abandonados e são o retrato da falta de conservação, preservação e consciência da história local da região.

<sup>298</sup> Corroborando tal hipótese, em seu testamento, Thomas Bawden havia deixado Rs. 200\$000 para missas por alma de sua falecida esposa D. Maria Martins, pela alma de sua nora D. Florisbela, pela alma de sua sogra D. Maria Machado da Silva e pela alma de seus escravos, o que provavelmente se faria em alguma igreja católica. AHCSM, Livro de testamento n.º. 8, 1º ofício, [f. 12 v].

adquirido entre os “principais homens” de Mariana na segunda metade do século XIX. Não obstante, acreditamos que sua fortuna tenha se consolidado na década de 1860, pois foi nesta mesma década que ele teria se firmado como capitalista, fornecendo o maior número de créditos em comparação às demais décadas e, portanto, obtendo lucros que favoreciam a acumulação de capitais para serem (re) investidos nesta e em outras atividades.

Certamente, muito do sucesso obtido por Thomas Bawden foi transferido aos seus filhos João Bawden e a Maria Bawden, especialmente ao Dr. João Bawden que, a exemplo do pai, foi um importante escravista na região durante a segunda metade do século XIX. Vale lembrar que o Dr. João Bawden foi quem negociou o maior número de escravos através de compras e vendas, como vimos na primeira parte deste capítulo. Contudo, a principal herança que ele havia recebido de seu pai foi, certamente, o prestígio e a escolaridade, o que lhe teria garantido não só o acesso a profissão liberal de advogado como também a atividade política como vereador e presidente da Câmara de Mariana no período monárquico e republicano.<sup>299</sup>

Nascido em 20 de janeiro de 1843, João Bawden foi batizado em 26 de fevereiro do mesmo ano, tendo como padrinhos seus “meios tios” o Juiz de Paz Manoel Ramos da Silva e sua mulher D. Ana Joaquina Coelho.<sup>300</sup> D. Ana Joaquina Coelho era filha do primeiro casamento de seu avô, José Martins Coelho com sua primeira esposa D. Ana Joaquina Fernandes. Portanto, D. Ana Joaquina Coelho era irmã por parte paterna de D. Maria Martins Bawden, mãe de João Bawden. O fato de João Bawden ter recebido como padrinhos pessoas do seu círculo familiar, indicam não só o estreitamento dos laços familiares como também que sua família estava solidamente estabelecida em Passagem, não sendo necessário recorrer a pessoas que não fossem parentes.

De acordo com o “*Dicionário das famílias brasileiras*”, João Bawden teria se diplomado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1868, aos 25 anos de idade.<sup>301</sup> Pelos registros de compra e venda de escravos, a primeira negociação da qual participou foi justamente no ano em que havia se diplomado e voltado para Mariana: em 1868 ele fez sua primeira compra de escravos, adquirindo de D. Rita de Cássia Florinda da Silva, residente em Camargos, 9 cativos pela quantia de Rs. 6:500\$000. Deste momento em diante, todos os indícios levam a crer que ele teria feito da compra e venda de escravos um de seus maiores investimentos, sobretudo porque ele comprou mais escravos que vendeu.

---

<sup>299</sup> FARIA (1995, p. 81).

<sup>300</sup> AEAM, Registros de Batismos, prateleira O, n.º. 19, [f. 62].

<sup>301</sup> BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. 2 vol. São Paulo, 1999, v. 1, p. 415. A Faculdade de Direito de São Paulo foi criada em 1827 para formar governantes e administradores públicos capazes de estruturar e conduzir o país recém-emancipado.

Não conseguimos reunir muitas informações sobre o Dr. Bawden como advogado, pois encontramos poucos registros sobre ele nos cartórios da região. No exercício de sua profissão, encontramos algumas procurações registradas em que ele era o procurador, especialmente de sua mãe D. Maria Martins Bawden, no ano de 1873, quando esta realizou a compra de escravos. Do mesmo modo encontramos uma ação cível em que o Dr. João Bawden, juntamente com Guilherme Henrique Holman, o Dr. Teófilo Pereira da Silva, Francisco Gomes de Oliveira e José Joaquim de Paula entraram com pedido de concessão de datas minerais próximo ao Itacolomi, em 1869.<sup>302</sup> Tal pedido talvez remeta ao gosto pela atividade de mineração que ele teria herdado de seu pai, mesmo considerando que neste período a mineração já não era uma atividade da qual fosse possível auferir grandes lucros e obter *status* social com esta atividade, como ocorrido no passado. As terras situavam-se no lugar denominado Borges, subúrbio de Mariana e, segundo os suplicantes, tratava-se de um terreno devoluto que tencionavam proceder à exploração. Diante de tal argumentação, a posse das terras foi concedida aos referidos suplicantes 11 dias após o início da ação.

Pelos poucos documentos que conseguimos reunir sobre o Dr. João Bawden, encontramos indícios de que ele teria sido um vereador bastante atuante na Câmara Municipal de Mariana. Em 1872 o encontramos envolvido em uma justificação dirigida ao presidente da Câmara Major Francisco Pinheiro e ao secretário interino da mesma, o Alferes Francisco de Sales Gomes Candido, protestando contra a falsificação de uma ata de eleição de vereadores da freguesia de Furquim que estava prejudicando a uns e favorecendo a outros eleitos.<sup>303</sup> Segundo Dr. João Bawden, a ata, após ser falsificada, foi assinada por 4 vereadores que não haviam tomado conhecimento de tal falsificação. Mas como o processo não foi concluído, não é possível saber o resultado de tal justificação.

Por outro lado, em um processo crime de 1877, o mesmo Dr. Bawden, juntamente a outros vereadores da Câmara Municipal de Mariana, foram os autores contra a junta Municipal de Votantes, acusando-os de acumulação de listas eleitorais que estariam privando “mais de 3.000 cidadãos de seus direitos do voto”.<sup>304</sup> Argumentando que tratava-se de uma disputa política entre o partido que receava perder as eleições, 2 membros do referido partido haviam anulado uma lista de votantes em uma sessão de reunião da Câmara. Após a apresentação da defesa dos acusados e diante das provas, inclusive da apresentação da ata das últimas reuniões da Câmara, o Juiz deu parecer favorável aos autores da ação.

---

<sup>302</sup> AHCSM, código 477, auto 10626, 1º ofício, [f. 1-2].

<sup>303</sup> AHCSM, código 321, auto 6945, 1º ofício,

<sup>304</sup> AHCSM, código 354, auto 7824, 1º ofício, [f. 3 v].

Por esses dois únicos documentos reunidos, notamos que além de advogado, o Dr. João Bawden ocupou o cargo de vereador na cidade de Mariana por pelo menos dois mandatos: em 1872 e em 1877.<sup>305</sup> Nesse intervalo, no ano de 1875, ele exerceu o cargo de Juiz de Órfãos de Mariana. Mas de acordo com fotografia na sala dos ex-presidentes da Câmara Municipal de Mariana, o Dr. João Bawden também teria sido presidente da Câmara entre os anos 1905-1907. Contudo, a legenda da foto apresenta o nome como “João Bawden Teixeira” e a foto retrata um homem jovem e não um homem com aparência de cerca de 63 anos, que é a idade que ele teria entre os anos 1905-1907. Curioso foi que não encontramos nenhuma menção ao sobrenome “Teixeira” referindo-se ao Dr. João Bawden no restante da documentação pesquisada, o que nos faz desconfiar que talvez a foto tenha sido tirada num período anterior ao da legenda “1905-1907”, quando João Bawden ainda era jovem. No entanto, devemos considerar a possibilidade de que a foto encontrada na sala dos ex-presidentes da Câmara Municipal de Mariana possa ser de um dos descendentes de João Bawden, como de um filho homônimo que, a exemplo pai e do avô Thomas Bawden, havia se interessado pela carreira política. Ainda que pouco provável, tal hipótese não deve ser excluída, visto que o Dr. João Bawden foi casado com D. Florisbela,<sup>306</sup> com a qual ele pode ter tido filhos.

Até onde nos foi dado a conhecer pela documentação pesquisada, o Dr. João Bawden, mesmo como importante negociante de escravos e ocupando postos da administração pública no Senado da Câmara Municipal de Mariana por alguns mandatos, não investiu no lucrativo mercado de fornecimento de créditos como o fez seu pai, o Capitão Thomas Bawden. Provavelmente, diante dos bens que possuía — muitos por herança paterna e materna — o Dr. João Bawden deve ter se empenhado em garantir a posição política e social que havia alcançado, tanto por seus méritos quanto pela posição legada por seus falecidos pais. Contudo, esta não foi a única diferença encontrada entre pai e filho.

Se por um lado, o Capitão Thomas Bawden havia sido “generoso” o bastante para conceder a liberdade a 6 escravos, sendo um grande escravista como vimos anteriormente, seu filho, o Dr. João Bawden não trilhou o mesmo caminho. Talvez ele tivesse disposto a esperar pela abolição que não tardaria chegar para que esta libertasse seus escravos. Fato é que

---

<sup>305</sup> Contudo, não foi possível darmos continuidade a investigação de sua carreira política na Câmara de Mariana, pois o Arquivo da Câmara Municipal de Mariana encontra-se em processo de digitalização, como mencionamos anteriormente.

<sup>306</sup> AHCSM, livro de testamento nº. 8, 1º ofício, [f.12 v]. De acordo com o testamento de Thomas Bawden, em 1884 o Dr. João Bawden já estava viúvo de Dona Florisbela. Infelizmente, não localizamos o registro de seu casamento para obtermos maiores detalhes sobre esta união. Vale ressaltar que em nenhuma outra documentação encontramos a indicação de que João Bawden tenha tido filhos. Seu inventário, a exemplo de seu pai, também não foi localizado, limitando a comprovação de tais hipóteses.

investigando os registros de alforrias concedidas e registradas em Mariana, constatamos que o mesmo Dr. João Bawden não concedeu nenhuma alforria a nenhum cativo, nem seu nem de terceiros. Pelo contrário, em 1877, encontramos uma Ação Cível de manutenção de liberdade que o liberto Antonio Malta, ex-escravo do Tenente Domiciano Martins Guimarães, com assistência do curador e advogado Egídio Antonio do Espírito Santo Saragoça, moveu contra o Dr. João Bawden.<sup>307</sup>

Este último alegava que Antonio Malta o pertencia devido a existência de uma escritura de venda feita pelo Tenente Domiciano ao Dr. Bawden em razão de um crédito devido não só ao Dr. Bawden como também ao Coronel João José Alves, ao Capitão Thomas Bawden, pai do réu, a David da Silva Pereira, a José Maria Nolasco Pimenta e a Sebastião Meneses, em razão das muitas dívidas que Domiciano havia contraído para manter sua loja de fazendas secas na cidade.<sup>308</sup>

Antonio Malta apresentou sua carta de alforria, datada de 2 de outubro de 1876, concedida por sua antiga senhora, Dona Ana Leopoldina da Silva, viúva do Tenente Domiciano Martins Guimarães, que lhe concedeu a liberdade pelos bons serviços prestados e pelo mesmo a ter ajudado na enfermidade de seu finado marido. Na mesma carta, encontramos a informação de que Dona Ana Leopoldina afirma possuir as partes do escravo Antonio Malta que foram cedidas em acordo por todos os credores de seu finado marido a seus filhos, dos quais era herdeira.

De fato, na ocasião em que Domiciano Guimarães faliu, em 1869, chamou todos os seus credores para colocá-los a par da difícil situação de seus negócios e propor pagamento amigável das muitas dívidas contraídas, entregando todos os seus bens: loja e todos os pertences, casas de morada, chácara, terras de cultura e ainda 2 escravos: Antonio Malta, autor da ação, e Domingas, que faleceu depois do acordo firmado entre seus credores que se compadeceram da família de Domiciano,

---

<sup>307</sup> AHCSM, código 397, auto 8678, 1º ofício.

<sup>308</sup> Nota-se que 3 dos 4 homens que selecionamos para analisar neste capítulo forneceram crédito ao Tenente Domiciano Guimarães. Não obstante, 2 desses indivíduos participaram do fornecimento de créditos em Mariana no período estudado. De acordo com o advogado Saragoça, alguns desses credores o eram “por parentesco, outros por espírito político, e todos por íntima amizade ao finado Tenente Domiciano Martins Guimarães”. AHCSM, código 397, auto 8678, 1º ofício, [f. 9].

Que ia lutar com a miseria e ao mesmo // tempo por presenciarem tanto o amor // que o finado Domiciano tributa // va á seo escravo Antonio Malta, que lhe // correspondia com duplicada gratidão, // como o sacrificio que fazia para salvar sua honradez e probidade, resolverão á // fazer doação aos filhos de Domiciano do // valor que lhes coubessem no preço de // Antonio Malta, e por escripto effectivamente o fizerão á 15 de novembro de 1869.<sup>309</sup>

Desse modo, o Dr. João Bawden ofereceu uma quantia suficiente para substituir o valor do escravo Antonio Malta exigindo, porém, que se passasse escritura pública de venda que ficaria sem efeito assim que Domiciano efetuasse o pagamento ao Dr. Bawden. Domiciano concordou com tal negociação e o Dr. Bawden comprou ainda a escrava Domingas e as “matas do Bento Leite onde podia retirar madeiras para a Companhia Inglesa, como fez, e auferiu muitos lucros”.<sup>310</sup> Saragoça alegou que Domiciano havia parcelado sua dívida com o Dr. Bawden, começando o pagamento em 3 de maio de 1870 e acabando de pagá-la em 26 de agosto de 1872. Uma vez que a dívida fora quitada, o Dr. João Bawden já não tinha direito sobre Antonio Malta.

Na mesma ação consta ainda que em 1874, o Capitão Thomas Bawden, pai do Dr. João Bawden, adiantou ao finado Tenente Domiciano uma quantia em dinheiro para “feitura de uma ponte em São Sebastião” e Domiciano havia acertado uma parte da dívida ficando devendo ao Capitão Rs. 341\$310. Após esta data, o Tenente Domiciano falecera. Mônica Oliveira ressalta que em sociedades pré-capitalistas, como a que estamos estudando, “o devedor tendia a considerar seu credor como um benfeitor, à medida em que frente à morte do contratante da dívida esta poderia ser renegociada, às vezes, por gerações”.<sup>311</sup> Certamente foi o que ocorreu com as dívidas de Domiciano que ficaram sob responsabilidade de sua mulher e filhos.

Alguns anos depois, o Dr. Bawden encaminhou uma petição reivindicando a posse do cativo Antonio Malta, doado juntamente a outros bens aos filhos de Domiciano em compaixão com a difícil situação em que eles se encontravam em 1869. Foi essa petição que teria originado esta Ação de manutenção de liberdade movida por Antonio Malta. No entanto, os indícios levam a crer que o Dr. João Bawden não tinha direito de fato sobre Antonio Malta,

<sup>309</sup> AHCSM, código 397, auto 8678, 1º ofício, [f. 9-9 v].

<sup>310</sup> De fato encontramos o registro da escritura feita entre o Dr. João Bawden e o Tenente Domiciano Martins Guimarães, registrada em 30 de dezembro de 1869, onde consta a compra do escravo Antonio Malta, crioulo, maior de 30 anos, [carreiro], por Rs. 1:400\$000, as partes da escrava Domingas, crioula, 40 anos mais ou menos, solteira, cozinheira, por Rs. 300\$00 e ainda as partes nas terras no lugar denominado Bento Leite por Rs. 300\$000, somando tudo a quantia de Rs. 2:000\$000. AHCSM, livro 120, 1º ofício [f.36].

<sup>311</sup> OLIVEIRA (1999, p. 267).

como alegava. Tanto que o advogado Egídio Antonio do Espírito Santo Saragoça acrescentou que:

Antonio Malta nunca foi escra // vo do Dr. Bawden, que elle até casou-se // publicamente e a vista de toda Família // do Dr. Bawden sem que ninguém profe // risse sequer huma palavra de oppo // sição.<sup>312</sup> [Grifo nosso]

Infelizmente a ação não chegou a ser concluída, sendo interrompida com a indicação de que o Dr. João Bawden seria intimado a depor e a apresentar sua defesa, o que não ocorreu, pois o Dr. Bawden não compareceu em Juízo para dar andamento ao processo por razões não mencionadas no documento. Ao que parece, ele havia desistido de reivindicar a posse de Antonio Malta que, provavelmente, foi mantido em liberdade.

Passando aos indícios de seus relacionamentos familiares, acreditamos que o Dr. João Bawden teve uma relação amistosa com os membros de sua família, ao menos foi o que verificamos em relação a sua tia, Dona Francisca Teresa de Jesus, de quem ele foi 1º testamenteiro, recebendo para tanto a quantia de Rs. 400\$000 como prêmio e ainda a casa em que Dona Francisca residia e todos os trastes ali existentes.<sup>313</sup>

Dona Francisca havia sido casada em primeiras núpcias com Ovídio Martins Coelho, falecido em 1857, irmão da mãe do Dr. João Bawden, e em segundas núpcias com o Capitão-Mor e importante negociante Joaquim Alves Branco, também falecido em 1880, mas com nenhum de seus 2 maridos havia tido filhos. Não possuindo herdeiros forçados, ela instituiu seus 4 sobrinhos filhos legítimos de seu falecido irmão Antonio dos Santos Ferreira com Dona Matildes Martins Coelho. Como vimos, Dona Matildes era irmã de seu primeiro marido Ovídio Martins Coelho e, portanto, tia de João Bawden. Dona Francisca pareceu ser uma pessoa bastante generosa no fim de sua vida, visto que distribuiu várias quantias em dinheiro não só para a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo de Mariana, na qual era irmã professa, como para outras diversas irmandades de Mariana e de Passagem, onde residia.<sup>314</sup>

Pela exposição até aqui, podemos concluir que o Dr. João Bawden teria se preocupado em manter o *status* social que ele havia não só conquistado por si, como também herdado de

<sup>312</sup> AHCSM, códice 397, auto 8678, 1º ofício, [f.10].

<sup>313</sup> AHCSM, livro de testamento n.º. 8, 1º ofício, [f.36 v]. Quando fez seu testamento, Dona Francisca Teresa de Jesus estava cega e Jose Maria Fernandes de Sousa assinou a seu rogo.

<sup>314</sup> AHCSM, livro de testamento n.º. 8, 1º ofício, [f.36 v-38]. Dona Francisca deixou Rs. 1:450\$000 em dinheiro para serem distribuídos entres as irmandade de Nossa Senhora do [Rosário] de Mariana; Nossa Senhora de Santana, do Morro de Santana; Nossa Senhora Rainha dos Anjos da Arquiconfraria; Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Glória, em Passagem. Deixou libertos seus 2 escravos, bem como deu a liberta Ana Maria do Espírito Santo a quantia de Rs. 600\$000 e uma casa que seu testamenteiro deveria comprar-lhe. D. Francisca havia faleceu em 04 e de 1887.

seus pais, visto que seu patrimônio, fruto tanto da herança paterna quanto materna, estava consolidado. Não obstante, seu maior legado talvez tenha sido o prestígio inferido pelo seu sobrenome e a possibilidade de acesso a um curso superior, no qual diplomou-se Bacharel em Ciências Jurídicas em 1868. Certamente foram estas características que o ajudaram a garantir não só o acesso ao cargo de Juiz de Órfãos de Mariana como de vereador por pelo menos 2 mandatos, favorecendo-o a reforçar ou alcançar relações como um dos “homens principais” de seu tempo em Mariana, a exemplo de seu pai décadas atrás.

O terceiro grande negociante de escravos analisado neste capítulo trata-se do advogado Vicente de Paula Bernardino que entre compras e vendas negociou 17 cativos ao longo dos anos 1862 e 1876. Provavelmente, vindo de uma família com condições financeiras privilegiadas, visto que formou-se bacharel em Direito, o advogado e Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino ocupou importantes cargos públicos em Mariana durante a segunda metade do século XIX, como por exemplo o de Curador Geral dos Órfãos do município, em 1851. Em 1866, encontramos a indicação de que ele era advogado dos auditórios da Província e Curador Geral dos Órfãos vitalício e em 1872 foi um dos vereadores do Senado da Câmara Municipal de Mariana.

Em seu testamento encontramos a informação que o Capitão-Mor e advogado Vicente de Paula Bernardino foi casado com Dona Maria Isabel Moreira de Sousa com quem teve 2 filhos: Jerônimo e José, este último havia se casado contra sua vontade e tempos depois faleceu deixando um filho de nome Bonifácio.<sup>315</sup> Mas, segundo sua declaração, ele havia se separado da mesma mulher há mais de 25 anos, sem contudo deixar de socorrê-la, alegando que não poderia viver com a dita mulher por ela ser louca, desmantelada e por não possuir capacidade de cuidar de sua casa como mãe de família que era.<sup>316</sup>

Após separar-se de D. Maria Isabel, sua prima, Dona Francisca Maria de Jesus passou a residir em sua casa para cuidar de Vicente Bernardino e de seus bens, colocando a disposição do mesmo os bens que possuía. Segundo declarações de Bernardino em seu testamento, D. Francisca teria cuidado dele nas enfermidades sem nenhum interesse, e como ele era grato a ela por todo o tratamento que recebeu, nomeou-lhe para ser sua 1ª testamenteira e inventariante. Dona Francisca era a única pessoa que conhecia todos os negócios que Bernardino possuía, inclusive com o Capitão Thomas Bawden, de quem foi sócio em muitos negócios e transações, mas que infelizmente não foram mencionados em nenhuma documentação pesquisada. Com o Capitão Thomas Bawden e seu filho, o Dr. João Bawden, o

---

<sup>315</sup> AHCSM, código 290, 5474, 1º ofício, [f. 1].

<sup>316</sup> AHCSM, código 290, 5474, 1º ofício, [f. 1].

Capitão Bernardino tinha não só negócios em sociedade, mas considerava-os seus amigos em particular, tanto que os dois foram nomeados respectivamente seu 2º e 3º testamenteiro.

Ao que tudo indica, o Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino ganhou vários inimigos exercendo cargos públicos, tendo sido acusado de vários crimes no exercício de suas funções, crimes estes que eram incompatíveis com a confiança que o município depositava em sua função. Em 1864 encontramos uma Ação Cível movida pelo negociante e Capitão Francisco José de Almeida Machado contra sua mulher Dona Maria Felisbina de São Vicente e o Capitão Vicente de Paula Bernardino sob a acusação de crime de adultério.<sup>317</sup> O Capitão Francisco, movido pelo ciúme e pelo despeito, acusou Bernardino de ter seduzido sua mulher, Dona Maria Felisbina, que teria cedido aos encantos de Bernardino e ido viver em sua residência como sua “teúda e manteúda”, nas palavras do autor.

O Capitão Francisco alegava ainda que Vicente de Paula Bernardino sempre teve uma vida desregrada, cheia de mazelas e infâmias e que não conhecia o pudor, cometendo crimes não só em Mariana, mas também em Ouro Preto. Francisco acusou Bernardino de ter se separado de sua mulher “por ela não ter formosura”, deixando-a viver de porta em porta mendigando esmolas. Em sua defesa, o Capitão Bernardino alegou que o autor da ação era seu inimigo particular e que a ação era movida por vingança pessoal e não pelo motivo da acusação. No dia em que foi marcado para se instaurar o processo, o Capitão Francisco José de Almeida Machado havia simplesmente desistido da acusação dos réus, alegando para tal o fato de que tratava-se de um crime particular e que não lhe convinha dar prosseguimento a ação.

Em um Processo Crime de 1864, movido pelo Capitão Bernardino contra a Câmara Municipal de Mariana, encontramos o processo instaurado pelo Capitão Francisco Machado contra Bernardino com alguns acréscimos.<sup>318</sup> Nele encontramos a revolta do Capitão Francisco diante de tantos crimes que o Capitão Bernardino teria cometido ao longo dos anos como Curador Geral dos Órfãos do município. Segundo ele, o Capitão Bernardino advogava quase todas as causas movidas no município, se aproveitando de tal posição para cometer crimes sem ser punido, como o de comprar bens dos órfãos e o de residir em uma casa que pertencia a órfãos da cidade.<sup>319</sup> O Capitão Francisco nos informa que o Capitão Bernardino já havia sido inclusive afastado do cargo de Curador e que um jornal da cidade já havia

---

<sup>317</sup> AHCSM, código 379, auto 8275, 1º ofício.

<sup>318</sup> AHCSM, código 231, auto 5780, 2º ofício.

<sup>319</sup> Segundo o Capitão Francisco José de Almeida, o Capitão Bernardino possuía há mais de 5 anos casa dos órfãos filhos de João Domingos Rodrigues e a alugava para prostitutas. AHCSM, código 398, auto 8721, 1º ofício, [f. 4 v].

publicado uma carta se referindo-se ao Capitão Vicente de Paula Bernardino como um homem de péssima conduta, mencionando o fato de ele ter abandonado sua esposa e ser seu costume se aproveitar das heranças dos órfãos da cidade.

Mais uma vez, o Capitão Bernardino alegou em sua defesa que todas aquelas acusações eram infundadas e que o autor estaria movido não pelo amor à justiça, mas pela má fé, protestando em nome de 2 inimigos seus com falsas acusações. Acrescentou ainda que o intuito da acusação fosse destituí-lo da importante posição que ocupava na sociedade marianense como Curador Geral dos Órfãos, mas como tinha dignidade, nunca teria praticado nenhum ato desonroso. Neste mesmo processo, consta a desistência da acusação por parte do Capitão Francisco José de Almeida Machado, mas diferentemente da Ação Cível acima citada, é dado andamento no processo e o Capitão Bernardino foi julgado culpado, sendo obrigado a pagar os custos estipulados pelo Juiz.<sup>320</sup>

Todavia, diante das exposições acima, percebe-se que o Capitão-Mor Vicente Bernardino esteve envolvido em muitas acusações escandalosas, mas não perdeu seu prestígio na sociedade. Salvo o fato do Capitão Francisco José de Almeida Machado ser seu inimigo declarado, os indícios nos levam a acreditar que muitas das acusações feitas por ele fossem procedentes e que o Capitão Bernardino só havia sido absolvido da maioria delas por tratar-se de um homem influente. Para se livrar das acusações ele certamente usou de artifícios próprios de sua profissão de advogado e do poder que o cargo vitalício de Curador Geral dos Órfãos o concedia.

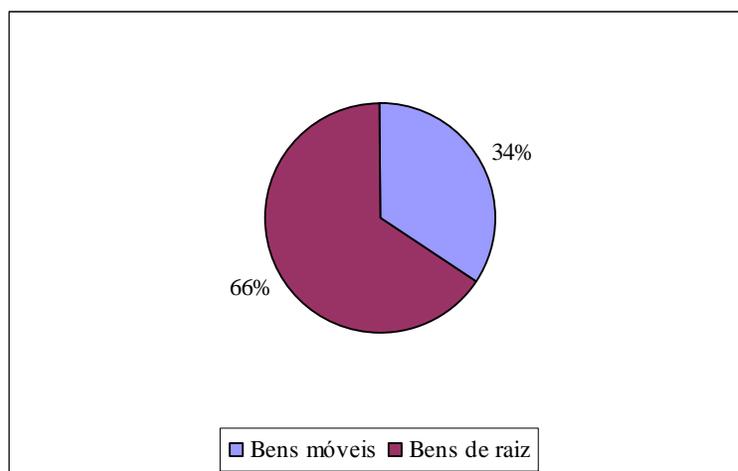
Certamente, os cargos públicos que o Capitão Bernardino ocupou ao longo de sua vida serviram para fazer com que ele tivesse tido condições de levar uma vida abastada, cercado de luxo, conforto e de pessoas da alta sociedade marianense de seu tempo. O fato de ele ter sido irmão da Ordem 3ª de São Francisco de Assis, mais hierarquizada, e das irmandades de São Pedro, Sacramento, Rosário e Santana de Mariana, e da irmandade da Boa Morte e do Senhor Bom Jesus da cidade de Ouro Preto<sup>321</sup> devem ter contribuído bastante para o seu trânsito entre a elite da época.

No entanto, de acordo com a análise de seu inventário, notamos que, embora ele tenha vivido uma vida bastante confortável, morreu pobre e bastante endividado. Iniciando a análise pela composição de sua riqueza, como mostra o gráfico abaixo, podemos ter uma melhor dimensão do que restou de seu patrimônio:

---

<sup>320</sup> AHCSM, código 231, auto 5780, 2º ofício, [f.84].

<sup>321</sup> AHCSM, código 290, auto 5474, 1º ofício, [f.1].

**Gráfico 19 - Composição da riqueza do Capitão Vicente de Paula Bernardino: 1876.**

Fonte: AHCSM, códice 125, auto 2632, 1º ofício.

A composição da riqueza do Capitão Vicente de Paula Bernardino nos revela que, embora ele tenha estabelecido negócios com alguns dos homens mais ricos e importantes de Mariana na segunda metade do século XIX — e que tenha sido ele mesmo um desses homens no passado exercendo a função de advogado<sup>322</sup> — chegou ao fim de sua vida bastante pobre e endividado. A soma de seu monte mor foi de Rs. 5:940\$790, o equivalente a 630,32 libras. Tomando novamente como base as categorias de faixas de riqueza estabelecidas por Heloísa Teixeira<sup>323</sup>, vemos que a riqueza do Capitão Bernardino se enquadraria na segunda categoria que vai de 500 a 999 libras, ficando inclusive abaixo da média estipulada pela autora, que foi de 731,36 £ por inventário.<sup>324</sup>

De acordo com a descrição da composição dos bens de seu inventário, 66,0% correspondiam a bens de raiz (Rs. 3:900\$000), onde foi descrita a casa na qual ele residia como sendo “uma morada de casas baixas cobertas de telhas assoalhadas, toda envidraçada na Ponte de Areia desta cidade”. Encontramos ainda “umas terras no lugar denominado Martins” e “um terreno na Rua Nova desta cidade sem nenhuma benfeitoria”, completando o conjunto de bens de raiz pertencentes ao Capitão Bernardino.<sup>325</sup> Das terras e do terreno não encontramos maiores detalhes sobre seu uso, apenas a indicação da posse dos mesmos, provavelmente fruto de herança ou de investimentos.

<sup>322</sup> Haja vista a própria existência de seu inventário, que por si só, já o distinguia da população menos abastada, pois “a abertura de inventários *post-mortem* não era praxe para aqueles cujo poder aquisitivo era baixo ou nulo, sendo recurso utilizado apenas por uma fração populacional”. TEIXEIRA (2001, p. 34).

<sup>323</sup> TEIXEIRA (2001, p. 28).

<sup>324</sup> TEIXEIRA (2001, p. 28).

<sup>325</sup> AHCSM, 1º ofício, códice 125, auto 2632, [f.14 v].

Completando a composição de sua riqueza temos os bens móveis, avaliados em Rs. 2:040\$790, representando 34,0%. Pela descrição dos móveis, é possível percebermos que a casa do Capitão Bernardino era bem confortável, pois contava com 13 cômodos devidamente mobiliados com muitos móveis de jacarandá, porcelanas e louças da Índia, itens que geralmente só eram encontrados nas melhores casas do período e indicavam o grau de riqueza do proprietário. Dentre essa categoria de bens móveis, merecem destaque os livros de sua biblioteca que representaram quase 50% desses bens, somando a quantia de Rs. 1:019\$500, valor bem próximo ao que foi avaliada os móveis propriamente ditos da casa, que foi de Rs. 1:021\$290. Foram listados 325 títulos de livros distribuídos em 825 volumes, sem contar outros 66 volumes que não foram especificados pelo escrivão.

As obras de Direito foram as mais numerosas e deveriam auxiliar o Capitão Bernardino a exercer sua profissão de advogado, servindo-lhe de instrumento de trabalho, dando respaldo e erudição aos seus argumentos nos pleitos. Em sua biblioteca particular havia muitos títulos que eram considerados verdadeiros clássicos do Direito, tais como as obras de Miguel Reinoso que, segundo Álvaro Antunes, foi um advogado de causas forenses da cidade de Lisboa.<sup>326</sup> Mas nem só de livros de Direito era composta a biblioteca do Capitão Vicente de Paula Bernardino. Livros de diversas naturezas também estavam presentes, tais como História, Gramática, Teologia, Belas Letras, Medicina, Dicionários dentre outros, que denota o interesse do advogado por outros assuntos não os ligados a sua profissão.

A posse desses muitos títulos e volumes de livros deixados pelo Capitão-Mor e advogado Vicente de Paula Bernardino são indícios de que ele foi um homem letrado e muito culto em seu tempo, o que certamente o distinguia de muitos moradores de Mariana na segunda metade do século XIX. Através de sua profissão de advogado, ele teria adquirido não só conhecimento, mas também alcançado posições de destaque na cidade e se relacionado com os homens mais ricos da região. Mesmo não podendo afirmar que ele teria lido todos os livros que chegou a possuir, a simples posse dos mesmos já é indicativo de seu interesse não só profissional, mas, sobretudo pessoal, quiçá animado pela influência das amizades que possuiu ou dos grupos sociais mais abastados que freqüentou.

---

<sup>326</sup> ANTUNES (1999, p. 124).

De acordo com as descrições do inventário, o Capitão Bernardino havia contraído muitas dívidas de naturezas diversas<sup>327</sup>, tendo sido listados e reconhecidos 51 credores, totalizando o valor de Rs. 6:961\$319, valor que supera o monte mor deixado pelo Capitão em Rs. 1:585\$710. Em seu testamento ele menciona inclusive que havia usado parte dos bens de sua prima e que em pagamento havia oferecido a ela alguns trastes de sua casa. Diante de tal situação, a inventariante Dona Francisca Maria de Jesus requereu que os bens móveis e de raiz deixados pelo Capitão Vicente de Paula Bernardino fossem colocados em praça pública para que o produto das arrematações servisse para pagamento dos muitos credores habilitados, visto que o inventário já estava concluído e não havia dinheiro no espólio para pagamento das muitas dívidas reconhecidas.<sup>328</sup> Em outras palavras, o Capitão Bernardino havia falecido em 14 de agosto de 1876,<sup>329</sup> pobre e endividado, dívidas estas que ele certamente contraiu na tentativa de manter o padrão de vida ao qual estava acostumado a levar. Contudo, não sabemos ao certo em que momento começou esse processo de endividamento que culminou na grande quantidade de credores e na alta soma de dívida passiva em seu inventário, superando inclusive o monte mor por ele deixado.<sup>330</sup>

Outro fato que nos chamou a atenção foi que, embora o Capitão Bernardino tenha negociado 17 escravos ao longo da segunda metade do século XIX (cf. tabela 34), em seu inventário não foi listado nenhum cativo, visto que ele já havia concedido a alforria aos seus 2 últimos cativos meses antes da realização de seu testamento.<sup>331</sup> Investigando as alforrias concedidas em Mariana na segunda metade do século XIX e registradas nos Livros de Notas, encontramos a indicação de que o mesmo Capitão Bernardino teria libertado outros 2 escravos em 1876, sendo a cativa Rosa com a condição de servir a menor Filomena Tomasia da Silva, filha de sua prima D. Francisca Maria de Jesus, pelo tempo de 10 anos.<sup>332</sup> O outro escravo liberto foi José, crioulo, com a condição de servir ao Capitão durante sua vida e após seu

---

<sup>327</sup> Na “Relação das dívidas passivas” presente em seu inventário, consta que a dívida passiva do Capitão Vicente de Paula Bernardino era resultado de empréstimos em dinheiro, compras em loja de comerciantes da cidade, à Irmandades e serviços médicos, dentre outros. AHCSM, 1º ofício, código 125, auto 2632, [f.328]. Em seu testamento consta ainda que ele gastou algumas quantias que pertenciam a D. Francisca e que para pagamento ele havia oferecido diversos trastes. AHCSM, código 290, auto 5474, 1º ofício, [f. 1 v].

<sup>328</sup> AHCSM, 1º ofício, código 125, auto 2632, [f.37].

<sup>329</sup> AEAM, Registros de Óbitos, prateleira Q, nº. 29, [f.17]. O corpo de Vicente de Paula Bernardino foi envolto em hábito da ordem 3ª de São Francisco de Assis e enterrado no templo de mesmo nome, em cumprimento as suas disposições testamentárias.

<sup>330</sup> O primeiro indício que encontramos ocorreu no ano de 1857, quando ele registrou uma hipoteca devida a José Maria Nolasco Pimenta no valor de Rs. 2:000\$000, como mencionamos anteriormente.

<sup>331</sup> AHCSM, código 290, auto 5474, 1º ofício, [f. 2 v].

<sup>332</sup> AHCSM, livro 122, 1º ofício, [f. 146 v e 149].

falecimento, seria o mesmo escravo alugado pelo prazo de 5 anos que, cumpridos, poderia o cativo gozar de plena liberdade.<sup>333</sup>

Todos os dados que conseguimos reunir a respeito do Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino nos permitem concluir que além de grande negociante de escravos, ele se destacou na sociedade marianense da segunda metade do século XIX pelos cargos públicos que ocupou. Sua formação como advogado teria lhe garantido a ocupação do cargo de Curador Geral dos Órfãos, que posteriormente ocupou como titular vitalício, aumentando ainda mais seu prestígio na sociedade local. Em que pese todas as acusações que sofreu, acreditamos que ele tenha usado tanto de sua profissão de advogado quanto de seu poder como Curador para conseguir se inocular. O Capitão Bernardino foi um homem muito culto em seu tempo, especialmente quando consideramos a enorme biblioteca que deixou em seu inventário, ainda que não tenha lido todos os exemplares que possuiu.

De modo geral, não encontramos indícios de investimentos feitos pelo Capitão Bernardino, antes o contrário, sua vida foi marcada por muitas dívidas passivas de diversas naturezas, tanto que ao morrer, ele acabou deixando um saldo devedor superior ao seu montante. Como foi um homem acostumado ao luxo e conforto, haja vista os móveis da casa em que residia, suas dívidas passivas devem ter sido contraídas com o intuito de tentar manter o padrão econômico ao qual estava acostumado, especialmente no fim de sua vida, quando se encontrava bastante doente.

O 4º e último indivíduo analisado é o Coronel João José Alves, negociante de escravos, comerciante de fazendas e molhados e fornecedor de pequenos créditos na região de Mariana na segunda metade do século XIX. O Coronel Alves era natural de Catas Altas da Noruega e era viúvo de Dona Maria Ferreira de Azevedo quando se casou em segundas núpcias com Dona Dometila Angélica Alvim, natural de Congonhas do Campo. O casamento foi realizado em 24 de junho de 1865<sup>334</sup> quando o Coronel João José Alves tinha por volta de 65 anos. Antes de se casarem, os noivos haviam feito uma escritura de dote e de contrato de casamento, onde ficava especificado que iriam se casar sem a comunicação de bens, ou seja, cada um entraria com seus bens e o outro cônjuge não teria direito sobre ele nem no presente nem no futuro, nem mesmo em caso de falecimento de um dos cônjuges.<sup>335</sup> Neste mesmo contrato, o Coronel João José Alves dotou sua futura esposa com a quantia de Rs. 4:000\$000 e que ela ou os filhos que viessem a ter só poderiam receber por morte do Coronel.

---

<sup>333</sup> AHCSM, livro 122, 1º ofício, [f. 146 v e 149].

<sup>334</sup> AEAM, Registros de Casamentos, prateleira P, nº. 02, [f. 23 v].

<sup>335</sup> AHCSM, livro de Notas nº. 17, 2º ofício, [f.133 v].

Durante sua vida, o Coronel Alves procurou diversificar seus investimentos: escravos, apólices da dívida pública, terras, lavras minerais e, principalmente, no fornecimento de pequenos créditos na região. Suas dívidas ativas podem ser notadas não só em seu inventário *post-mortem*, como veremos a seguir, como também pela realização de hipotecas com a presença de escravos. Foi o que constatamos ao investigarmos as escrituras de hipotecas e penhor de escravos presentes nos Livros de Notas do 1º e 2º ofícios, onde foram listados 14 devedores que lhe hipotecaram 53 escravos — além de bens de raiz, terras de cultura e fábricas de ferro, dentre outros — entre os anos de 1852 e 1872 para garantir o pagamento dos créditos que o Coronel havia fornecido. Nos 14 registros encontrados, o Coronel Alves havia movimentado a soma de Rs. 27:743\$517 (2.949 libras) em créditos a receber durante os 20 anos em que foi possível acompanharmos sua trajetória como fornecedor de pequenos créditos formalizados em que recebeu escravos em garantia do pagamento. Certamente, alguns destes créditos não tiveram natureza monetária, pois eram de curto prazo.

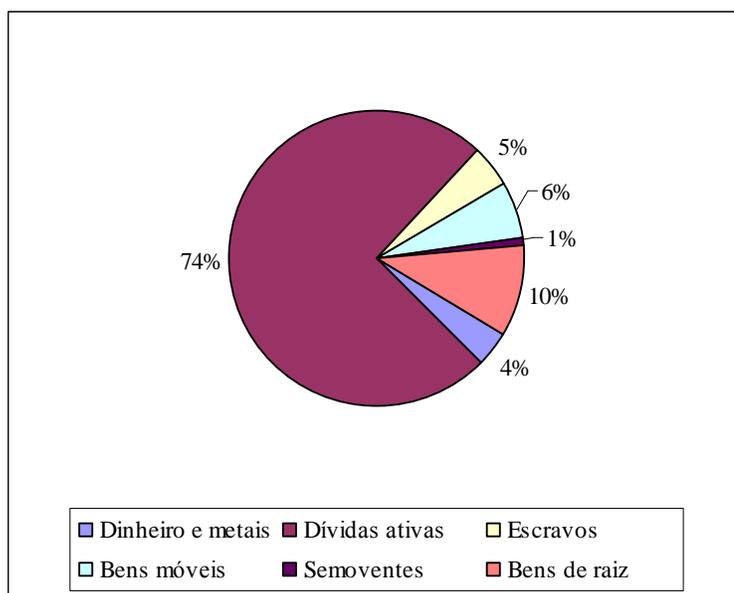
Dividindo-se o montante total pelos anos em que foi possível acompanharmos sua trajetória no fornecimento de pequenos créditos, obtemos uma média anual de Rs. 1:387\$176 em dívida ativa a receber, sem contar os juros. À exemplo do Capitão Thomas Bawden, não encontramos nenhum dos outros negociantes de escravos de Mariana dentre os devedores do Coronel Alves que houvessem garantido o pagamento da dívida utilizando escravos.<sup>336</sup>

A análise do inventário do Coronel e comerciante João José Alves nos permite identificar a composição de sua riqueza, confirmando que o Coronel era um importante fornecedor de pequenos créditos formalizados da região, como mostra o gráfico abaixo<sup>337</sup>:

---

<sup>336</sup> De modo geral, não encontramos nenhum indício de que os grandes negociantes considerados na tabela 34 tenham sido devedores hipotecários de escravos entre si. Vale ressaltar que só estamos considerando os registros de hipotecas e penhor que tiveram, principalmente, escravos usados para garantir o pagamento das dívidas, ainda que juntamente a estes tenham aparecido outros tipos de bens dados em garantia do pagamento, como bens móveis, imóveis, semoventes, etc. Assim, o principal objeto de nosso interesse foram as hipotecas e penhores com a participação de escravos como capital de giro, como afirmamos anteriormente.

<sup>337</sup> Os itens que compuseram a riqueza do Coronel João José Alves foram assim agrupados: Dinheiro e metais (peças em prata); dívidas ativas (valores a receber por empréstimos em dinheiro ou venda de bens e apólices da dívida pública); escravos (serviço dos escravos por 10 anos); bens móveis (trastes de casa e livros); semoventes (muarens) e bens de raiz (bens imóveis de qualquer natureza).

**Gráfico 20 - Composição da riqueza do Coronel João José Alves: 1871.**

Fonte: AHCSM, códice 9, auto 340, 1º ofício.

A distribuição da riqueza do Coronel João José Alves revela que ele era um dos poucos proprietários pertencentes ao topo da hierarquia social e econômica marianense, de onde se encontravam excluídos a maioria dos indivíduos menos abastados. Seu monte mor foi de Rs. 98:537\$927 (10.292,24 libras), dos quais 74%, ou Rs. 72:814\$307 eram compostos por dívidas ativas, o que denota que o Coronel teria acumulado um considerável capital especulativo através do fornecimento de pequenos créditos.<sup>338</sup> De acordo com seu inventário, do total de Rs. 72:814\$307 em dívidas ativas a receber, Rs. 39:399\$307 referiam-se a dívidas ativas propriamente ditas e Rs. 34:415\$000 referiam-se a 33 apólices da dívida pública, o também demonstra a diversificação dos investimentos do Coronel Alves.

Em seu inventário havia uma lista considerável de 48 devedores, alguns por pequenos empréstimos em dinheiro e a maioria por vendas de artigos de sua “loja de fazendas e molhados”, onde tinha “costume de vender a vista e fiado”<sup>339</sup> “segundo o estilo do pai”<sup>340</sup>, como declarou em depoimento Theodolindo Antonio Ferreira, uma das testemunhas da Justificação movida pelo Coronel para receber uma dívida. Dentre seus 48 devedores, encontramos o Capitão Thomas Bawden, que lhe devia a quantia de Rs. 3:000\$000, o único

<sup>338</sup> Se considerarmos as categorias de faixa de tamanho de riqueza elaborada por Heloisa Teixeira para Mariana entre os anos 1850 e 1888, podemos enquadrar o Coronel João José Alves dentre os inventariantes possuidores de uma riqueza superior a 5.000 £, ou seja, ele estaria entre os homens mais ricos de Mariana. Seu monte mor estaria bem próximo da média encontrada pela autora, que foi de 10.321,16 £. TEIXEIRA (2001, p. 28).

<sup>339</sup> AHCSM, 1º ofício, códice 312, auto 6576, [fl. 2].

<sup>340</sup> AHCSM, 1º ofício, códice 315, auto 6701, [fl. 4 v].

nome conhecido dentre os maiores negociantes de escravos de Mariana. Contudo, não há maiores informações sobre a natureza da dívida, embora desconfiemos que seja de compras feitas na loja de secos e molhados que o Coronel possuía na Rua Direita, pois entre os comerciantes era comum que parte de seus bens correspondessem a dívidas ativas adquiridas em contas a pagar.

Em seguida, temos os bens de raiz, representando 10% de seu monte mor, onde foram declaradas “uma morada de casa na Praça desta cidade”, “uma morada de casas na Rua Direita desta cidade com cômodos para loja”, “uma chácara na Chapada com casa grande, pasto e lavras”, “um retiro no lugar denominado Mario Gomes”,<sup>341</sup> dentre outros, que somaram a quantia de Rs. 9:770\$000. Acreditamos que alguns destes bens de raiz do espólio do Coronel João José Alves tenham sido herança deixada por seu falecido pai, sobretudo a “chácara na Chapada com casa grande, pasto e lavras”, pois a mineração já havia se esgotado completamente na década de 1870, quando foi feito o inventário do Coronel.

Contudo, na época de seu pai, que calculamos ter sido por volta de 1740, certamente as lavras ainda rendessem algum lucro, o que justifica a presença desse bem no inventário do Coronel João José Alves, ainda que não tenhamos como comprovar nossa hipótese, visto que o inventário de seu pai não foi localizado. De todo modo, podemos constatar que o Coronel Alves conseguiu diversificar suas atividades econômicas: foi um dos maiores negociantes de escravos na segunda metade do século XIX em Mariana; um importante credor na região, fornecendo pequenos empréstimos em dinheiro e vendendo fiado em sua loja de secos e molhados; possuía um pasto e lavras, o que certamente o ajudou a estabelecer e a se manter como um dos homens mais abastados de Mariana no seu tempo.

Os bens móveis representaram 6% da composição da riqueza do Coronel entre trastes da casa e livros, merecendo destaque estes últimos, tendo sido inventariados 50 títulos distribuídos em 83 volumes, além de outros “198 volumes de diversas obras de história, literatura, religião e folhetos” que não foram especificadas pelo escrivão<sup>342</sup>. Esse fato denota que o Coronel João José Alves, além de comerciante, era um homem interessado pela leitura, um homem culto, visto que nossa análise gira em torno da posse dos mesmos. De todo modo, é notório que ele tenha adquirido tantos livros sendo um comerciante, ainda mais quando levamos em conta a variedade de títulos, tais como Repertório das Ordenações do Reino (2 volumes); Contrato Judicial (1 vol.); Direito Comunal (1 vol.); História de Napoleão (2 vols.); Medicina Homeopata (4 vols.); Noções Elementares da Filosofia (1 vol.) e um exemplar da

---

<sup>341</sup> AHCSM, 1º ofício, código 9, auto 340, [f. 22 v]

<sup>342</sup> AHCSM, 1º ofício, código 9, auto 340, [f. 21-22 v]

Bíblia, dentre muitos outros. Os títulos referentes a temas do Direito e das Leis eram os mais numerosos, o que denota o interesse maior do comerciante pelo assunto.<sup>343</sup>

Talvez os livros pudessem ter sido frutos de herança de seu pai ou ele os tivesse adquirido animado pelo interesse particular de conhecer as leis e por ter afinidade com o assunto. O certo é que não encontramos qualquer indício de sua formação intelectual como advogado, o que por si não o impediu ter em sua biblioteca grande número de exemplares ligados ao assunto.<sup>344</sup> Entretanto, apesar de os livros de Direito serem maioria em sua biblioteca, foi possível perceber a existência de livros de naturezas diversas, tais como História, Gramática, Medicina e mesmo um exemplar da Bíblia.

Por outro lado, Heloísa Teixeira nos revela que:

(...) à medida que cresce o montante da fortuna, aumenta também a presença dos bens móveis. Isto significa dizer que a parte da riqueza definida como bens móveis era sempre proporcional ao volume de bens total, ou seja, quando havia uma quantidade maior de bens imóveis, semoventes e escravos, o conforto no interior das casas e a quantidade de ferramentas destinadas à produção também cresciam. (...) Entre os mais ricos, os objetos mais refinados se destacam e, entre os menos abastados, os objetos eram, em geral, muito simples e rústicos.<sup>345</sup>

De fato foi o que observamos entre os móveis deixados pelo Coronel João José Alves, cuja qualidade dos mesmos era notável, tais como móveis de jacarandá, mesas com pés torneados, porcelanas, mesa grande para jantar, dentre outros, revelando que no interior de sua residência havia muito conforto.

Os escravos, ou melhor, o serviço dos escravos por 10 anos deixados pelo Coronel, representou apenas 5% de sua riqueza, número bastante diminuto para os padrões de composição de riqueza de proprietários de mais de 5.000 £.<sup>346</sup> Em seu inventário foram

<sup>343</sup> Partimos do pressuposto de que a maioria dos livros que o Coronel João José Alves possuía tenha sido comprado por ele mesmo, mas não descartamos a possibilidade de aquisição via herança, o que nos parece muito provável, ou presente de amigos. Ademais, não encontramos nenhum registro na documentação pesquisada referente à formação intelectual do Coronel, a única menção encontrada é que ele era um comerciante que possuía uma loja de secos e molhados que foi herdada de seu pai. Os livros somaram a quantia de Rs. 100\$060, representando porcentagem irrisória de 0,1% de seu monte mor. Se economicamente estes livros não eram significativos, não podemos dizer o mesmo quanto ao seu significado social e intelectual, pois demonstra que o Coronel era um homem letrado e certamente muito culto no seu tempo.

<sup>344</sup> Devemos ter em mente que os inventários eram retratos de um instante da vida do falecido, portanto a biblioteca do Coronel João José Alves é analisado em um instante de sua composição e não nos revela a história de sua formação, aquisições ou doações a que esteve sujeita.

<sup>345</sup> TEIXEIRA (2001, p. 45).

<sup>346</sup> De acordo com Heloísa Teixeira, entre os inventários com mais de 5.000 £ em Mariana na segunda metade do século XIX, as dívidas ativas ocupavam o primeiro lugar na composição da riqueza (33,8%), seguida pelos escravos (31,6%), metais e dinheiro (9,2%), benfeitorias (8,1%), terras (7,6%), semoventes (6,2%) e bens móveis (3,5%). TEIXEIRA (2001, p. 32).

listados 15 escravos (9 mulheres e 6 homens), o que inclui o Coronel João José Alves como um médio proprietário de escravos, se considerarmos as categorias apresentadas por Heloísa Teixeira.<sup>347</sup> Dentre esses escravos, havia uma família de 5 membros: Antonio, africano, 50 anos; Silvana, crioula, casada, 40 anos e os filhos dos mesmos de nome Margarida, crioula, 9 anos; Cecília, crioula, 7 anos; Maria, crioula, 4 anos e Sebastiana, crioula 3 anos. Na partilha de seus bens, ocorrida em 3 de novembro de 1875, todos os serviços dos 15 escravos pelo prazo de 10 anos deixados pelo Coronel João José Alves, ficaram para pagamento das disposições da terça parte do inventário. Notamos que nenhum dos 15 cativos listados teve suas ocupações mencionadas.

Em testamento, o Coronel João José Alves deixou todos os seus escravos para sua mulher, Dona Dometila Angélica Alvim, mas fez questão de ressaltar o pedido de que ela os libertasse na ocasião de sua morte.<sup>348</sup> Em vida, o Coronel João José Alves libertou 5 escravos por bons serviços prestados e consentiu a liberdade de “uma escrava de nação nome Maria Teresa” que lhe foi dada em hipoteca no ano de 1857, por seu devedor José Joaquim Carneiro, residente em Paracatu.<sup>349</sup>

Já Dona Dometila Angélica Alvim, esposa do Coronel libertou outros 7 cativos, sendo 5 em cumprimento de cláusulas estipuladas no testamento de seu finado marido: Raimundo, pardo, 26 anos foi liberto em 1º de fevereiro de 1874, apenas dois anos após o falecimento do Coronel porque o senhor João Antonio [Mendes], compadre de Dona Dometila, pagou a quantia de Rs. 500\$000 a mesma Dona Dometila pela liberdade do referido escravo.<sup>350</sup> O escravo Antonio, pardo, 35 anos mais ou menos, foi libertado também no ano de 1874.<sup>351</sup> Os outros 5 cativos libertos em 1873, foram membros de uma mesma família que o Coronel havia adquirido em 1870, como vimos anteriormente: Antonio, negro, 50 anos mais ou menos, sua mulher Silvana, crioula, 40 anos mais ou menos e os 3 filhos do casal de nomes Cecília, 7 anos mais ou menos, Maria, 4 anos mais ou menos e Sebastiana de 3 anos mais ou menos.<sup>352</sup>

Dinheiro e metais representaram 5% da composição da riqueza do Coronel João José Alves. Em notas correntes havia Rs. 2:698\$860 mais 177\$400 em objetos de prata, a maioria

---

<sup>347</sup> A autora dividiu a posse de cativos em Mariana na segunda metade do século XIX da seguinte forma: 1-5 escravos; 6-10; 11-20 e mais de 20 escravos, donde a autora pode concluir que “mesmo em menor número, os grandes plantéis possuíam a maior concentração de escravos (43,4%) e ingênuos (70,9%). Em sentido oposto, os plantéis com até cinco escravos, os mais frequentes, da amostragem, concentravam a maior porcentagem de cativos (13,7%) e ingênuos (2,8%)”. TEIXEIRA (2001, p. 73-74).

<sup>348</sup> AHCSM, livro 10, 1º ofício, [f. 85].

<sup>349</sup> AHCSM, livro 14, 1º ofício, [f. 45].

<sup>350</sup> AHCSM, livro 20, 2º ofício, [f.33].

<sup>351</sup> AHCSM, livro 122, 1º ofício, [f. 17].

<sup>352</sup> AHCSM, livro 20, 2º ofício, [f. 25].

castiçais. Por último, temos os bens semoventes, que representaram apenas 1% da riqueza do Coronel. Foi listada uma tropa de 12 muares entre machos e fêmeas, todos para carga. Dentre a tropa do Coronel não encontramos nenhum indício de que ele estivesse investindo na criação de muares, uma vez que não havia a presença de nenhum filhote, todos os animais eram adultos. Assim, somos levados a concluir que ele utilizava os animais para transportar suas mercadorias dentro da região e, talvez, para outras regiões não tão distantes.

Muitos dos bens deixados pelo Coronel João José Alves foram repartidos em testamento entre seus sobrinhos e sua esposa, visto que não havia sobrevivido nenhum dos filhos que teve com sua primeira mulher e que com Dona Dometila Angélica Alvim não chegou a ter nenhum filho. Os bens que não repartidos em seu testamento foram divididos em seu inventário *post-mortem* entre seus 3 herdeiros, todos seus sobrinhos, recebendo cada um a quantia de Rs. 8: 272\$425. O Coronel faleceu em 29 de novembro de 1872, com idade de “70 e tantos anos” e com o sacramento da penitencia, tendo sido sepultado na capela de Nossa Senhora do Rosário, de onde era irmão.<sup>353</sup>

Através da exposição acima, podemos concluir que o Coronel João José Alves foi um importante comerciante no município de Mariana na segunda metade do século XIX. Em sua loja de secos e molhados devia-se encontrar quase tudo que os moradores necessitavam tais como camisas, barris de vinho e arrobas de açúcar, como consta de uma Justificação feita pelo Coronel cobrando uma dívida de Rs. 54\$270 do finado Capitão Miguel Araújo da Encarnação, no ano de 1848<sup>354</sup>, ou ainda cortes de tecidos, chapéus, meias, aviamentos em geral e lenços finos como foi descrito em outra Justificação em que o Coronel fazia cobrança da quantia de Rs. 55\$660 que o finado Ildefonso Jorge Pereira ficou a lhe dever no ano de 1849<sup>355</sup>.

Acreditamos que a fonte de renda do Coronel João José Alves tenha sido sua loja de secos e molhados e o fornecimento de pequenos créditos formalizados. Além desses dois negócios, ele havia diversificado seus investimentos em apólices da dívida pública, terras e na posse de escravos, sendo que dos 15 cativos encontrados em seu inventário 9 haviam sido adquiridos recentemente, entre os anos 1870 e 1872, inclusive a família cativa de 6 membros mencionada anteriormente.

Sua trajetória como um comerciante bem sucedido fez dele um dos homens de maiores posses de Mariana na segunda metade do século XIX. Diferentemente dos outros 3 indivíduos analisados anteriormente, não encontramos a indicação de que ele tenha exercido cargos

<sup>353</sup> AEAM, Registro de Óbitos, prateleira Q, nº. 25, [f. 23].

<sup>354</sup> AHCSM, código 315, auto 6701, 1º ofício, [fl. 3].

<sup>355</sup> AHCSM, 1º ofício, código 312, auto 6576, [fl. 3].

públicos, o que não o impediu de ocupar o status de um dos “homens principais” de Mariana no seu tempo. Provavelmente ele não tivesse formação acadêmica, mas era um amante dos livros, pelo menos possuiu uma quantidade considerável e de assuntos variados em sua biblioteca. Essas características ajudaram-no a levar um padrão de vida sofisticado, o que o distinguia da maioria da população pobre e despossuída de Mariana no seu tempo.

Nos limites dos dados aqui apresentados, alguns elementos da trajetória dos 4 maiores negociantes de escravos considerados nesta análise merecem destaque. Todos viveram ou na sede do município ou na freguesia de Passagem de Mariana; em maior ou menor medida, diversificaram suas atividades investindo não só em escravos, mas em terras, lavras, apólices da dívida pública e, principalmente, no fornecimento de pequenos créditos formalizados a devedores da região, como foi o caso do Capitão Thomas Bawden e do Coronel João José Alves. Curioso foi notar que no período estudado, Mariana já se encontrava plenamente envolvida com a atividade agropecuária voltada para o mercado interno, mas não encontramos nenhum indício do envolvimento de nenhum dos 4 indivíduos analisados neste capítulo com esta atividade.

Esses 4 indivíduos possuíam títulos militares que funcionavam como uma das estratégias de “enobrecimento”, ou como destacou Graça Filho, a ostentação de distinções militares eram “remanescentes ambições da elite local em procurar consolidar sua posição social através da obtenção de postos e qualificações honoríficas nas milícias regionais, fortalecendo seu prestígio e poder”.<sup>356</sup> Por outro lado, ocuparam cargos públicos com o intuito de reforçar ou alcançar relações com os “principais homens” da região da segunda metade do século XIX, do mesmo modo que alguns haviam se filiado à irmandades.

Todos eles puderam manter um padrão de vida sofisticado e bastante confortável, padrão este que, no caso do advogado e Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino, foi mantido através de muitas dívidas passivas. Senão todos, pelo menos 3 deles foram homens cultos: o Dr. João Bawden, o Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino e Coronel João José Alves, sendo que estes 2 últimos chegaram a possuir uma biblioteca particular com vários títulos e volumes. Ao mesmo tempo, foi possível notar que eles compunham a ala “conservadora” e escravista de Mariana, no sentido que ocuparam importantes cargos públicos e fizeram parte do conjunto de homens que integravam o poder local na época. Do mesmo modo, eles se mantiveram afastados de discussões abolicionistas, como também não

---

<sup>356</sup> GRAÇA FILHO (2002, p. 64).

alforriaram muitos escravos, preferindo, talvez, deixar esta tarefa para quando chegasse a Abolição da escravidão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação esforçamo-nos por apresentar as características do tráfico interno de escravos em uma região voltada para a produção de subsistência e para o abastecimento do mercado interno. Esse tráfico teve a função de realocar internamente a mão-de-obra cativa na segunda metade do século XIX, pois o fim do tráfico Atlântico (1850) havia colocado em questão a principal fonte de abastecimento de cativos ao Brasil, que dependia econômica e socialmente do trabalho forçado. Os anos compreendidos em nossa pesquisa foram marcados por uma nova fase da escravidão no Brasil; foram anos de reestruturação e adaptação às novas realidades impostas pelo fim do tráfico internacional. Assim, os senhores escravistas passaram a ter basicamente duas formas de repor/ampliar a mão-de-obra mancípia: investir na reprodução natural ou no tráfico interno de cativos. Para o município de Mariana, estudos recentes já demonstraram que a reprodução natural não só existiu como também havia aumentado a possibilidade de que a maioria dos escravos pudessem constituir famílias estáveis durante a segunda metade do século XIX.

Com relação ao tráfico interno, tema dessa dissertação, utilizamos como fonte principal os registros de compra e venda de escravos onde foram registradas 353 escrituras entre os anos 1850 e 1886, envolvendo a comercialização de 722 indivíduos, sendo 701 cativos e 21 ingênuos. Diante da análise desta documentação foi possível perceber que o tráfico interno de cativos em Mariana guardava muitas semelhanças ao tráfico Atlântico, sobretudo no que se refere à preferência por cativos adultos (15-39 anos), do sexo masculino; pela correlação entre sexo, ocupação e preço. Sem mencionar sua realidade extremamente violenta, onde o momento da venda era profundamente traumático para os escravizados, pois significava a maior parte do tempo o rompimento de laços familiares. De fato, a maioria das transações envolveu a comercialização de 1 único escravo por escritura, representando 67,9% das negociações. Por outro lado, também encontramos indícios da preservação de laços familiares entre os cativos no momento da venda, embora não podemos afirmar que tal preservação envolvesse todos os membros, como ocorreu com a família do casal de escravos Joaquim e Joaquina Dutra onde detectamos a presença de 3 gerações.

As décadas de 1860 e 1870 concentraram 88,4% das negociações e os crioulos foram maioria (88,6%) como esperado, obtendo também os maiores preços. A tendência era de que os cativos africanos envelhecessem com o passar do tempo já que havia a proibição legal do comércio de almas da África para o Brasil. Não obstante, encontramos alguns indícios de importação ilegal de africanos, como o caso dos escravos Francisco Africano, Francisco dos Santos, Thomas Africano e João Africano, todos eles haviam sido importados após as leis de 1831 e 1850. Por outro lado, o predomínio dos crioulos acabou por favorecer a queda do índice de masculinidade, aumentando conseqüentemente a porcentagem de crianças, como detectamos em nossa pesquisa. A análise da pirâmide etária da população escrava comercializada em Mariana entre 1850 e 1886 corroborou esta informação, visto que sua base alargada indicava não só a reprodução natural, mas principalmente o investimento em mão-de-obra infantil: 27,3% das negociações foram com crianças cativas de até 14 anos. Somados aos ingênuos, estes números subiram para 28,4%. Somente a partir de meados da década de 1870 é que detectamos queda de compra e venda de crianças, certamente reflexo da Lei do Ventre Livre (1871) que teria desestimulado a reprodução natural.

Findo o período da mineração, as atividades econômicas ligadas á agricultura de subsistência voltada para o abastecimento do mercado interno, passaram a predominar e já na primeira metade do século XIX eram capazes de absorver e conservar a mão-de-obra cativa na região de Mariana. Na segunda metade do século XIX essa tendência parece não ter sofrido alterações consideráveis, visto que a maior parte das transferências de cativos via tráfico interno se processou dentro do próprio município (sede e freguesias), o que caracteriza o tráfico intramunicipal. Esses números podem indicar que o município de Mariana estaria passando por um reajuste interno no que se refere à redistribuição da mão-de-obra cativa e que estas transferências estariam sendo financiadas pela dinâmica de seu mercado interno que, certamente variava de freguesia para freguesia. Em outras palavras, teria sido este dinâmico mercado interno que teria propiciado o investimento para a compra de cativos na região, favorecendo as transferências internas.

Assim, nossos resultados refutam a tese da historiografia tradicional de que com o fim da atividade de mineração os escravos “subutilizados” teriam sido maciçamente transferidos para regiões mais dinâmicas, como as de cafeicultura. Por outro lado, nossas descobertas confirmam a tese da historiografia revisionista de que não teriam ocorrido transferências

significativas de cativos das antigas regiões de mineração para as áreas mais dinâmicas. Essas transferências chegaram a ocorrer, como demonstramos em nossa pesquisa, contudo não foi maioria.

Não detectamos perdas maciças, mas sim traços de uma reorganização/redistribuição interna dos cativos no município de Mariana, o que corrobora a idéia de que a região possuía um dinâmico mercado interno que foi capaz de absorver e (re) direcionar os cativos antes empregados na mineração, de acordo com a demanda local através do tráfico interno. Vale lembrar que a maioria das transações envolveu apenas 1 único cativo.

O tráfico intermunicipal se deu, sobretudo, entre municípios vizinhos a Mariana como Ouro Preto e Ponte Nova, ocupando o segundo lugar no destino dos cativos negociados, embora tenham sido registradas transferências para outras regiões e até outras províncias, mas em números bastante reduzidos. Por outro lado, mesmo tendo sido o destino da maioria dos cativos negociados, o município de Mariana perdeu mais escravos do que ganhou ao longo da segunda metade do século XIX através do tráfico interno de cativos. Em contrapartida, todas as demais regiões de destino dos cativos registraram saldo positivo, ou seja, compraram mais escravos do que venderam. Entretanto, isto não significa dizer que estes municípios tenham efetivamente perdido ou ganhado escravos, até porque estamos analisando-os apenas sob a ótica do tráfico interno e considerando apenas as escrituras de compra e venda de escravos registrados em cartórios do município de Mariana. Neste caso, para identificarmos se outros municípios da província de Minas Gerais teriam registrado saldos negativos ou positivos, seria necessária a realização de investigação das escrituras de compra e venda de escravos nos cartórios dos respectivos locais. As mesmas observações valem também para municípios de outras províncias. Todavia, a historiografia brasileira sobre o tema tem demonstrado não haver qualquer ligação entre as perdas de escravos registrados nos antigos municípios mineradores e os ganhos ocorridos nos municípios dedicados a “grande lavoura”, sobretudo os produtores de café.

Percebemos também que Mariana recebeu escravos de várias regiões e até mesmo de outras províncias, denotando a existência do tráfico interprovincial de cativos, embora em números bastante modestos se comparados, por exemplo, a outras regiões envolvidas com a “grande lavoura”, onde a presença do tráfico interprovincial foi predominante. Desse modo, a partir das evidências de que dispomos, observa-se que em Mariana, município voltado para a economia de abastecimento e o mercado interno, prevaleceu a prática majoritária do tráfico intramunicipal, seguida pelo intermunicipal ao longo da segunda metade do século XIX.

Portanto, teria partido dessa economia o incentivo da negociação com cativos, corroborando a idéia de dinâmica do mercado interno vista sob a ótica do tráfico interno.

Ao longo da análise sobre os preços dos escravos negociados em Mariana na segunda metade do século XIX, notamos alguns indícios do processo de lenta transição para o capitalismo, onde o interesse pelo dinheiro, pelo lucro e pelas formas capitalistas de comércio muitas vezes se sobrepunha. Assim, não foi possível percebermos as relações sociais sobrepondo-se às de ordem econômica. Antes o contrário, houve a percepção do lucro denotando que no mercado de escravos as leis da oferta e da procura predominavam. Contudo, não descartamos que a lógica do lucro possa ter sido modificada pelas relações sociais em alguns casos, mas a verificação desta possibilidade demandaria outra metodologia, como cruzamento dos dados e levantar possíveis relações de consangüinidade ou prestígio, por exemplo, entre compradores e vendedores, o que foge aos objetivos de nossa pesquisa.

Nos limites dos dados analisados, alguns elementos da trajetória dos 4 maiores negociantes de escravos considerados em nossa análise merecem ser recapitulados: todos viveram ou na sede do município ou na freguesia de Passagem de Mariana; em maior ou menor medida, diversificaram suas atividades investindo não só em escravos, mas em terras, lavras, apólices da dívida pública e, principalmente, no fornecimento de pequenos créditos formalizados a devedores da região, como foi o caso do Capitão Thomas Bawden e do Coronel João José Alves. Esses 4 indivíduos faziam parte da elite local e para se consolidarem e serem reconhecidos na posição social que alcançaram utilizaram os títulos militares. Estes postos e qualificações honoríficas nas milícias regionais funcionavam como uma das estratégias de “enobrecimento”, o que certamente fortalecia o prestígio e o poder desse grupo dentre os demais. Por outro lado, ocuparam cargos públicos com o intuito de reforçar ou alcançar relações com os “principais homens” da região da segunda metade do século XIX, do mesmo modo que alguns haviam se filiado às irmandades de maior prestígio.

Não obstante, todos eles puderam manter um padrão de vida sofisticado e bastante confortável, padrão este que, no caso do advogado e Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino, foi mantido através de muitas dívidas passivas. Senão todos, pelo menos 3 deles foram homens cultos: o Dr. João Bawden, o Capitão-Mor Vicente de Paula Bernardino e Coronel João José Alves, sendo que estes 2 últimos chegaram a possuir uma biblioteca particular com vários títulos e volumes. Ao mesmo tempo, foi possível notar que eles compunham a ala “conservadora” e escravista de Mariana, no sentido que ocuparam importantes cargos públicos, fizeram parte do conjunto de homens que integravam o poder

local na época e se mantiveram afastados de discussões abolicionistas, como também não alforriaram muitos escravos.

**ANEXOS**

**Anexo 1: Proposta de ficha para coleta de dados das escrituras de compra e venda de escravos.**

**Ficha para coleta de dados nos Registros de Compra e Venda de Escravos:**

*Localização do documento: Livro* \_\_\_\_ *Ofício* \_\_\_\_ *Folha* \_\_\_\_ *Ficha n.º* \_\_\_\_

Data da transação:

Local da transação:

Vendedor:

Sexo:

Reside em:

Profissão:

Nome do procurador (se houver):

Sexo:

Reside em:

Profissão:

Obs.:

Comprador:

Sexo:

Reside em:

Profissão:

Nome do procurador (se houver):

Sexo:

Reside em:

Profissão:

Obs.:

Nome do(s) escravo(s) negociado(s):

Sexo:

Idade:

Estado civil:

Cor:

Ocupação:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Preço:

Forma prévia de aquisição do(s) escravo(s):

Filhos escravos (se houver):

Filhos ingênuos (se houver):

Condição da transação:

Obs.:

Impostos pagos:

Data do registro de matrícula:

Local da matrícula:

## FONTES

### FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

#### Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

##### **Registros de compra e venda de escravos – I ofício:**

Número 1 (1861-1863)

Número 2 (1863-1867)

##### **Registros de compra e venda de escravos – II ofício:**

Número 2 (1869-1872)

Número 1(1872-1877)

Número 3 (1877-1886)

##### **Registros de compra e venda de escravos, hipotecas e penhor de escravos - Livros de Notas – I ofício:**

Número 112 (1844-1850)

Número 113 (1850-1854)

Número 117 (1854-1857)

Número 114 (1857-1861)

Número 118 (1864-1868)

Número 120 (1867-1872)

Número 119 (1868-1869)

Número 115 (1871-1872)

Número 121 (1872-1873)

Número 122 (1873-1875)

Número 123 (1881-1887)

Número 116 (1887-1889)

##### **Livros de Notas – II ofício:**

Número 12 (1851-1855)

Número 13 (1852-1852)

Número 14 (1855-1859)

Número 15 (1859-1863)

Número 16 (1861-1869)

Número 17 (1863-1867)

Número 18 (1867-1869)

Número 32 (1867-1888)

Número 19 (1869-1872)

Número 20 (1872-1876)

Número 22 (1872-1883)

Número 21 (1876-1878)

Número 23 (1878-1881)

Número 24 (1883-1884)

Número 25 (1884-1884)

Número 27 (1884-1885)

Número 26 (1884-1886)

Número 28 (1886-1887)

**Processos cíveis:**

Antonio Malta (autor), João Bawden (réu). Ação de manutenção de liberdade. Códice 397, Auto 8678, 1º ofício, 1877.

João Africano (autor). Pedido de hábeas corpus. Códice 347, Auto 7666, 1º ofício, 1875.

O promotor público (autor), Francisco Africano (réu). Ação de liberdade. Códice 194, Auto 4860, 2º ofício, 1860.

Francisco dos Santos (autor), Raimundo Dias Franco (réu). Ação de liberdade. Códice 316, Auto 7561, 2º ofício, 1886.

Joaquim da Silva Braga Breyner (autor), João Gomes de Figueiredo (réu). Ação de liberdade. Códice 310, auto 7430, 2º ofício, 1888.

Dr. João Bawden e outros (autores). Ação de concessão de datas minerais. Códice 477, auto 10626, 1º ofício, 1877.

Capitão Francisco José de Almeida Machado (autor), Capitão Vicente de Paula Bernardino e Dona Maria Felisbina de São Vicente (réus). Ação de adultério. Códice 379, auto 8275, 1º ofício, 1864.

**Processos crimes:**

Dr. João Bawden e outros (autores), Junta Municipal de Votantes (réu). Processo de acumulação de listas eleitorais. Códice 354, auto 7824, 1º ofício.

Capitão Vicente de Paula Bernardino (autor), Câmara Municipal de Mariana (réu). Sentença crime passada a favor do recorrente. Códice 231, auto 5780, 2º ofício, 1864.

**Justificações:**

Coronel João José Alves (justificante), Major Manoel Francisco Damasceno, Curador da Herança Jacente de Ildefonso Jorge Pereira (justificado). Códice 312, auto 6576, 1º ofício, 1849.

João Bawden (justificante), Major João Francisco Pinheiro e outros (justificados). Códice 321, auto 6945, 1º ofício, 1872.

**Inventário *post – mortem* I e IIº ofício:**

Códice 102, Auto 2151, 2º ofício, 1886. D. Maria José Soares (inventariada)/Joaquim Pereira Bernardino (inventariante).

Códice 498, Auto 11068, 1º ofício, 1896. Capitão Joaquim Pereira Bernardino (inventariado)/D. Maria Amelia de Aguiar Bernardino (inventariante).

Códice 9, Auto 340, 1º ofício, 1873. Coronel João José Alves (inventariado)/D. Dometila Angélica Avim (inventariante).

Códice 125, Auto 2632, 1º ofício, 1876. Capitão Vicente de Paula Bernardino (inventariado)/D. Francisca Maria de Jesus (inventariante).

Códice 64, auto 1390, 1º ofício, 1862. Antonio Buzelin (inventariado)/O Juízo (inventariante).

Códice 111, Auto 2286, 1º ofício, 1864. D. Maria Machado da Silva (inventariada)/Thomas Bawden (inventariante).

Códice 99, auto 2069, 1º ofício, 1842. José Martins Coelho (inventariado)/D. Maria Machado da Silva (inventariante).

**Testamento I ofício:**

Livro número 8, 1º ofício, [f. 12 v], 1886. Thomas Bawden (testador)/Dr. João Bawden (testamenteiro).

Livro número 8, 1º ofício, [f. 36 v], 1887. Francisca Teresa de Jesus (testador)/Dr. João Bawden (testamenteiro).

Códice 290, auto 5474, 1º ofício, 1876. Capitão Vicente de Paula Bernardino (testador)/Dona Francisca Maria de Jesus (testamenteira).

Livro número 10, 1º ofício, [f. 84], 1871. Coronel João José Alves (testador)/Francisco Ferreira Alves (testamenteiro).

### **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**

#### **Registros de casamentos**

Prateleira P número 02 (1837-1873) – Mariana (Capelas)

#### **Registros de batismos**

Prateleira O número 19 (1837-1878) – Mariana

#### **Registros de óbitos**

Prateleira Q número 25 (1837-1878) - Mariana

Prateleira Q número 29 (1852-1895) – Mariana

### **FONTES PRIMÁRIAS DIGITALIZADAS - CD-ROM**

PUNTONI, Pedro. (Coordenação). *Os Recenseamentos Gerais do Brasil no Século XIX: 1872 e 1890*. [CD-ROM]. CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

*Listas Nominativas de habitantes da província de Minas Gerais 1831/32*. [CD-ROM]. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.

### **INTERNET**

Relatórios de Presidentes de Província: Falla... Pres. Sant'Anna, 1880, p. 25-26; Falla... Pres. Gonçalves Chaves, 1884, p. 63-64; Relatório 1887, 32,33. Disponível em: <<http://www.uchicago.edu/info/brazil/index.html>>. Acesso em: 25 de maio 2006.

### **FONTES IMPRESSAS: CRONISTAS E VIAJANTES**

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

BURTON, Richard F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CARVALHO, Theophilo Feu. *Comarcas e Termos - Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922.

CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. V.1.

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando & TSCHUDI, Johann Jakob Von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

LIMA JR., Augusto de. *As primeiras vilas de ouro*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1962.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1998, v.1.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS, ARTIGOS E TESES

ALMADA, Vilma P. Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2001.

\_\_\_\_\_. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750 -1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1994.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

ANDRADE, Rômulo. "Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)". In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora: UFJF, 4(1): 93-104, 1998.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida & BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. 2 v. São Paulo, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *História das Ciências Sociais*. Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Presença, 1982.

BURGUIERE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. (dir.). *História: novas abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.59-82.

CAMPOLINA, Alda Maria F. [et alii]. *Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e da Cultura – Arquivo Público Mineiro/Copasa, 1988.

CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese". *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14, nov. 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas de história demográfica, econômica e social*. Tradução de João Maria. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1500-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. "Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras". In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 26 (1): 111-136, jan./abr.1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Iraci del Nero da; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena. *Estudos Econômicos*. 17 (2), p. 245-296, 1987.

COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. "Fortuna e família em Bananal no século XIX". In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (orgs.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo G. & GOÉS, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís R. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia* (Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840). Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

\_\_\_\_\_. “Marcelino, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul, 1835-1872”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17(2), maio/ago. 1987, p. 164-166.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 20. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980.

\_\_\_\_\_. *Inglês no Brasil: aspectos da Influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

GARAVAZO, Juliana. Os preços dos escravos inventariados em Batatais (SP): 1850-1888. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2005.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. “Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

GORENDER, Jacob. *Escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Martins, 1949.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. “Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná”. *Estudos Econômicos*. 17 (2), p. 297-314, 1987.

\_\_\_\_\_. “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”. *Revista Brasileira de História*, v.8, n. 16, p. 161-188, 1988.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. “Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico”. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 120, jan./jul. 1989.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEWKOWICZ, Ida. “Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX)”. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Cláudio Heleno. “Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX”. *X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina, 2002.

MAGALHÃES, Sonia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 1998.

MARCONDES, Renato L. & GARAVAZO, Juliana. “A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875)”. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2002.

MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In: SZMRECA'NYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10).

\_\_\_\_\_. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. In: *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

MARTINS, Maria C. Salazar, LIMA, Maurício A. de Castro & SILVA, Helenice C. Cruz da. População de Minas Gerais na Segunda metade do século XIX: novas evidências. *X Encontro sobre a economia mineira* Diamantina, junho de 2002.

MATTOS, Hebe Maria. História social. In: CARSOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V. 2.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência mineira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOTTA, José Flávio. “Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá e Constituição, 1861-1869)”. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2005.

\_\_\_\_\_. *O tráfico de escravos na província de São Paulo: Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca, 1861-1887*. Texto para Discussão. Série Economia. São Paulo: IPE/USP, 21, 2001, 20p.

\_\_\_\_\_. “Tráfico interno de cativos: o preço das mães escravas e sua prole”. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, 1998.

\_\_\_\_\_. “A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829)”. *Revista de Estudos Populacionais*. V. 5, p. 71-101, 1988.

MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. "O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870". In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.30(2): 267-299, abril/junho. 2000.

\_\_\_\_\_. “Escrituras de venda de escravos (Guaratinguetá, 1872-4/1878-9)”. *II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: PUC/SP, 1997.

\_\_\_\_\_. “Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no vale do Paraíba paulista (Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá e Silveiras, 1872/1874)”. *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*. Belém: ANPEC, vol. 1, p. 533-544, 1999.

MOTTA, José Flávio & VALENTIM, Agnaldo. ‘A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)’. *Revista Afro - Ásia*, 27, 2002p. 161-192.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionista*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

NOGUEIRÓL, Luiz Paulo F. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira (1780-1870)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1999.

\_\_\_\_\_. “Mercado interno e agroexportação: as origens da expansão cafeeira na Zona da Mata mineira: notas para uma pesquisa”. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p.9-22, 1995.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde A.; LIBBY, Douglas C. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX”. *Estudos Econômicos*. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995.

PARREIRA, Nilce Rodrigues. *Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, 1990. (mimeografado).

POLANYI, Karl. *Economia primitiva arcaica e moderna*. (Edição espanhola) S/d.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil contemporâneo: colônia*. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. "Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX". *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Brasília, v.1, 1992, p. 342-343.

SILVA, Célio A. Alcântara. "O comércio de escravos em Piracicaba, província de São Paulo (1861-1887)". *II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. Niterói, ABEPHE, 2004.

SILVA, Vera C. "Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica". In: SILVA, Marcos. (Org.). *República em migalhas: história local e regional*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da Escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.13(1): 117-149, jan./abr., 1983.

\_\_\_\_\_. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX". *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.18(3): 449-495, set./dez. 1988.

\_\_\_\_\_. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

STONE, Lawrence. *Prosopography*. Daedalus, v. 100, n.1, inverno de 1971, p. 46-79.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana: 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais (1711-1725)”. *Revista Brasileira de História*. 1997, vol. 17, n. 34, p. 165-181.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de escravos em Pernambuco no século XIX*. (Texto para discussão nº. 252). Universidade de Brasília, 2002.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1951.

WISSENBRACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.